



ANTÔNIO DANIEL RIBEIRO FILHO

**OS EFEITOS DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL NAS
CONTAS PÚBLICAS: Uma análise em Municípios, Estados e União.**

Orientador: Prof. Dr. Gileno Fernandes Marcelino

BRASÍLIA, DF
2011

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Decana de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
**Coordenador-geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós Graduação
em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN**

UnB – Universidade de Brasília
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

ANTÔNIO DANIEL RIBEIRO FILHO

**OS EFEITOS DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL NAS
CONTAS PÚBLICAS: Uma análise em Municípios, Estados e União.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Grupo de pesquisa: Administração pública comparada.

Orientador: Prof. Dr. Gileno Fernandes Marcelino

BRASÍLIA, DF
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Ribeiro Filho, Antônio Daniel

Os Efeitos do Período de Transição Governamental nas Contas Públicas: Uma análise em Municípios, Estados e União. / Antônio Daniel Ribeiro Filho, Brasília, 2011. 213 páginas

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Bibliografia.

1. Contabilidade Governamental. 2. Ciclos Políticos. 3. Reeleição. 4. Contas Públicas. I. Marcelino, Gileno Fernandes. II. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título: Os Efeitos do Período de Transição Governamental nas Contas Públicas: Uma análise em Municípios, Estados e União.

CDD –

ANTÔNIO DANIEL RIBEIRO FILHO

**OS EFEITOS DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL NAS
CONTAS PÚBLICAS: Uma análise em Municípios, Estados e União.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Professor Doutor Gileno Fernandes Marcelino

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/ UFRN (Orientador)

Professor PhD Raul Wagner dos Reis Velloso

School of Economics – Yale University
(Membro Externo)

Professor PhD Paulo Carlos Du Pin Calmon

Instituto de Ciência Política – IPOL/UnB
(Membro Externo)

Brasília - DF, 28 de março de 2011.

*Aos meus Pais, Tânia e Daniel,
Ao meu Irmão, Danilo,
E à minha Noiva, Patrícia.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça da vida, pela proteção e pela força que me faz seguir em frente.

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional nos momentos difíceis e por compreender minhas ausências constantes durante esse período.

Ao meu pai que, com tamanha dedicação, me inspirou a ser o que sou hoje e despertou em mim o interesse pela docência e a vocação pela profissão contábil.

À minha mãe querida que, com enorme carinho, sempre esteve presente ao meu lado, me apoiando e torcendo pelo meu sucesso.

Ao meu especial irmão que, mesmo com as suas limitações, me ensina que devemos encarar com fé e coragem os desafios que a vida nos impõe.

À minha amada noiva que, com imensa paciência, ternura e apoio, me acompanhou em todos os momentos dessa jornada, sempre me incentivando.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Gileno Fernandes Marcelino, que sempre se mostrou atento aos meus chamados e confiou desde o início em meus propósitos.

Ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela oportunidade que tive de adentrar ao mundo acadêmico e carregar comigo o renomado nome dessa instituição.

Ao ex-Coordenador do PMIRPGCC, Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama, que demonstrou sua imensa dedicação e disciplina ao progresso da contabilidade.

Ao atual Coordenador do Programa, Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva, cujo empenho pelo desenvolvimento das pesquisas contábeis me motivou por diversas vezes a buscar sempre novos temas para pesquisas. Agradeço, também, pela atenção e cordialidade dispensadas a mim nas freqüentes vezes em que o procurei para discutir temas e os rumos da pesquisa.

Sou grato aos professores que nos proporcionaram imensuráveis oportunidades de aprendizado: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama, Prof. Dr. Marcelo Quirino, Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa, cujos ensinamentos por vezes transcendiam às aplicações científicas, Prof. Dra. Fátima de Souza Freire, Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva, Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Prof. PhD Otávio Ribeiro de Medeiros e Prof. Dr. Edilson Paulo.

Agradeço aos professores Dr. José Matias-Pereira e Dr. José Dionísio Gomes da Silva pelas valiosas contribuições apresentadas durante a qualificação dessa dissertação e que foram incorporadas ao trabalho final.

Aos colegas de turma com os quais pude aprender e compartilhar experiências e conhecimentos: Abimael Costa, Bruno Fernandes, Domingos Neto, Ednei Morais, Eric Adrian, Evandro Hamman, Eurípedes Nascimento, Juliana Fonsechi, Ludmila Melo e Meg Sarkis.

Aos colaboradores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias (CCA) e do PMIRPGCC pelo pronto atendimento, sempre que solicitados, em especial Aline e Renato.

Agradeço ainda ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Professor Doutor Nelson Machado, pelas valiosas sugestões na fase inicial dessa dissertação.

Aos professores e colegas que participaram da semana de extensão e contribuíram com sugestões e críticas, Prof. doutoranda Diana Vaz de Lima, Prof. doutorando Cláudio Moreira Santana.

Agradeço ao Prof. PhD Otávio Ribeiro de Medeiros e ao doutorando José Alves Dantas que se dispuseram a solucionar minhas dúvidas estatísticas.

Agradeço aos Professores PhD Paulo Carlos Du Pin Calmon e PhD Raul Wagner dos Reis Velloso que participarem da banca avaliadora e engrandeceram o presente trabalho.

Agradeço aos colegas de trabalho, toda equipe da Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal, em especial ao meu chefe, Themístocles Martins Júnior, pela compreensão, apoio e confiança na importância e no retorno deste trabalho para o crescimento de nossa equipe.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, torceram e/ou contribuíram para a realização dessa etapa em minha vida.

*Muitos propósitos há no coração do homem,
porém o conselho do Senhor permanecerá.
(Provérbios 19:21)*

RESUMO

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº. 16 de 1997, inaugurou-se no Brasil o instituto da reeleição para os chefes do poder executivo que a partir desse momento puderam se candidatar e concorrer ao segundo mandato consecutivo. Com a possibilidade jurídica de reeleição, surge a discussão de que os políticos poderiam estar mais preocupados com seus resultados nas eleições que em atenderem às diversas necessidades da sociedade, por meio da prestação da atividade Estatal. Tomando como motivação a atual conjuntura política existente no Brasil, a qual possibilita a reeleição de prefeitos, governadores e presidente, a presente pesquisa investigou a seguinte questão problema - quais são as alterações ocorridas nas contas públicas, em razão do período de transição governamental? Desse modo, o objetivo do trabalho se constituiu em analisar o comportamento de variáveis orçamentárias e contábeis que compõem as contas das Unidades da Federação, com especial enfoque no período de transição eleitoral, buscando evidências de alterações significativas nas estruturas das contas dos Municípios, dos Estados-membros e do Distrito Federal e da União. Para isso, foram analisados os dados relativos a todos os períodos eleitorais desde a aprovação do direito à reeleição, isto é, para a União e os Estados-membros e o Distrito Federal o período foi de 1995 até 2009, para os Municípios, o período de análise foi de 1998 até 2009, em razão de a primeira eleição após a EMC 16, ter ocorrido no ano de 2000; não existindo, portanto, necessidade de a análise ser iniciada a partir do ano de 1995. Foram definidas como variáveis de análise as proporções das despesas totais com as despesas corrente, de capital, com pessoal, de investimentos e mais nove despesas segundo as respectivas classificações funcionais e também a proporção das receitas totais em relação a receita corrente, de capital e tributária. Utilizou-se da análise de regressão com dados em painel, balanceado com efeitos fixos, contemplando os 26 estados da federação e o Distrito Federal, bem como todos os Municípios que tiveram suas informações publicadas no sistema Finanças Brasil da Secretaria do Tesouro Nacional para todo o período analisado, totalizado assim 3.333 municípios. Os resultados indicam que a composição da despesa tende a ser influenciada pelo período eleitoral nos três níveis de governo, observa-se que nos anos que antecedem as eleições a proporção das despesas de capital e de investimentos tende a crescer significativamente e após as eleições sofrem fortes reduções, indicando um possível comportamento dos políticos na busca de se mostrarem eficientes aos eleitores com realizações de obras e investimentos buscando à reeleição. Há evidências também de acréscimos na proporção da despesa com pessoal frente às despesas totais no primeiro ano após as eleições, esse comportamento pode sugerir o resultado do cumprimento de promessas eleitoreiras oportunistas como aumentos salariais. Com relação às receitas, há indícios de que a proporção da receita tributária dos Municípios tende a se reduzir no ano eleitoral, sugerindo novamente comportamentos oportunistas dos prefeitos buscando agradar aos eleitores. Os resultados indicam, ainda, que há influência partidária nas contas públicas, isto é, dependendo do partido político e da ideologia partidária, a composição de algumas contas tendem a apresentar maiores ou menores níveis em relação à média dos demais partidos. À guisa de conclusão, os efeitos do período de transição governamental nas contas públicas sugerem que os políticos conduzem as contas públicas de maneira possivelmente oportunista em períodos eleitorais.

Palavras-chave: Contabilidade Governamental. Ciclos Políticos. Reeleição. Contas Públicas.

ABSTRACT

Since the adoption of Constitutional Amendment 16, 1997, was inaugurated in Brazil, the reelection's institute to the heads of executive power that from that time could apply and compete for the second consecutive term of office. With the legal possibility of reelection, there is concern that politicians might be more concerned with their results in the elections rather than the accomplishment of the objectives of the society through provision of State activity. Using as motivation the current political situation existing in Brazil, which enables the reelection of mayors, governors and president, this research investigated - what are the effects in public accounts due to the period of governmental transition? Thus, the objective of the work consisted in analyzing the behavior of budgetary and accounting variables that comprise the accounts of the states, with special focus on electoral transition period, seeking evidence of significant changes in the structure of accounts of Municipalities, States and the Central government For this, we analyzed data on all election periods, since the adoption of the right to reelection, that is, for the Union and the Member States was the period from 1995 to 2009, for municipalities, the review period was from 1998 to 2009, due to the first election after the 16 EMC, have occurred in 2000, and there is therefore need for the analysis is started from the year 1995. Variables were defined as analysis of the proportions of total expenditure in relation to current expenditure, capital expenditure, staff expenses, investments and nine other expenses according to their functional classification and the proportion of total revenues compared with the current revenue, capital revenue and tax revenue. We used regression analysis with panel data, fixed effects in balanced panel, covering the 26 states of the federation and the Federal District and all municipalities that have their information published in the Sistema Finanças Brasil of the Secretaria do Tesouro Nacional for the entire period analyzed, totaled 3,333 municipalities. The results indicate that the composition of expenditure tends to be influenced by the electoral period in the three levels of government, it is observed that in the years before the elections the proportion of capital expenditures and investments tends to grow significantly after the elections and suffer strong reductions, indicating a possible behavior of politicians in the quest to show to voters with efficient realizations of works and investments seeking reelection, there is some evidence of increases in the proportion of personnel expenditure to total expenditure before the first year after the election, this behavior may suggest the result of the fulfillment of electoral promises as opportunistic wage increases. With respect to revenues, there are indications that the ratio of tax revenue of municipalities tends to be reduced in an election year, again suggesting opportunistic behavior of mayors seeking to please the voters. The results also indicate that there are partisan influence on public accounts, ie depending on the party political and partisan ideology, the composition of certain accounts tend to have higher or lower levels than the average of other parties. In conclusion, the effects of the transition period in government public accounts suggest that the politicians leading the way government accounts of possibly opportunistic electoral periods.

Keywords: Governmental Accounting. Political cycles. Reelection. Public Accounts.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1: O ciclo político econômico.	49
Gráfico 2: Objetivos e ideologia dos partidos políticos.	52
Gráfico 3: Efeito dos ciclos políticos econômicos com eleitores racionais	55
Gráfico 4: Despesa de capital municipal 88	88
Gráfico 5: Despesa com pessoal municipal 90	90
Gráfico 6: Investimentos municipais 92	92
Gráfico 7: Função agricultura municipal 95	95
Gráfico 8: Receita tributária municipal 103	103
Gráfico 9: Despesa corrente estadual 106	106
Gráfico 10: Despesa com pessoal estadual 108	108
Gráfico 11: Investimentos estaduais 110	110
Gráfico 12: Função transporte estadual 116	116
Gráfico 13: Receita tributária estadual 119	119
Gráfico 14: Proporção das despesas da União com despesas correntes no período eleitoral..... 120	120
Gráfico 15: Proporção das despesas com pessoal em relação à despesa total e receita corrente . 121	121
Gráfico 16: Proporção da despesa de capital e dos investimentos em relação à despesa total.... 122	122
Gráfico 17: Proporção dos gastos com funções em relação à despesa total..... 124	124
Gráfico 18: Proporção dos gastos com funções em relação à despesa total..... 125	125
Gráfico 19: Proporção dos gastos com funções em relação à despesa total..... 126	126
Gráfico 20: Variação da composição da despesa da União..... 126	126
Gráfico 21: Variação da proporção das despesas da União com investimentos. 127	127
Gráfico 22: Variação da composição da receita da União..... 127	127
Quadro 1: Matriz de relação entre os modelos de ciclos políticos.	46
Quadro 2: Síntese das teorias dos ciclos políticos..... 57	57
Quadro 3: Classificação da receita e da despesa pública..... 67	67
Quadro 4: Alterações nas legendas partidárias..... 71	71
Quadro 5: Resumo dos resultados da pesquisa..... 129	129
Quadro 6 - Resumo dos testes de raízes unitárias nas séries de dados municipais 142	142
Quadro 7 - Resumo dos testes de raízes unitárias nas séries de dados estaduais 143	143
Quadro 8 - Municípios utilizados na pesquisa..... 182	182
Ilustração 1: Representação do Período de Transição de Governo.	23
Ilustração 2: Relacionamento dos componentes da Atividade Financeira do Estado.	28
Equação (1).....	77
Equação (2).....	77
Equação (3).....	78
Equação (4).....	79
Equação (5).....	79
Equação (6).....	79
Equação (7).....	80
Equação (8).....	81
Equação (9).....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado das regressões para as despesas municipais.	85
Tabela 2: Resultados das regressões para as despesas municipais por funções.	92
Tabela 3: Resultados das regressões para as despesas municipais por funções.	93
Tabela 4: Resultado das regressões para as receitas municipais.	99
Tabela 5: Resultado das regressões para as despesas estaduais.	105
Tabela 6: Resultado das regressões para as despesas estaduais.	109
Tabela 7: Resultado das regressões para despesas estaduais por funções.	112
Tabela 8: Resultado das regressões para despesas estaduais por funções.	112
Tabela 9: Resultado das regressões para receitas estaduais.	117
Tabela 10: Composição da despesa e da receita da União.	119
Tabela 11: Composição da despesa da União por funções.	123
Tabela 12: Regressão da despesa corrente municipal.	144
Tabela 13: Regressão da despesa de capital municipal.	145
Tabela 14: Regressão da despesa de pessoal municipal.	146
Tabela 15: Regressão da despesa de pessoal com a receita corrente municipal.	147
Tabela 16: Regressão da despesa com investimento municipal.	148
Tabela 17: Regressão da despesa com a função agricultura municipal.	149
Tabela 18: Regressão da despesa com a função comunicação municipal.	150
Tabela 19: Regressão da despesa com a função educação municipal.	151
Tabela 20: Regressão da despesa com a função habitação municipal.	152
Tabela 21: Regressão da despesa com a função indústria, comércio e serviços municipal.	153
Tabela 22: Regressão da despesa com a função saúde municipal.	154
Tabela 23: Regressão da despesa com a função segurança pública municipal.	155
Tabela 24: Regressão da despesa com a função transporte municipal.	156
Tabela 25: Regressão da despesa com a função assistência e previdência social municipal.	157
Tabela 26: Regressão da receita corrente municipal.	158
Tabela 27: Regressão da receita de capital municipal.	159
Tabela 28: Regressão da receita tributária municipal.	160
Tabela 29: Regressão da receita de transferências (estado) municipal.	161
Tabela 30: Regressão da receita de transferências (união) municipal.	162
Tabela 31: Regressão da despesa corrente estadual.	163
Tabela 32: Regressão da despesa de capital estadual.	164
Tabela 33: Regressão da despesa de pessoal estadual.	165
Tabela 34: Regressão da despesa de pessoal com a receita corrente estadual.	166
Tabela 35: Regressão da despesa com investimento estadual.	167
Tabela 36: Regressão da despesa de transferência corrente estadual.	168
Tabela 37: Regressão da despesa de transferência de capital estadual.	169
Tabela 38: Regressão da despesa com a função agricultura estadual.	170
Tabela 39: Regressão da despesa com a função assistência e previdência social estadual.	171
Tabela 40: Regressão da despesa com a função comunicações estadual.	172
Tabela 41: Regressão da despesa com a função educação e cultura estadual.	173
Tabela 42: Regressão da despesa com a função habitação e urbanismo estadual.	174
Tabela 43: Regressão da despesa com a função indústria, comércio e serviço estadual.	175
Tabela 44: Regressão da despesa com a função saúde estadual.	176
Tabela 45: Regressão da despesa com a função segurança pública estadual.	177
Tabela 46: Regressão da despesa com a função transporte estadual.	178
Tabela 47: Regressão da receita tributária estadual.	179
Tabela 48: Regressão da receita corrente estadual.	180
Tabela 49: Regressão da receita de capital estadual.	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADF	<i>Augmented Dickey–Fuller</i>
AIC	<i>Akaike Information Criterion</i>
BLUE	<i>Best Linear Unbiased Estimator</i>
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DF	Distrito Federal
EMC	Emenda Constitucional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINBRA	Sistema Finanças Brasil
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OLS	<i>Ordinary Last Squared</i>
PIB	Produto Interno Bruto
SIC	<i>Schwartz Information Criterion</i>
SISTN	Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UF	Unidade da Federação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Contextualização.....	17
1.2. Problema de Pesquisa.....	19
1.3. Objetivos.....	20
1.3.1. Objetivo Geral	20
1.3.2. Objetivos Específicos.....	21
1.4. Hipóteses.....	21
1.5. Justificativa e Relevância da Pesquisa.....	22
1.6. Delimitação da Pesquisa.....	24
1.7. Estrutura do trabalho	24
2. REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1. FINANÇAS PÚBLICAS	26
2.1.1. Conceitos	26
2.1.2. Atividade Financeira do Estado	28
2.1.3. Necessidades Públicas	31
2.1.4. Crescimento dos gastos públicos	32
2.1.5. Falhas de mercado	34
2.2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	38
2.2.1. Reeleição.....	44
2.3. CICLOS POLÍTICOS.....	45
2.3.1. Teoria Oportunista Clássica	47
2.3.2. Teoria Partidária Tradicional	50
2.3.3. Modelos (das expectativas) Racionais.....	52
2.3.4. Modelos Partidários Racionais.....	54
2.4. GESTÃO GOVERNAMENTAL	57
2.4.1. Governabilidade, Governança e <i>Accountability</i>	58
2.4.2. Controle Governamental	61
2.4.3. Contabilidade Governamental	63
3. METODOLOGIA.....	68
3.1. Caracterização da Pesquisa	68
3.2. Procedimentos de pesquisa	69
3.2.1. Objetos de pesquisa	69

3.2.2.	Processo de coleta de dados	70
3.2.3.	Tratamento dos dados	71
3.2.4.	Descrição das variáveis	72
3.2.5.	Procedimentos estatísticos	72
3.2.6.	Testes de Significância e Robustez	82
4.	RESULTADOS E ANÁLISES	84
4.1.	Municípios	84
4.2.	Estados e Distrito Federal	104
4.3.	União	119
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	134
	LISTA DE APÊNDICES	141

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Segundo Oliveira (2008), dificilmente às vésperas de uma eleição, um governante anunciaria medidas que poderiam “desagradar” os eleitores, como, por exemplo, aumento de impostos ou uma desvalorização cambial. Isso porque, segundo o autor, existe um consenso de que o desempenho da economia de um país é capaz de influenciar nos resultados de eleições.

Fialho (1999) afirma que decisões do governo em relação à política econômica afetam, criticamente, os resultados da economia e, por conseqüência, a sociedade e o ambiente político nacional. Nesse sentido, a autora afirma que é possível que fatores, não apenas os normativos, conduzam o governo a adotar determinadas medidas de política econômica. Muito provavelmente, nas decisões tomadas pelos que governam, encontram-se implícitos interesses privados, como, por exemplo, objetivos político-eleitorais.

Não se pode olvidar que o Estado deve, precipuamente, no desempenho de suas funções e atividades típicas, atender aos interesses da sociedade. Seja arrecadando, gerindo ou aplicando recursos, o objetivo almejado é o bem comum dos cidadãos que, segundo Matias-Pereira (2009), é a razão fundamental da existência do Estado.

Dessa forma, o interesse da coletividade (o bem comum) não deve ser sobreposto pelas pretensões particulares daqueles que ocupam o poder político, já que seus atos devem estar voltados para as necessidades da sociedade.

Cabe recordar que, para Silva (2009), o Estado passa a existir no momento em que o povo, consciente de sua nacionalidade, se organiza politicamente para atingir determinados objetivos. Tradicionalmente, os elementos fundamentais, formadores do Estado, são: o seu território, o seu povo e o seu poder/soberania. (MORAES, 2008).

O elemento relativo ao poder se relaciona diretamente com a soberania de um Estado. Por seu turno, a soberania se define pelo poder político que se configura na faculdade de ordenar a organização social e de deliberar sobre os assuntos de natureza coletiva, devendo o Estado agir sempre e em todos os atos em conformidade com o interesse coletivo. Assim, a base do poder político é o dever moral. (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 13).

Na organização jurídica do Estado, o modo que se dá o exercício do poder político no território se refere à forma de Estado. No caso brasileiro é do tipo federado, pois coexistem

diversos poderes políticos em nosso território: o poder político central (União), o poder político regional (Estados-membros) e o poder político local (municípios). (PAULO e MAIA, 2006; SILVA, 2003).

Denomina-se forma de governo a maneira que se dá a instituição e o exercício do poder na sociedade, e como se dá a relação entre governantes e governados. No Brasil, tem-se a forma de governo republicana (*res publica*, coisa pública), já que a instituição do poder é feita por meio de eleições, por um período certo de tempo, e o governante, representante do povo, tem o dever de prestar contas de seus atos. (PAULO e MAIA, 2006; SILVA, 2003).

A repartição dos poderes, creditada a Montesquieu, além de melhor garantir a liberdade dos cidadãos, assegura a eficiência do ponto de vista do funcionamento das instituições políticas. Dessa forma, tem-se instituídos os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que compõem o sistema de forma independente e autônoma. (MONTESQUIEU, 1982 *apud* MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 15).

Os poderes podem ser identificados por meio das funções típicas que exercem. De acordo com Silva (2009), cabe ao poder legislativo instituir e dinamizar uma ordem jurídica (função normativa, ordenadora ou legislativa, além da função fiscalizadora aqui não definida); ao poder judiciário compete a função de cumprir e fazer cumprir as normas próprias dessa ordem, resolvendo conflitos de interesses (função disciplinadora ou jurisdicional); e ao poder executivo cumpre a função de administrar os interesses coletivos, gerindo os bens públicos e atendendo às necessidades gerais da sociedade (função administrativa ou executiva).

Quando se analisa o modo que o (poder) executivo e legislativo se relacionam no exercício das atribuições governamentais, percebe-se que o sistema de governo presente no Brasil é o presidencialista. Nessa situação o chefe do poder executivo é também o chefe de governo e da administração pública. Diante dessa formatação, cabe ao chefe do poder executivo prezar pela regular gestão governamental. Apesar de não ser o único agente responsável pelo alcance do bem comum, o chefe do executivo desempenha um papel fundamental quanto ao alcance dos anseios da sociedade.

Ao aparelhar a ação do Estado com garantia de direitos, oferta de serviços e distribuição de recursos, a forma que os governantes conduzem a gestão pública impacta de maneira significativa o cotidiano de grupos sociais e agentes econômicos. Contudo, o governo como (ente) responsável pelo desenvolvimento social e econômico de um país se encontra frente a um dilema de difícil solução: por um lado, existem numerosas restrições orçamentárias, por outro lado, recebe a pressão dos contribuintes que estão demandando, a

cada dia, mais serviços para atender às suas necessidades. (MATIAS-PEREIRA, 2009; PÉREZ E HERNÁNDEZ, 2003).

COSTA *et al* (2009) destacam que com a possibilidade jurídica de reeleição, inúmeras possibilidades de comportamentos podem ser observados na busca, quase que insaciável, dos governantes para sua manutenção no poder.

Nesse sentido, a autonomia fiscal e política adquirida pelos governos estaduais e municipais com a Constituição de 1988 e a realização de eleições em diferente periodicidade para o executivo reforçou o poder dos gestores públicos e os incentivou a realizarem gastos excessivos. (COSTA *et al*, 2009; ABRUCIO e LOUREIRO, 2002; SAMUELS, 1997).

Considerando a atual forma de organização do Estado brasileiro, em que os prefeitos, governadores e presidente dotam de considerável autonomia na gestão e administração, torna-se atrativo aos chefes de governo direcionar os gastos públicos e as prioridades, buscando assim agradar o eleitor e se manter no cargo por mais de um mandato via reeleição.

Nesse contexto, é necessário identificar quais são os comportamentos oportunistas dos governantes no período eleitoral a fim de se criarem instrumentos de controle capazes de coibir a gestão meramente oportunista, que busca votos ao invés de satisfação das necessidades da coletividade.

Na tentativa de auxiliar a gestão pública, em especial a gestão fiscal, foram criados instrumentos de controle, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que veio limitar o poder de atuação dos agentes públicos, inclusive os políticos, ao instituir restrições, como por exemplo, para os gastos executadas no último ano do mandato do chefe do poder executivo. Além de prezar pela boa gestão das finanças públicas, visa, também, coibir práticas exageradas por esses membros.

Nesse contexto, a LRF traz novas diretrizes para a fiscalização e age por meio de normas coercitivas implícitas, que forçam a disciplina, transparência e controle das contas públicas, e pela indicação de mecanismos de gestão controlada de gastos gerais e específicos, bem como limites máximos permitidos no bojo do endividamento. (COSTA, FARONI e VIEIRA, 2006; NUNES e NUNES, 2002).

1.2. Problema de Pesquisa

Este trabalho se insere na área temática em que é discutida a hipótese de que gastos públicos podem estar sendo realizados com o fim de atender interesses políticos dos chefes de governo, como a reeleição ou a permanência do partido no poder. Deve-se atentar que o tema

apresenta uma fundamentação teórica bastante multidisciplinar, envolvendo áreas da economia, política e contabilidade.

Sabe-se que a contabilidade é um instrumento de registro e, conseqüentemente, possibilita o controle dos atos e fatos ocorridos em uma entidade, ainda que seja de natureza governamental. Segundo Hendriksen e Van Breda, (1999, p. 93) a contabilidade já foi definida como “a arte do registro, da classificação e da sumarização de uma maneira significativa e em termos monetários, de transações e eventos que são, pelo menos em parte, de caráter financeiro e da interpretação de seus resultados”.

Dessa forma, a informação gerada pela contabilidade pode ser utilizada para verificar a existência de comportamentos distintos em determinadas fases do governo, como a estrutura das contas públicas no ano eleitoral, no ano anterior ao de eleição e no primeiro ano após as eleições.

Frisa-se que a possibilidade jurídica de reeleição do chefe de governo pode representar uma importante variável de influência no comportamento das contas públicas. Deve-se levar em consideração, também, a quantidade de variáveis envolvidas, como, por exemplo, a organização jurídica do Estado, conceitos políticos, indicadores orçamentários e contábeis que podem estar relacionadas ao tema.

Diante da complexidade e da relevância que envolve o tema e a área de pesquisa, é formulada a seguinte questão:

Quais são as alterações ocorridas nas contas públicas (dos Municípios, Estados e Distrito Federal e da União) no período de transição governamental¹, a partir da emenda constitucional que garantiu a possibilidade jurídica de reeleição aos chefes dos respectivos poderes executivos?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho é **analisar** o comportamento de variáveis orçamentárias e contábeis das Unidades da Federação, com especial enfoque nos períodos eleitorais, buscando **evidências** de **alterações** significativas nas estruturas de **contas** dos

¹ Entende-se, para fins dessa pesquisa, que o período de transição governamental e o período eleitoral referem-se aos anos que antecedem as eleições, aos anos em que se realizam as eleições e aos anos posteriores às eleições. Por exemplo, o período eleitoral referente às eleições de 2010 é representado pelos anos 2009, 2010 e 2011.

Municípios, Estados-membros² e da União, **havendo** ou **não possibilidade jurídica de reeleição** do chefe do poder executivo.

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Definir as variáveis que representarão as contas dos Municípios, Estados e da União para a análise proposta.
- b) Verificar se existem evidências de alterações, em períodos eleitorais, nas contas públicas:
 - i) dos Municípios brasileiros;
 - ii) dos Estados-membros e do Distrito Federal;
 - iii) da União.

1.4. Hipóteses

Antes de apresentar as hipóteses, cabe esclarecer que para Beuren (2004) e Trujillo Ferrari (1982) a função da hipótese é dirigir o pesquisador, é uma preposição antecipadora à comprovação da realidade existencial, uma espécie de pressuposição que antecede a constatação dos fatos.

Assim, com o intuito de confrontar a questão-problema da pesquisa, foram desenvolvidas as seguintes hipóteses de pesquisa:

- I. A composição das despesas públicas se altera em função do período eleitoral.
- II. A composição das receitas públicas se altera em função do período eleitoral.
- III. Não há influência político-partidária na estrutura das contas públicas.
- IV. A estrutura das contas públicas de Municípios, Estados e da União foram afetadas devido à possibilidade de reeleição do chefe do poder executivo.
- V. O efeito gerado pelo período de transição governamental é o mesmo em Municípios, Estados e na União.

As hipóteses alternativas representam a constatação de não ocorrência das hipóteses acima formuladas. A negação de algumas destas hipóteses não desqualificam os objetivos geral ou específicos.

² Ao se mencionar a expressão Estados-membros, compreende-se que seu conceito inclui os 26 (vinte e seis) estados da federação juntamente com a unidade da federação correspondente ao Distrito Federal.

1.5. Justificativa e Relevância da Pesquisa

O estudo se justifica pela importância do tema no cotidiano político, no ambiente acadêmico e para a sociedade em geral. Propõe-se servir, hoje, como um instrumento de percepção e, no futuro, como um instrumento de controle sobre os governos locais, regionais e central.

Uma das variáveis relevantes da pesquisa se refere à possibilidade que os governantes têm, desde 1998, de se reelegerem para um segundo mandato, mantendo, assim o poder por até oito anos nas mãos de um único político ou partido.

Isso pode refletir na forma como são direcionados os gastos públicos ou como são geridas as receitas do governo, em resumo, na **estrutura** das contas públicas.

Até a metade do ano de 1997³, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), promulgada em 1988, prescrevia em seu capítulo “dos direitos políticos” a seguinte proibição:

Art. 14

(...)

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, o texto Magno passou a conceder o direito de reeleição até então proibido, alterando o parágrafo da seguinte forma:

Art. 14

(...)

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

Essa mudança trouxe diversas conseqüências no cenário político nacional. Desde então, já foram realizadas três eleições gerais, em que foram eleitos, concomitantemente, Presidente da República e Governador de Estado, nos anos de 1998, 2002 e 2004. Também foram realizadas três eleições municipais, em que se elegeram Prefeitos, nos anos de 2000, 2004 e 2008. Destaque-se que em ambos os casos, o mandato do chefe do poder executivo é de quatro anos, conforme previsto nos art. 28, 29 e 82 da CF.

A partir da reforma da Constituição, houve reeleição em todos os pleitos realizados para a presidência da república. No ano de 1998, FHC foi reeleito, para o segundo e último mandato, que concluiu no ano de 2002. Nesse mesmo ano, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula)

³ Penúltimo ano de governo do primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

foi eleito para seu primeiro mandato, sendo reeleito, posteriormente, em 2006, para o segundo e último mandato.

Nos vinte e seis Estados da federação e no Distrito Federal, treze governadores, cerca de 48%, foram reeleitos no ano de 1998. Já no ano de 2002, seis governadores foram reeleitos quando apenas quatorze poderiam se reeleger, aproximadamente 43% dos candidatos. Já em 2006, doze governadores foram reeleitos quando apenas vinte e um poderiam ser reeleitos, o que representa uma confirmação de 57% de reeleição dentre aquelas que seriam juridicamente possíveis.

No âmbito municipal, dentre os 3.333 Municípios selecionados para o presente estudo, verificou-se que no ano de 2000, 1.268 prefeitos foram reeleitos para o segundo mandato. Já na eleição de 2004, 818 Municípios reelegeram seus prefeitos, sendo que apenas 2.065 poderiam ser reeleitos. No último ano de análise, 2008, o número de prefeitos reeleitos passou para 1.354, quando em apenas 2.515 Municípios havia possibilidade de reeleição.

De acordo com os dados apresentados, já se pode compreender a justificativa da escolha do período de análise, que considera todas as eleições que ocorreram após a implementação jurídica do instituto da reeleição, que desde sua permissão constitucional, tem se mostrado freqüente em todos os níveis de governo com uma ocorrência média crescente a cada eleição.

O enfoque acadêmico desse trabalho pode ser revelador, já que pesquisas realizadas anteriormente analisaram individualmente Estados-membros ou Municípios de determinados Estados ou regiões, pendente, então, de uma análise que compreenda todas as esferas de governo, isto é, União, Estados e Municípios.

A seguir é apresentado o quadro ilustrativo do período de análise com os anos de eleição para presidente, governador e prefeito e os respectivos mandatos.

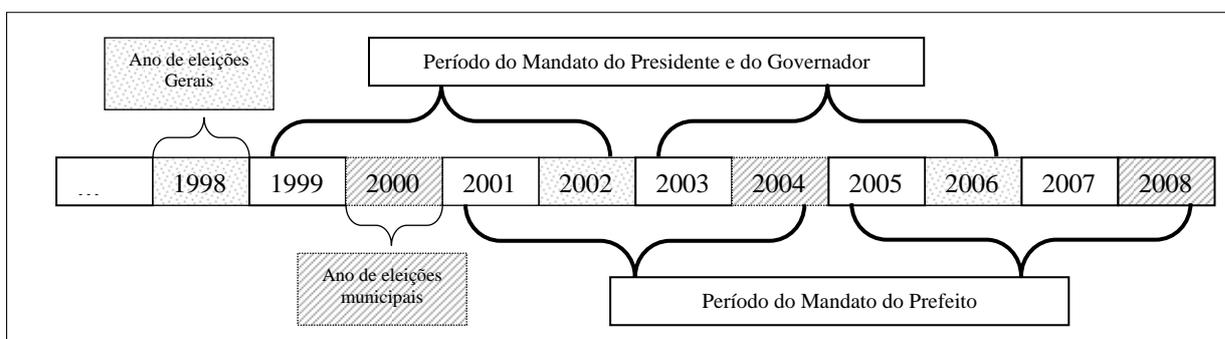


Ilustração 1: Representação do Período de Transição de Governo.

Fonte: elaboração própria.

1.6. Delimitação da Pesquisa

O estudo em tela alcançará as três esferas de governo: Municipal, Estadual e Federal e analisará as contas desses entes em todos os períodos eleitorais cuja possibilidade jurídica de reeleição já havia sido implementada.

Desse modo, o período escolhido para análise dos Municípios restringiu-se ao lapso temporal de 1998 até 2009, abrangendo, assim, as três eleições para prefeitos realizadas nos anos de 2000, 2004 e 2008.

Para os Estados-membros, limitou-se a análise no período de 1995 até 2009, abrangendo as três eleições (1998, 2002 e 2006) nas quais já havia a possibilidade de os governadores serem reeleitos.

Quanto à União, o período de exame também foi de 1995 até 2009, compreendendo três eleições cujas datas coincidem com as eleições estaduais.

Em razão da limitação das fontes e com a preocupação de se manter a uniformidade, as informações relativas às contas da União, dos Estados e dos Municípios foram coletadas na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional, com uma frequência anual.

1.7. Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e análises e por fim, as considerações finais.

Neste primeiro capítulo é feita uma breve introdução ao tema, com a exposição do problema de pesquisa, objetivos, hipóteses, relevância e delimitação da pesquisa.

No segundo capítulo, apresentam-se os referenciais teóricos a respeito do assunto objeto de análise, abordando os quatro temas de sustentação para a pesquisa, que se referem a: finanças públicas, conceituações do Estado brasileiro, teoria dos ciclos políticos e suas vertentes, bem como tópicos a respeito da gestão pública.

O capítulo seguinte apresenta os métodos utilizados para realização do estudo, isto é: a caracterização da pesquisa e a descrição e instrumentalização dos procedimentos adotados para consecução dos resultados.

No quarto capítulo são evidenciados os resultados apurados com as técnicas propostas para o exame do objetivo, acompanhados das respectivas análises.

O capítulo final traz as considerações a respeito do estudo realizado quanto ao alcance dos objetivos propostos, bem como sugestões e recomendações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com objetivo de fomentar e fornecer uma contextualização mais ampla a respeito dos principais assuntos que envolvem o trabalho, será apresentada uma revisão literária concernente aos seguintes assuntos: finanças públicas; estrutura jurídica e político-administrativa do Estado brasileiro; ciclos políticos e, por fim, uma revisão sobre a gestão pública, incluindo conceitos e atributos da contabilidade aplicada ao setor público.

2.1. FINANÇAS PÚBLICAS

Quando se realizam estudos que envolvem o setor público (ou governamental) e seus aspectos financeiros, torna-se imprescindível o conhecimento de alguns conceitos relacionados à origem e à evolução do papel das finanças no Estado. A partir da interação inicial com algumas dessas definições, poderão ser feitas análises críticas ao tema e ao enfoque da pesquisa.

2.1.1. Conceitos

Inicialmente, deve-se compreender que a denominação para o conjunto de atividades que envolvem a gestão financeira estatal que hoje se convencionou chamar de finanças públicas já apresentou diversas variações ao longo da própria evolução de seus conceitos e objetivos.

Baleeiro (2010) esclarece que no velho português, como ainda é na Espanha, as finanças são designadas pelo termo fazenda ou *hacienda* e daí explica-se o uso até hoje do título de Ministro da Fazenda, que fez nascer até o pretensioso neologismo “fazendário”, para qualificação dos assuntos que lhe são inerentes.

De acordo com o autor, a denominação “ciência das finanças” sofre algumas distinções ao redor do mundo. No inglês, a simples definição *finance* se refere aos negócios privados correlacionados com operações em bolsas de valores, sendo necessário acrescentar um adjetivo esclarecedor quando se pretende referir às atividades governamentais, ficando assim denominada: *Public Finance*.

Menciona, ainda, que há relatos de obras em que foram empregadas outras denominações para o que é chamado de finanças, ciência das finanças ou finanças públicas, como o termo sintelologia defendida pelo comercialista português Ferreira Borges; economia

financeira (no México) ou economia pública (por Guillaume de Greef e Dídimo da Veiga) e até mesmo *governmental finance* nos Estados Unidos.

Torres (2010) ensina que o termo finanças, que surgiu na Idade Média por derivação da palavra latim *finare*, é sinônimo de finanças públicas e tem a mesma extensão da expressão atividade financeira.

Com relação à definição de finanças públicas, destaca-se a contribuição de Dalton (1996), que definiu as finanças públicas como aqueles assuntos que se inserem na linha de fronteira entre a economia e a política, preocupada com as receitas e despesas das administrações públicas e ocupada em promover o ajustamento entre elas.

Para Matias-Pereira (2009b), as finanças públicas podem ser entendidas como a atividade financeira do Estado direcionada para a obtenção e o emprego dos meios materiais e de serviços para a realização das necessidades da coletividade, de interesse geral, atendidas pelo processo do serviço público. Nesse contexto, apresenta-se como ferramenta indispensável para o funcionamento do Estado, além da função de assegurar a manutenção da administração e dos serviços oferecidos, bem como influenciar e corrigir os desequilíbrios da economia de um país.

Silva (2009) compactua com o mesmo pensamento, pois as finanças públicas, na sua visão, não são apenas um meio de assegurar a cobertura para as despesas de governo, são, também, no Estado moderno, um meio de intervir na economia, de exercer pressão sobre a estrutura produtiva e de modificar as regras de distribuição da renda. Dessa forma, o autor considera que com este instrumental, as finanças públicas passaram a interagir-se com a nova finalidade do Estado, que é estabelecer um equilíbrio geral das estruturas institucionais (jurídica, política, moral e religiosa), o que ultrapassa o conceito clássico e restrito de mero equilíbrio orçamentário.

Segundo Baleeiro (2010), a Ciência das Finanças estuda a obtenção e emprego dos meios, matérias e serviços para realização de seus fins. Seria, então, o estudo da atividade financeira do Estado, que, pela investigação dos fatos, procura explicar os fenômenos ligados a obtenção e ao dispêndio do dinheiro necessário ao funcionamento dos serviços a cargo do Estado, reforçando o caráter de sistema orgânico de serviços públicos para satisfazer as necessidades gerais da população.

Ainda, de acordo com Baleeiro (2010), é importante distinguir o conceito de estudo financeiro do estudo fiscal. Afirma que o Direito Financeiro é compreensivo do conjunto das normas sobre todas as receitas, despesas, orçamento, crédito e processo fiscal. Já o Direito Fiscal aplica-se contemporaneamente ao campo restrito das receitas de caráter compulsório.

Regula precisamente as relações jurídicas entre o Fisco, como sujeito ativo, e o contribuinte, como sujeito passivo.

Após o esclarecimento, entende-se que, no presente caso, o desenvolvimento da pesquisa se alinha ao estudo financeiro, não se confundindo com o fiscal ou tributário.

2.1.2. Atividade Financeira do Estado

Segundo Machado (2007), independente da concepção adotada para a definição do Estado, é inegável que ele desenvolve a atividade financeira, pois para alcançar seus objetivos, precisa de recursos financeiros e desenvolve essa atividade para obter, gerir e aplicar tais recursos. Assim, o Estado não dispensa os recursos financeiros que arrecada do setor privado, no exercício de sua soberania.

Para Baleeiro (2010), se em tempos remotos foi comum a utilização, por parte do Estado, da requisição ou da colaboração gratuita dos agentes, na fase contemporânea a regra é pagar com dinheiro os bens e trabalhos necessários ao desempenho da sua missão. É o que ele chama de processo da despesa pública, que substituiu o da gratuidade. Como se trata de pagamento em dinheiro, denomina-se atividade financeira. Desse modo, a atividade financeira consiste, então, em obter, criar, gerir e despender o dinheiro indispensável às necessidades, cuja satisfação o Estado assumiu.

A figura a seguir apresenta a relação dos fatores que, de forma conjunta, compõem a atividade financeira estatal.

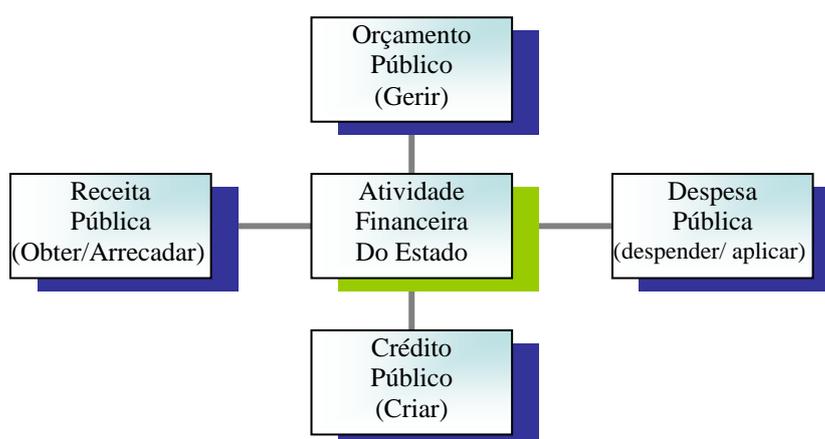


Ilustração 2: Relacionamento dos componentes da Atividade Financeira do Estado.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Bastos (1998), a atividade política do Estado é que determina a escolha dos objetivos que devem ser perseguidos prioritariamente, visto que não é possível querer atingir todos de uma só vez, em razão da escassez dos meios financeiros.

Considerando que apenas o que a atividade política determinar como objetivo é que será perseguido pelo Estado, Marcelino (2004) elucida que os objetivos, então, são fins para os quais se dirige a atividade grupal. Eles fornecem o caminho a ser seguido por todos, reduzem comportamentos indesejáveis e ambigüidades.

Desse modo, é preciso reconhecer que o funcionamento do Estado depende de uma atividade financeira consistente na obtenção de recursos, na sua gestão e aplicação. É em razão dessa atividade que se torna possível a realização de demais ações por parte do Estado. Bastos (1998) conclui que constitui atividade financeira todas aquelas que têm por objeto o dinheiro, como a realização de uma receita ou administração do produto arrecadado, ou ainda a realização de um dispêndio ou investimento.

Torres (2010) concorda com Bastos (1998), pois os fins e os objetivos políticos e econômicos do Estado só podem ser financiados pelos ingressos nas receitas públicas, que podem derivar da arrecadação ou originar da exploração do patrimônio, e que a partir desses recursos o Estado suportará a despesa necessária para consecução de seus objetivos.

Para o autor, esse processo de obtenção de receita e realização dos gastos se faz de acordo com o planejamento consubstanciado no orçamento anual. Por conseguinte, todas essas ações estatais, no âmbito de receitas e despesas orientadas pelo orçamento, constituem atividade financeira.

Registre-se que a atividade financeira envolve a constituição e a gestão da Fazenda Pública, isto é, os recursos e as obrigações do Estado e a sua administração. Desse modo, Torres (2010) propõe examinar o conceito de Fazenda Pública sob dois aspectos: o objetivo e o subjetivo. No primeiro, a Fazenda Pública é considerada o complexo dos recursos e obrigações financeiras do Estado, compreende os direitos criados pela legislação e consignados no orçamento como os ingressos, isto é, os fundos que efetivamente afluem ao Tesouro, e também as obrigações financeiras assumidas de acordo com a permissão da lei. Já sob a ótica subjetiva, a Fazenda Pública é a própria pessoa jurídica de direito público na figura de seus órgãos de administração financeira.

Segundo Torres (2010), a atividade financeira emana do poder ou da soberania financeira do Estado e o poder financeiro é uma parcela do poder estatal, ao lado de outros, como o poder de polícia, o poder penal e o poder do domínio eminente. O autor separa o poder financeiro sob duas vertentes: uma horizontal e outra vertical. Horizontalmente,

separam-se os poderes financeiros de administrar, legislar e julgar, pelo que a atividade financeira será uma específica atividade administrativa vinculada à lei e controlada pelo Judiciário. Do ponto de vista vertical, identificam-se os poderes financeiros federal, estadual e municipal, referindo-se respectivamente à União, aos Estados-membros e aos Municípios.

A característica da atividade financeira que a distingue das atividades econômicas, políticas e administrativas (com as quais, inclusive, tem íntimo relacionamento) e não deve ser esquecida é a sua natureza instrumental (TORRES, 2010), pois não se constitui fim em si mesmo obter e gastar recursos, já que o objetivo estatal não é, ou pelo menos não deve ser, enriquecer e exorbitar seu patrimônio, a exemplo dos objetivos privados.

Cabe estabelecer um paralelo entre a atividade financeira e as demais atividades elencadas por Torres (2010).

A atividade financeira se aproxima da atividade econômica porque também é forma de obter recursos escassos, mas se distingue no ponto em que a atividade econômica é praticada por particulares e tem finalidade própria em si.

A aproximação da atividade financeira com a atividade política se dá no momento em que ambas incorporam a característica autoritária da decisão, mas se distanciam, pois a atividade financeira não tem por objetivo manter o equilíbrio entre os poderes, nem de realizar as políticas públicas.

Por fim, a atividade financeira aproxima-se da atividade administrativa por ser uma específica forma de administração das finanças do Estado; mas dela se afasta no que se refere aos objetivos perseguidos.

O caráter instrumental atribuído à atividade financeira do estado está presente tanto no campo da fiscalidade como no da extrafiscalidade, esta última representando os objetivos intervencionistas e regulatórios do Estado. (TORRES, 2010).

Ao atuar, interferindo nas atividades econômica, política e social, por meio de diferentes políticas, o Estado nacional, em que pese suas limitações, especialmente as impostas pelo fenômeno da globalização, se apresenta como um agente indispensável para atender aos anseios e aspirações da sociedade. Isso se materializa por sua função como ente regulador; na promoção do desenvolvimento; redistribuição da renda; na estabilização da economia; e, ainda, nas atividades típicas do Estado, por meio da produção e fornecimento de bens e serviços. (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 113).

2.1.3. Necessidades Públicas

Matias-Pereira (2009) esclarece que governar está relacionado a adotar medidas ou tomar decisões para atender às necessidades públicas. Bastos (1998) distingue a necessidade pública coletiva da necessidade individual ou geral. Para ele o agrupamento das necessidades individuais dá lugar a necessidades gerais, o que não deve ser confundido com necessidades coletivas, que não são homogêneas como as necessidades gerais. O caráter coletivo de uma necessidade é dado tanto pelos sujeitos que a ressentem como pelos meios para satisfazê-las. O que fica claro é que as necessidades coletivas não são sofridas por todos os cidadãos, basta que a coletividade se conforme com seu financiamento por todos.

Baleeiro (2010) conceitua como sendo necessidade pública toda aquela que, sendo de interesse geral, é satisfeita pelo processo do serviço público. De acordo com Matias-Pereira (2009), serviço público é todo aquele imprescindível à coletividade e, como tal, declarado pelos poderes competentes, cuja prestação está a cargo do Estado. Ainda que instituições privadas atuem em uma dessas áreas, o governo tem a obrigação de colocar à disposição da população esses tipos de serviços.

De acordo com Bastos (1998), como a atividade pública não é capaz de satisfazer a todas as necessidades coletivas, os governantes optam por realizar aquelas que merecem atenção de uma atividade pública, sendo que assim serão qualificadas como necessidades públicas.

Depreende-se daí um possível conceito para os serviços públicos. De acordo com Matias-Pereira (2009), sempre que o Estado presta ou oferece um serviço de interesse geral para satisfazer às necessidades coletivas, realiza um serviço público. Kohama (2006) complementa que os serviços públicos podem abranger atividades que competem exclusivamente ao Estado, e por ele são exercidas diretamente, e atividades exercidas por delegações do poder público, atendendo a interesses coletivos ou ao bem-estar geral.

Segundo Baleeiro (2010), serviços públicos são os meios técnicos e jurídicos pelos quais, através de seus agentes e suas instalações, a pessoa de Direito público interno, usando do poder estatal, busca atingir os fins que lhe atribuem as idéias políticas e morais da época. Acrescenta o autor que cada época escolhe de maneira política os objetivos imediatos que devem constituir a tarefa dos serviços públicos.

2.1.4. Crescimento dos gastos públicos

Marcelino (1988, p. 18) afirma que a principal atribuição da administração pública é prestar serviços à coletividade. E por meio dos serviços públicos é que o Estado oferece à sociedade os bens e os serviços indispensáveis ao convívio social.

Buscando organizar e manter os serviços públicos, o Estado necessita despender grande soma de recursos financeiros, resultando, com isso, na necessidade de uma política planejada e transparente que envolva a atividade de criação, arrecadação e custódia da Receita Pública e, igualmente, uma atividade correlata para realização da Despesa Pública. (AGUIAR, 2004, p. 31; ROCHA, 2009, p. 30).

Segundo Matias-Pereira (2009), o crescimento acelerado dos gastos públicos deriva, em parte, do elevado nível das demandas da sociedade, de forma que, quanto maior o volume de serviços públicos ofertados, maior o aparato administrativo e, por decorrência, o valor dos impostos.

O autor revela ainda outro aspecto que pode ser apontado como determinante para os crescentes gastos governamentais:

O elevado incremento do número de empresas estatais, após o término da Segunda Guerra Mundial, é uma consequência direta dessa política, para justificar a interferência do Estado em novas atividades ou setores típicos do setor privado. Entre essas justificativas, destacam-se: necessidade de garantir o monopólio de recursos escassos ou estratégicos, redistribuição da riqueza ou do emprego, de uma região para outra, entrada em setores que demandam altos investimentos, não encontrados fora do Estado, estímulo a novos investimentos do setor privado, entre outras. (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 118).

Para Machado (2007), o Estado é perdulário e ao sê-lo privilegia uns poucos, em detrimento da maioria, pois não investe nos serviços públicos essenciais dos quais a maioria carece, como educação, segurança e saúde.

Matias-Pereira (2009), citando Dalton (1960, p. 3), esclarece que enquanto o Estado se transformou em um agente econômico, principalmente envolvido no atendimento das necessidades individuais e coletivas, as finanças públicas converteram-se na denominada economia política da atualidade, considerando que a maior parcela das decisões econômicas é concebida no âmbito da política, ao passo que seus efeitos ocorrem no âmbito econômico.

Nesse contexto, as finanças públicas passam a cuidar, no âmbito de suas ações e efeitos, do comportamento econômico do governo, apresentando-se como um segmento da teoria econômica. Nessa fase, o foco voltou-se para a alocação de recursos escassos entre um elenco de usos privados e públicos, objetivando a maximização do bem-estar social e, assim,

acabou por incorporar lições importantes relacionadas à ciência econômica e à ciência política. (MATIAS-PEREIRA, 2009)

Giacomoni (2007) esclarece que diversas correntes doutrinárias no campo da economia têm procurado explicar as causas que determinam o crescimento das despesas públicas e, assim, o próprio aumento da participação do Estado na economia. A mais antiga contribuição, segundo o autor, é atribuída ao economista alemão Adolf Wagner que formulou em 1880, a denominada “Lei do Crescimento Incessante das Atividades Estatais”, a qual descreve que:

À medida que cresce o nível de renda em países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas, de tal forma que a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país. (REZENDE, 2001, p. 21)

Richard Bird veio, posteriormente, em meados de 1960, comprovar a Lei de Wagner ao testar empiricamente a elasticidade das despesas públicas em relação à Renda Nacional em países como Alemanha, Reino Unido e Suécia. Ao final do estudo, foram apontados três fatores determinantes para os resultados apresentados na pesquisa: a) o crescimento das funções administrativas e de segurança; b) as crescentes demandas por maior bem-estar social (especialmente educação e saúde); c) a maior intervenção direta e indireta do governo no processo produtivo.

Giacomoni (2007) relata que estudos posteriores apontaram outras causas do crescimento dos gastos públicos, contudo todas inter-relacionadas, como a necessidade de serviços públicos, o desejo de melhores serviços públicos, os recursos disponíveis para utilização pelo governo e o custo dos serviços públicos.

A explicação para as duas primeiras causas é clássica: o governo aumenta seu raio de ação, já que existe demanda por seus serviços. A terceira é derivada das facilidades que o governo tem na geração de recursos, os quais, por seu turno, estimulam a oferta de serviços e bens públicos. A quarta causa traz uma questão hoje bastante conhecida: os serviços públicos são pouco suscetíveis ao emprego de fórmulas racionadoras que visam à redução de seus custos. (GIACOMONI, 2007, p.8)

Outra hipótese que também se insere no rol das interpretações neoclássicas do crescimento dos gastos públicos foi testada por Peacock & Wiseman, sob denominação de efeito translação, e por Musgrave, R. e Musgrave, P. (1980, p. 122), que batizaram como efeito limite (*Threshold Effect*). A idéia central consiste na afirmação que períodos de guerra geram aumentos nos gastos públicos, pois tal situação de comoção gera nos indivíduos um sentimento de não-aversão ao incremento da carga tributária, entretanto, depois de passado o

período de guerra, as despesas públicas caem, porém tendem a continuar acima dos níveis anteriores.

Segundo Rezende (2001), o chamado efeito translação pode ser consequência das fortes depressões econômicas e dos surtos inflacionários agudos. Como exemplo prático, relata experiências do último século vivenciadas pela economia brasileira.

Outra linha de pensamento apresentada por Giacomoni (2007) refere-se às interpretações neo-institucionalistas que estudam a influência das instituições, organizações e do comportamento da burocracia no crescimento do aparato do Estado.

Por oportuno, cabe registrar que North (1990) *apud* Matias-Pereira (2009b, p. 126) declarou serem as instituições como regras formais ou informais idealizadas pelos homens, para criarem ordem ou reduzirem as incertezas das trocas. Nesse sentido, as instituições e organizações afetam o desempenho da economia na medida em que, ao dar forma e estruturar as interações humanas, reduzem as incertezas e induzem a cooperação, diminuindo os custos das transações.

Uma das correntes neo-institucionalistas de maior notoriedade, a *Public Choice*, considera como causa principal do crescimento das despesas públicas, a diversidade existente entre o processo político e o processo de mercado. Já que o processo de mercado distribui renda de forma desigual, o processo político é o mais procurado em razão de distribuir votos indistintamente a todas as pessoas. Assim, o político é estimulado a valorizar, no processo de decisão, aquelas questões que tendem a atrair a maior quantidade de votos. (GIACOMONI, 2007).

Outra corrente, apresentada por Giacomoni (2007), defende que o comportamento do burocrata dentro da organização, como responsável pela entrega de bens e serviços a certa clientela, acaba por receber do setor patrocinador determinado volume de recursos programados sendo, portanto, um processo de maximização do orçamento.

2.1.5. Falhas de mercado

Para Albuquerque, Medeiros e Silva (2008), a teoria das finanças públicas, ao tratar dos fundamentos do Estado e das funções do governo, encontra justificativa para intervenção do Estado na economia, como forma de se buscar a correção de imperfeições do mercado.

De acordo com Matias-Pereira (2009), a teoria das finanças públicas, em geral, se apóia na existência de falhas de mercado, que tornam necessários a presença do governo, o estudo das suas funções e das teorias da tributação e do gasto público.

As falhas de mercado são representadas por fenômenos que impedem que a economia alcance o ótimo de Pareto, ou seja, o estágio de *welfare economics* ou de bem-estar social por meio do livre mercado, sem interferência do governo. A ocorrência de uma situação ótima, entretanto, depende de alguns pressupostos: a) a não existência de progresso técnico e b) o funcionamento do modelo de concorrência perfeita, o que implica a existência de um mercado atomizado – em que as decisões quanto à quantidade produzida de grande número de pequenas firmas são incapazes de afetar o preço de mercado – e de informação perfeita da parte dos agentes econômicos. (MATIAS-PEREIRA, 2009 p. 217; GIAMBIAGI, ALÉM, 2007, p. 4).

Giambiagi e Além (2007) explicam que as denominadas falhas de mercado são representadas pelas seguintes circunstâncias: a) a existência de bens públicos; b) a falha de competição que se reflete na existência de monopólios naturais, c) as externalidades, d) os mercados incompletos, e) as falhas de informação, e f) a ocorrência de desemprego e inflação.

Os bens públicos, de acordo com Giambiagi e Além (2007), podem ser tangíveis, como as ruas ou a iluminação pública, ou, ainda, intangíveis, como a justiça e a segurança pública. São bens cujo consumo/uso é indivisível, pois não gera rivalidade ou exclusão, pois é impossível impedir que um indivíduo usufrua de um bem público. O problema ou a questão que envolve esse tipo de bem é como deverá ser financiado, pois todos utilizam, entretanto, nem todos podem estar dispostos a pagar por esses bens. Então, é por esta razão que a responsabilidade pela provisão dos bens públicos recai sobre o governo, que financia a produção desses bens através da cobrança compulsória de impostos.

Os monopólios naturais, segundo Albuquerque, Medeiros e Silva (2008), são resultantes de falhas de competição em que em determinados setores da economia, apenas uma empresa é responsável pelo provimento de determinado bem ou serviço, como nos casos de abastecimento de água e energia elétrica. Nessas situações, o governo poderá intervir por meio de regulação ou responsabilizando-se diretamente pela produção do bem cuja produção pelo mercado resultaria na existência de um monopólio.

Giambiagi e Além (2007) explicam que as externalidades podem ser positivas, quando ações de indivíduos geram benefícios para os demais em uma coletividade, ou podem ser negativas, quando o efeito dessas ações é um malefício para a coletividade. Por exemplo, quando uma família limpa sua casa e elimina focos de mosquitos da dengue, está gerando um benefício para a vizinhança; mas quando uma fábrica joga seus resíduos tóxicos em um rio, está resultando em uma externalidade negativa para a sociedade. Em razão disso, justifica-se a intervenção do Estado por meio de: a) produção direta ou concessão de subsídios, para gerar

externalidades positivas; b) multas ou impostos para desestimular externalidades negativas; c) regulamentação.

No caso dos mercados incompletos, é necessária a intervenção do Estado fomentando os mercados com financiamentos de longo prazo para que a produção de determinados bens ou serviços, cujos riscos de produção são considerados elevados, sejam ofertados pelo setor privado.

Outro ponto que merece destaque refere-se às falhas na informação. Nesses casos, a intervenção do Estado se justifica em razão de o mercado, por si só, não fornecer dados suficientes para que os consumidores tomem suas decisões racionalmente. Assim, o Estado deve contribuir para que o fluxo de informações seja o mais eficiente possível. (GIAMBIAGI, ALÉM, 2007).

Por fim, os autores afirmam que a ocorrência de desemprego e inflação não se resolvem com o livre funcionamento do mercado, sendo, para tanto, necessária a ação estatal no sentido de implementar políticas que visem à manutenção do sistema econômico o mais próximo possível do pleno emprego e da estabilidade.

Por essas razões a existência do governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas, e em razão disso que a discussão sobre o tamanho adequado do Estado tem a ver mais com questões técnicas do que ideológicas. (GIAMBIAGI, ALÉM, 2007, p. 9).

Niyama e Silva (2007) comentam que o governo atua em áreas da economia e sociedade, como segurança, educação, saúde, entre outras. Além disso, cabe ao governo estruturar e permitir o funcionamento da sociedade de maneira adequada, através da manutenção de uma infraestrutura administrativa e de sistema legal. Segundo os autores, costuma-se dizer que as atribuições do governo estão divididas em três grandes grupos: função alocativa, distributiva e estabilizadora.

Musgrave, R. e Musgrave, P. (1980) propuseram uma classificação das denominadas funções econômicas do Estado, ora denominadas funções fiscais, ora funções de orçamento, sendo o principal instrumento de ação estatal na economia. Essas seriam as funções responsáveis por promover ajustamentos na alocação de recursos, promover ajustamentos na distribuição de renda e manter a estabilidade da economia.

A respeito da função alocativa, a qual tem por objetivo promover ajustamentos na alocação de recursos, ela se justifica naqueles casos em que não houver a necessária eficiência por parte do mecanismo da ação privada.

Em razão das características dos bens públicos, torna-se difícil a apuração exata do valor justo a ser pago por eles. Assim, toda a coletividade deverá arcar financeiramente por meio de impostos para a consecução daqueles bens produzidos pelo Estado. É nesse sentido que o processo político surge como substituto do mecanismo do sistema de mercado. A decisão por um determinado governante através do processo eleitoral funciona como uma espécie de revelação de preferências por parte da sociedade, assim o programa de governo aprovado pela maioria será coberto com as contribuições tributárias das minorias. (GIACOMONI, 2007; GIAMBIAGI, ALÉM, 2007)

Com relação à função pública de promover ajustamentos na distribuição de renda, função distributiva, ela se justifica como um mecanismo de correção das falhas de mercado. Para tanto, Giacomoni (2007) explica que se deve fugir da idealização de Pareto: a melhoria da posição de certas pessoas é feita às expensas de outras, cabendo à sociedade definir o que considera como níveis justos na distribuição da renda e da riqueza. O orçamento público, assim como é na função alocativa, é também na função distributiva o principal instrumento para a viabilização das políticas de distribuição de renda.

A última das funções elencadas é a estabilizadora. Para Giacomoni (2007), além dos ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda, a política fiscal tem quatro objetivos macroeconômicos: manutenção de elevado nível de emprego, estabilidade nos níveis de preços, equilíbrio no balanço de pagamentos e razoável taxa de crescimento econômico. Para ele, esses quatro objetivos, especialmente os dois primeiros, configuram o principal campo de ação da função estabilizadora.

Segundo Giacomoni (2007, p.26):

Em qualquer economia, os níveis de emprego e de preços resultam dos níveis da demanda agregada, isto é, da disposição de gastar dos consumidores, das famílias, dos capitalistas, enfim, de qualquer tipo de comprador. Se a demanda for superior à capacidade nominal (potencial) da produção, os preços tenderão a subir; se for inferior, haverá desemprego. O mecanismo básico da política de estabilização é, portanto, a ação estatal sobre a demanda agregada, aumentando-a e reduzindo-a conforme as necessidades.

De acordo com Musgrave, R. e Musgrave, P. (1980), apesar de útil, tal tarefa é complicada, pois as economias nacionais não operam isoladas, e se encontram vinculadas pelo comércio e pelos fluxos de capital, de maneira que a política de estabilização doméstica deve ser operada de forma a conciliar os objetivos domésticos com aqueles ligados ao comércio internacional.

2.2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Com o objetivo de tornar mais compreensivos os elementos da pesquisa proposta, que envolve atributos jurídicos e políticos, será apresentada nesta seção uma revisão relativa às características do Estado brasileiro.

O Brasil é uma República Federativa e constitui-se em Estado democrático de direito, no qual todo poder emana do povo, e tem a cidadania como um dos seus fundamentos, conforme dispõe a Carta Magna, em seu art. 1º. A Constituição, além de estabelecer que o Brasil é um Estado democrático de direito, cuida de especificar também o preparo do cidadão para o exercício da cidadania. (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 84). Esta é a definição positivada pela constituição e que pode ser melhor interpretada com a revisão de alguns autores, a serem abordados nesta seção.

Para definir o Estado, Silva (2003) cita Balladore Pallieri, que entende o Estado como uma ordenação que deve ter um fim específico e essencial para a regulamentação global das relações sociais entre os membros de uma determinada população sobre certo território.

Na concepção de Miranda (1946, p. 39) *apud* Moraes (2008, p.2), o Estado, como é conhecido hoje, pode ser definido como “o conjunto de todas as relações entre os poderes públicos e os indivíduos, ou daqueles entre si”. Assim, caso desaparecessem tais relações, o Estado também desapareceria.

Cicco e Gonzaga (2009) apresentam uma definição abrangente para o Estado. Seria, portanto, uma instituição organizada política, social e juridicamente, que ocupa um território definido e, na maioria das vezes, sua lei maior é uma Constituição escrita. Além de ser dirigido por um governo soberano reconhecido interna e externamente, é responsável pela organização e pelo controle social, pois detém o monopólio legítimo do uso da força e da coerção.

Com relação à origem do Estado, diversas correntes apresentam motivações distintas para justificar a sua formação dos Estados. Castro (2009, p. 9) relaciona aquelas mais comuns, verificadas na literatura:

Origem familiar ou patriarcal: define que o Estado nasceu como ampliação da família;

Origem em atos de força ou de conquista: o Estado nasce para regular as relações entre vencedores e vencidos;

Origem em causas econômicas ou patrimoniais: o Estado nasce das necessidades dos homens; uma vez que ninguém basta a si mesmo, mas todos precisam de muitas coisas e de outras pessoas.

É importante frisar que não serão discutidas, aqui, as diversas teorias que buscam analisar a origem do Estado, vez que não faz parte do escopo da investigação proposta. Inicia-se, então, a identificação dos elementos e características fundamentais presentes no Estado moderno.

De acordo com Silva (2003), o Estado é constituído por quatro elementos essenciais: um *poder* soberano, um *povo* situado em um *território* com certas *finalidades*, sendo a Constituição o conjunto de normas que organizam estes elementos constitutivos do Estado: povo, território, poder e fins.

Ao explicar os elementos constitutivos do Estado, Bonavides (2010) os separa em dois grupos de ordem formal e material. No primeiro grupo está representado o elemento do poder político; no segundo grupo, relativo à ordem material, é verificado o elemento territorial e humano, este que se qualifica em graus distintos, como população, povo e nação.

Na classificação apresentada por Cicco e Gonzaga (2009), os elementos do Estado, também se dividem em materiais e formais, sendo elementos materiais a população e o território. Já quanto aos elementos formais do Estado, os autores resumem como sendo representado pelo governo.

Assim, o governo consiste no exercício de um poder soberano do Estado. Esse poder é dividido em várias funções, e estas funções, quando são conjugadas, constituem um governo.

Bonavides (2010) explica que os conceitos de povo e de população são distintos, de modo que é preciso cautela ao se tratar dos elementos materiais do Estado. Para ele, a população é conceito puramente demográfico e estatístico, fazem parte da população todas as pessoas presentes no território do Estado, num determinado momento, inclusive estrangeiros e apátridas, independente de qualquer laço jurídico de sujeição ao poder estatal. Isso, segundo o autor, não se confunde com a noção de povo, em que é fundamental o vínculo do indivíduo ao Estado através da nacionalidade ou cidadania.

Em uma definição política, o povo é o quadro humano sufragante, que se politizou (assumindo capacidade decisória), ou seja, o corpo eleitoral. Juridicamente, com efeito, o povo exprime o conjunto de pessoas vinculadas de forma institucional e estável a um determinado ordenamento jurídico. Desse modo, a ótica sociológica, ou naturista, traça uma equivalência do conceito de povo com o de nação. Assim, o povo é compreendido como toda a continuidade do elemento humano, projetado historicamente no decurso de várias gerações e dotado de valores e aspirações comuns. (BONAVIDES, 2010).

Em continuidade à explanação dos elementos formadores do Estado, Bonavides (2010) explica que o território, como elemento material, estaria, para o Estado, assim como o

corpo para a pessoa. Defende a definição de que o território é o espaço dentro do qual o Estado exerce seu poder de império ou soberania.

Quanto aos elementos formais do Estado, inicia-se pela definição de poder que Bonavides (2010) preferiu chamar de energia básica que anima a existência de uma comunidade humana num determinado território, conservando-a unida, coesa e solidária. O autor (2010) menciona que Afonso Arinos definiu como poder a faculdade de tomar decisões em nome da coletividade.

É possível constatar que houve um processo de despersonalização do poder no Estado moderno. Verifica-se, por exemplo, que hoje existe um poder de instituições e não um mero poder de pessoa. Outro aspecto a ser observado se refere à substituição de um poder imposto pela força, por um poder fundado na aprovação do grupo. Desse modo, o resultado é uma transformação de um poder de fato em um poder de direito. (BONAVIDES, 2010).

Matias-Pereira (2009b), a respeito do poder, explica que é uno o poder do Estado e, portanto, no âmbito do respectivo território, o poder soberano é conferido ao Estado e não existem outras competências autoritárias que não provenham de seus órgãos, que efetivamente detêm o poder político, ou então que não derivem diretamente desse poder.

Os traços fundamentais da existência do poder estatal, na opinião de Bonavides (2010), são: a natureza integrativa ou associativa que faz com que o portador do poder do Estado, do ponto de vista jurídico, não seja uma pessoa física nem várias pessoas físicas, mas sempre, e indispensavelmente, a pessoa jurídica, o Estado. O segundo traço essencial é sua capacidade de auto-organização, que decorre precisamente da circunstância de proceder de um direito próprio, de uma faculdade autodeterminativa, de uma autonomia constitucional o poder que essa organização exerce sobre os seus componentes. Por fim, a indivisibilidade do poder expressa que somente pode haver um único titular desse poder, que será sempre o Estado.

Com relação à soberania, esta exprime o mais alto poder do Estado, a qualidade de poder supremo (*supremo potestas*). Apresenta duas faces distintas: a interna e a externa. De forma concisa, Bonavides (2010, p. 119) esclarece que a soberania interna significa o *imperium* que o Estado exerce sobre o território e a população, bem como a superioridade do poder político frente aos demais poderes sociais, que lhes ficam sujeitos, de forma mediata ou imediata, e a (face) externa é a manifestação independente do poder do Estado perante outros Estados.

O exercício do poder na sociedade pode apresentar diferenças, pois se refere ao conceito de forma de governo, que é a maneira que, segundo Silva (2003), se dá a instituição

e o exercício do poder na sociedade, e como se dá a relação entre governantes e governados. Aristóteles já havia concebido três formas básicas de governo: a monarquia, a aristocracia e a república. No caso brasileiro, a forma em que se dá o exercício do poder é caracterizada como uma República.

Cicco e Gonzaga (2009) descrevem que são características da República a temporalidade, ou seja, o chefe do governo é investido de um mandato com prazo determinado de duração; a eletividade, uma vez que não se admite a sucessão hereditária na República - sendo eleito pelo povo; a responsabilidade, tendo em vista que, por ser investido de mandato eletivo popular, o chefe do governo é politicamente responsável, devendo prestar contas e justificar suas orientações políticas. A república democrática consiste em uma forma de governo na qual todo poder emana do povo, podendo ser direta, indireta ou semi-direta.

Outro conceito fundamental para o presente estudo é, segundo Silva (2003), o modo do exercício do poder político em função do território. Isso dá origem ao que se denomina forma de Estado. Explica que se existe apenas uma unidade de poder sobre um território, pessoas e bens, está presente um Estado unitário. Porém, quando o poder se reparte no espaço territorial, gerando uma multiplicidade de organizações governamentais, distribuídas regionalmente, vislumbra-se então a forma de Estado composto, denominado Estado Federal.

Incluem-se no conceito federativo apresentado, além da União, os Estados-membros e os Municípios, conforme proposta de análise do trabalho aqui desenvolvido. Com relação à inclusão dos Municípios como unidade que participa da federação, muitas correntes doutrinárias se contrapõem. Nesse sentido, algumas discussões a respeito são trazidas a seguir.

A Constituição de 1988 consagrou o Município como entidade federativa indispensável ao nosso sistema federativo, interagindo-o na organização político-administrativa e garantindo-lhe plena autonomia baseada na tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e auto-administração. (MORAES, 2008, p. 277).

Moraes (2008, p. 276) ainda cita Bonavides, que ressaltou:

“não conhecemos uma única forma de união federativa contemporânea onde o princípio da autonomia municipal tenha alcançado grau de caracterização política e jurídica tão alto e expressivo quanto aquele que consta da definição constitucional do novo modelo implantado no país a partir de 1988.”

De maneira oposta, Silva (2003) declara que foi equívoco do constituinte incluir os Municípios como componente da federação. Segundo o autor (2003, p. 473), não é porque uma entidade territorial tenha autonomia político-constitucional que, necessariamente, integre

o conceito de entidade federativa; nem o Município é essencial ao conceito de federação brasileira, pois não existe federação de municípios, existe, sim, federação de estados (essenciais a qualquer conceito de federação).

Cicco e Gonzaga (2009) discordam da afirmação acima, pois consideram que houve bom senso do constituinte na Carta de 1988, em que prevaleceu a questão municipal.

Nessa linha, mencionam que a Constituição de 1988 veio a corrigir a falha cometida nas Cartas anteriores, pois integrou o Município na Federação como entidade de terceiro grau, por não se justificar sua exclusão, já que sempre fora peça essencial da organização político-administrativa brasileira. Anteriormente, o conceito de Município flutuava ao sabor dos regimes, que, por vezes, alargavam e, por vezes, comprimiam suas franquias. (MEIRELLES, 2008, p. 45; CICCIO, GONZAGA, 2009, p. 92).

Quanto ao regime ou sistema de governo, adota-se, no Brasil, o presidencialismo. O regime de governo remete-se ao modo de interação entre o Poder Executivo e o Legislativo. No presidencialismo, a chefia do governo e a chefia do Estado ficam concentradas nas mãos de uma única pessoa, do presidente da república, que é eleito para um mandato determinado. Cabe destacar que, segundo Silva (2003), o presidencialismo é o sistema de governo predominante em Repúblicas.

Para completar o assunto aqui abordado, isto é, as definições do Estado, dos elementos que o formam e do relacionamento com o poder e como são caracterizados no caso brasileiro, cabe algumas considerações relativas ao estágio que antecede o exercício do poder, ou seja, o voto.

Conforme previsto na Constituição, o poder deve emanar do povo. O desempenho desse poder, no que tange ao exercício eleitoral decorre do sufrágio, que é o voto. No Brasil, o direito de votar é universal, pois o povo tem a possibilidade de manifestar sua vontade para a formação do governo via sufrágio universal. O voto, no caso brasileiro, tem características de ser secreto, obrigatório, igual e direto. (CICCIO, GONZAGA, 2009).

Segundo Bonavides (2010), o sufrágio é o poder que se reconhece a certo número de pessoas (o corpo de cidadãos) de participar, direta ou indiretamente, na soberania, ou seja, na gerência da vida pública. Quando a participação é direta, o povo decide por votação determinado assunto de governo, porém, quando a participação é indireta, o povo elege seus representantes.

Adentrando nos meandros da Ciência Política, Bonavides (2010) esclarece que o sistema eleitoral adotado num país pode exercer considerável influxo sobre a forma de governo, a organização partidária e a estrutura parlamentar, refletindo até certo ponto a índole

das instituições e a orientação política do regime. Nesse sentido, a doutrina explica a existência de dois sistemas predominantes, a saber, o majoritário e o proporcional.

De acordo com Bonavides (2010), o sistema majoritário de representação, tecnicamente consiste na repartição do território eleitoral em tantas circunscrições eleitorais quantos são os lugares ou mandatos a preencher.

Esse sistema se divide em duas variantes, na primeira, faz-se a votação mediante escrutínio de um só turno, sendo eleito na circunscrição o candidato que obtiver maior número de votos (a maioria simples ou relativa é suficiente para alguém se eleger). Na segunda variante, a votação é estruturada em dois turnos, quando no primeiro turno nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta, isto é, mais da metade dos votos expressos, então no segundo turno será eleito aquele candidato como maioria mesmo que simples.

As vantagens proporcionadas pelo escrutínio majoritário são resumidas nos seguintes pontos: produz governos estáveis; evita a pulverização partidária; cria entre dois grandes partidos um eleitorado, que serve de fiel da balança; favorece a função democrática; permite determinar facilmente o número de candidatos eleitos; e, principalmente, aproxima mais o candidato do eleitor, pois ele vota mais na pessoa do candidato do que no partido ou na ideologia. (BONAVIDES, 2010).

No sistema eleitoral brasileiro, sobre o qual assenta nossa estrutura partidária, verifica-se o emprego de ambos os sistemas de representação: o proporcional, na escolha dos deputados, e o majoritário, na escolha dos senadores e dos titulares do poder executivo.

Para Silva (2003, 126), a democracia é um processo de convivência social em que o poder emana do povo. O poder deve ser exercido, direta ou indiretamente, pelo povo e em proveito do povo. Nesse contexto político, deve-se explicar o que Cicco e Gonzaga (2009) consideram ser a mais importante instituição para o funcionamento de governos democráticos, qual seja, um partido político.

De acordo com os autores supracitados, uma definição abrangente para os partidos políticos deve considerar que:

O partido político é uma associação de cidadãos, chamados “membros do partido”, que se reúnem em torno de um mesmo ideal na condução do governo ou doutrina, visando alcançá-lo por meio de um plano de ação governamental ou programa, mediante o apoio da população, seja como militantes auxiliares na propaganda do partido, seja simplesmente como simpatizantes ou apoiadores morais, econômicos ou intelectuais, seja como eleitores e que tem por função exprimir e organizar as vontades populares na busca do poder. (CICCO, GONZAGA, 2009, p. 110).

O partido político, na visão de Bonavides (2010), é uma organização de pessoas que, inspiradas por idéias ou movidas por interesses, buscam tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conservar-se para realização dos fins propugnados.

2.2.1. Reeleição

Meneguín e Bugarin (2001) consideram que a impossibilidade de manutenção de um governante no poder por dois mandatos sucessivos representava uma das características mais estáveis do sistema político brasileiro. Segundo os autores, essa regra foi mantida até mesmo durante o período autoritário que sucedeu o golpe militar de 1964 e sendo confirmada na Carta democrática de 1988. Nesse período, observaram-se apenas alterações quanto à duração do mandato, que chegou a ser de seis anos.

Entretanto, em razão do relativo sucesso do Plano Real no controle da inflação, bem como as profundas mudanças estruturais na economia exigidas para sua manutenção, fizeram surgir a idéia de que quatro anos seria um período demasiadamente curto para a execução de um programa de governo. (MENEGUÍN; BUGARIN, 2001).

A reeleição explicada por Silva (2003, p. 368) significa a possibilidade que a Constituição reconhece ao titular de um mandato eletivo de pleitear sua própria eleição para um mandato sucessivo ao que está desempenhando. Acrescenta que a tradição do direito constitucional brasileiro sempre foi a de admitir a reeleição de titulares de mandatos parlamentares e a de proibir a reeleição para mandatos executivos.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 16 de 1997, a reeleição dos titulares de mandatos executivos se transformou em direito político positivo, vez que superou a proibição que constava do texto Magno como um aspecto de inelegibilidade.

Moraes (2008) define como elegibilidade a capacidade eleitoral passiva consistente na possibilidade de o cidadão pleitear determinados mandatos políticos, mediante eleição popular, desde que preenchidos certos requisitos, a saber: não basta possuir a capacidade eleitoral ativa (ser eleitor) para possuir a capacidade eleitoral passiva (poder ser eleito). Tais condições estão estabelecidas no art. 14, § 3º, da Carta Constitucional, e referem-se à nacionalidade, ao pleno exercício dos direitos políticos, ao alistamento eleitoral, ao domicílio eleitoral na circunscrição, à filiação partidária e à idade mínima compatível com o cargo que se pretende.

Desse modo, a inelegibilidade consiste na ausência de capacidade eleitoral passiva e tem por finalidade, conforme Moraes (2008, p. 233), proteger a normalidade e legitimidade

das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. No caso da reeleição, que fora proibida até 1997, tratava-se de uma espécie de inelegibilidade.

Para Moraes (2008), a tradição em nosso ordenamento em vetar a possibilidade de reeleição visava não só afastar o perigo da perpetuidade da mesma pessoa na chefia da Nação, por meio de sucessivos mandatos, mas também repelir a possibilidade do uso da máquina administrativa por parte do Chefe do Poder Executivo, na busca de novos mandatos.

Contudo, o autor salienta que o argumento da utilização da máquina administrativa em seu próprio favor não convence por completo, já que pode ocorrer e, costumeira e lamentavelmente ocorre, a favor do candidato de seu partido político e, desse modo, Moraes (2008) concorda com o instituto da reeleição, em se tratando de haver possibilidade jurídica de reeleição por um período apenas restando mantida a inelegibilidade relativa para um terceiro mandato sucessivo.

Além da possibilidade de reeleição, a Emenda Constitucional nº. 16/1997 também alterou as datas para realização das votações, sendo realizadas no primeiro domingo de outubro do último ano de mandato, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno.

2.3. CICLOS POLÍTICOS

De acordo com Fialho (1999), a suposição basilar da Teoria dos Ciclos Políticos advoga que a economia apresenta uma tendência cíclica antes das eleições – refletida na redução da taxa de desemprego e no crescimento do produto e/ou renda - resultante do esforço dos dirigentes políticos para criarem condições econômicas favoráveis, capazes de influenciar, positivamente, o resultado eleitoral.

Por outro lado, na análise de Martins (2002), cada indivíduo toma uma decisão racional de voto que maximize o seu benefício líquido a partir do resultado eleitoral. Com isso, surge a idéia de que os eleitores podem reagir às variações econômicas por meio do voto, rejeitando ou apoiando o governo.

Com base nesse cenário é que foram iniciadas as pesquisas para confirmar as possíveis relações entre a economia, os políticos e os eleitores e fez surgir, segundo Martins (2002), os modelos político-econômicos, formulados quantitativamente e factíveis de testes empíricos para suas confirmações.

Para Nakaguma (2006), os modelos de ciclos políticos focalizam na questão de que os eleitores preferem governantes mais competentes, atribuindo aos ciclos o papel de um mecanismo sinalizador de competência. Por outro lado, os modelos de controle eleitoral partem da premissa de que os governantes são oportunistas e analisam as eleições como um instrumento de controle à disposição dos eleitores.

Cabe ressaltar que não constitui, contudo, objetivo central deste estudo comprovar ou testar evidências de ciclos políticos ou eleitorais no Brasil. Entretanto, a análise a ser realizada aproveitará da literatura existente sobre estes ciclos para reforçar a hipótese de que há alteração no comportamento das contas governamentais em razão do período eleitoral.

Nas seções seguintes, serão apresentadas as principais discussões a respeito dos modelos, de acordo com as literaturas que foram desenvolvidas para a comprovação da referida teoria cíclica. Inclui, também, uma breve revisão dos principais trabalhos em que o tema foi explorado.

A literatura tem classificado os modelos dos ciclos políticos sob os prismas de uma abordagem relativa ao comportamento dos eleitores e quanto ao comportamento dos partidos políticos. Com relação aos eleitores, divide-se em tradicional e racional; já para o comportamento dos partidos, ramifica-se em oportunista ou ideológico.

A interação entre os modelos da teoria pode ser visualizada no quadro abaixo:

		PARTIDOS	
		HIPÓTESES	
ELEITORES (expectativas)	IRRACIONAIS / TRADICIONAIS	<i>Teoria Oportunista Tradicional ou Clássica</i>	<i>Teoria Partidária Tradicional</i>
	RACIONAIS	<i>Teoria Oportunista Racional</i>	<i>Teoria Partidária Racional</i>

Quadro 1: Matriz de relação entre os modelos de ciclos políticos.

Fonte: Adaptado de Martins (2002).

Essa relação permite inferir que o comportamento dos eleitores pode ser examinado sob a premissa de que suas atitudes advêm de expectativas formadas de maneira adaptativa ou de maneira racional. Já com relação ao comportamento dos partidos, poderão ser meros maximizadores de suas preferências ideológicas ou de votos.

A divisão dos modelos em perspectivas tradicionais (expectativas adaptativas) e racionais (expectativas racionais) representa, segundo Bittencourt (2002), um indicativo da própria evolução da teoria do ciclo político.

2.3.1. Teoria Oportunista Clássica

Estudos pioneiros como *Political Aspects of Full Employment* de Kalecki (1943), *Political Economic Cycles* de Akerman (1947) e *An Economic Theory of Democracy* de Downs (1957) foram os precursores para o despontar de modelos formais que se propuseram analisar o impacto dos fatores políticos na economia.

A perspectiva teórica desenvolvida por Downs (1957) tem com hipótese fundamental que os partidos políticos em uma democracia tendem a formular suas políticas, estritamente como um meio de ganhar votos. Dessa forma, os políticos não buscam ser eleitos para realizar determinadas políticas preconcebidas ou para servir a quaisquer grupos de interesses particulares, na verdade fazem justamente o contrário: criam políticas e servem a grupos de interesse a fim de ganhar as eleições.

Nota-se a sutil diferença entre os objetivos políticos que Downs (1957) quis demonstrar em seu estudo. Assim, a função social dos (partidos) políticos, que seria a de formular e executar políticas (públicas) acaba se transformando, quando eleitos, em um subproduto de seus interesses particulares – que se resumem em aumentar suas rendas, seus poderes e o prestígio de se manterem no poder.

Esta hipótese implica que, numa democracia, o governo sempre age de forma a maximizar o número de votos que vai receber, agindo como se fosse um empresário maximizador de lucro. Além disso, ele deve competir por voto com outros partidos, assim como dois ou mais empresários concorrem para a venda no mercado.

As políticas formuladas visam às metas de maximizar votos e permanecer no poder, sem levar em conta os efeitos de tais políticas sobre a atividade econômica, exceto, talvez, quando elas influenciam na escolha dos eleitores. (FIALHO, 1999; MARTINS, 2002).

Já os eleitores, de acordo com Downs (1957), se comportam racionalmente, pois suas escolhas serão pelo governo que for mais benéfico para eles. Sendo assim, cada cidadão forma uma expectativa quanto ao partido que lhe trazer maior utilidade, assim, escolhe em quem votar. O principal fator que influencia na expectativa de benefício futuro que cada partido irá produzir para o eleitor não está nas promessas de campanha sobre o futuro, mas em seu desempenho durante o período final do mandato.

Preussler (2001) destaca que para avaliar o partido do governo, o eleitor utiliza como parâmetro o desempenho observado no período imediatamente anterior ao da eleição. Já para os partidos de oposição, a expectativa é criada na provável postura que teriam se estivessem no governo.

A partir da década de setenta, tendo como inspiração a provocação feita por Downs (1957), surge a teoria denominada “ciclos políticos oportunistas”, que defende ser o objetivo principal dos políticos “maximizar sua probabilidade de reeleição”.

Fialho (1999) destaca que a idéia subjacente na teoria é a de que uma vez no poder, os políticos utilizam todos os instrumentos disponíveis para garantirem a reeleição, sem levar em conta, em suas decisões, os eleitores e até mesmo seus partidos políticos.

Nesse sentido, para aumentarem as chances de serem reeleitos, os governantes possuiriam elevados incentivos para manipular as políticas públicas com o intuito de elevar o bem-estar dos eleitores e sinalizar competência.

Os principais trabalhos inspirados nessa vertente foram: *The Political Business Cycles* por Nordhaus (1975); *A Political Model of the Business Cycles* por MacRae (1977) e o *Political Control of the Economy* por Tufte (1978).

Nordhaus (1975), em seu artigo seminal, baseia-se na caracterização do cenário econômico simples representado pela relação inversa entre inflação e desemprego, conforme a curva de *Phillips* convencional. Em resumo o sistema econômico é representado por uma curva de *Phillips* com expectativas adaptativas.

Assim, o ambiente econômico vai reduzir o problema das escolhas políticas a apenas uma variável instrumental de controle: ou o desemprego ou a inflação. Supõe-se que, ao contrário do governo, os eleitores são ignorantes quanto a esta relação inversa: desemprego e inflação. (MARTINS, 2002; OLIVEIRA, 2008).

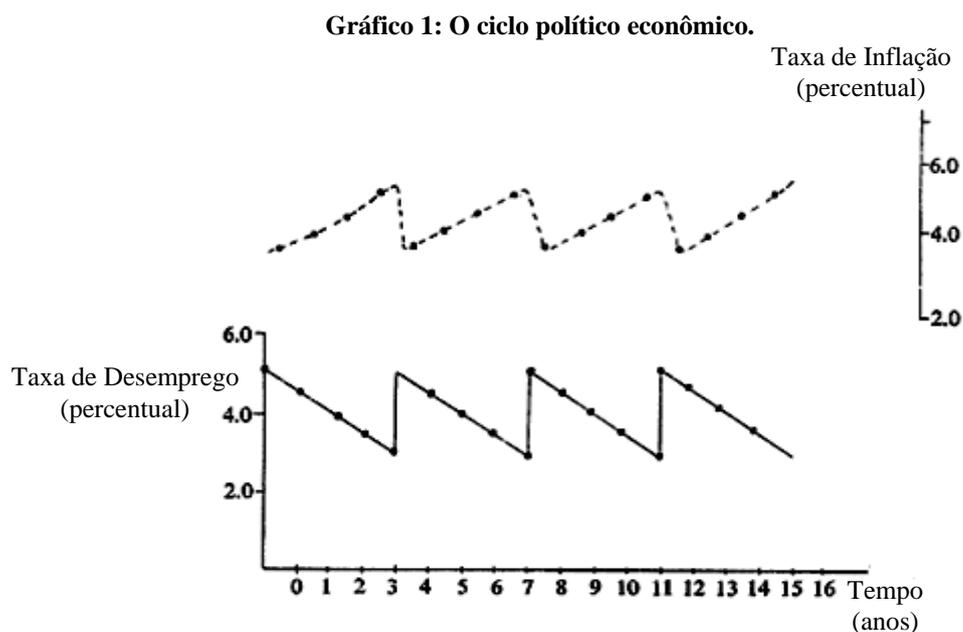
Para Meneguín e Bugarin (2001), essa teoria sugere que o governante nacional aumenta a oferta da moeda em ano eleitoral de forma a conseguir incremento na produção do país e, assim, diminuir o desemprego. Como consequência, os eleitores reagem positivamente nas urnas, desconhecendo que o ato do governo federal gerará inflação e, portanto, novos problemas à sociedade. Para os autores, essa abordagem caberia apenas aos governos nacionais, pois se trata de instrumentos aos quais os governos estaduais e locais não possuem, como o controle da oferta monetária.

Segundo Araújo Junior, Cançado e Shikida (2005), o governante utilizará da política monetária expansionista de forma a diminuir o desemprego e levar a inflação a um nível menor que o desejado no período que precede uma eleição, maximizando assim a sua probabilidade de reeleição.

De acordo com GIAMBIAGI e ALÉM (2007, p. 351), o ciclo é marcado pela presença de duas fases: “A primeira delas, que sucede à realização das eleições, inclui a adoção de um elenco de medidas restritivas, de caráter fiscal e monetário, que ordenam a economia,

reduzem o desequilíbrio das contas públicas e visam à redução da inflação”, que pode ser traduzido como o termo “arrumar a casa”. Depois, na segunda fase, na véspera das eleições, entram as políticas expansionistas, diminuindo a capacidade de crescimento de longo prazo devido a uma inflexão na trajetória da inflação. (ARAÚJO JÚNIOR, CANÇADO, SHIKIDA, 2005; GIAMBIAGI, ALÉM, 2007).

O gráfico a seguir demonstra as flutuações da taxa de desemprego e de inflação em razão dos anos eleitorais e da realização de eleições.



Fonte: Adaptado de Nordhaus (1975, p. 185).

Para Oliveira e Carvalho (2009), Nordhaus (1975) considerou os políticos como do tipo “oportunista”, pois eles estimulariam a economia nas vésperas das eleições a fim de aumentar a sua probabilidade de reeleição; logo após, procuram eliminar a inflação resultante desta manipulação gerando uma fase de recessão econômica.

Nessa concepção, os eleitores seriam míopes e retrospectivos, pois teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, tomando suas decisões com base no passado recente. Segundo Nordhaus, isso representa uma das características das expectativas adaptativas, ou seja, a decisão do voto é feita apenas com base no presente, avaliando apenas o que acontece durante o período eleitoral, sem levar em conta o desempenho passado dos partidos. (OLIVEIRA, 2008; FIALHO, 1999).

Essas características, segundo Nakaguma (2006), permitem que os governantes explorem o *trade-off* entre inflação e desemprego, com o objetivo de influenciar o resultado das eleições.

Nordhaus (1975, p. 172) afirma que a validade do modelo baseia-se no pressuposto de ignorância [dos eleitores] a respeito da estrutura econômica. Isso é fundamental para explicar a sua hipótese do comportamento dos eleitores e dos governantes.

Nesse sentido, Downs (1957, p. 139) já afirmava que os cidadãos nem sempre sabem o que o governo está fazendo, pois a informação necessária para suprir esse tipo de ignorância, na maioria das vezes, é demasiadamente onerosa.

O modelo de proposto por MacRae (1977), em que foram analisadas quatro eleições presidenciais nos Estados Unidos, pouco difere do proposto por Nordhaus (1975). Preussler (2001) e Fialho (1999) destacam que enquanto no modelo de Nordhaus os políticos buscavam maximizar a função de votos agregada, no modelo de MacRae procuravam minimizar a função de perda de votos (*vote-loss function*). Nessa perspectiva quanto maiores os níveis de desemprego e inflação no período das eleições, maiores seriam os votos contra o partido de situação.

Fenolio e Gonçalves (2007) destacam que tais modelos pioneiros caíram em descrédito com a revolução das expectativas racionais, entretanto, a idéia de manipulação eleitoral da política econômica não foi abandonada, pois vários trabalhos buscaram compatibilizar expectativas racionais e ciclos políticos.

2.3.2. Teoria Partidária Tradicional

Enfraquecida a idéia de que os políticos agem de forma idêntica quanto às escolhas da política econômica, e com a motivação única de permanecerem no poder, surge uma nova perspectiva que considera a influência das ideologias partidárias nas preferências políticas.

Hibbs apresentou trabalhos notáveis (1977 e 1987) que, apesar de não contarem com uma modelagem teórica formal de suas hipóteses, comprovaram a existência de comportamentos distintos entre partidos de esquerda (*left-wing parties*) e de direita (*right-wing parties*).

De acordo com Reichenvater (2007), o modelo partidário de Hibbs (1977) também se utilizou da curva de *Phillips* e partiu do ponto de vista de que os partidos políticos são colocados em diferentes partes da curva, dependendo de suas ideologias.

Na teoria partidária, levam-se em conta as características e as metas específicas dos partidos políticos. Segundo Martins (2002), os partidos políticos continuam a perseguir os interesses pessoais, mas, de acordo com o modelo de Hibbs, a satisfação dos partidos é conseguida através da possibilidade de se concretizarem suas próprias concepções

econômicas. Assim, um político “partidário” seria aquele que, quando no poder, busca certas metas ideológicas.

Nesse modelo, de acordo com Martins (2002) e Reichenvater (2007), ao contrário do que se baseia o modelo oportunista tradicional, os partidos e os eleitores deixam de ser idênticos. Assim cada indivíduo, ou grupo social, atribui pesos diferentes às utilidades prestadas pelo governante como taxa de desemprego, inflação ou crescimento.

Dessa forma, os eleitores olham para a economia e escolhem o partido de direita ou de esquerda de acordo com as suas preferências. E o resultado eleitoral então vai depender das condições econômicas e da distribuição de preferências dos eleitores. (FIALHO, 1999).

Hibbs (1977) defende a idéia que uma política que altere a curva de *Phillips*, gerando um aumento na taxa de emprego, vai agradar mais intensamente as classes menos favorecidas, ao passo que uma política inflacionista é mais prejudicial às classes mais abastadas.

Nessa concepção, os partidos também apresentam essa sensibilidade de maneira distinta uns dos outros, pois os de esquerda estão relativamente mais preocupados com o desemprego e relativamente menos preocupados com a inflação. Já para os partidos políticos de direita a inflação é relativamente mais importante que o desemprego ou o crescimento.

Assim, Hibbs (1977) defende que os partidos são vistos como representantes de diferentes ideologias. O partido de direita tende a agradar a classe média alta, a comunidade empresarial e financeira. Enquanto os esquerdistas, por seu lado, tendem a servir às necessidades da classe média baixa e dos sindicatos, de modo que a inflação e o desemprego têm conseqüências distributivas que ajudam a explicar essas diferenças.

Fialho (1999) enfatiza o fato de que o governo é freqüentemente forçado a escolher entre metas inflacionárias, ao custo de uma taxa de desemprego mais elevada, ou reduzir o desemprego, com uma taxa de inflação maior. E, então, os partidos que se identifiquem com as classes sociais cujas características socioeconômicas são mais baixas tornam-se mais sensíveis a problemas relacionados ao desemprego e menos sensíveis a inflação. Já os partidos tidos como conservadores, baseados em grupos sociais mais elevados, dão maior ênfase à redução da inflação.

Nesse modelo, o resultado das eleições, de acordo com Martins (2002), estaria atrelado às condições econômicas e à distribuição de preferências dos eleitores.

Dessa maneira, o estudo de Hibbs concluiu que existe um custo de instabilidade econômica a se pagar quando o eleitorado quer ver um governo ideologicamente diferente no poder, pois enquanto com políticos oportunistas o ciclo era sempre idêntico, com os políticos partidários o ciclo é bastante pronunciado quando se muda o governo.

Os eleitores estão cientes das diferenças entre os partidos e votam de acordo com a proximidade das políticas dos partidos com suas preferências e necessidades. Sabendo disso, os políticos escolhem suas políticas deterministicamente dependendo das necessidades dos eleitores.

É apresentada abaixo uma matriz elaborada por Hibbs (1977), inspirada no estudo de Kirschen *et al* (1964), que classificou as prioridades econômicas dos diferentes partidos políticos em países industrializados.

Gráfico 2: Objetivos e ideologia dos partidos políticos.

	Esquerda	Centro	Direita
Grau decrescente de Importância dos Objetivos	Pleno Emprego		Estabilidade de Preços
	Equalização da Distribuição de Renda		
		Estabilidade de Preços	
	Expansão Econômica		
		Expansão Econômica	Equilíbrio da Balança de Pagamentos
		Pleno Emprego	
		Equalização da Distribuição de Renda	
	Estabilidade de Preços		Expansão Econômica
		Equilíbrio da Balança de Pagamentos	Pleno Emprego
	Equilíbrio da Balança de Pagamentos		
			Equalização da Distribuição de Renda

Fonte: Adaptado de Hibbs (1977, p. 1471).

Para Araujo Junior, Cançado e Shikida (2005, p. 5) “os ciclos políticos-econômicos seriam então mais intensos quanto maior fosse a alternância de partidos com ideologias diferentes no poder.”

2.3.3. Modelos (das Expectativas) Racionais

Com possibilidade de os eleitores agirem com expectativas racionais, foi dado um novo enfoque à Teoria dos Ciclos Políticos. Nessa abordagem, os eleitores apresentariam um

comportamento racional, num perfeito entendimento do ambiente político e econômico levando no longo prazo a uma antecipação das ações e decisões do governo.

Dessa maneira, não seria mais possível, ou não apresentariam efeitos significativos, a utilização deliberada, pelos governos, de manipulações na política econômica, pois elas seriam antecipadas pelos eleitores. Contudo, uma premissa subjacente dessa teoria é a assimetria de informações entre o governo e o eleitorado, que se relaciona com um conceito de competência atribuída aos políticos.

Preussler e Portugal (2003) destacam que uma vez que o eleitor tenha presenciado um ciclo político-econômico, não será mais ludibriado por políticos oportunistas, pois já terá consciência de que o resultado de um aumento da atividade econômica no período pré-eleitoral será uma elevação no nível de preços e uma recessão após as eleições. Com essa idéia, o cidadão não mais reelegeria aquele político que manipula a economia, e sim em seu adversário.

Este modelo foi representado basicamente por duas correntes: a primeira apóia-se na perspectiva de manipulações econômicas ainda inspiradas no *trade-off* entre inflação e desemprego, a outra, que aponta para a utilização do orçamento público em tais manipulações, veio a ser chamada de teoria dos ciclos políticos orçamentários (*political budget cycles*).

Bittencourt (2002) relata que os principais trabalhos nesses modelos foram desenvolvidos por Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990) e Person e Tabellini (1990). Procuravam compatibilizar os ciclos políticos com o princípio de racionalidade dos agentes que forma suas expectativas utilizando a informação disponível.

Rogoff (1987) e Rogoff e Sibert (1988) consideraram crucial para explicação dos ciclos políticos em um ambiente de eleitores racionais a assimetria de informações, pois nesse caso o instrumento de controle para o governo é justamente demonstrar ou tentar informar ao eleitor um bom desempenho como sinônimo de competência. Essa assimetria informacional é usada com intuito de melhorar sua popularidade, aumentando suas possibilidades de reeleição. (FIALHO, 1999; NAKAGUMA, 2006).

Segundo Oliveira (2008), o trabalho de Rogoff e Sibert (1988) caracteriza como uma sinalização de competência a diminuição de impostos no período pré-eleitoral, financiando-se os gastos via endividamento, o que resultaria em inflação e elevação da dívida pós-eleição.

Nessa teoria, apresentada por Rogoff, a estratégia do governante está focada na política fiscal, e não na política monetária. Os instrumentos utilizados são a carga tributária, as transferências governamentais e as despesas correntes do governo, concluindo que o

governante tende a distorcer a política fiscal, cortando tributos, aumentando transferências e gastos que tenham visibilidade imediata. Tal situação tende a agravar ou gerar um déficit fiscal. Nesse estudo, o governante mais votado é aquele que gerar maior desequilíbrio nas contas, ao invés do político preocupado com os recursos do Estado.

Persson e Tabellini (1990) apontam serem sinalizadores de competência as manipulações de curto prazo dos instrumentos de política econômica, buscando reduzir o desemprego além de sua taxa natural, sem elevar o nível de preços, por meio da política monetária. Segundo os autores, esses políticos, denominados competentes, acabam sendo aqueles que proporcionam maior instabilidade à economia.

Seguindo a hipótese de que os eleitores formam suas expectativas de uma forma racional e, assim, estão a par do funcionamento da economia, Martins (2002) considera ser mais difícil que os governos “enganem” o eleitorado. Para Martins (2002), em tempo de eleições o governo sabe que as suas hipóteses de reeleição dependem da idéia que os votantes fazem da sua competência. Então o objetivo de qualquer governo, seja ele competente ou não, é fazer parecer o mais competente possível.

A reeleição de um governo estaria sujeita a percepção de eficiência que os eleitores formam a partir de variáveis econômicas observáveis. Esta percepção nem sempre coincide com a realidade, pois os governantes tendem a agir de forma a passar a impressão de serem eficientes mesmo que não o sejam. (CANÇADO, ARAUJO JUNIOR, 2004, p. 11).

2.3.4. Modelos Partidários Racionais

A proposta defendida por Hibbs (1977) considerou que os eleitores adotavam apenas expectativas adaptativas com relação ao comportamento dos partidos políticos quando estes ocupavam o poder. Por isso, Alesina (1987) e Alesina e Roubini (1992) propuseram a existência de um modelo que incorporasse também as expectativas racionais, de forma que os eleitores agora apresentam um comportamento prospectivo, colhendo o máximo de informações para formar suas expectativas.

Preussler e Portugal (2003) afirmam que o modelo de Alesina (1987) tem como princípio a existência de determinado grau de incerteza quanto aos resultados eleitorais.

Para Cançado e Araújo Junior (2004, p. 14), os eleitores não têm como saber com certeza qual partido ganhará as eleições e conseqüentemente qual será o comportamento das variáveis macroeconômicas. Assim, os trabalhadores (eleitores) negociam o reajuste nominal de seus salários a cada ano, tentando minimizar perdas causadas pela inflação. Então, em anos

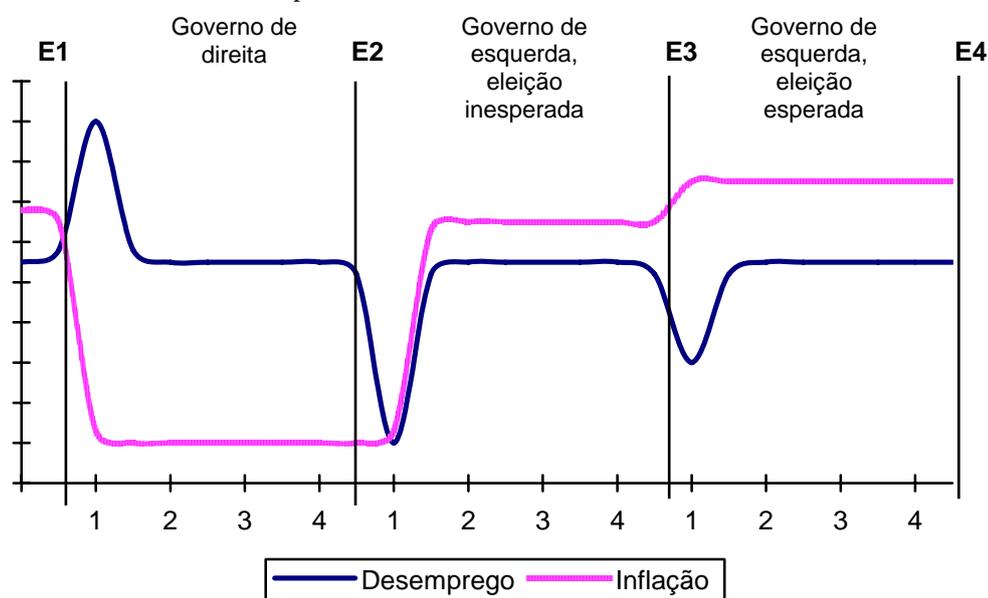
pré-eleitorais, os trabalhadores reajustam seus salários baseados na probabilidade de cada partido ganhar a eleição, de modo que a probabilidade é facilmente observável por meio dos resultados de pesquisas eleitorais.

A respeito do modelo, Cançado e Araujo Junior (2004) concluem que caso as pesquisas eleitorais mostrem uma maior probabilidade de um partido de direita ganhar a eleição, os trabalhadores irão esperar uma baixa taxa de inflação.

Supondo que um partido de esquerda ganhe a eleição, ele irá conseguir reduzir o nível de desemprego a uma taxa menor do que a taxa natural no primeiro ano de mandato, sem com isso aumentar a inflação. Por isso, nos anos seguintes do mandato, os agentes reformulam suas expectativas, o nível de desemprego volta ao nível natural e a taxa de inflação aumenta. Para os autores, este impacto no primeiro ano de governo só é possível porque o resultado da eleição foi inesperado. Como o modelo coloca as eleições como o único motivo para a existência dos ciclos, qualquer que seja o resultado das eleições, não existirá inflação surpresa na segunda parte do mandato.

Preussler e Portugal (2003) explicaram graficamente o comportamento das variáveis desemprego e inflação no modelo partidário com expectativas racionais, proposto por Alesina.

Gráfico 3: Efeito dos ciclos políticos econômicos com eleitores racionais



Fonte: Preussler e Portugal, 2003.

Observe a situação apresentada no gráfico acima: o partido da situação é de direita e a taxa de desemprego, após crescimento no primeiro ano, manteve-se na margem da taxa natural de desemprego, enquanto a taxa de inflação caiu e se manteve constante durante os

quatro anos de seu mandato. Suponha que as pesquisas indiquem a reeleição da direita; nessa situação, o mercado cria uma expectativa de redução da inflação, entretanto, inesperadamente, quem vence em (E2) é um partido com ideologia de esquerda. Assim, o governante poderá reduzir a taxa de desemprego abaixo da taxa natural no primeiro ano, sem provocar um aumento na taxa de inflação. Contudo, com o passar do efeito surpresa, à medida que os agentes econômicos reformulem suas expectativas, a taxa de inflação aumenta e o desemprego retorna à taxa natural. Já na eleição (E3), se o resultado das eleições confirmarem as tendências das pesquisas de reeleição, o impacto das políticas expansionistas implementadas pelo partido de esquerda será menor, vez que os agentes já incorporaram essa informação ao formarem suas expectativas de inflação.

Preussler e Portugal (2003) fazem uma importante ressalva para o caso brasileiro, pois a estrutura pluripartidária da política nacional e a ocorrência de infidelidade ideológica inviabilizam a divisão bem definida entre “direita” e “esquerda”, a exemplo do que ocorre em alguns países da Europa e nos Estados Unidos.

Outro aspecto importante destacado por Cançado e Araujo Junior (2004) se refere ao fato de que os ciclos são mais profundos, quanto maiores são as diferenças ideológicas entre os partidos.

Segundo os autores, outro trabalho de Alesina e Tabellini (1990) aponta como possível causa para os ciclos político-econômicos a existência de discordância entre o governante presente e futuro. Para Cançado e Araújo Júnior (2004), quando o atual governante percebe a possibilidade de não ser reeleito, utiliza-se de uma grande expansão da dívida pública como forma de diminuir a liberdade de ações e comprometendo o sucesso do seu sucessor.

Nesse sentido, o estudo realizado por Alesina, Roubini e Cohen (1992), que propôs verificar o efeito das eleições sobre os déficits orçamentários nos países que compõem a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE, apresentou resultados estatisticamente significativos, sugerindo a adoção de políticas fiscais mais frouxas em anos eleitorais. (FIALHO, 1999).

O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, as principais características dos modelos dos ciclos políticos e suas relações com os instrumentos de política econômica.

Quadro 2: Síntese das teorias dos ciclos políticos.

	Teoria Oportunista		Teoria Partidária	
	Tradicional	Racional	Tradicional	Racional
Taxa de Inflação	Aumento da inflação no período anterior ao da realização das eleições, estendendo-se durante alguns trimestres após as eleições. Em seguida diminui.	Comportamento igual ao dos modelos tradicionais, mas os efeitos na duração e na dimensão são menores.	A inflação se mantém elevada quando um partido de esquerda está no poder e, quando um partido de direita governa, se mantém baixa.	Inflação permanece elevada quando partido de esquerda governa.
Taxa de crescimento do PIB e Taxa de Desemprego	A partir do 3º ou 4º ano de mandato a taxa de crescimento do PIB encontra-se acima do normal (desemprego abaixo do normal). Há queda da taxa de crescimento do PIB após as eleições (aumento do desemprego).	Não existe evidência de um ciclo regular na taxa de crescimento do PIB e na taxa de desemprego.	Taxa de crescimento do PIB permanentemente elevado e taxa de desemprego permanentemente baixa quando um partido de esquerda está no poder. O contrário ocorre quando um partido de direita governa.	Taxa de crescimento do PIB temporariamente acima do seu valor natural e desemprego temporariamente abaixo do seu valor natural após a vitória de um partido de esquerda. Ocorre o contrário se ganhar um partido de direita.
Política Monetária	As políticas monetária e fiscal são expansionistas a partir do último ou penúltimo ano antes das eleições e contracionistas na primeira metade do mandato.	As políticas são expansionistas nos últimos 2 ou 3 trimestres que antecedem uma eleição e contracionistas nos 2 ou 3 trimestres após as eleições. Os efeitos são menos intensos e de duração menor em relação ao modelo tradicional.	A taxa de crescimento da oferta de moeda deve ser mais elevada com governos de esquerda e, como a inflação também é mais elevada, as taxas de juros também tendem ser mais elevadas.	
Política Fiscal			Os governantes são mais propensos a déficits orçamentários, apesar de também serem mais propensos a aumentar os impostos.	

Fonte: Salvato *et al* (2007), adaptado de Martins (2002).

2.4. GESTÃO GOVERNAMENTAL

Depois de verificadas matérias relativas às finanças públicas, ao Estado brasileiro e à teoria ciclo político, inerentes à pesquisa, cabe uma revisão sobre a gestão pública e seus principais pilares. Serão abordados os aspectos da gestão que podem exercer influência sobre as contas públicas, tais como os conceitos de governabilidade, governança e *accountability*, mecanismos de controle que norteiam a atual gestão governamental e, por fim, a própria contabilidade pública, instrumento de acompanhamento e controle da gestão pública.

2.4.1. Governabilidade, Governança e *Accountability*

Deve-se ter cautela ao tentar definir o conceito de governança, pois, de acordo com Gonçalves (2006), o uso da palavra “governança” se generalizou e seu significado ainda é freqüentemente utilizado em várias áreas de modo impreciso e vago.

Segundo Matias-Pereira (2009), os conceitos de governabilidade e governança são freqüentemente utilizados na literatura contemporânea sobre o Estado e as políticas públicas. Assim, define-se a governabilidade como a capacidade política de governar, derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade, e a governança seria resultante da capacidade financeira e administrativa do governo realizar políticas. O ponto de convergência entre os conceitos seria a defesa da participação institucionalizada como meio de se atingir a estabilidade política. E o ponto de diferença seria como a legitimidade das ações dos governos é entendida.

Matias-Pereira (2009, p. 70) complementa que a legitimidade seria o reconhecimento que tem uma ordem política, e ela depende das crenças e das opiniões subjetivas, de modo que seus princípios são justificações do poder, ou seja, do direito de mandar.

De acordo com Gonçalves (2006), a definição de governança surgiu a partir de reflexões conduzidas pelo Banco Mundial, na tentativa de construir condições que garantissem Estados mais eficientes. Com isso, a abrangência da governança ultrapassou limites relativos aos aspectos econômicos e adentrou em dimensões sociais e políticas da gestão pública.

Na visão do autor, não há dúvida que em sua concepção inicial, governança estava ligada à idéia de governabilidade dos Estados e a políticas de desenvolvimento, especialmente num momento histórico de crise dos Estados-Providência na Europa, e do esgotamento do modelo do Estado desenvolvimentista na América Latina.

Nesse sentido, Matias-Pereira (2009) cita a definição dada pelo Banco Mundial e por Mappa (2004), de que a governança denota a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais tendo em vista o desenvolvimento, enquanto que a governabilidade seria as condições sistêmicas de exercício do poder em um sistema político. Do ponto de vista de Mappa (2004, *apud* Matias-Pereira, 2009), o termo governança pode ser entendido como a gestão administrativa da ordem social e tem um alcance implícito: o de despolarização das escolhas e ajustes sociais.

Gonçalves (2006) defende que governança e governabilidade são conceitos diferentes, pois a governabilidade diz respeito à dimensão estatal do exercício do poder, enquanto a governança tem um caráter mais amplo, envolvendo não apenas os aspectos gerenciais e administrativos do Estado, mas também aspectos sobre o funcionamento eficaz do aparelho estatal, ou das relações harmônicas entre os Poderes, não deixando de fora a sociedade como um todo.

Rosenau (2000, p. 15-16 *apud* Gonçalves, 2006, p. 4) sintetiza o que considera ser a principal diferença entre os dois conceitos:

Governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.

Por fim, Gonçalves (2006) propõe a divisão em três dimensões para a conceituação de governança: a primeira diz respeito ao seu caráter de instrumento, ou seja, de meio e processo capaz de produzir resultados eficazes; a segunda envolve os atores envolvidos no seu exercício, frisando a questão da participação ampliada nos processos de decisão; e a terceira enfatiza o caráter do consenso e persuasão nas relações e ações, muito mais do que a coerção. Dessa maneira, o autor conclui que a governança existe quando ela é capaz de articular os diferentes atores para enfrentar dificuldades.

Azevedo e Anastásia (2002) consideram que as relações entre governança, *accountability* e responsividade [cujo conceito será apresentado mais adiante] nas novas democracias, dependem, fundamentalmente, do desenho institucional a elas conferido e de sua adequação às condições sociais. (Przeworski, 1991; Lijphart, 1980). Mesmo sendo a governança um atributo do Estado e governabilidade uma característica da sociedade, os autores afirmam que há uma importante correlação entre ambos, já que Estado e sociedade só podem ser pensados como entes relacionais. Afirmam, portanto, que só há Estado se houver uma sociedade a ser governada, e que só haverá sociedade se seus membros conseguirem definir as regras que orientarão a organização de sua convivência, ou seja, alguma forma de Estado.

Assim, o conceito de governança adotado por Azevedo e Anastásia (2002) não se limita ao formato institucional e administrativo do Estado e a maior ou menor eficácia da máquina estatal na implementação de políticas públicas, pois, se o conceito de governabilidade remete às condições sistêmicas em que se dá o exercício do poder, ou seja, aos condicionantes do exercício da autoridade política, logo a governança qualifica o modo de

uso dessa autoridade. Nesse sentido, deve compreender além das questões político-institucionais de tomada de decisões, as formas de interlocução do Estado com os grupos organizados da sociedade, no que se refere ao processo de definição, acompanhamento e implementação de políticas públicas. (Melo, 1995; Coelho & Diniz, 1995 *apud* Azevedo e Anastásia, 2002).

De acordo com os autores, a natureza da relação entre Estado e sociedade afeta os níveis e as formas de governança do Estado e de governabilidade da sociedade. Em resumo, a maior ou menor capacidade de governança está atrelada, por um lado, à possibilidade de criação de canais institucionalizados, legítimos e eficientes; de mobilização e envolvimento da comunidade na elaboração e implementação de políticas e, por outro, à capacidade operacional da burocracia governamental, tanto nas atividades de atuação direta, bem como naquelas relacionadas à regulação das políticas públicas.

Quanto ao termo *accountability*, Matias-Pereira (2009b) diz que pode ser considerado como sendo o conjunto de procedimentos que levam os gestores governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações, resultando em maior transparência e evidenciação das políticas públicas. Assim, quanto maiores são os meios disponíveis para que os cidadãos ou a sociedade analise se os governantes estão agindo em função do interesse da coletividade, mais comprometido com a *accountability* o governo será considerado.

As formas e o grau de *accountability* e de *responsiveness* da ordem política afetam os padrões de governabilidade vigentes nas diferentes sociedades. Azevedo e Anastásia (2002) sustentam que a governabilidade democrática é uma variável dependente da capacidade dos governos de serem responsáveis e responsivos perante os governados, e segundo Przeworski (1996, p. 25):

“... governos são responsáveis quando os cidadãos têm possibilidade de discernir aqueles que agem em seu benefício, e podem lhes impor sanções apropriadas, de modo que os governantes que atuam em prol do benefício dos cidadãos sejam reeleitos, e os que não o fazem sejam derrotados”.

Já os governos responsivos seriam aqueles que promovem os interesses dos cidadãos, escolhendo políticas “que uma assembléia de cidadãos, tão informados quanto o Estado, escolheria por votação majoritária, sob os mesmos constrangimentos institucionais” (Przeworski, 1996, p. 26; Stokes, 1995; *apud* Azevedo e Anastásia, 2002).

Cabe frisar a afirmativa de Azevedo e Anastásia (2002) no sentido de que as eleições são instrumentos necessários para a constituição de governos democráticos, mas não suficientes para garantir o controle dos governantes pelos governados (Manin, Przeworski &

Stokes, 2000). Complementam que se a representação foi a solução institucional encontrada para a materialização da democracia nas sociedades contemporâneas (Dahl, 1982), foi ela, também, o seu limite, devido as imperfeições e insuficiências existentes nessa solução.

Na opinião dos autores, o grande desafio que se coloca para as democracias se refere ao aperfeiçoamento e ao aprofundamento das instituições democráticas, com o fim de permitir sua intervenção nos interstícios eleitorais, acoplado aos mecanismos tradicionais de representação formas institucionalizadas de participação política, possibilitando a ampliação do direito de vocalização das preferências dos cidadãos e o controle público do exercício do poder (Anastásia, 2000). Desse modo, haveria um exercício de engenharia institucional que permitiria transformar a democracia em um jogo dinâmico, jogado em diversas arenas e em um contexto de decisão contínuo (Tsebelis, 1990; Sartori, 1994; Azevedo e Anastásia, 2002).

2.4.2. Controle Governamental

Castro (2009) defende que o controle se torna cada vez mais necessário nas organizações à medida que elas vão agregando uma multiplicidade de objetivos. Defende, ainda, que a necessidade da utilização do controle em suas diversas modalidades se justifica, também, devido à existência de uma grande quantidade de normas e regras para serem obedecidas.

Para Castro (2009), sob a ótica do Estado, existem diversas modalidades para efetivação do controle em um regime democrático, seja pela eleição periódica, pelos sistemas de controle interno e externo, pela fiscalização dos partidos políticos, pelo sistema de freios e contrapesos e até mesmo a pressão exercida pela opinião pública e pela imprensa.

Matias-Pereira (2009b) explica que o sistema de controle na Administração Pública faz uso de diversos instrumentos, tais como demonstrações contábeis e também procedimentos de natureza operacional, com fim de lhe dar pleno conhecimento da gestão da coisa pública.

No que interessa ao presente estudo, um dos mecanismos que subsidia o controle nas diversas formas é a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 2000, a qual estabelece, entre outros, instrumentos de gestão fiscal e de controle de gastos.

Silva (2009) se refere aos estudos dos ciclos políticos como sendo indicadores de que a transparência tem fortes ligações com a responsabilidade fiscal, pois governantes encontram nessa lei a obrigação de informar e explicar seus atos na gestão pública.

Assim, a LRF foi criada com o objetivo de definir normas de finanças públicas orientadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Nesse sentido, segundo Matias-Pereira (2009), é uma lei que busca permitir maior transparência e equilíbrio das contas públicas, exigindo dos administradores uma gestão responsável com eficiência e eficácia.

Dentre os diversos controles instituídos e aprimorados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentam-se aqueles relativos aos principais componentes da atividade financeira estatal, quais sejam: a receita, o crédito, o orçamento e a despesa.

Com relação à receita pública, as principais restrições se referem a dificultar que o gestor público apresente insuficiência na sua arrecadação, por meio de anistias ao setor privado e apoiando-se, exclusivamente, em receitas de transferências. Desse modo, Nascimento (2006) menciona que com o aumento das transferências e a redistribuição do bolo tributário, Estados e Municípios passaram a renunciar suas receitas próprias, transferindo para o setor privado parte das suas vantagens.

Quanto ao crédito público, que pode ser interpretado minimamente como a criação de recursos por meio da assunção de dívidas, a LRF veio a estabelecer conceitos de controle e equilíbrio que foram efetivados e ampliados com a edição das Resoluções nº 40 e 41 do Senado Federal.

Relativamente ao orçamento público, a LRF complementou obrigações já estabelecidas pela Lei nº. 4.320 de 1964 e pela própria Constituição Federal de 1988, agregando maiores critérios de transparência. Segundo Silva (2009), foi incluída uma espécie de evidenciação proativa às leis orçamentárias, em especial à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em referência às despesas públicas, a LRF teve grande atenção à sua gestão, assim como a Constituição e a Lei nº 4.320/1964. Implementou controles para os gastos com pessoal, limites vinculados à arrecadação de determinadas categorias de receitas, bem como impôs punições e restrições aos gestores e aos entes que não dispusessem de uma gestão responsável e equilibrada.

Matias-Pereira (2009) considera que a LRF é responsável por uma nova cultura no país, visando à erradicação da má gestão da coisa pública, ao combate sistêmico da corrupção, ao equilíbrio nas contas estatais, na perspectiva de melhoria na prestação de serviços à sociedade, de modo que a maturidade fiscal representa uma das recentes conquistas da democracia brasileira.

2.4.3. Contabilidade Governamental

A contabilidade pública teve início no Brasil com a criação do Erário Régio e do Conselho da Fazenda, que unificou a arrecadação, distribuição e a administração da Real Fazenda do Brasil. Firmou-se no reinado de D. João VI, com a publicação, em 28 de junho de 1808, do Alvará que estabeleceu regras de natureza contábil para aplicação nos órgãos governamentais, impondo o uso do método das partidas dobradas para registro e controle. (IMPERATORE, 2007; SLOMSKI, 2003).

De acordo com Slomski (2003), maior desenvolvimento na contabilidade governamental só foi observado após a proclamação da República que ocorreu no ano de 1889, ocasião em que se necessitava maior controle da coisa pública (*res publica*).

Imperatore (2007, p. 27) destacou que o ano de 1922 constituiu um marco na contabilidade pública brasileira, pois ocorreu:

a criação da Contadoria Central da República (Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922), além do Código de Contabilidade Pública (Decreto nº 15.783 de 04 de novembro de 1922) e do Regulamento de Contabilidade Pública. [A] Referida normatização, regulou as informações e procedimentos contábeis, relacionados aos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, organizando o sistema de contabilidade e do orçamento público.

Atualmente, o diploma legal aplicado à contabilidade governamental é a Lei Federal nº. 4.320 de 1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos da União, dos Estados e dos Municípios e do Distrito Federal. Não obstante, verifica-se um esforço contínuo dos órgãos Conselho Federal de Contabilidade e Secretaria do Tesouro Nacional na busca de avanços que têm possibilitado a evolução dia a dia da ciência e das técnicas aplicadas ao setor governamental.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº. 1.128/08, definiu a contabilidade aplicada ao setor público como o ramo da Ciência Contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

Piscitelli, Timbó e Rosa (1999) preferem designar como contabilidade pública a subdivisão da contabilidade que tem como campo de atuação as pessoas jurídicas de Direito Público. Já Slomski *apud* Petri (2003) considera a contabilidade pública como um ramo da contabilidade geral, aplicada às entidades de direito público interno.

De acordo com Lima e Castro (2003), os objetivos da contabilidade voltada para a Administração Pública são:

- Registrar a previsão das receitas e a fixação das despesas constantes dos orçamentos públicos anuais;
- Escriturar e efetuar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das receitas e despesas;
- Controlar as operações de crédito, a dívida ativa e as obrigações do ente público;
- Apresentar as variações patrimoniais, ressaltando o valor do patrimônio;
- Fornecer dados sobre os entes públicos à Contabilidade Nacional (estatísticas econômicas do país); e
- Disponibilizar informações que auxiliem a medir o desempenho de estruturas e programas de governo.

Chan (2003) defende que são três os objetivos da contabilidade governamental. Para ele, o objetivo básico é a salvaguarda do erário por meio da prevenção e detecção de corrupção e suborno; o objetivo intermediário é facilitar a gestão financeira; e o objetivo avançado da contabilidade pública seria o de ajudar aos governos cumprirem a sua responsabilidade de prestação de contas (*public accountability*).

Independente do campo de aplicação ou enfoque dado à contabilidade, a ciência deve pautar-se em uma base consistente de pressupostos para sua existência e continuidade. Por isso, convém trazer a lume os pressupostos básicos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O CFC estabeleceu, nas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, que as entidades do setor público devem manter procedimentos uniformes de registros contábeis. Conforme a Resolução CFC nº. 1.132/08, são características do registro e da informação contábil no setor público: (a) Comparabilidade; (b) Compreensibilidade; (c) Confiabilidade; (d) Fidedignidade; (e) Imparcialidade; (f) Integridade; (g) Objetividade; (h) Representatividade; (i) Tempestividade; (j) Uniformidade; (k) Utilidade; (l) Verificabilidade e (m) Visibilidade. Tais características são essenciais para que a informação gerada na contabilidade atinja seu fim.

Ainda, segundo o CFC, o patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade; sendo que as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem. (CFC, NBC T 16.5 – *Registro Contábil*).

Assim, pode-se concluir que a contabilidade estuda a atividade financeira do Estado, compreendendo o estudo da receita, da despesa, do orçamento e do crédito público, aspectos que consubstanciam formas de atuação da vida e do desenvolvimento nacionais, e ainda executa a análise do fluxo financeiro dos recursos indispensáveis à satisfação das necessidades e ao desenvolvimento do Estado. (SILVA, 2009).

A contabilidade aplicada ao setor público apresenta terminologia específica e, nesse sentido, atende aos ditames da Lei 4.320 de 1964, e dos Manuais técnicos da STN, bem como das Resoluções emanadas do CFC. Portanto, serão expostas a seguir algumas considerações referentes à classificação das contas públicas, objeto do trabalho, com a finalidade de esclarecer a terminologia contábil utilizada.

As receitas e as despesas da União, dos Estados e dos Municípios, representam o principal objeto de análise da pesquisa. A respeito de sua classificação por contas, Giacomoni (2007) se manifestou que a conta é, ao mesmo tempo, instrumento de análise e síntese. De análise, vez que possibilita a representação de toda e qualquer variação nos elementos, e de síntese, já que o agrupamento das contas permite o conhecimento dos resultados globais da gestão.

Dessa forma, o primeiro critério utilizado para as receitas foi a classificação agregada, que se refere às categorias econômicas, que são: receitas de capital ou receitas correntes.

As receitas correntes, de acordo com a Lei nº. 4.320/1964, são as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

Já as receitas classificadas como de capital são, segundo Silva (2009), aquelas provenientes de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas (operações de crédito), da conversão em espécie de bens (alienação de bens) e direitos (amortização de empréstimos concedidos).

Foi utilizada no estudo a conta de receita tributária que, segundo Giacomoni (2007), compreende apenas a receita oriunda de tributos, conforme o estabelecido na legislação tributária brasileira, ou seja, de impostos, taxas e contribuição de melhoria. Por conseguinte, receita privativa dos entes investidos do poder de tributar.

Para os itens que compõem a despesa pública, o estudo se utilizou das contas classificadas por categoria econômica: corrente e de capital, e algumas despesas em níveis menos agregados, como os gastos com pessoal (dentro as despesas correntes) e investimentos (dentro as despesas de capital).

Esses níveis de despesa são chamados de grupos e se classificam em pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes para a categoria econômica de despesas correntes. Para as despesas de capital, os grupos são investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Giacomoni (2007, p.107) explica que as despesas correntes são destinadas à produção de bens e serviços correntes e compreendem dotações para manutenções de serviços e, de “*grosso modo*, as despesas correntes possibilitam determinar a participação do setor público no “consumo” (terceiro método do cálculo do PIB).” Por outro lado, as despesas de capital são aquelas que contribuem para a formação ou aquisição de bem de capital e de produtos para a revenda; a concessão de empréstimos; e a amortização de dívidas.

As despesas também foram analisadas sob outro aspecto, por meio de sua classificação funcional. De acordo com Giacomoni (2007), a tentativa de introduzir o método de classificação funcional da despesa no Brasil vem desde 1933, com classificações ainda bastante simplórias. Somente a partir da década de 40, com a edição dos Decretos nº. 1.804/39 e 2.416/40, que tratavam da padronização dos orçamentos estaduais e municipais, foram introduzidas as classificações de despesa por serviços e subserviços que, na opinião do autor, não deixavam de ser a própria classificação funcional.

Posteriormente, a lei nº. 4.320/64 apresentou o critério funcional, que ficou consagrado. Embora tenha sofrido alterações (Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão – MOG nº. 42 de 1999) a fim de se ampliar a especificação de funções e subfunções, a idéia básica e a estrutura se mantêm até os dias atuais.

Para Burkhead (1967, p. 113), a classificação funcional pode ser chamada de classificação para os cidadãos, já que propicia aos cidadãos informações gerais sobre as operações do Governo. Giacomoni (2007) considera como sendo a finalidade primeira dessa classificação fornecer as bases para apresentação de dados e estatísticas sobre os gastos públicos nos principais segmentos em que atuam as organizações do Estado.

O quadro abaixo apresenta a classificação das receitas e das despesas públicas e destaca as contas objeto de estudo do presente trabalho.

Quadro 3: Classificação da receita e da despesa pública.

Conta	Receita*		Despesa*	
	Corrente*	Capital*	Corrente*	Capital*
Categoria Econômica				
Origem (receita) / Grupo (despesa)	Tributária*	Operações de Crédito	Pessoal e Encargos Sociais*	Investimentos*
	Contribuições			
	Patrimonial	Alienação de Bens	Juros e Encargos da Dívida	Inversões Financeiras
	Agropecuária			
	Industrial	Amortização de Empréstimos	Outras Despesas Correntes	Amortização da Dívida
	Serviços			
	Transferências Correntes	Transferências de Capital	Transferências Correntes	Transferências de Capital
Despesa				
Funções	Legislativa	Assistência Social*	Urbanismo*	Indústria*
	Judiciária	Previdência Social*	Habitação*	Comércio e Serviços*
	Essencial à Justiça	Saúde*	Saneamento*	Comunicações*
	Administração	Trabalho	Gestão Ambiental	Energia*
	Defesa Nacional*	Educação*	Ciência e Tecnologia	Transporte*
	Segurança Pública*	Cultura*	Agricultura*	Desporto e Lazer
	Relações Exteriores	Direitos da Cidadania	Organização Agrária	Encargos Especiais

Fonte: Lei 4320/1964; Portaria MOG nº 42/1999; Manual da despesa – STN. Adaptados.

Nota: (*) Transformada em variável para o trabalho.

3. METODOLOGIA

O presente capítulo está estruturado em duas seções: a primeira trata da caracterização da pesquisa; na segunda serão apresentados os procedimentos e instrumentos utilizados para se conduzir a pesquisa e alcançar os objetivos propostos. De acordo com Beuren (2004, p.53), esse conjunto de métodos e procedimentos convencionou-se chamar metodologia da pesquisa.

3.1. Caracterização da Pesquisa

O método científico é, segundo Walliman (2005, p.15), a disciplina que constitui a base da investigação científica moderna. Para Marconi e Lakatos (2005), o método constitui o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos pesquisadores.

A pesquisa em contabilidade, segundo Smith (2003), está preocupada com a solução de problemas, investigando as relações entre variáveis e com objetivo de construir um corpo de conhecimento.

Considerando as diversas possibilidades de classificação das pesquisas - apresentadas por Walliman (2005), Smith (2003) e Marconi e Lakatos (2005) - Beuren (2004), tendo como parâmetro as particularidades da Contabilidade, propõe a classificação sob três tipologias distintas: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos aplicados e quanto à abordagem do problema.

Com relação aos objetivos, a pesquisa pode ser considerada do tipo descritiva e explicativa. Segundo Beuren (2004), a pesquisa descritiva consiste em identificar, relatar, comparar e analisar os fatos sem interferir neles. Já a pesquisa explicativa, além das características anteriores, também procura identificar os fatores determinantes na ocorrência dos fenômenos.

Quanto aos procedimentos aplicados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois procura recolher informações e conhecimentos a partir de referenciais teóricos já publicados em documentos, a respeito de um problema sobre o qual se busca uma resposta ou testa-se uma hipótese. (CERVO, BERVIAN, 2002; BEUREN, 2004).

Ainda com relação ao tipo de abordagem do problema, essa pesquisa pode ser definida como quantitativa, já que serão trabalhados dados de natureza quantitativa representados pelas

variáveis orçamentárias, apesar da utilização de dados qualitativos como os nomes de prefeitos eleitos e reeleitos, partidos políticos de situação e oposição e coligações partidárias. Tais variáveis foram transformadas em informações quantitativas por meio dos instrumentais estatísticos⁴.

3.2. Procedimentos de pesquisa

3.2.1. Objetos de pesquisa

Com a finalidade de se alcançar os objetivos da pesquisa, foram definidos os critérios para seleção dos objetos de análise e a delimitação do estudo. Visando ampliar os resultados obtidos em trabalhos anteriores, em que se aplicavam restrições para análises locais ou regionais, optou-se por realizar um trabalho cuja abrangência pudesse ser extrapolada para todas as regiões brasileiras.

Dessa forma, foram selecionados para compor o estudo: os Municípios, os Estados-membros, o Distrito Federal e a União. A escolha do período de análise levou em consideração que um dos propósitos do estudo foi captar o efeito da possibilidade de reeleição (que se deu a partir da Emenda Constitucional nº. 16 de 1997); portanto, a dimensão temporal dos dados coletados limitou-se aos períodos em que já havia a possibilidade jurídica de reeleição.

Assim, foram objeto de exame as contas da União no período de 1995 à 2009, obtendo-se, assim, 15 observações para cada variável estudada. Para os Estados, foram selecionadas as contas dos 26 (vinte e seis) Estados e do Distrito Federal, no interregno de 1995 à 2009, resultando em 405 (quatrocentos e cinco) observações para cada variável escolhida para compor a análise.

Com relação aos municípios, foram definidos para o período de análise os anos de 1998 até 2009. Tal período se justifica pelo fato de que a primeira eleição municipal em que houve a possibilidade de reeleição ocorreu no ano 2000, de modo que não haveria necessidade de se iniciar a análise antes do ano de 1998, conforme foi adotado para a União e para os Estados.

⁴ Variáveis binárias ou *dummy* indicam quantitativamente a presença ou a ausência de determinada característica qualitativa, por exemplo, para se classificar alguma informação segundo o gênero, pode-se atribuir o valor 1 (um) para identificar como gênero masculino e 0 (zero), então, significará o gênero feminino.

Para determinar quais cidades seriam objeto da pesquisa, foram selecionados todos os Municípios que tinham divulgado suas informações financeiras na página da Secretaria do Tesouro Nacional, referentes a todos os anos do período de análise (1998 até 2009). Desse modo, compuseram o trabalho 3.333 municípios, sendo analisadas, portanto, 39.996 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e seis) observações para cada variável municipal.

3.2.2. Processo de coleta de dados

As informações que foram examinadas por esta pesquisa podem ser classificadas em dois grupos de dados: qualitativos e quantitativos.

No primeiro grupo, denominado qualitativo, incluem-se as informações político-eleitorais de cada unidade estudada, tais como: nome do chefe do poder executivo (Presidente, Governador ou Prefeito), partido político, unidade federativa (União, Estados e DF ou Município), bem como a indicação do ano de início e término do mandato.

A respeito da União, foram coletados o nome e o partido político dos Presidentes da República eleitos em 1994, 1998, 2002 e 2006. Nos Estados e no Distrito Federal, o nome e o partido político dos Governadores eleitos em 1994, 1998, 2002 e 2006. Para análise dos Municípios, foram utilizados o nome e o partido político dos Prefeitos eleitos em 1996, 2000, 2004 e 2008.

Todos os dados político-eleitorais foram obtidos por meio de consulta à página eletrônica do TSE - Tribunal Superior Eleitoral.

Os dados quantitativos são compostos por informações de natureza financeiro-orçamentária, contábil, econômica e populacional relativas aos entes pesquisados.

Para a União foram coletadas, na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional, as despesas orçamentárias classificadas por grupo de natureza e por função e as receitas por categoria econômica e origem, compreendendo o período de 1995 até 2009.

No caso dos Estados-membros e do Distrito Federal, os dados foram retirados do SISTN – Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, relativos aos anos de 1995 até 2009. De acordo com o portal do SISTN, na página eletrônica do Tesouro Nacional, o referido sistema tem por objetivo coletar dados contábeis dos entes da Federação – Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo a apresentar as informações necessárias à transparência dos recursos públicos, especificamente aquelas relativas à implementação dos controles estabelecidos pela LRF e legislação complementar.

Para os Municípios foi utilizado o sistema FINBRA – Finanças do Brasil, disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional em sua página eletrônica. Nessa base de dados foram obtidos os valores dos Ativos, Passivos, Receitas e Despesas, no período de 1998 até 2009.

3.2.3. Tratamento dos dados

Todas as variáveis de natureza monetária foram transformadas em valores reais de 2009, por meio da aplicação do índice do deflator implícito do PIB, disponível no sítio do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O deflator implícito do PIB representa a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real. Optou-se pela utilização do deflator, pois este é provavelmente o mais abrangente, já que considera informações indisponíveis nos outros índices como, por exemplo, os preços implícitos da administração pública⁵.

Adicionalmente, as variáveis estaduais e municipais foram transformadas em valores *per capita* com a finalidade de minimizar distorções na estimação do modelo em razão de características relacionadas aos aspectos populacionais de cada Estado e Município.

As variáveis político-eleitorais também passaram por ajustes após a coleta. Foram aplicados os passos sugeridos por Marconi e Lakatos (2008), como a seleção, a codificação e a tabulação, com a finalidade de detectar possíveis falhas ou erros, transformar o que era qualitativo em quantitativo e atribuir maior organização e verificabilidade às informações.

Os dados relativos aos partidos políticos foram tabulados em planilhas e padronizados, visando identificar as alterações ocorridas nas legendas partidárias nos últimos 15 anos (amplitude temporal máxima da pesquisa).

Em razão das alterações, extinções e incorporações ocorridas nas legendas partidárias durante o período analisado, foram feitas padronizações, de acordo com as informações constantes da página eletrônica do TSE. O quadro abaixo resume as alterações realizadas:

Quadro 4: Alterações nas legendas partidárias.

Legenda Partidária Anterior	Legenda Partidária Padronizada
PPR - Partido Progressista Reformador PPB - Partido Progressista Brasileiro	PP - Partido Progressista
PFL - Partido da Frente Liberal	DEM – Democratas
PL - Partido Liberal PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional	PR - Partido da República

⁵ Ver: Indicadores. Revista Desafios. Ipeadata, novembro/2007.

<http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/37/pdfs/rd37sec04.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2010.

PSN - Partido da Solidariedade Nacional	PHS - Partido Humanista da Solidariedade
PRN - Partido da Reconstrução Nacional	PTC - Partido Trabalhista Cristão
PSD - Partido Social Democrático	PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

3.2.4. Descrição das variáveis

As variáveis qualitativas utilizadas nos modelos estatísticos, que serão apresentados na subseção seguinte foram coletadas das informações contábeis e orçamentárias divulgadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e disponibilizadas na página eletrônica do Tesouro Nacional, conforme anteriormente já mencionado.

Dentre os componentes da despesa pública, foram utilizadas: a) Despesa orçamentária total; b) Despesa corrente; c) Despesa de capital; d) Pessoal e encargos sociais; e) Transferências correntes; f) Investimentos e g) Transferências de capital.

De acordo com a classificação funcional, foram analisadas as seguintes despesas públicas: a) Defesa Nacional; b) Segurança Pública; c) Assistência Social; d) Previdência Social; e) Saúde; f) Educação; g) Cultura; h) Urbanismo; i) Habitação; j) Saneamento; k) Agricultura; l) Indústria; m) Comércio e serviços; n) Comunicações e o) Transporte.

Em razão da alteração na estrutura das funções, a partir da Portaria nº. 42 - MOG de 1999, foram realizados ajustes e transformações a fim de se padronizar as funções objeto do estudo em tela.

Para os itens das receitas governamentais, foram utilizadas: a) Receita orçamentária total; b) Receita corrente; c) Receita de capital; d) Receita tributária.

Verificou-se, por meio dos testes *Augmented Dickey-Fuller* (ADF) e *Phillips-Peron* (PP), *Im, Pesaran and Shin*, disponíveis no programa *Eviews 6*, que as séries apresentavam raízes unitárias, ou seja, não apresentavam a característica de serem estacionárias. Portanto, optou-se por relativizar as variáveis com outras variáveis, por exemplo: ao invés de se utilizar o total de gastos com pessoal em cada ano analisado, utilizou-se a proporção dos gastos com pessoal em relação às despesas totais por exercício. Dessa forma, o risco de se obter uma regressão espúria com resultados errôneos foi eliminado.

3.2.5. Procedimentos estatísticos

O estudo aqui desenvolvido se coaduna com as características de uma pesquisa quantitativa que, segundo Creswell (2009), é um meio de testar teorias objetivas examinando

a relação entre variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas por instrumentos para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos.

O procedimento estatístico que se mostra mais adequado aos objetivos propostos é a análise de regressão. Para Brooks (2008), em termos gerais, a regressão preocupa-se em descrever e avaliar a relação entre uma variável e uma ou mais outras variáveis. Especificamente, regressão é uma tentativa de explicar os movimentos em uma variável, tendo como referência os movimentos em uma ou mais outras variáveis.

Segundo Corrar *et al* (2007), a idéia chave da regressão é a existência de dependência estatística de uma variável denominada dependente, ou explicada, em relação às demais variáveis independentes ou explanatórias.

Quando o pesquisador estabelece a relação de explicação com apenas uma variável independente, está diante de uma técnica estatística denominada regressão simples; entretanto, quando há necessidade de várias variáveis preditoras ou explicativas, tem-se uma regressão múltipla. Nesse caso a tarefa do pesquisador é expandir o modelo de regressão simples, acrescentando variáveis independentes que tenham o maior valor preditivo adicional (HAIR Jr. *et al*. 2010).

A presente pesquisa utiliza instrumental de regressão múltipla, pois de acordo com Hair Jr. *et al* (2010), esta é a técnica mais empregada nos estudos multivariados, vez que sua ampla aplicabilidade tem sido útil para diversos propósitos, dentre os quais se dividem em duas grandes classes: a previsão e a explicação.

A previsão se aplica nos casos em que uma ou mais variáveis independentes são utilizadas para prever o valor da variável dependente. Já a explicação examina os coeficientes de regressão (sua magnitude, sinal e significância estatística) para cada variável independente e tenta desenvolver, segundo Hair jr. *et al* (2010), uma razão substantiva ou teórica para os efeitos das variáveis independentes sobre as dependentes.

Portanto, pretende-se, neste trabalho, explicar quais os efeitos das variáveis políticas e eleitorais em relação às variáveis denominadas dependentes que estarão representadas pelas contas da União, dos Estados e dos Municípios.

Gujarati (2006) explica que os dois métodos mais utilizados são: o dos mínimos quadrados ordinários (MQO) e o da máxima verossimilhança. Para ele, sem dúvida o primeiro é mais freqüente para análise de regressão, pois é intuitivamente convincente e, em termos matemáticos, é muito mais simples. Além disso, no contexto de uma regressão linear⁶ (que

⁶ O modelo de regressão linear indica que a regressão é linear nos parâmetros, ou seja, os parâmetros das variáveis independentes estão elevados à primeira potência, portanto, lineares.

será utilizada no estudo em tela) os dois métodos costumam proporcionar resultados similares.

De acordo com Woodridge (2009), a estimação pelo método da máxima verossimilhança (*Maximum Likelihood Estimation*) é indispensável em situações em que se empregam modelos não-lineares, o que não ocorre no presente caso.

Os mínimos quadrados ordinários (MQO) ou *ordinary last squared (OLS)*, ajusta a linha de regressão às menores distâncias dos pontos da reta. Brooks (2008) ilustra que o método de MQO implica em traçar a distância vertical do ponto até a linha de regressão, formando um quadrado com ele e, em seguida, minimizar a soma total das áreas dos quadrados (daí 'mínimos quadrados'). Desse modo, a linha de regressão tende a minimizar a soma das áreas dos quadrados desenhados dos pontos até a sua reta.

Antes de estimar o modelo que será utilizado na análise empírica, devem ser conhecidos os tipos de dados disponíveis à pesquisa. Isto é fundamental para adequada formulação do modelo. Gujarati (2006) apresenta três tipos de dados: as séries temporais (*time-series*), os dados em corte transversal (*cross-section*) e um terceiro tipo que combina as séries temporais com os dados de corte transversal (*panel data*).

Os dados de séries temporais, como o nome sugere, são dados que foram coletados durante um período de tempo para uma ou mais variáveis em uma determinada frequência de observações. A frequência é simplesmente uma medida do intervalo ou a regularidade com que os dados são recolhidos ou registrados. (BROOKS, 2008).

Os dados transversais são dados de uma ou mais variáveis coletadas em um único ponto no tempo. Por exemplo, os dados poderão ser o total de gastos com pessoal realizados pelos Estados brasileiros, especificamente no ano de 2000.

Os dados em painel incorporam aos dados transversais a dimensão temporal das variáveis, como, por exemplo, as despesas com segurança pública dos Estados brasileiros no período de 2007, 2008 e 2009. Portanto, o modelo de dados em painel é o que melhor se identifica com a análise proposta para os Estados e para os Municípios, vez que serão examinados diversos indivíduos em uma dimensão temporal que chega a alcançar até 15 (quinze) anos.

Marques (2000, p.1) destaca que uma das vantagens da estimação com dados em painel é a relevação da heterogeneidade individual, de modo que os dados em painel sugerem a existência de características diferenciadoras dos indivíduos. Além disso, os dados em painel providenciam uma maior quantidade de informação, maior variabilidade dos dados, menor colinearidade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência na

estimação. Com isso, o autor defende que o modelo permite tipificar as respostas de diferentes indivíduos a determinados acontecimentos, em diferentes momentos.

De acordo com Gujarati (2006), a estimação de modelos com dados em painel depende das premissas que são feitas a respeito do intercepto, dos coeficientes angulares e do termo de erros u_{it} , assumindo, assim, a existência de várias possibilidades. Greene (2002) e Brooks (2008) destacam a prevalência de três modelos usuais: a) efeitos constantes; b) efeitos fixos e c) efeitos aleatórios.

O primeiro modelo considera que tanto os coeficientes ao longo do tempo, como os coeficientes entre os indivíduos, mantêm-se constantes, é o que Greene (2002) chama de *pooled regression*. Brooks (2008) lembra que é importante reconhecer as limitações da técnica em que a relação entre as variáveis explicadas e explicativas é assumida como constante. É, segundo Gujarati (2006, p.517), a maneira mais simples e possivelmente ingênua, pois ao estimar a habitual regressão de MQO e desconsiderar as dimensões de tempo e espaço dos dados, o pesquisador pode distorcer a verdadeira imagem da relação entre as variáveis dependentes e independentes.

No modelo dos efeitos fixos, admite-se as modelações em que os coeficientes angulares (as inclinações) são constantes, mas o intercepto poderá variar entre os indivíduos; os coeficientes angulares se mantêm constantes, entretanto, o intercepto poderá variar entre os indivíduos e com o tempo, ou até mesmo a situação em que todos os coeficientes variam entre os indivíduos (coeficientes interativos). (GUJARATI, 2006)

.... (BROOKS, 2008). O modelo dos efeitos aleatórios, também conhecido como modelo de componente dos erros, utiliza o denominado termo de erro composto, que consiste no elemento do corte transversal ou específico dos indivíduos e o elemento combinado da série temporal e do corte transversal. (GUJARATI, 2006).

A escolha entre o uso dos métodos de efeitos fixos ou de aleatórios pode ser feita por meio de testes de especificação, como o teste de *Hausman*, que se baseia na diferença dos coeficientes, ou seja, a covariância de um estimador eficiente com a sua diferença a partir de um estimador ineficiente é zero.

O teste apresenta uma distribuição *qui-quadrado* e tem como hipótese nula que os estimadores de efeitos fixos e de efeitos aleatórios são ambos consistentes, mas o de efeito aleatório é o eficiente; a hipótese alternativa afirma que somente os estimadores de efeitos fixos é consistente.

Contudo, alguns autores, como Gujarati (2006), Kennedy (2003) e Brooks (2008), sugerem que o pesquisador observe a natureza dos dados e a finalidade para a qual está sendo utilizado o modelo para escolher entre as alternativas dos efeitos fixos ou aleatórios.

Assim, definem que se o período de tempo for grande e o número de indivíduos for pequeno, a escolha se pauta pela conveniência computacional, sendo, portanto os efeitos fixos preferíveis. Se o componente de erro individual e um ou mais regressores estiverem correlacionados, então os estimadores do modelo de componente dos erros, efeitos aleatórios, serão viesados e o modelo dos efeitos fixos poderá ser o mais adequado. Por outro lado, se a quantidade de indivíduos for grande e o período de análise for pequeno e se confirmar a premissa de que os erros [os efeitos não observados] são extrações aleatórias de uma população muito maior, sugere-se que o modelo dos efeitos aleatórios será igualmente não viesado como o de efeitos fixos, porém mais eficiente.

Entretanto, ressalta-se a observação feita por Gujarati (2006, p.524):

A premissa subjacente ao modelo de componente de erros é que os e_i são extrações aleatórias de uma população muito maior. Mas nem sempre isso ocorre. Por exemplo, imagine que desejamos estudar a taxa de criminalidade nos 50 estados dos Estados Unidos. Obviamente, neste caso, a premissa de que os 50 estados são uma amostra aleatória não é sustentável. (grifo nosso)

Desse modo, fica evidente que a utilização do modelo dos efeitos fixos é o mais adequado para o estudo aqui proposto, pois em nenhum momento os objetos de análise podem ser considerados como uma extração aleatória de uma população muito maior.

No caso dos Estados, todas as 27 Unidades da Federação compõem o estudo. Já para os municípios, apesar de não estar sendo realizada uma análise de todos Municípios brasileiros, em razão da limitação da disponibilidade de dados, foram utilizados todos os Municípios que haviam divulgado suas informações para o período em análise. Portanto, não se sustenta a hipótese de se tratar de amostra aleatória, nem de ser uma amostra muito menor de uma grande população.

Considerando, então, que no presente estudo, a proposta é verificar os efeitos do período de transição governamental nas contas públicas, serão utilizados os modelos de efeitos fixos para análise dos Estados e municípios.

Ressalta-se, ainda, que se rejeita o uso dos modelos aleatórios, devido à possibilidade dos componentes de erro das Unidades da Federação estarem correlacionados com uma ou mais variáveis explicativas. Então, nessa situação, se fosse utilizado o modelo dos efeitos aleatórios, os estimadores apurados seriam viesados.

Oliveira e Carvalho (2009), que também utilizaram os efeitos fixos, relatam que uma das vantagens desse modelo é capturar efeitos capazes de distinguir as diferenças existentes entre os municípios, mas que não foram diretamente observados ou mensurados através das variáveis independentes presentes nas equações.

3.2.5.1. Modelo para os Municípios

Para examinar os efeitos que o período de transição governamental exerce sobre a composição das contas dos Municípios brasileiros, utilizou-se a técnica de econometria relativa à análise de dados em painel. Foram formulados dois modelos funcionais com o objetivo de captar os reflexos específicos do período de transição governamental na composição dos gastos públicos e na proporção das origens de arrecadação das receitas municipais.

O primeiro modelo utiliza variáveis político-partidárias, resultando em uma forma funcional semelhante àquela apresentada por Sakurai (2007) e Sakurai (2009), entretanto com algumas adaptações:

$$Desp_{it} = \beta_0 + \beta_1 MRc_{it} + \beta_2 QRE_{it} + \sum Ano_{it} + \sum PPol_{it} + \beta_{23} Mpu_{it} + \beta_{24} Mpb_{it} + \beta_{25} pre_{it} + f_i + e_{it} \quad (1)$$

Onde:

β – são os coeficientes;

f – é o efeito fixo;

e – é o componente de erro;

$i = 1, 2, \dots, 3.333$ municípios; e

$t = 1998, 1999, \dots, 2009$.

A variável dependente representada por $Desp_{it}$ será apurada por meio da seguinte equação:

$$Desp_{it} = \frac{ID_{it}}{DMT_{it}} \quad (2)$$

Nessa equação, ID_{it} irá assumir os valores relativos às despesas por categoria econômica, por grupos e por classificação funcional para cada um dos Municípios (i), nos referidos períodos (t) DMT_{it} assumirá o valor do somatório das despesas orçamentárias dos respectivos Municípios (i) nos períodos (t).

No modelo, são utilizadas duas variáveis de controle representadas pelos quocientes *MRe* e *QRE*, que significam a proporção da receita corrente pela receita total e o resultado orçamentário, respectivamente.

A proporção da receita corrente pela receita total (*MRe*) demonstra a dependência das receitas municipais por receitas correntes e como isso influencia nos gastos municipais. Já o quociente do resultado orçamentário (*QRE*) foi apresentado por Kohama (2000) e pode ser interpretado como o nível de receita frente às despesas totais. Quando seu valor for maior que 1 (um), indica que as receitas superaram as despesas do período, quando inferior a 1 (um), denota uma insuficiência de receitas para cumprir as despesas.

A variável *Ano* será representada por um conjunto de 11 (onze) variáveis binárias (*dummies*), que serão usadas para identificar os efeitos do período eleitoral. Será empregada uma (*Ano*) para cada ano, no período de 1999 até 2009, de forma que, por exemplo, no ano de 1999 a variável *A99* assumirá o valor 1 (um), enquanto nos demais períodos será 0 (zero).

$$\sum Ano = \beta_3 A99_{it} + \beta_4 A00_{it} + \beta_5 A01_{it} + \beta_6 A02_{it} + \beta_7 A03_{it} + \beta_8 A04_{it} + \beta_9 A05_{it} + \beta_{10} A06_{it} + \beta_{11} A07_{it} + \beta_{12} A08_{it} + \beta_{13} A09_{it} \quad (3)$$

Para evitar a multicolinearidade perfeita, o ano de 1998 foi omitido do modelo e será usado como ano de referência para a análise. Assim, para análise do ano de 1998, basta verificar o período em que todas as variáveis de *A99* até *A09* estiverem com o valor 0 (zero).

A variável *PPol* também assume valores binários e representa ao todo 9 (nove) partidos políticos que obtiveram maior representatividade nas prefeituras no período de análise. Os demais partidos foram aglutinados sob a legenda de *outros partidos*, que foi omitida do modelo estatístico para ser utilizada como referência e evitar a multicolinearidade perfeita.

As variáveis *Mpuf* e *Mpbr* têm funções semelhantes e buscam captar os efeitos gerados pela coincidência partidária entre prefeitos e governadores de Estado e entre prefeitos e presidente da república. Operacionalizam-se da seguinte forma: a primeira variável assume valor 1 (um) quando a coincidência partidária for entre o partido político do prefeito e do governador, enquanto a segunda somente assumirá o valor 1 (um) quando essa relação de coincidência partidária ocorrer entre o prefeito e o Presidente da República.

A variável *pree*, também de natureza binária, foi utilizada para identificar comportamentos distintos nos Municípios quando se verifica a possibilidade jurídica do

prefeito se reeleger para o segundo mandato. Esta variável assume o valor 1 (um), apenas no último ano do primeiro mandato dos prefeitos, nos demais anos a variável terá valor zero.

Para examinar aspectos relativos à receita municipal, foi desenvolvido o segundo modelo, que busca evidenciar comportamento da receita ao longo dos períodos eleitorais. Nesse modelo foram excluídas as variáveis de controle **MRC** e **QRE**, pois representam agora uma das variáveis dependentes.

$$REC_{it} = \beta_0 + \sum Ano_{it} + \sum PPol_{it} + \beta_{21}Mpu_{it} + \beta_{22}Mpbr_{it} + \beta_{23}pree_{it} + f_i + e_{it} \quad (4)$$

Nesse modelo, a variável **REC_{it}**, será apurada pelo uso da seguinte equação:

$$REC_{it} = \frac{IR_{it}}{RMT_{it}} \quad (5)$$

Nessa situação, **IR_{it}** irá assumir os valores relativos às receitas por categoria econômica e por origem para cada um dos Municípios (*i*), nos referidos períodos (*t*). **RMT_{it}** assumirá o valor do somatório das receitas orçamentárias dos Municípios (*i*) nos respectivos períodos (*t*).

As demais variáveis do primeiro modelo se mantêm e se operacionalizam da mesma maneira nesta segunda forma funcional utilizada para os municípios.

3.2.5.2. Modelo para os Estados e o Distrito Federal

Para examinar os efeitos que o período de transição governamental, e que possivelmente as variáveis políticas, exercem sobre as contas dos Estados e do Distrito Federal, foram formulados dois modelos econométricos de dados em painel, com a finalidade de identificar os efeitos sobre as contas estaduais, especificamente quanto às receitas e às despesas.

A primeira forma funcional a ser estimada assemelha-se àquela apresentada por Oliveira (2008), que teve por objetivo testar se os ciclos nos gastos públicos de Municípios fluminenses se relacionam com efeitos eleitorais. Entretanto, foram introduzidas algumas adaptações para sua aplicação aos Estados e Distrito Federal.

$$Desp_{it} = \beta_0 + \beta_1QRE_{it} + \beta_2MRC_{it} + \beta_3Ano_{it} + \beta_4PPol_{it} + \beta_5Mpbr_{it} + \beta_6pree_{it} + f_i + e_{it} \quad (6)$$

Onde:

β – são os coeficientes;

f – é o efeito fixo;

e – é o componente de erro;

$i = 1, 2... 27$ Estados;

$t = 1996, 1997... 2009$.

A variável dependente representada por $Desp_{it}$ será apurada por meio da seguinte equação:

$$Desp_{it} = \frac{ID_{it}}{DET_{it}} \quad (7)$$

Em que ID_{it} irá assumir os valores relativos às despesas por categoria econômica, por grupos e por classificação funcional para cada um dos 27 (vinte e sete) Estados (i), nos referidos períodos (t). DET_{it} assumirá o valor do somatório das despesas orçamentárias dos respectivos Estados (i) nos períodos (t).

Da mesma forma como apresentadas no modelo dos municípios, foram mantidas as variáveis de controle QRE e MRC , representando, respectivamente, o resultado orçamentário e a proporção da receita corrente pela receita total.

A variável Ano será representada por um conjunto de 14 (quatorze) variáveis binárias (*dummies*), que serão usadas para identificar os efeitos do período eleitoral. Será utilizada uma para cada ano no período de 1996 até 2009, de forma que no ano de 1996 a variável $Ano1996$ assumirá o valor 1 e zero nos demais períodos. Para evitar a multicolinearidade perfeita, o ano de 1995 foi omitido e será usado como ano de referência para a análise.

A utilização de uma variável para cada ano se justifica para identificar, além do efeito das eleições do Estado, também o efeito das eleições municipais refletidos nas contas estaduais.

A variável $PPol$ também assume valores binários e representa ao todo 6 (seis) partidos políticos que obtiveram maior representatividade nos governos estaduais para o período de análise. Os demais partidos foram aglutinados sob a legenda de *outros partidos* (PSL, PPS e PDT), que foi omitida do modelo para ser utilizada como referência e evitar a multicolinearidade perfeita.

Cada uma das seis variáveis *dummies* assume o valor 1 nos anos em que o governo estadual ou distrital foi dirigido pelos partidos DEM; PMDB; PP/PPB; PSB; PSDB e PT, nos outros casos assume o valor zero.

A variável *preel*, também de natureza binária, foi utilizada para captar comportamentos distintos nas contas estaduais quando existisse a possibilidade jurídica do governador se reeleger para o segundo mandato no governo do Estado. Esta variável assume o valor 1 nos anos de eleição em que o governador está ainda no seu primeiro mandato, havendo, portanto, a possibilidade jurídica de se reeleger. A variável terá valor zero nos demais anos e no último ano de governo daqueles políticos que já foram reeleitos e que, portanto, não podem mais se reeleger.

A variável *Mpbr* foi incluída no modelo com a finalidade de verificar se o fato de o governador pertencer ao mesmo partido político do Presidente da República exerce alguma influência nas contas do governo estadual. Dessa forma, como é binária, assume o valor 1 nos anos em que há coincidência partidária entre o governador e o presidente e caso contrário atribui-se o valor zero.

Para verificar se as variáveis testadas no modelo anterior também exercem alguma influência significativa nas receitas dos Estados e do Distrito Federal, foram feitas as seguintes adaptações:

$$REC_{it} = \beta_0 + \beta_1 Ano_{it} + \beta_2 PPol_{it} + \beta_3 Mpbr_{it} + \beta_4 pree_{it} + f_i + e_{it} \quad (8)$$

Foram retiradas do modelo, assim como no modelo de receitas municipais, as variáveis de controle.

As demais variáveis foram mantidas no modelo e seguem a mesma descrição e operacionalização apresentadas na equação anterior, com exceção da variável dependente *REC_{it}*, que agora é representada pelos valores relativos às receitas estaduais apurados da seguinte maneira:

$$REC_{it} = \frac{IR_{it}}{RET_{it}} \quad (9)$$

Nessa situação, *IR_{it}* irá assumir os valores relativos às receitas por categoria econômica e por origem para cada um dos Estados e do Distrito Federal (*i*), nos referidos períodos (*t*). *RET_{it}* assumirá o valor do somatório das receitas orçamentárias dos Estados (*i*) nos respectivos períodos (*t*).

As demais variáveis independentes se mantiveram inalteradas e interagem no presente modelo da mesma forma que nas equações anteriores.

3.2.6. Testes de Significância e Robustez

Com a finalidade de que os estimadores apurados por meio da regressão linear sejam considerados como Melhor Estimador Linear Não Viesado (ou *Best Linear Unbiased Estimator - BLUE*), é fundamental que sejam cumpridas as premissas de regressão linear clássica.

A fim de se atender a estas premissas, as regressões foram estimadas com as ferramentas disponibilizadas pelo programa *Eviews 6*, que corrigem os eventuais problemas de autocorrelação e de heteroscedasticidade.

Com o objetivo de evitar regressões espúrias, foi verificada, também, a estacionariedade e a presença de raízes unitárias nas séries, por meio dos testes de *Dickey-Fuller Aumentado (ADF)*, *Phillip-Perron (PP)* e *Im, Pesaran and Shin*, este último proposto por Pesaran (2007). Brooks (2008) explica que se duas variáveis apresentam tendências ao longo do tempo (séries não-estacionárias), uma regressão de uma pela outra pode resultar em um R^2 elevado, mesmo que as duas variáveis sejam totalmente diferentes.

Assim, complementa o autor, se técnicas de regressão forem aplicadas a dados não-estacionários, o resultado final poderia ser uma regressão que "parece" boa no âmbito das medidas-padrão (significativa estimativa dos coeficientes e R^2 alto), quando na realidade não é. Esse modelo seria chamado de uma "regressão espúria".

De forma conjunta à apresentação dos resultados da pesquisa, são demonstrados os valores obtidos por meio de testes estatísticos, que tiveram como objetivo averiguar a adequação dos modelos aplicados. Fazem parte desses testes o coeficiente de determinação R^2 , o teste T de *Student* e o teste F de *Fischer*.

O coeficiente de determinação R^2 , de acordo com Watsham e Parramore (1997), pode ser denominado como o coeficiente da qualidade do ajuste. Os autores esclarecem que o resultado do teste demonstra o quanto da relação entre Y e X pode ser explicado pelo modelo, pois indica o quanto da variação ocorrida na variável Y é causada pela variável X . Seu resultado varia entre 0 e 1. Quando assume o valor 1, significa um ajustamento perfeito; quando o seu resultado for 0, representa que o modelo não é capaz de "explicar" as variações ocorridas.

Gujarati (2006) explica que a inclusão de variáveis no modelo tende a aumentar o coeficiente R^2 , sem que, necessariamente, estejam de fato contribuindo para a melhora do ajustamento do modelo. Assim, sugere a utilização do coeficiente R^2 ajustado, que pune o

acréscimo de novos regressores, vez que tende a ser menor que o R^2 anteriormente calculado. Por isso, foram apresentados os valores do R^2 ajustado junto aos resultados dos modelos no capítulo seguinte.

Gujarati (2006) apresenta ainda uma abordagem para se verificar a significância dos coeficientes do modelo. Por meio da abordagem do teste de hipóteses, avalia-se a hipótese nula de que os coeficientes estimados são estatisticamente iguais a zero.

Verifica-se, então, por meio do teste- t (*student*), se $H_0: \beta = 0$, ou seja, a avaliação é feita individualmente para cada um dos coeficientes estimados. Adicionalmente, o teste-F (*Fischer*) se propõe a avaliar simultaneamente os coeficientes, se $H_0: \beta_1 = \beta_2 = 0$, apurando uma significância global do modelo. São expostos, resumidamente, nos modelos o valor-p, ou *p-value*, que é o nível de significância exato observado.

A escolha dos modelos se baseou nos resultados dos critérios de informação de Akaike (AIC) e de Schwartz (SIC). De acordo com Gujarati (2006), eles servem para indicar, ou para punir, a ineficiência da inclusão demasiada de variáveis no modelo; quanto menores os valores de seus resultados, melhor pode ser considerado o modelo.

Convém mencionar que Preussler (2001) não utilizou o R^2 ajustado como parâmetro de qualidade do modelo, pois, segundo o autor, ao se investigar a existência de ciclos oportunistas no Brasil, o pesquisador deve se preocupar com a significância estatística dos parâmetros das variáveis (t e F) que captam as manipulações e se seus sinais confirmam as teorias.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados pela pesquisa, acompanhados das respectivas análises. Com o propósito de conferir maior organização e clareza, o capítulo está subdividido em três seções, as quais contemplam os resultados e as análises das estruturas das contas municipais, estaduais e federais.

Em razão do modelo funcional utilizado no trabalho, os resultados apresentados indicam, em pontos percentuais, o quanto que a composição das contas públicas se altera em relação às variáveis explicativas, quais sejam, anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais, partidos políticos e possibilidade de reeleição.

Por exemplo, na tabela 1, verifica-se que a proporção de investimentos em relação ao total de gastos municipais, no ano de 2008, é de 0,040637 pontos (4,06%) a mais em relação ao ano de 1998 (ano de referência no modelo estatístico). Isto é, caso os investimentos representem, no ano de 1998, 10% dos gastos totais de um determinado município, então os resultados sugerem que no ano de 2008 essa proporção seria de 14,06%.

4.1. Municípios

Despesas municipais

A análise das despesas municipais contempla, em nível agregado, a despesa orçamentária total, que se desdobra em duas categorias econômicas: despesa corrente e despesa de capital. Em nível de maior detalhamento dos gastos são analisadas as despesas com pessoal, componente da despesa corrente, e a despesa de investimentos, que compõe a despesa de capital.

Também são objeto de verificação as despesas classificadas por funções. Para isso, foram escolhidas nove funções: saúde e saneamento; comunicações; agricultura; indústria, comércio e serviços; educação e cultura; transportes; assistência e previdência; habitação e segurança pública.

Convém destacar que os resultados indicam a proporção das despesas em relação à despesa total municipal, assim, por exemplo, o resultado de despesa corrente representa o quanto de despesa corrente foi despendido pelos Municípios em relação ao total dos gastos municipais em cada exercício.

Para todos os itens da despesa que serão analisados, foi adotada a mesma metodologia de dividí-los pela despesa total. Adicionalmente, para a despesa com pessoal, foi analisada também sua proporção com relação ao total das receitas correntes municipais.

Os resultados das regressões para as despesas municipais estão expostos na tabela a seguir, acompanhada das respectivas análises e comentários.

Tabela 1: Resultado das regressões para as despesas municipais.

Variáveis	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Despesa com Pessoal/Desp. Total	Despesa com Pessoal/Rec. Corrente	Investimentos
Constante	0.448746***	0.551110***	0.265633***	0.703115***	0.523561***
<i>Receita Corrente/Total</i>	0.413857***	-0.413716***	0.322453***	-0.079247***	-0.410936***
<i>Receita Total/Despesa Total</i>	0.000863***	-0.000862***	0.000789***	-0.003184***	-0.000775***
<i>Ano 1999</i>	0.027747***	-0.027754***	0.009992***	-0.008307***	-0.027685***
<i>Ano 2000</i>	0.025285***	-0.025297***	0.013379***	-0.010823***	-0.022828***
<i>Ano 2001</i>	0.035514***	-0.035521***	0.023806***	-0.017434***	-0.033859***
<i>Ano 2002</i>	-0.036326***	0.036313***	-0.176392***	-0.213067***	0.040200***
<i>Ano 2003</i>	-0.004622***	0.004606***	-0.162923***	-0.192488***	0.008424***
<i>Ano 2004</i>	-0.004286	0.004266	-0.164896***	-0.206725***	0.009261***
<i>Ano 2005</i>	0.006577***	-0.006595***	-0.161922***	-0.213545***	-0.001623
<i>Ano 2006</i>	-0.008420***	0.008406***	-0.164585***	-0.202665***	0.014571***
<i>Ano 2007</i>	-0.005546***	0.005529***	-0.157065***	-0.202498***	0.010968***
<i>Ano 2008</i>	-0.036026***	0.036003***	-0.177058***	-0.220813***	0.040637***
<i>Ano 2009</i>	-0.000745	0.000402	-0.134053***	-0.172859***	0.006164***
<i>Partido DEM</i>	-0.002515	0.002537*	-0.001632	-0.001152	0.002610*
<i>Partido PDT</i>	6.41E-05	-1.33E-07	0.001947	0.003474	0.001025
<i>Partido PMDB</i>	-0.000463	0.000466	0.001647	0.001949	0.001247
<i>Partido PPB</i>	-0.002011	0.002041	-0.002058	-0.000402	0.002473
<i>Partido PSB</i>	0.001710	-0.001793	0.014559***	0.013615***	-0.000621
<i>Partido PSDB</i>	0.000365	-0.000355	0.004222*	0.002601	0.000177
<i>Partido PR</i>	-0.000912	0.000883	2.47E-05	0.000973	0.001771
<i>Partido PT</i>	0.002862	-0.002802	0.010420***	0.005847	-0.001570
<i>Partido PTB/PSD</i>	-0.002373*	0.002363**	0.001156	0.002661	0.003423***
<i>Mesmo Partido do Governador</i>	-0.003266**	0.003252**	-0.003618*	-0.002349	0.002849**
<i>Mesmo Partido do Presidente</i>	-0.001946	0.001978	-0.003276	-0.001259	0.002548*
<i>Possibilidade Reeleito</i>	0.003999	-0.003989	0.005794*	0.002490	-0.003588
R ² Ajustado	0.463726	0.463771	0.606378	0.668130	0.459150
<i>A.I.C</i>	-3.044522	-3.044344	-2.426705	-2.240249	-3.038374
<i>S.I.C</i>	-2.322755	-2.322577	-1.704938	-1.518482	-2.316607
Estatística F	11.30192***	11.30380***	19.35300***	24.98486***	11.11395***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significante a 10%, ** significante a 5%, *** significante a 1%.

Despesa Corrente

Para o item de despesa corrente municipal, os resultados indicam comportamentos semelhantes em dois períodos eleitorais. No primeiro período eleitoral, referente às eleições realizadas no ano 2000, verifica-se que a proporção de gastos correntes em relação aos gastos totais municipais tende a se reduzir no ano eleitoral. No ano pós-eleitoral, 2001, a proporção dos gastos correntes volta a crescer e atinge um nível superior ao existente no ano pré-eleitoral, 1999.

De acordo com tabela 1, o incremento na proporção entre as despesas correntes e as despesas totais dos Municípios nos anos de 1999, 2000 e 2001, com relação ao ano de referência de 1998, foi de 0,027747 (2,77%), 0,025285 (2,52%) e 0,035514 (3,55%) pontos percentuais, respectivamente.

Isso significa dizer que se a proporção das despesas correntes de um determinado Município fosse equivalente a 85% da despesa total municipal no ano de 1998, então nos anos de 1999, 2000 e 2001 essa proporção seria equivalente a 87,77%, 87,52% e 88,55% da despesa municipal total.

No segundo período eleitoral, verifica-se certa estabilidade dos gastos correntes em relação aos gastos totais, não havendo, então, evidências que indiquem impulsos provocados pelo período eleitoral. Especificamente o ano eleitoral de 2004 não apresentou significância estatística que permitisse afirmar qual o comportamento das despesas correntes frente às despesas totais.

No último período examinado, que compreende as eleições ocorridas do ano de 2008, observa-se, novamente, impulso na redução da proporção de gastos correntes realizados pelas prefeituras. Os resultados indicam que no ano eleitoral, 2008, houve decréscimo significativo, em comparação ao indicador do ano pré-eleitoral, 2007.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 1, a relação despesa corrente com despesas totais dos Municípios foi de -0,005546 pontos percentuais (-0,05%) no ano de 2007, e de -0,036026 pontos percentuais (-3,6%) no ano de 2008, em relação à proporção do ano referência de 1998. Isso sugere que nos anos eleitorais as prefeituras tentem a reduzir a proporção de seus gastos correntes frente às demais despesas municipais.

Com relação às variáveis de partidos políticos, os resultados sugerem, a um nível de significância estatística de 10%, que nos Municípios governados pelo PTB a proporção entre despesa corrente e despesa total tende a ser menor que a proporção média das demais prefeituras, em aproximadamente -0,002373 pontos percentuais (-0,23%).

Quanto à coincidência partidária entre prefeito e governador, os resultados indicam que Municípios administrados por prefeitos cujo partido político é o mesmo do governador do Estado tendem a despendem menores proporções de recursos com gastos correntes, em 0,003266 pontos percentuais, aproximadamente 0,33%.

As variáveis de controle também apresentaram significância estatística, indicando sinais positivos. Assim, à proporção que as receitas correntes aumentam em relação às receitas totais, aumentam, também, os gastos correntes em relação aos gastos totais. O mesmo efeito é observado para o quociente de superávit, contudo em menor proporção.

Outra observação que deve ser feita refere-se ao possível efeito da LRF na redução dos gastos municipais. Observa-se que a proporção de despesas correntes dos Municípios apresentou sinal negativo a partir do ano de 2002, indicando que esses níveis são menores, se comparados com o ano de 1998.

Despesa de Capital

Com relação à variável que explica a composição da despesa de capital na despesa total dos municípios, os resultados indicam que nos três períodos eleitorais analisados existem evidências de alterações ocorridas em razão do período de transição governamental. Nos anos eleitorais, a proporção das despesas de capital tende a ser maior nas despesas totais, se comparada com os anos imediatamente anteriores e posteriores à ocorrência das eleições.

No ano pré-eleitoral de 1999, a razão entre despesas de capital e as despesas totais dos Municípios foi -0,02775 pontos percentuais (-2,77%), menor que no ano de 1998; já no ano eleitoral de 2000, essa diferença, com relação ao ano de 1998, subiu para -0,02529 pontos percentuais (-2,52%), o que significa um aumento na proporção dos gastos de capital. Já no ano pós-eleição de 2001, verifica-se uma queda nessa proporção, pois passa a ser de -0,0355 pontos percentuais (-3,55%) menores que no ano de 1998.

Conclui-se, então, que nos três anos (1999, 2000 e 2001) a proporção de gastos de capital com relação ao total das despesas municipais foi menor que aquele apurado em 1998 (ano excluído da equação e utilizado como referência); contudo, essa proporção apresentou comportamento cíclico, pois aumentou justamente no ano eleitoral e voltou a reduzir no ano subsequente, pós-eleições.

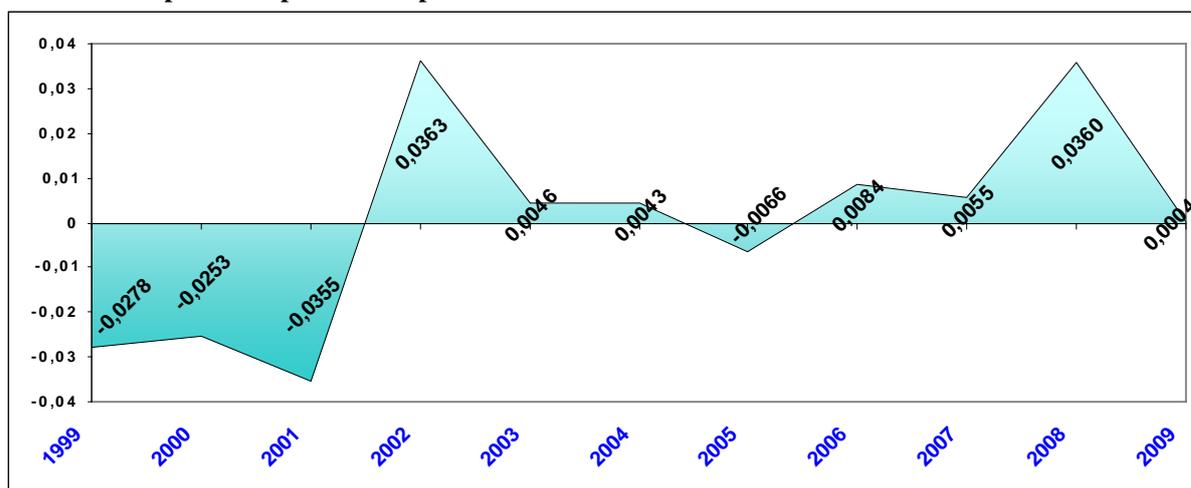
Nos demais períodos eleitorais os resultados sugerem o mesmo efeito observado nas eleições do ano 2000. Destaque-se que nos anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais o

pico das despesas de capital ocorre justamente no ano eleitoral e os menores níveis são observados nos anos pós-eleições.

Quanto à influência partidária, apenas o DEM e o PTB obtiveram coeficientes estatisticamente diferentes de zero. Ambos resultaram em valores positivos, sugerindo que os níveis de despesas de capital frente às despesas totais de suas prefeituras são sensivelmente maiores que as demais prefeituras, cerca de 0,025 e 0,023 pontos percentuais, respectivamente.

A coincidência partidária entre governo municipal e estadual também reflete positivamente na proporção das despesas de capital dos municípios. Nesses casos, em que ocorre a coincidência entre partidos, a proporção de despesa de capital é aproximadamente 0,32% maior que nos demais municípios.

Gráfico 4: Despesa de capital municipal



Despesa com Pessoal

A análise deste item foi feita sob duas perspectivas. Na primeira, verificou-se a proporção dos gastos com pessoal em relação à despesa total municipal e, na segunda perspectiva, foi analisada a proporção da despesa de pessoal em razão da receita corrente municipal, com objetivo de verificar se a relação entre gastos com pessoal e receita corrente sofre influência em razão dos anos eleitorais e das variáveis políticas.

Na primeira análise, os resultados apresentam evidências de alterações na proporção de gastos com pessoal com relação ao total da despesa municipal em função do período eleitoral. Na eleição de 2000, os gastos de pessoal aumentaram em relação às despesas totais municipais, especificamente no ano pós-eleitoral de 2001.

A partir do ano de 2002, a relação entre despesa de pessoal e despesa total apresentou sinal negativo, ou seja, a proporção dos gastos municipais com folha de pagamento foi menor que a proporção de referência do ano de 1998.

Para o período eleitoral que compreende as eleições ocorridas no ano de 2004, os resultados indicam que no ano eleitoral o nível de gastos com pessoal com relação aos gastos totais esteve praticamente constante no ano de 2003, pois, neste ano, essa relação foi de -0,162923 pontos percentuais (-16,29%), em 2004 foi de -0,164896 (-16,48%) e em 2005 foi de -0,161922 (-16,19%), todos em relação ao ano de referência do modelo, que é 1998. Verifica-se que houve sensível redução no ano eleitoral, seguido de acréscimo no pós-eleitoral.

Já no período relativo às eleições de 2008, existem evidências de forte redução na proporção de despesas com pessoal quando comparadas com os anos pré e pós-eleitoral. Os resultados indicam que a relação despesa com pessoal e despesas totais foram -0,1570 (-15,7%) no ano pré-eleitoral, -0,1770 (-17,7%) no ano eleitoral de 2008 e -0,1340 (-13,4%) no pós-eleitoral.

Com relação aos resultados relativos à influência partidária na proporção dos gastos com folha de pagamento das prefeituras, constata-se que dentre os três partidos que obtiveram coeficientes significativos estatisticamente, dois podem ser considerados de esquerda, o PSB e o PT, e um de direita, o PSDB. Os resultados sugerem que os gastos dos Municípios administrados por partidos de esquerda são bastante semelhantes entre si, apresentando 0,014 (1,4%) pontos percentuais para o PSB e 0,010 (1%) para o PT, que são níveis muito superiores aos executados pelas prefeituras de ideologia de direita, que foi de 0,004 (0,4%) pontos percentuais para o caso do PSDB.

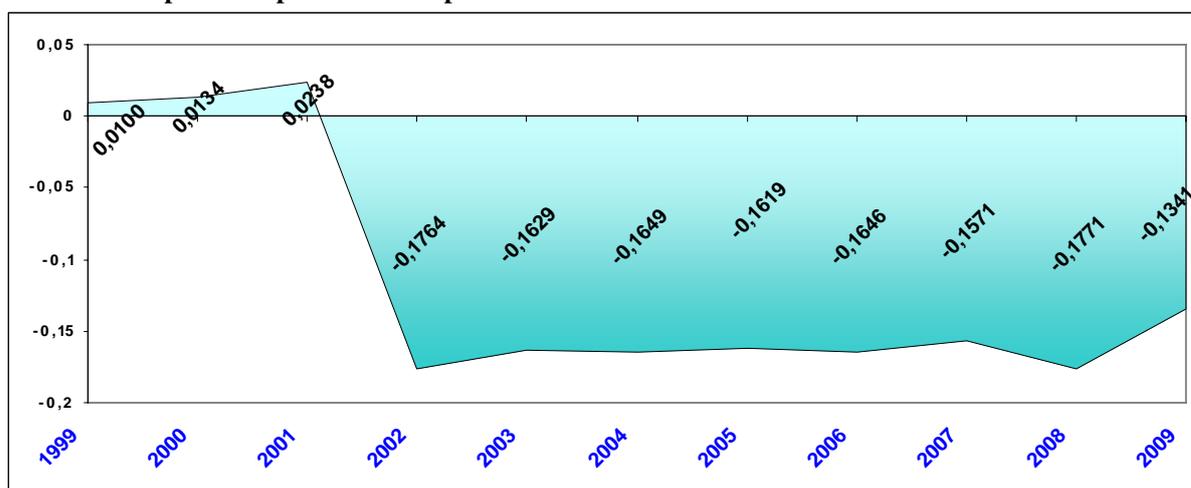
Outros resultados que também apresentaram significância estatística se referem à coincidência partidária entre prefeituras e governos estaduais e a possibilidade de reeleição dos prefeitos. No primeiro caso, havendo coincidência partidária entre Município e Estado, os resultados revelam que os prefeitos tendem a reduzir de maneira discreta a proporção dos gastos com pessoal, cerca de -0,0036 (-0,36%) pontos. Entretanto, quando existe a possibilidade jurídica de reeleição dos prefeitos, a proporção das despesas aplicadas em pessoal tende a aumentar em 0,0057 (0,57%) pontos percentuais.

Na segunda perspectiva da análise proposta, verificou-se o quanto da receita corrente total municipal está comprometida com as despesas de pessoal. Nessa análise, a variável é semelhante àquela imposta pela LRF; contudo, não se trabalha aqui com a receita corrente líquida e, sim, com toda a receita corrente.

Os resultados sugerem que a relação entre despesa com pessoal e receita corrente se comporta de maneira constante sem ocorrência de impulsos nos períodos eleitorais. Pode-se observar que a partir do ano de 2002 houve considerável redução nessa proporção de gastos, cerca de -0,20 (20%) pontos percentuais. Esse comportamento pode ter influência da LRF, que estabeleceu, a partir do ano 2000, limites para as despesas com pessoal tendo como parâmetro a receita corrente líquida.

Relativamente aos partidos políticos, o PSB foi o único que obteve significância estatística, indicando que as prefeituras administradas pelo partido tendem a apresentar uma relação entre despesa com pessoal e receita corrente, aproximadamente, 0,0136 (1,36%) pontos percentuais maiores que os demais municípios.

Gráfico 5: Despesa com pessoal municipal



Investimentos

Este item visou identificar se a proporção dos investimentos na composição da despesa total municipal sofre alterações, em razão das eleições ou de questões partidárias. O volume de gastos com investimentos pode representar uma forma de dar visibilidade ao governante, por meio de obras e melhorias nas cidades, que na essência representariam oportunismo para ganhar votos.

Em exame aos três períodos eleitorais que compõem a análise municipal, verifica-se que as eleições afetam a composição dos gastos municipais e que os investimentos ganham maior peso nos gastos em anos eleitorais.

Constata-se que nas eleições ocorridas no ano 2000, o impulso nos investimentos foi relativamente discreto se comparado com o efeito observado nas eleições de 2008.

Os resultados indicam que a proporção de investimento no período das eleições de 2000 foi impulsionada no ano de eleição, pois apresentou os seguintes coeficientes: de -0,027 (-2,7%) em 1999, -0,022 (-2,2%) em 2000 e -0,033 (-3,3%) no ano de 2001. Observa-se que o acréscimo ocorrido no ano eleitoral é seguido por uma redução na proporção de investimentos municipais no ano pós-eleitoral.

No período que se refere à eleição de 2004, constata-se novamente que os coeficientes indicam um crescimento na proporção dos investimentos municipais no ano eleitoral. O ano de 2003 apresentou coeficiente de 0,0084, que se elevou para 0,0092 no ano de eleição.

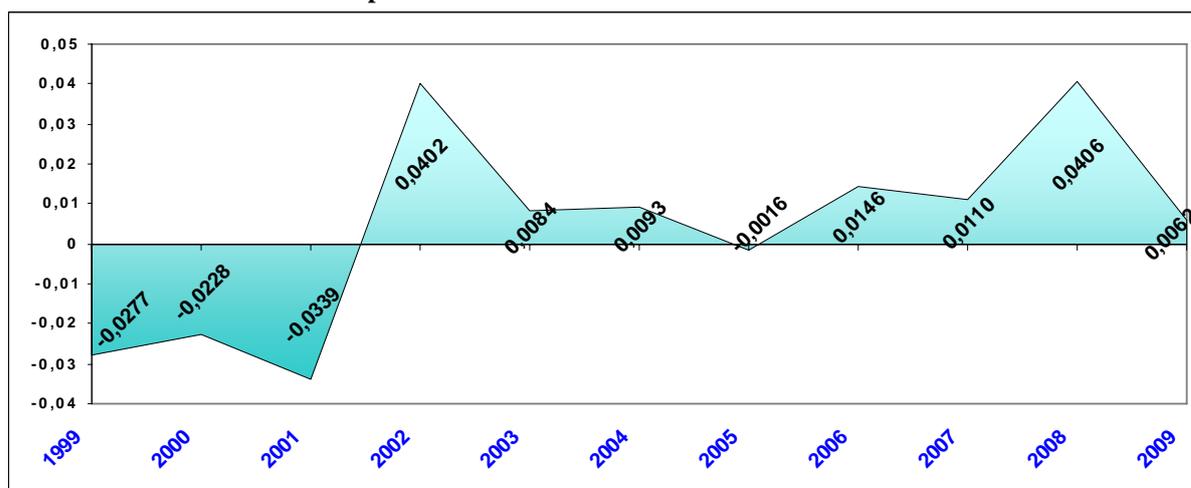
O último período eleitoral demonstra claramente o efeito das eleições na composição dos gastos municipais. Enquanto no ano pré-eleitoral, de 2007, o coeficiente indicava 0,010 pontos percentuais, no ano em que ocorreu a eleição, 2008, a proporção dos gastos com investimentos subiu para 0,040 pontos percentuais. Já no ano após as eleições, nota-se uma forte retração, com o coeficiente indicando apenas 0,006 pontos percentuais, atingindo um nível inferior ao verificado antes das eleições.

Além do fato das despesas com investimentos terem sido proporcionalmente maiores nos anos de eleição que nos anos pré-eleitorais, verifica-se que nos anos pós-eleitorais houve uma forte retração nos investimentos, sugerindo um ajuste nas contas públicas em razão do excessivo gasto pré-eleitoral, refletindo em níveis menores nos anos que sucedem os pleitos municipais.

Os Municípios administrados pelos partidos PTB e DEM apresentaram um nível de investimentos na composição de seus gastos de 0,0034 e 0,0026 pontos percentuais, respectivamente, maiores que os demais municípios.

Em análise ao fato de existirem coincidências entre partidos de prefeitos e dos governadores, os resultados apontam para um incremento na proporção dos investimentos municipais em aproximadamente 0,0028 pontos percentuais. O mesmo fenômeno é identificado quando o partido do prefeito é o mesmo partido do presidente da república, pois o resultado sugere uma proporção de investimento de 0,0025 pontos percentuais maior que nos demais municípios.

Gráfico 6: Investimentos municipais



Despesas por Funções

Os resultados das regressões para as despesas municipais por função estão dispostos nas tabelas abaixo. Os comentários e as análises a respeito dos valores encontrados serão expostos a seguir.

Tabela 2: Resultados das regressões para as despesas municipais por funções.

Variáveis	Saúde e Saneamento	Comunicações	Agricultura	Ind. Comércio e Serviços	Educação e Cultura
Constante	0.152219***	0.002842***	0.041459***	0.010702***	0.293963***
<i>Receita</i>					
<i>Corrente/Total</i>	0.010121	-0.000452	-0.014685***	-0.004535***	0.026076**
<i>Receita</i>					
<i>Total/Desp. Total</i>	-9.18E-05	2.93E-06	-2.31E-05*	-1.03E-05	0.000237**
<i>Ano 1999</i>	0.003529***	-0.000362***	-0.004428***	-0.000647***	0.009559***
<i>Ano 2000</i>	0.012225***	-0.000595***	-0.001472***	-0.000293*	0.011719***
<i>Ano 2001</i>	0.024280***	-0.000809***	-0.003140***	-0.000451***	0.016650***
<i>Ano 2002</i>	0.045116***	-0.001053***	0.001478***	-7.22E-05	-0.040511***
<i>Ano 2003</i>	0.053318***	-0.001138***	-0.002615***	-0.000539***	-0.033470***
<i>Ano 2004</i>	0.056408***	-0.001297***	-0.006063***	-0.000960***	-0.038731***
<i>Ano 2005</i>	0.068617***	-0.001343***	-0.005364***	-0.000885***	-0.032547***
<i>Ano 2006</i>	0.072747***	-0.001399***	-0.003418***	-6.19E-05	-0.038354***
<i>Ano 2007</i>	0.070840***	-0.001438***	-0.003709***	-0.000246	-0.034580***
<i>Ano 2008</i>	0.067961***	-0.001626***	-0.002636***	0.000925***	-0.038783***
<i>Ano 2009</i>	0.077484***	-0.001598***	-0.003826***	-0.000224	-0.032992***
<i>Partido DEM</i>	-0.000655	-0.000166	-7.95E-05	0.000356	-0.005237***
<i>Partido PDT</i>	-0.004340***	-0.000276	0.000515	0.000477	-0.001803
<i>Partido PMDB</i>	-0.002404**	-0.000140	-0.000281	0.000316	-0.002328
<i>Partido PPB</i>	-0.000676	-8.66E-05	0.001182***	0.000339	-0.003536*
<i>Partido PSB</i>	0.000630	-0.000233	0.001818**	0.000497	-0.003199
<i>Partido PSDB</i>	-0.000166	-9.73E-05	0.001018*	0.000453	-0.003095**
<i>Partido PR</i>	-5.43E-05	-3.09E-05	4.00E-05	0.000150	-0.001003
<i>Partido PT</i>	0.003264*	0.000115	0.002168***	-0.000179	-0.001125
<i>Partido</i>					
<i>PTB/PSD</i>	-0.001462	-0.000283	-0.000697*	0.000128	-0.004989**
<i>Mesmo Partido</i>	-0.000361	2.41E-05	-0.000710**	-0.000396*	0.000643

<i>do Governador</i>					
<i>Mesmo Partido do Presidente</i>	0.001419	-0.000205**	-0.000755	0.000582**	0.002637
<i>Possibilidade</i>					
<i>Reeleito</i>	0.002570*	9.02E-05	-0.000124	-0.000302	0.000234
R ² Ajustado	0.614455	0.324036	0.623194	0.332941	0.655208
A.I.C	-3.467647	-8.249769	-5.146471	-5.774745	-3.347812
S.I.C	-2.745880	-7.528002	-4.424704	-5.052978	-2.626045
Estatística F	19.98710***	6.711016	20.70374***	6.946301***	23.63946***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significante a 10%, ** significante a 5%, *** significante a 1%.

Na tabela 3, são apresentados os resultados da continuação das regressões para as funções com transportes, assistência e previdência social, habitação e urbanismo e segurança pública.

Tabela 3: Resultados das regressões para as despesas municipais por funções.

Variáveis	Transportes	Assistência e Previdência Social	Habitação e Urbanismo	Segurança Pública
Constante	0.118741***	0.052464***	0.222267***	0.002984***
<i>Receita Corrente/Total</i>	-0.043588***	0.009042***	-0.141381***	-0.001304**
<i>Receita Total/Despesa Total</i>	-0.000309*	7.72E-05	1.99E-05	3.94E-06
<i>Ano 1999</i>	-0.003072***	0.001431***	-0.001984***	-2.11E-05
<i>Ano 2000</i>	-0.003882***	0.002966***	-0.005201**	0.000163***
<i>Ano 2001</i>	-0.011691***	0.001418***	-0.008555***	-1.42E-05
<i>Ano 2002</i>	-0.013352***	-0.002961***	0.017479***	0.000562***
<i>Ano 2003</i>	-0.014460***	-0.003007***	0.015031***	0.000814***
<i>Ano 2004</i>	-0.017846***	-0.005145***	0.041838***	0.000696***
<i>Ano 2005</i>	-0.017306***	-0.005587***	0.009710***	0.000657***
<i>Ano 2006</i>	-0.018814***	-0.005373***	0.017713***	0.000839***
<i>Ano 2007</i>	-0.019562***	-0.003465***	0.017150***	0.000842***
<i>Ano 2008</i>	-0.016770***	-0.004892***	0.025510***	0.001003***
<i>Ano 2009</i>	-0.024369***	-0.002662***	0.012808***	0.000976***
<i>Partido DEM</i>	0.001241	0.002147***	0.002012	0.000195
<i>Partido PDT</i>	-0.000981	0.002139***	0.021736	-0.000185
<i>Partido PMDB</i>	0.000455	0.000851	0.000443	1.99E-05
<i>Partido PPB</i>	0.001463	0.002129***	0.005428*	5.32E-05
<i>Partido PSB</i>	0.001109	0.000204	-0.002047	-0.000812***
<i>Partido PSDB</i>	9.73E-05	-0.000818	0.001458	7.36E-05
<i>Partido PR</i>	-6.04E-05	-0.000106	0.000303	-8.58E-06
<i>Partido PT</i>	-0.004171***	-0.001887	-0.001505	4.83E-05
<i>Partido PTB/PSD</i>	0.002439***	0.001144	-0.010349	2.51E-05
<i>Mesmo Partido do Governador</i>	0.000351	0.000550	0.002315	5.95E-05
<i>Mesmo Partido do Presidente</i>	-0.001309**	0.002401***	0.000409	0.000183
<i>Possibilidade</i>				
<i>Reeleito</i>	-0.001031	0.000464	0.005525	-6.80E-05
R ² Ajustado	0.692789	0.505745	0.028774	0.429881
A.I.C	-3.879612	-4.385444	0.028365	-7.638302
S.I.C	-3.157845	-3.663677	0.750132	-6.916535
Estatística F	27.86633***	13.19059***	1.352959***	9.983088***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significante a 10%, ** significante a 5%, *** significante a 1%.

Agricultura

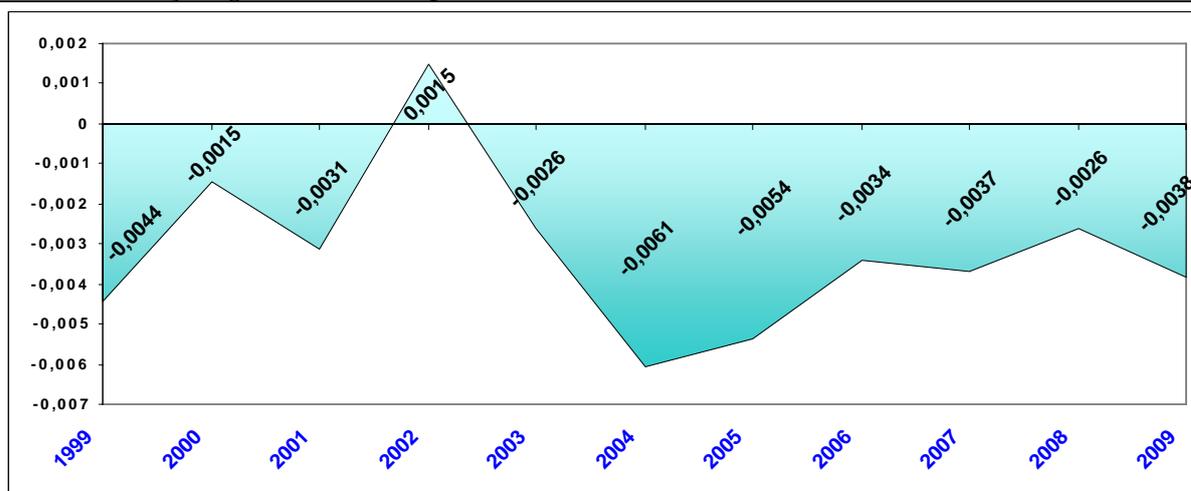
Em análise à proporção dos gastos com a função agricultura em relação às despesas totais dos municípios, os resultados sugerem um comportamento influenciado pelo período eleitoral. Nas eleições de 2000 e de 2008, observa-se que a proporção de gastos com agricultura aumenta nos anos eleitorais em comparação com os anos pré-eleitorais e com os pós-eleitorais. Já no período de eleições de 2004, não há indícios desse comportamento, vez que ocorre um aumento nas despesas dessa função no ano após as eleições e um decréscimo no ano eleitoral de 2004.

Os coeficientes indicam que a proporção dos gastos com agricultura foram de -0,0044 em 1999, de -0,0014 no ano 2000 e de -0,0031 no ano de 2001. Os valores devem ser analisados em referência ao ano de 1998. Dessa forma, verifica-se que as proporções desses anos são menores que a proporção apresentada em 1998, contudo pode-se observar que a variação negativa desses coeficientes indica que no ano de eleição, 2000, há um crescimento na proporção dos gastos com agricultura, se comparada como os anos de 1999 e 2001.

No terceiro período, referente às eleições ocorridas no ano de 2008, verifica-se, novamente, que ocorre um acréscimo na proporção dos gastos com agricultura no ano eleitoral. Os resultados indicam coeficientes de -0,0037 no ano de 2007, -0,0026 no ano eleitoral de 2008 e de -0,0038, no ano pós-eleitoral de 2009. Os resultados sugerem um comportamento cíclico de aumento na proporção dos gastos com agricultura no ano eleitoral e de um ajuste após a realização das eleições.

As variáveis partidárias também tiveram influência na composição dos gastos municipais em relação à função agricultura. A proporção da despesa com agricultura com a despesa total se mostrou maior nas prefeituras administradas pelo PT, (0,0021), seguidas daquelas cujos prefeitos pertenciam ao PSB (0,0018). As prefeituras cujos prefeitos pertenciam aos partidos PP (0,0011) e PSDB (0,0010) também obtiveram valores sensivelmente maiores que a média dos outros partidos, contudo, ainda menores que o PT e o PSB. Já o PTB (-0,0006) foi o único partido que apresentou uma aplicação de seus gastos com agricultura em menor nível que os demais partidos.

O fato dos prefeitos e os governadores serem filiados ao mesmo partido político ocasionou, de maneira branda (-0,0007), uma redução dos gastos municipais com a função agricultura.

Gráfico 7: Função agricultura municipal

Comunicações

Para os gastos relativos à função comunicações, os resultados não indicam qualquer efeito relacionado com o período eleitoral. Nota-se que a proporção de gastos municipais com comunicações apresenta uma tendência decrescente ao longo dos anos, sem demonstrar que os anos eleitorais, especificamente, provoquem alterações no seu comportamento.

Apenas no último período de análise, referente às eleições de 2008, observa-se um sensível movimento cíclico na proporção dos gastos municipais com a função comunicações. Os resultados indicam os coeficientes de -0,0014 para o ano de 2007, de -0,0016 para o ano de 2008 e de -0,0015 para o ano de 2009. Isso indica que há uma redução maior na proporção dos gastos com a função comunicação, especificamente nos anos eleitorais. Entretanto, como o efeito foi observado em apenas um período eleitoral, não é possível afirmar que seja um efeito específico relacionado com as eleições.

Os resultados apontam evidências de que a coincidência partidária entre prefeito e presidente afeta de maneira discreta e negativamente a proporção dos gastos municipais com a referida função em -0,0002 pontos percentuais (-0,02%).

Educação e Cultura

Para a variável relativa às despesas com a função educação e cultura em relação ao total das despesas municipais, verifica-se um comportamento semelhante em dois períodos eleitorais analisados.

No primeiro período, que se refere às eleições realizadas em 2000, não há evidências de que a transição governamental tenha afetado a composição das despesas municipais quanto aos gastos com educação e cultura, pois os coeficientes indicam um comportamento constante e crescente.

Já nas eleições de 2004 e 2008, o nível de gastos com a função educação e cultura obteve, praticamente, o mesmo percentual e o mesmo comportamento: um acréscimo no ano pré-eleitoral, seguido por impulsos negativos nos anos de eleições, seguidos de crescimentos nos anos pós-eleitorais.

Os coeficientes indicam que a proporção dos gastos com educação e cultura no ano de 2003, pré-eleitoral, foi de -0,0334, já no ano eleitoral de 2004, essa proporção se reduziu para -0,0387, e no ano de 2005, após a eleição, aumentou para -0,0329 pontos percentuais.

No período referente à eleição realizada no ano de 2008, constata-se coeficientes de -0,0345 em 2007, de -0,0387 em 2008 e de -0,0329 em 2009.

Com relação à influência partidária nos gastos com educação e cultura, os resultados sugerem que os Municípios administrados pelos partidos DEM, PTB, PP e PSDB apresentam as menores proporções de gastos com a mencionada função, nos seguintes níveis -0,00523; -0,00498; -0,00353 e -0,00309 pontos percentuais, respectivamente.

Saúde e Saneamento

Com relação à proporção dos gastos municipais com a função saúde e saneamento, os resultados indicam que os Municípios têm aplicado seus recursos sem perspectivas eleitoreiras, vez que as variáveis apontam para índices crescentes, com exceção do ocorrido no ano pré-eleitoral de 2007 e eleitoral de 2008, em que se verificou a ocorrência de uma pequena redução na proporção dessas despesas.

No ano de 2007, os coeficientes indicam que a proporção de gastos com saúde era de 0,07 pontos percentuais a mais em relação ao ano de 1998, contudo no ano de 2008, verificou-se uma discreta redução para o nível de 0,0679 pontos percentuais. No ano de 2009 essa proporção já se recuperou e alcançou novamente um coeficiente de 0,077 pontos percentuais.

Em relação à variável que capta o comportamento da possibilidade de reeleição do prefeito, constata-se indícios de acréscimo na proporção das despesas com saúde e saneamento, em aproximadamente 0,0025 pontos percentuais, no último ano de mandato do prefeito.

Quanto às variáveis de partidos políticos, os resultados sugerem que o PT tende a aplicar maior volume de recursos municipais em saúde e saneamento, cerca de 0,0032 pontos percentuais, que a média de outros partidos, enquanto o PDT e o PMDB indicam coeficientes negativos que denota o fato de suas prefeituras gastarem menos nesta função, aproximadamente -0,0043 e -0,0024 pontos percentuais, respectivamente.

Indústria, Comércio e Serviços

Para a função que engloba os dispêndios com indústria, comércio e serviços, não se torna clara qual a influência que o período eleitoral tem sobre a proporção dessas despesas em relação aos gastos totais dos municípios. Nos três períodos eleitorais examinados, verificam-se comportamentos distintos.

A respeito da existência de coincidência entre os partidos, do prefeito e governador e do prefeito e presidente, os resultados apresentam-se antagônicos. Enquanto a coincidência ocorrer em relação aos governadores, tende a apresentar um coeficiente negativo de -0,00039 pontos percentuais; quando ocorre a coincidência com o presidente da república, verifica-se um acréscimo de 0,00058 pontos percentuais nessa proporção de gastos.

Habitação e Urbanismo

Em exame ao comportamento da proporção de despesas municipais com a função habitação e urbanismo, constata-se que o período de transição governamental exerce efeito na composição dos gastos municipais nas eleições ocorridas em 2004 e em 2008.

Os resultados indicam que as despesas com habitação e urbanismo ganham maior peso nos anos eleitorais. No ano de 2003, o coeficiente foi de 0,015; no ano eleitoral, essa proporção subiu para 0,041 e, após as eleições, em 2005, reduziu para 0,009 pontos percentuais. O mesmo efeito foi observado no período eleitoral seguinte, em 2007, no qual a proporção de gastos com habitação era de 0,017; passou para 0,025 no ano de eleição 2008 e voltou a se reduzir ao nível de 0,012 pontos percentuais após a realização das eleições.

A única variável político-partidária que se mostrou estatisticamente significativa referiu-se ao PP e sugere que os Municípios administrados pelo partido tendem a apresentar uma maior proporção de investimentos em habitação e urbanismo, cerca de 0,005 pontos percentuais a mais que os demais municípios.

Segurança Pública

Com relação à proporção dos gastos municipais que são aplicados na função segurança pública, verifica-se que, após as eleições, a composição dessa despesa tende a apresentar um nível menor do que o observado nos anos eleitorais.

Os resultados indicam que enquanto a proporção dos gastos municipais com segurança pública foi de 0,00069 pontos percentuais em 2004, essa relação caiu para 0,00065 no ano de 2005. Na eleição seguinte o comportamento se repetiu, pois a proporção de gastos com segurança caiu de 0,0010 no ano eleitoral de 2008, para apenas 0,0009 no ano seguinte, 2009, após a realização das eleições.

Quanto à influência partidária, o PSB apresentou coeficiente de -0,00081, que indica que os gastos com segurança pública no Municípios administrados pelo partido são em média 0,08% menores que nos demais municípios.

Transporte

Com relação à participação dos gastos com transportes no total dos gastos municipais, os resultados indicam que, em média, as aplicações em transportes, após a realização das eleições, têm menor peso que no período pré-eleitoral.

Constata-se que antes das eleições, no ano 1999, o resultado indicava uma proporção de -0,003 e que, após as eleições, em 2001, esse coeficiente se reduziu para -0,011 pontos percentuais. Nas duas eleições seguintes, é possível verificar o mesmo comportamento. Em 2003, o coeficiente da proporção de gastos com transportes que era de -0,014 foi para -0,017 em 2005. E no ano de 2007, antes das eleições de 2008, o resultado indicava um nível de -0,019, enquanto no ano após as eleições, 2009, o nível de gastos com a função transportes reduziu a um nível de aproximadamente -0,024 pontos percentuais em relação à despesa total do município.

As variáveis de partidos políticos indicam que enquanto as prefeituras do PTB investem na função transportes em volume maior, cerca de 0,0024, que a média dos outros partidos, o PT é o que menos aplica recursos municipais, em termos proporcionais, nessa função, aproximadamente -0,0041 pontos percentuais (-0,41%).

Com relação à variável de coincidência partidária entre prefeito e presidente também se constatou impulso negativo, de -0,0013 pontos percentuais, na composição dos gastos municipais com a função transportes.

Assistência e Previdência Social

Quanto ao comportamento da composição das despesas municipais com a função assistência e previdência social, observa-se que no primeiro período eleitoral a proporção de gastos em relação à despesa total aumenta no ano eleitoral, pois passa de 0,0014 em 1999 para 0,0029 em 2000 e volta a se reduzir em 2001, após as eleições, para um nível de 0,0014 pontos percentuais. Nos demais períodos eleitorais não é possível identificar os mesmos efeitos.

O resultado sugere ainda que os Municípios administrados pelos partidos DEM, PDT e PP tendem a aplicar o mesmo percentual de recursos nessa função, aproximadamente 0,0021 em níveis superiores aos Municípios que são administrados pelos demais partidos políticos.

Com relação às despesas com assistência e previdência social, nota-se que o fato do partido do prefeito ser o mesmo do presidente da república sugere que tais partidos apliquem seus recursos em proporções maiores na função de assistência e previdência social, cerca de 0,0024 pontos percentuais a mais que os demais municípios.

Receitas municipais

A fim de se verificar os possíveis efeitos políticos na arrecadação dos municípios, estimou-se no modelo a receita corrente, a receita tributária, a receita total de transferências da União, a receita total de transferências dos Estados, bem como as receitas de capital. Todas essas variáveis foram divididas pela receita municipal total com o objetivo de que os resultados indicassem o comportamento dessas variáveis municipais frente aos períodos eleitorais.

A tabela a seguir apresenta os resultados das regressões aplicadas às receitas municipais. Na seqüência serão apresentadas as análises respectivas.

Tabela 4: Resultado das regressões para as receitas municipais.

Variáveis	Receita Corrente	Receita Capital	Receita Tributária	Transferências Estaduais	Transferências União
Constante	0.922945***	0.077055***	0.057647***	0.303742***	0.539683***
Ano 1999	0.033980***	-0.033980***	-0.002595***	-0.001735***	0.010638***
Ano 2000	0.028005***	-0.028005***	-0.004139***	0.011228***	-0.000768
Ano 2001	0.042153***	-0.042153***	-0.002289***	0.011743***	0.002805***
Ano 2002	0.020319***	-0.020319***	0.002227***	-0.071198***	-0.070027***
Ano 2003	0.054604***	-0.054604***	0.006540***	-0.057025***	-0.076113***

<i>Ano 2004</i>	0.046252***	-0.046252***	0.004672***	-0.058912***	-0.078451***
<i>Ano 2005</i>	0.055698***	-0.055698***	0.004214***	-0.063350***	-0.059412***
<i>Ano 2006</i>	0.035329***	-0.035329***	0.005551***	-0.069422***	-0.068322***
<i>Ano 2007</i>	0.039207***	-0.039207***	0.005653***	-0.082538***	-0.063219***
<i>Ano 2008</i>	0.027817***	-0.027817***	0.003791***	-0.088991***	-0.064273***
<i>Ano 2009</i>	0.040211***	-0.040211***	0.006778***	-0.089569***	-0.067004***
<i>Partido DEM</i>	-0.004693**	0.004693**	0.000910	-0.004316**	0.003908
<i>Partido PDT</i>	-0.000870	0.000870	0.001736**	0.000383	-0.005644***
<i>Partido PMDB</i>	-0.002160	0.002160	0.001085	-0.003922***	0.003694*
<i>Partido PPB</i>	-0.004346***	0.004346***	0.001671**	-0.000104	0.000564
<i>Partido PSB</i>	-9.15E-05	9.15E-05	-0.000259	0.002319	-0.002188
<i>Partido PSDB</i>	-0.000494	0.000494	0.002679***	-0.005115***	0.002463
<i>Partido PR</i>	-0.003959**	0.003959**	-0.000796	0.001505	-0.002908
<i>Partido PT</i>	0.001382	-0.001382	0.000996	-0.012052***	0.009636***
<i>Partido PTB/PSD</i>	-0.002225	0.002225	-0.000491	0.000479	4.71E-05
<i>Mesmo Partido do Governador</i>	-0.004623***	0.004623***	-0.001143***	0.005569***	-0.001797
<i>Mesmo Partido do Presidente</i>	-0.007922***	0.007922***	-0.000316	0.007586***	-0.005728**
<i>Possibilidade Reeleito</i>	-0.000947	0.000947	-0.000908	-0.001406	0.001402
R ² Ajustado	0.284879	0.284879	0.888115	0.839614	0.845108
A.I.C	-3.264693	-3.264693	-4.819911	-3.086435	-2.559250
S.I.C	-2.543372	-2.543372	-4.098589	-2.365114	-1.837929
Estatística F	5.748909***	5.748909***	95.62598***	63.40601***	66.04230***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significante a 10%, ** significante a 5%, *** significante a 1%.

Receita corrente

O primeiro índice que se pretende analisar refere-se à receita corrente. Essa variável indica, em proporção, o quanto da receita total municipal que é formada por receita corrente. Em análise aos resultados, constata-se evidência de que o período eleitoral altera a proporção das receitas correntes municipais. Nos períodos referentes às eleições de 2000, 2004 e 2008, verifica-se que especificamente no ano eleitoral a proporção dessas receitas tende a reduzir e depois, nos anos após as eleições, voltam a aumentar.

Esse resultado sugere que nos anos eleitorais a receita total do Município conta com menor participação da receita corrente. Pode-se suscitar oportunismo eleitoreiro dos prefeitos na condução das arrecadações.

A composição das receitas correntes em relação às receitas totais municipais reduziu de 0,033 pontos percentuais em 1999, para 0,028 no ano eleitoral de 2000, e voltou a aumentar após as eleições, em 2001, para o nível de 0,042 pontos percentuais. Cabe destacar que esses coeficientes se referem ao incremento da proporção receita corrente em relação à receita total apresentada no ano 1998, portanto, o menor crescimento observado foi no ano eleitoral de 2000.

No segundo período examinado, verifica-se que, novamente, a proporção das receitas correntes municipais diminui no ano eleitoral, pois reduz de 0,054 em 2003 para 0,046 em 2004 e retorna ao nível de 0,055 no ano pós-eleitoral de 2005. O terceiro e último período de análise retorna as mesmas evidências de uma tendência de redução nas arrecadações correntes dos Municípios nos anos eleitorais. Em 2007, ano pré-eleitoral, o incremento na relação receita corrente com receita total cai de 0,039 pontos percentuais para 0,027 pontos percentuais no ano eleitoral de 2008. Em 2009, depois de realizadas as eleições, o coeficiente volta a crescer e atinge 0,040 pontos percentuais.

Quanto aos partidos políticos e o peso da arrecadação corrente dos Municípios administrados pelos partidos DEM, PP e PR, verifica-se que a arrecadação não diverge significativamente entre si e, tem menores proporções, cerca de -0,0046, -0,0043 e -0,0039 pontos percentuais, respectivamente, em relação aos demais Municípios governados por outros partidos.

As variáveis que mensuram o efeito decorrente da prefeitura ser administrada pelo mesmo partido do governador e/ou do presidente demonstram ser estatisticamente significantes. Os resultados indicam que em ambos os casos a receita corrente reduzirá, contudo em uma proporção duas vezes maior caso a coincidência ocorra com o partido do presidente da república, aproximadamente -0,0079 pontos percentuais.

Receita de capital

Com relação à variável das receitas de capital, novamente, os resultados sugerem que o período eleitoral vem produzindo efeitos sobre a composição das receitas municipais.

Nos três períodos de análise, constata-se que no ano eleitoral as proporções das receitas municipais que são formadas por receitas de capital tendem a aumentar e, após as eleições, se reduzem em um nível menor ao que era apresentado nos anos pré-eleitorais.

Esse comportamento sugere que os Municípios tendem a captar maior volume de receitas de capital para fazer frente, provavelmente, aos seus investimentos e demais despesas de capital que são realizadas em maior número nos anos de eleições.

No ano de 1999, o coeficiente indicava que essa proporção estava em -0,033 pontos percentuais, no ano eleitoral de 2000 aumentou e chegou ao índice de -0,028; após as eleições, voltou a reduzir a um nível de -0,042 pontos percentuais. Com referência ao segundo período eleitoral analisado, a situação se repetiu. Dessa vez, o coeficiente indicava uma proporção de -0,054 pontos percentuais em 2003, ano pré-eleitoral; esse índice subiu para -

0,046 pontos percentuais no ano de 2004, em que foram realizadas eleições; logo após as eleições, em 2005, o coeficiente indicava uma proporção de -0,055, ainda menor que a observada antes das eleições.

No último período de transição governamental, que compreendeu os anos de 2007, 2008 e 2009, os resultados sugerem evidências de que a proporção das receitas de capital frente às receitas totais municipais tem o mesmo comportamento cíclico observado anteriormente, ou seja, sai de -0,039 antes das eleições, aumenta para -0,027 no ano eleitoral e volta a diminuir no ano pós-eleitoral, -0,040 pontos percentuais.

Os partidos políticos DEM, PP e PR apresentaram coeficientes positivos, de 0,0046, 0,0043 e 0,0039, indicando que os Municípios governados por estes partidos tendem a apresentar uma composição de suas receitas formadas por recursos de capital em maior nível que a média dos Municípios administrados por outros partidos.

Verifica-se também que, na ocasião do prefeito ser filiado ao mesmo partido político do governo do estado ou do governo federal, há reflexo em maior nível de receitas de capital dentre o total das receitas municipais, cerca de 0,0046 e 0,0079 pontos percentuais, respectivamente.

Receita tributária

Em análise ao comportamento da proporção das receitas municipais que é formada por receitas tributárias, as variáveis apresentam significância estatística para todos os períodos eleitorais.

Os resultados sugerem que há evidências de impulsos de redução na proporção das receitas tributárias nos Municípios em anos eleitorais. No ano 2000, o coeficiente indicou uma proporção de -0,0041 pontos percentuais, isto é, um nível menor que nos anos pré e pós-eleitorais de 1999 e de 2001, que apresentaram coeficientes de -0,0025 e -0,0022 pontos percentuais, respectivamente.

No período referente às eleições de 2004, é possível observar que a proporção da receita tributária se reduz de maneira significativa em relação ao ano pré-eleitoral, pois cai de 0,0065 pontos percentuais em 2003 para 0,0046 pontos percentuais em 2004.

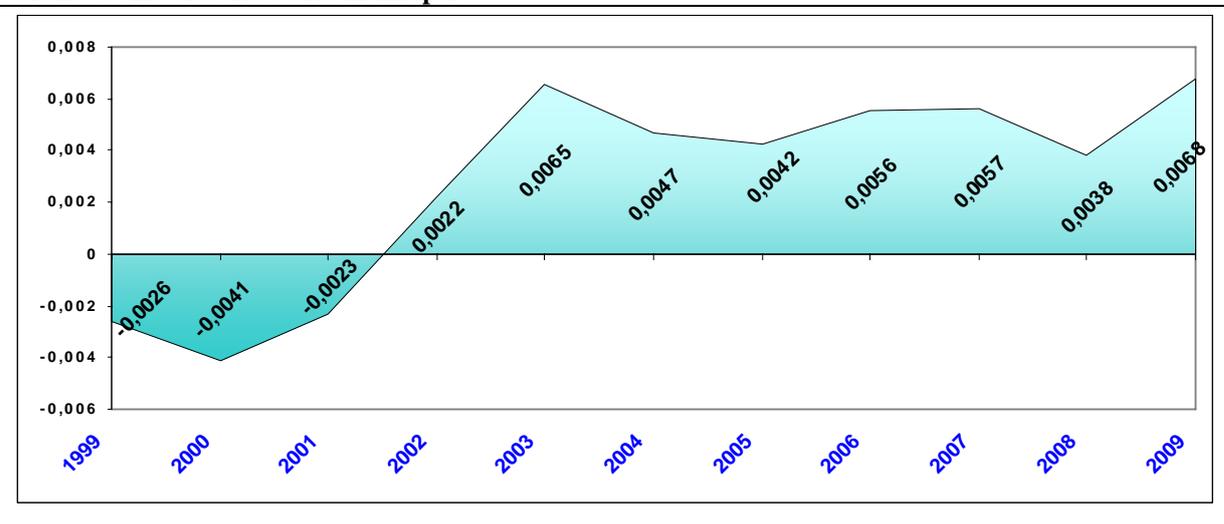
No último período eleitoral, referente às eleições de 2008, nota-se que o coeficiente apresenta queda na proporção das receitas tributárias justamente no ano eleitoral. Em 2007, indica um nível de 0,0056, que reduz para 0,0037 em 2008 e volta a crescer até 0,0067 no ano de 2009.

Os resultados sugerem um possível comportamento oportunista que faz com que as eleições afetem as contas municipais, conforme indicam as evidências. Menor arrecadação pode agradar eleitores com a falsa sensação de uma baixa carga tributária.

A influência político-partidária revela que as prefeituras governadas pelo PSDB têm maior nível de arrecadação tributária na composição das receitas municipais que os demais municípios, cerca de 0,0026, seguidas em menor nível pelos Municípios administrados pelo PDT e PP, que têm suas proporções médias de 0,0017 e 0,0016 pontos percentuais.

No caso do partido do governador ser igual ao do prefeito, os resultados sugerem que a proporção da receita tributária tende a ser menor, aproximadamente -0,0011 pontos percentuais, que nos demais Municípios em que não ocorre essa coincidência.

Gráfico 8: Receita tributária municipal



Receita de transferências de Estados

No tocante às receitas municipais que são oriundas de transferências de Estados, os resultados não apresentam evidências de efeitos específicos nos períodos eleitorais. Quanto ao efeito partidário, verifica-se que as prefeituras do PT têm a menor proporção de receitas provenientes de transferências estaduais, cerca de -0,012 pontos percentuais; depois estão os Municípios administrados pelo PSDB, DEM e PMDB, cujos coeficientes indicam proporções de -0,005, -0,004 e -0,003 pontos percentuais, respectivamente, menores que os demais municípios.

A existência de coincidência partidária entre os níveis municipal, estadual e federal tendem a impulsionar, de modo discreto, a proporção dessas receitas de transferências em um

nível de aproximadamente 0,005 pontos percentuais, no caso dos governadores, e 0,007 quando a coincidência partidária ocorre como o partido do presidente.

Receita de transferências da União

Com relação à proporção da receita municipal que é formada por transferências da União, os resultados não apresentam evidências de que o período de transição governamental exerça influência sobre essa variável na composição da receita municipal.

Entretanto, o aspecto relativo ao partido político que governa o Município sugere que os Municípios administrados pelo PT têm maior proporção de suas receitas advindas das transferências, cerca de 0,0096 pontos percentuais, seguidos pelos Municípios administrados pelo PMDB, 0,0036, enquanto nos Municípios em que os prefeitos pertencem ao PDT indicam resultado inverso, ou seja, a proporção de receitas provindas de transferências se reduz ao nível de aproximadamente -0,0056 pontos percentuais.

Na ocorrência de coincidência partidária entre prefeitos e governadores ou presidente da república, os resultados indicam uma redução média de -0,0057 pontos percentuais na proporção das receitas municipais que são compostas de transferências da União.

4.2. Estados e Distrito Federal

Os resultados relativos ao comportamento das contas dos Estados e do Distrito Federal estão dispostos na seguinte ordem: despesas, despesas por função e receitas estaduais. Desse modo, pretende-se analisar se há evidência, estatisticamente significativa, de que as variáveis testadas nas finanças estaduais sofrem alterações em sua composição, em razão do efeito do período de transição governamental ou de outra variável de política.

Do mesmo modo em que foram analisadas as contas municipais, todas as variáveis aqui expostas representam a composição das contas públicas e os coeficientes devem ser analisados em referência ao ano de 1995, que foi excluído do modelo para evitar a multicolinearidade perfeita e que, portanto, serve como parâmetro para a análise dos resultados.

Esse procedimento tem duas peculiaridades: os resultados da regressão são mais confiáveis, já que a série analisada é estacionária, evitando-se, assim, uma regressão espúria, e

os resultados indicam de que forma a proporção das contas públicas tendem a se modificar frente ao período eleitoral.

Os resultados das regressões para as variáveis de despesa corrente, despesa de capital e despesa com pessoal estão expostos na tabela abaixo e serão acompanhados pelas respectivas análises.

Tabela 5: Resultado das regressões para as despesas estaduais.

Variáveis	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Despesa de Pessoal/Desp. Total	Despesa de Pessoal/Rec. Corrente
Constante	-0.129752**	1.129752***	-0.014629	0.988611***
<i>Receita T/DT</i>	0.352778***	-0.352778***	0.170636***	-0.287576***
<i>RC/RT</i>	0.651351***	-0.651351***	0.395249***	-0.140809***
<i>Ano 1996</i>	0.012827***	-0.012827***	-0.009997***	-0.011571***
<i>Ano 1997</i>	-0.023119***	0.023119***	-0.023321***	-0.027318***
<i>Ano 1998</i>	-0.051503***	0.051503***	-0.071642***	-0.083363***
<i>Ano 1999</i>	-0.015140***	0.015140***	-0.049191***	-0.061421***
<i>Ano 2000</i>	-0.039395***	0.039395***	-0.169251***	-0.191971***
<i>Ano 2001</i>	-0.042330***	0.042330***	-0.189567***	-0.210708***
<i>Ano 2002</i>	-0.040485***	0.040485***	-0.056501***	-0.067999***
<i>Ano 2003</i>	-0.011981***	0.011981***	-0.059234***	-0.069467***
<i>Ano 2004</i>	-0.024931***	0.024931***	-0.067677***	-0.078866***
<i>Ano 2005</i>	-0.044335***	0.044335***	-0.102783***	-0.114990***
<i>Ano 2006</i>	-0.046855***	0.046855***	-0.117226***	-0.130829***
<i>Ano 2007</i>	-0.030855***	0.030855***	-0.084435***	-0.096701***
<i>Ano 2008</i>	-0.054601***	0.054601***	-0.106326***	-0.117484***
<i>Ano 2009</i>	-0.030817***	0.030817***	-0.091686***	-0.106672***
<i>Partido DEM</i>	0.014272	-0.014272	-0.024244	-0.024224
<i>Partido PMDB</i>	0.046038***	-0.046038***	-0.015336	-0.008707
<i>Partido PP/PPB</i>	0.006328	-0.006328	-0.075138***	-0.079797***
<i>Partido PSB</i>	0.031421**	-0.031421**	-0.020185	-0.021363
<i>Partido PSDB</i>	0.043299***	-0.043299***	0.016979	0.021782
<i>Partido PT</i>	0.054214***	-0.054214***	0.017417	0.018918
<i>Mesmo Partido do Presidente</i>	-0.006389	0.006389	-0.038730***	-0.043251***
<i>Possibilidade Reeleição</i>	0.013879	-0.013879	0.013677	0.013881
R ² Ajustado	0.748173	0.748173	0.594636	0.597771
<i>A.I.C.</i>	-3.377805	-3.377805	-2.549075	-2.297588
<i>S.I.C.</i>	-2.873612	-2.873612	-2.044882	-1.793394
Estatística F	25.00553***	25.00553***	12.85269***	13.00804***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significante a 10%, ** significante a 5%, *** significante a 1%.

Despesa Corrente

Os resultados apresentados sugerem que a proporção dos gastos correntes frente aos gastos estaduais totais sofre alteração nos períodos eleitorais analisados.

No primeiro período eleitoral analisado, que compreende os anos de 1997, 1998 e 1999, os resultados indicam que a proporção de despesa corrente em relação à despesa total

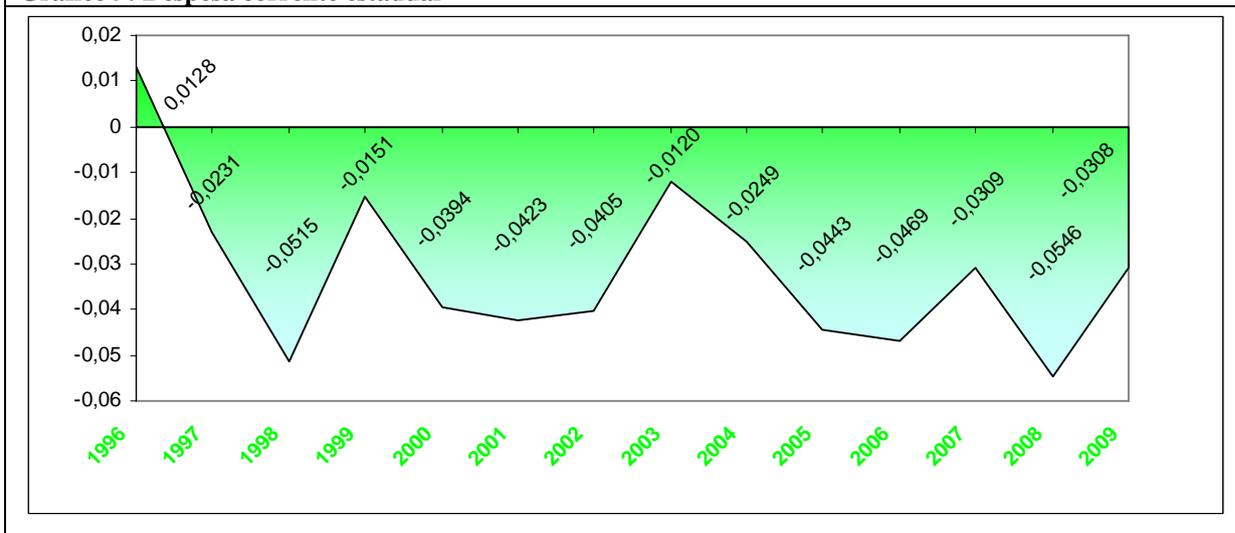
estadual apresentou os coeficientes de -0,02311 (-2,3%) em 1997, -0,05150 (-5,1%) em 1998 e -0,01514 (-1,51%) no ano de 1999. Isto é, há evidências de que a proporção de gastos correntes na composição da despesa estadual tende a reduzir, especificamente no ano eleitoral.

Esse comportamento se repete no último período eleitoral estadual analisado. No ano de 2005, que antecede as eleições, o coeficiente é de -0,04433; já no ano eleitoral de 2006, o resultado indica um coeficiente menor, de -0,04685 pontos percentuais e, no ano após a realização das eleições, ano de 2007, verifica-se que a proporção volta a aumentar, alcançando -0,03085 pontos percentuais.

No segundo período eleitoral, assim como verificado nos municípios, não há evidências de alteração nas estruturas das despesas estaduais em razão do período eleitoral.

As variáveis que representam os partidos políticos sugerem que os Estados governados pelo PT, PMDB, PSDB e PSB são os que apresentam maior proporção de gastos correntes durante sua gestão, cerca de 0,05421; 0,04603; 0,04329 e de 0,03142, respectivamente.

Gráfico 9: Despesa corrente estadual



Despesa de Capital

Em análise às despesas de capital, observa-se que os resultados são semelhantes aos apresentados para a despesa corrente, contudo com sinais invertidos. Isto é, nos anos eleitorais, a proporção de gastos estaduais com despesas de capital tende a crescer e não a reduzir, como ocorre com os gastos correntes.

Verifica-se, ainda, que a proporção dos gastos estaduais com as despesas de capital apresenta tendência de redução nos anos seguintes à realização das eleições. As evidências indicam que após as eleições de 1998, o coeficiente reduziu de 0,05150 pontos percentuais em 1998 para 0,01514 em 1999, ano pós-eleitoral. Em 2002 o coeficiente foi de 0,04028 e se reduziu para 0,01198 pontos percentuais em 2003, após a realização das eleições. O mesmo comportamento foi verificado nas eleições de 2006, pois o coeficiente indicava que o nível da proporção de gastos de capital no ano eleitoral era de 0,04685 e esse nível caiu para 0,03085 pontos no ano seguinte, pós-eleitoral.

Quanto às variáveis relativas aos partidos políticos, constata-se que os Estados administrados pelos partidos do PT, PMDB, PSDB e PSB aplicam, em média, menos recursos em despesas de capital que os demais Estados, cerca de -0,05421; -0,04603; -0,04329 e de -0,03142 pontos percentuais, respectivamente.

Despesa com pessoal

Para gastos estaduais com pessoal, foram utilizados dois modelos de análise. No primeiro, a despesa de pessoal foi dividida pela despesa total do Estado com o objetivo de informar se os gastos com pessoal frente a todas as demais despesas do Estado se alteram em razão do período eleitoral. O segundo modelo utilizou a porcentagem dos gastos de pessoal dos Estados com relação às suas receitas correntes totais, objetivando se aproximar do limite de despesa com pessoal previsto pela LRF e verificar se ocorre alteração em razão do período eleitoral.

Ao examinar os resultados da despesa com pessoal em relação ao total das despesas estaduais, observa-se que o ano eleitoral por si só não parece resultar em alteração no nível dessas despesas. Constata-se, entretanto, um peculiar comportamento ocorrido após as eleições de 1998 e 2006, pois nos anos de 1999 e 2007 as proporções dos gastos estaduais com pagamento de pessoal aumentam em relação às proporções verificadas nos anos eleitorais.

Uma possível explicação para esse comportamento pode estar relacionada ao cumprimento das promessas de campanhas que obrigaria que os governadores aumentassem suas despesas com folha de pagamento no ano imediatamente posterior às eleições.

Os coeficientes em 1998 indicavam uma proporção de -0,07164 pontos percentuais em relação à 1995, ano de referência. No ano de 1999 essa proporção subiu para -0,04919 pontos percentuais e o mesmo comportamento ocorreu em 2006, no qual o coeficiente indicava uma

proporção de -0,11722 pontos com relação ao ano de referência de 1995 e subiu para -0,08443 no ano pós-eleitoral de 2007.

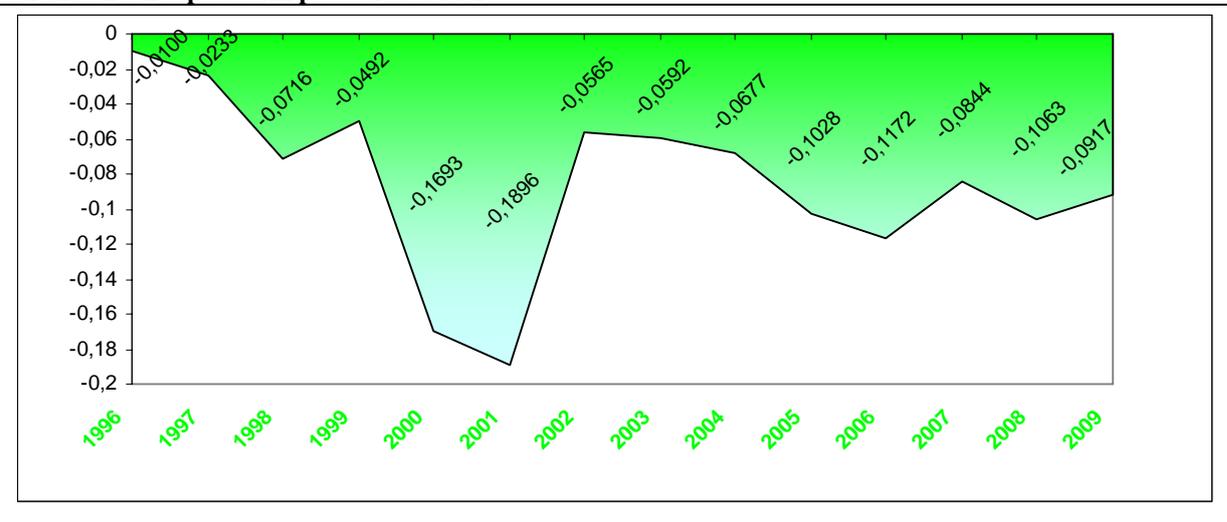
O único partido político que apresentou significância estatística foi o PP e seu resultado sugere que os governos estaduais administrados por este partido gastam, em média, proporções menores com despesas de pessoal, aproximadamente -0,075138 pontos percentuais, que os demais Estados.

Outro resultado analisado revela que na ocasião do governador ser filiado ao mesmo partido do Presidente da República, seus gastos com pessoal serão proporcionalmente menores que os apresentados pelos demais Estados, cerca de -0,03873 pontos percentuais.

A análise do limite de gastos com pessoal em relação ao total da receita corrente dos Estados sugere que os resultados não apontam a existência de efeitos cíclicos no ano eleitoral. Constata-se, porém, um comportamento semelhante ao verificado na proporção dos gastos com pessoal em relação à despesa total dos Estados, ou seja, aumento nos anos imediatamente posteriores à realização da eleição.

A influência partidária, assim como na análise anterior, sugere que os Estados governados pelo PP têm menores níveis na relação gasto com pessoal e receitas correntes. O mesmo ocorre quando há coincidência partidária entre o governador do Estado e o presidente da república.

Gráfico 10: Despesa com pessoal estadual



A tabela a seguir apresenta os resultados das regressões referentes à proporção dos gastos estaduais com investimentos, transferências de capital e transferências correntes.

Tabela 6: Resultado das regressões para as despesas estaduais.

Variáveis	Investimentos	Transferências Correntes	Transferências de Capital
Constante	0.745907***	-0.111351	0.380983***
<i>Receita T/DT</i>	-0.285722***	0.194391***	-0.057431*
<i>RC/RT</i>	-0.401783***	0.186241***	-0.250621***
<i>Ano 1996</i>	-0.002945	-5.52E-05	-0.010494***
<i>Ano 1997</i>	0.016362***	-0.031938***	0.005328
<i>Ano 1998</i>	0.067552***	-0.000221	-0.007355
<i>Ano 1999</i>	0.033155***	0.010890***	-0.019232***
<i>Ano 2000</i>	0.060891***	0.092208***	-0.023056***
<i>Ano 2001</i>	0.069412***	0.022007***	-0.028130***
<i>Ano 2002</i>	0.057573***	-0.092457***	-0.055754***
<i>Ano 2003</i>	0.023218***	-0.091147***	-0.054937***
<i>Ano 2004</i>	0.032888***	-0.101068***	-0.051513***
<i>Ano 2005</i>	0.048837***	-0.099819***	-0.047209***
<i>Ano 2006</i>	0.054352***	-0.097272***	-0.042047***
<i>Ano 2007</i>	0.037181***	-0.079771***	-0.047165***
<i>Ano 2008</i>	0.072393***	-0.074029***	-0.044964***
<i>Ano 2009</i>	0.059367***	-0.117978***	-0.056950***
<i>Partido DEM</i>	-0.007769	-0.030272	-0.009110
<i>Partido PMDB</i>	-0.027182***	-0.005582	-0.019257**
<i>Partido PP/PPB</i>	-0.011289	0.007316	-0.003383
<i>Partido PSB</i>	-0.008326	-0.022162	-0.021393**
<i>Partido PSDB</i>	-0.016557**	-0.030396	-0.036764***
<i>Partido PT</i>	-0.016559*	-0.017556	-0.044645***
<i>Mesmo Partido do Presidente</i>	-0.011566**	0.015517	0.017925*
<i>Possibilidade Reeleição</i>	-0.015439	-0.006822	-0.007491
R ² Ajustado	0.679715	0.661699	0.564846
<i>A.I.C.</i>	-3.415594	-2.678335	-3.689664
<i>S.I.C.</i>	-2.911401	-2.174142	-3.185471
Estatística F	18.14756***	16.80407***	11.48813***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significativa a 10%, ** significativa a 5%, *** significativa a 1%.

Investimentos

Este item pretende identificar se a proporção de investimentos na composição das despesas estaduais tende a ser influenciada pelo período de transição governamental. Os resultados indicam comportamentos que alteram a proporção de investimentos nos gastos dos Estados. No ano eleitoral, a proporção dos investimentos tende a ganhar maior peso na composição dos gastos totais. Já nos anos pós-eleitorais, constata-se que o comportamento indica forte retração nas proporções dos investimentos.

No primeiro período eleitoral que compõem o estudo, verifica-se que a proporção de investimentos no ano de 1997 indicava um coeficiente de 0,01636, que se elevou para 0,06755 no ano de eleição, 1998, e se reduziu quase pela metade no ano após as eleições, 0,03315, em 1999. No período eleitoral seguinte, é possível observar que, novamente, há uma

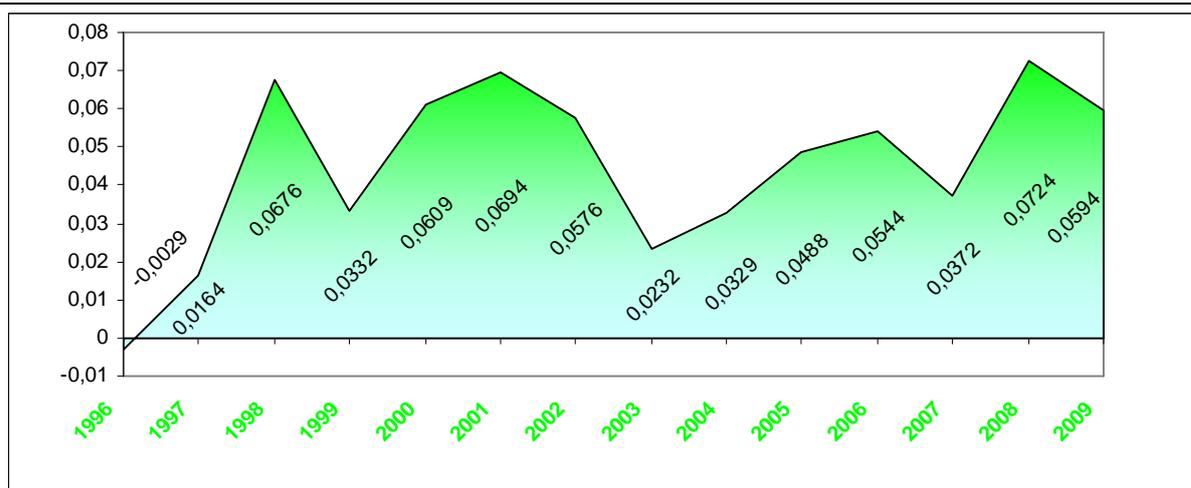
forte redução no coeficiente que indica a proporção de investimentos estaduais; ele passa de 0,05757 para 0,02321 no ano de 2003, após as eleições de 2002.

Por fim, no último período, os resultados demonstram que a proporção foi de 0,04883 no ano de 2005 para 0,05435 no ano de 2006 e caiu para 0,03718 no ano pós-eleitoral de 2007.

Quanto às variáveis político-partidárias, os resultados sugerem que os Estados com menores proporções de investimentos com relação às suas despesas totais são aqueles administrados pelo PMDB, PSDB e PT com níveis de -0,02718, -0,01655 e -0,01655, respectivamente.

Caso exista coincidência partidária entre os governadores e o Presidente da República, as proporções de investimentos dentro o total das despesas estaduais tende a ser ainda menor, a um nível de -0,01156 pontos percentuais.

Gráfico 11: Investimentos estaduais



Transferências Correntes

Neste item da despesa foram incluídas todas as transferências correntes verificadas nas contas estaduais e teve por objetivo identificar qual a proporção da despesa que não é executada diretamente pelos Estados e são transferidas aos demais entes.

Os resultados apresentados no modelo não revelam evidências de que o período eleitoral estadual exerça influência nos níveis de transferências correntes estaduais.

Contudo, cabe observar que no ano de 2000, em que ocorreram as primeiras eleições municipais, após a EMC 16, houve um forte impulso na proporção dessas transferências: elas passaram de 0,0108 em 1999, para o nível de 0,0922 no ano 2000, e voltaram a reduzir a 0,0220 no ano 2001. Já nas eleições de 2004 o comportamento foi oposto, vez que a

proporção dessas transferências teve menor nível, -0,1010 pontos percentuais, justamente no ano em que se realizaram eleições municipais.

Quanto aos partidos políticos, os resultados indicam que não é possível inferir que as transferências sofrem variações influenciadas pelo fato de um ou outro partido estar no governo estadual.

Transferências de Capital

Para o item das transferências de capital dos Estados, foi analisada a proporção em que as despesas estaduais são utilizadas para realização de despesa de capital por meio de transferências para outros entes.

Os resultados não permitem afirmar que o período eleitoral exerça influência no comportamento da proporção deste item da despesa estadual frente ao total das despesas estaduais.

Em exame às variáveis que representam os partidos políticos, há indícios de que os Estados com menores níveis de transferências de capital são aqueles administrados pelo PT, PSDB, PSB e PMDB, pois nesses Estados o coeficiente indica um nível de aproximadamente -0,04464, -0,03676, -0,02139 e -0,01925 pontos percentuais, respectivamente.

Na hipótese de o governador estadual ser do mesmo partido político do Presidente da República, a proporção das transferências de capital tende a ser sensivelmente maior que nos demais Estados, cerca de 0,01792 pontos percentuais.

Despesas por função

Adicionalmente, foi utilizada na pesquisa uma metodologia para verificar se o período eleitoral interfere nas opções e nas necessidades dos governos estaduais de aplicar seus recursos nas diferentes funções de governo. Para isso, foram adotadas como variáveis dependentes os volumes financeiros aplicados em cada função, divididos pelo total das despesas estaduais. Assim, obteve-se a proporção dos gastos estaduais com cada uma das funções analisadas.

Os resultados das regressões para as funções agricultura, comunicações, segurança pública, educação e cultura, habitação e urbanismo serão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 7: Resultado das regressões para despesas estaduais por funções.

Variáveis	Agricultura	Comunicações	Segurança Pública	Educação e Cultura	Habitação e Urbanismo
Constante	0.023059***	0.000373	-0.002497	-0.009742	0.057076***
<i>Receita T/DT</i>	-0.011929**	-0.000200	0.036441***	0.043870	-0.023690***
<i>RC/RT</i>	0.013666***	0.002305**	0.060486***	0.169048***	-0.027386***
<i>Ano 1996</i>	-0.001725***	8.26E-06	-0.001578	0.001732	-0.002767***
<i>Ano 1997</i>	-0.000658	0.001084***	-0.000399	-0.003633	-0.000570
<i>Ano 1998</i>	0.000205	7.26E-05	-0.011956**	0.009618	0.008263***
<i>Ano 1999</i>	-0.001557***	0.000237	0.002577*	0.009056***	-0.002750***
<i>Ano 2000</i>	-0.005738***	-0.000211	0.000851	0.002714	0.004325***
<i>Ano 2001</i>	-0.007495***	0.000265	-0.002911*	-0.000758	0.006626***
<i>Ano 2002</i>	-0.006763***	-7.50E-05	0.010719***	-0.007609*	0.008855***
<i>Ano 2003</i>	-0.008654***	4.11E-05	0.007025***	-0.016010***	0.005550***
<i>Ano 2004</i>	-0.008539***	0.000538***	-0.002870	-0.031549***	0.006487***
<i>Ano 2005</i>	-0.006883***	0.000740***	-5.16E-05	-0.037728***	0.007231***
<i>Ano 2006</i>	-0.007580***	0.000152	-0.005368	-0.034725***	0.016561***
<i>Ano 2007</i>	-0.008525***	0.000140	0.004174	-0.032185***	0.006635***
<i>Ano 2008</i>	-0.008163***	0.000797***	-0.001475	-0.030490***	0.013440***
<i>Ano 2009</i>	-0.009425***	0.000815***	0.008672***	-0.026393***	0.012001***
<i>Partido DEM</i>	0.000842	0.001321**	-0.024325***	0.009460	3.44E-05
<i>Partido PMDB</i>	0.002771	0.000567	-0.018456***	-0.001771	0.002119
<i>Partido PP/PPB</i>	-0.002725	-0.001378*	-0.032673***	-0.021742***	-0.000279
<i>Partido PSB</i>	-0.000142	-0.000597	-0.019100***	0.005666	-0.002059
<i>Partido PSDB</i>	-0.002647*	-0.001204**	-0.003335	-0.007957	-0.001137
<i>Partido PT</i>	0.000212	-0.001347*	0.005401	-0.001462	-0.005702
<i>Mesmo Partido do Presidente</i>	0.001584	1.11E-05	-0.018579***	-0.001724	0.002853*
<i>Possibilidade de Reeleição</i>	-0.000828	0.000553	0.010841**	-0.002190	-0.007892**
R ² Ajustado	0.662525	0.501792	0.471750	0.596685	0.738621
<i>A.I.C.</i>	-6.911777	-9.080522	-4.726219	-4.254910	-6.202373
<i>S.I.C.</i>	-6.407584	-8.575393	-4.222026	-3.750716	-5.698180
Estatística F	16.86254***	9.117993***	8.215801***	12.95397***	23.83294***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significativa a 10%, ** significativa a 5%, *** significativa a 1%.

A tabela seguinte expõe os resultados relativos às regressões para a proporção das despesas estaduais com as funções indústria, comércio e serviços, saúde e saneamento, assistência e previdência social e transportes.

Tabela 8: Resultado das regressões para despesas estaduais por funções.

Variáveis	Ind. Comércio e Serviços	Saúde e Saneamento	Assistência e Previdência	Transporte
Constante	0.234483***	0.102843***	-0.023434	0.275788***
<i>Receita T/DT</i>	-0.054522*	-0.048136**	0.043041*	-0.146361***
<i>RC/RT</i>	-0.177753***	0.041863**	0.106059***	-0.096928***
<i>Ano 1996</i>	-0.010707***	-0.002130	0.010060***	0.009086***
<i>Ano 1997</i>	-0.019752***	0.006211**	0.012096***	0.017261***
<i>Ano 1998</i>	0.012975	0.001642	0.006981	0.009263
<i>Ano 1999</i>	0.009060***	0.001489	0.010316***	-0.004543*
<i>Ano 2000</i>	0.000349	0.005851***	-0.016817***	0.018313***
<i>Ano 2001</i>	0.003588	0.020329***	-0.023931***	0.016948***
<i>Ano 2002</i>	0.006191	0.032705***	-0.016132*	0.009339*
<i>Ano 2003</i>	0.003205	0.024530***	-0.012572***	0.003106
<i>Ano 2004</i>	0.001888	0.033578***	-0.012879***	0.012555***

<i>Ano 2005</i>	0.004659	0.041185***	-0.015555***	0.016687***
<i>Ano 2006</i>	0.008627	0.050770***	-0.006300	0.016087**
<i>Ano 2007</i>	0.004116	0.049711***	-0.011075***	0.011865***
<i>Ano 2008</i>	0.003992	0.052813***	-0.014438***	0.014304***
<i>Ano 2009</i>	-0.003197	0.051699***	0.004081	0.013456***
<i>Partido DEM</i>	-0.008508	-0.021471***	-0.009677	0.005861
<i>Partido PMDB</i>	-0.004248	-0.009792**	-0.015897	0.000970
<i>Partido PP/PPB</i>	0.017508	-0.005114	-0.015382	0.029535***
<i>Partido PSB</i>	0.003236	-0.005976	0.007132	-0.003783
<i>Partido PSDB</i>	-0.004366	-0.000378	-0.000525	-0.006057
<i>Partido PT</i>	-0.002719	0.000586	-0.007423	-0.003455
<i>Mesmo Partido do Presidente</i>	-0.006337**	-0.016770***	0.015312**	-5.85E-05
<i>Possibilidade Reeleição</i>	-0.008926	-0.007313	0.003032	-0.003510
R² Ajustado	0.176322	0.755090	0.593202	0.686710
<i>A.I.C.</i>	-3.909935	-4.741915	-3.638738	-4.183198
<i>S.I.C.</i>	-3.405741	-4.237722	-3.134545	-3.679005
Estatística F	2.729661***	25.91169***	12.78242***	18.71081***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significante a 10%, ** significante a 5%, *** significante a 1%.

Agricultura

Em análise à variável que indica a proporção dos gastos estaduais que são realizados com a função agricultura, não há evidências para afirmar que a composição da despesa estadual com agricultura seja influenciada pelo calendário eleitoral.

Os resultados indicam, contudo, que nos estados administrados pelo PSDB a proporção das despesas com a função agricultura tende a ser menor que nos demais estados, cerca de -0,0027 pontos percentuais.

Assistência e Previdência Social

Para a função relativa à assistência social e previdência social, os resultados não possibilitam inferir que a proporção dos gastos estaduais com essa função seja alterada em razão do período eleitoral, pois além de não indicar qualquer impulso cíclico, os coeficientes para os anos eleitorais de 1998 e 2006 não se mostram estatisticamente diferentes de zero, portanto, não são significativos.

Entretanto, há evidência que indica que a coincidência partidária com o Presidente da República resulta em um aumento na proporção das despesas com assistência e previdência nos Estados, em aproximadamente 0,0153 pontos percentuais.

Comunicações

Com relação à análise da proporção da despesa estadual que é aplicada na função comunicações, verifica-se que os coeficientes relativos aos anos de eleições não obtiveram significância estatística. Portanto, não é possível inferir que a proporção dos gastos estaduais com essa despesa se altere em razão dos anos eleitorais.

Entretanto, constata-se que há influência partidária na proporção dos gastos com comunicações: enquanto nos Estados governados pelo PT, PSDB e PP a proporção de gastos com comunicação é menor que a média dos demais partidos, cerca de -0,0013 pontos percentuais, nos Estados em que os governadores pertencem ao DEM a proporção das despesas com a função comunicação é superior em aproximadamente 0,0013 pontos percentuais.

Educação e Cultura

Quanto ao comportamento da proporção dos gastos estaduais com a função educação e cultura, não há evidências de que os Estados alterem seus gastos em razão dos períodos eleitorais.

Com relação ao efeito político, o resultado permite inferir que os Estados governados pelo PP apresentam, dentre suas despesas totais, menores níveis destinados à função educação e cultura, aproximadamente -0,02174 pontos em relação aos demais Estados.

Habitação e Urbanismo

A respeito da proporção dos gastos estaduais que são aplicados na função habitação e urbanismo, os resultados indicam que há evidências de comportamentos influenciados pelo período de transição governamental.

Constata-se que a composição das despesas estaduais tende a apresentar maior nível de gastos com habitação e urbanismo nos anos eleitorais e após a realização das eleições, a proporção desses gastos se reduz consideravelmente.

No ano de 1998, o coeficiente indicava proporção de 0,0082 pontos percentuais com os gastos de habitação, entretanto, após as eleições, o coeficiente se reduziu a um nível de -0,0027 pontos. No segundo período eleitoral foi observado o mesmo comportamento: acréscimo na proporção dos gastos com habitação no ano eleitoral, saiu de 0,0066 em 2001 e

alcançou 0,0088 no ano eleitoral de 2002, porém voltou a reduzir ao nível de 0,0055 no ano pós-eleitoral de 2003.

No terceiro período eleitoral, relativo à eleição realizada no ano de 2006, verifica-se que a proporção dos gastos estaduais com a função habitação e urbanismo apresenta comportamento semelhante ao verificado nos períodos anteriores. Os resultados indicam que no ano de 2005 a proporção foi de 0,0072 pontos percentuais e que no ano das eleições, 2006, se elevou ao nível de 0,0165 pontos percentuais; já no ano de 2007, após a eleição, a proporção reduziu para 0,0066 pontos percentuais.

Outra variável que se apresentou significativa se refere à hipótese de coincidência de partidos políticos entre o governador e o Presidente da República. Nessa situação, a proporção dos recursos estaduais aplicados na função habitação e urbanismo serão maiores, aproximadamente 0,0028 pontos percentuais, que nos demais Estados.

Havendo a possibilidade jurídica do governador se reeleger, os resultados indicam uma redução de -0,0078 pontos percentuais na proporção desses gastos, revelando um comportamento mais preocupado do governador em não aumentar indiscriminadamente os gastos com habitação e urbanismo.

Indústria, Comércio e Serviços

Para a proporção dos gastos dos governos estaduais com a função indústria, comércio e serviços, o modelo não apresentou resultados estatisticamente significantes, já que as variáveis específicas nos anos dos períodos eleitorais não podem ser estatisticamente diferentes de zero; portanto, não se vislumbra, no presente caso, efeitos ou impulsos decorrentes das eleições.

Outro fato a ser observado é que a qualidade do ajustamento da regressão (R^2) se apresenta baixo, com um R^2 Ajustado de apenas 0,17, inviabilizado, dessa forma, a análise da referida variável.

Saúde e Saneamento

Com relação à variável que mensura a proporção dos gastos estaduais com a função saúde e saneamento, verifica-se, conforme os testes apresentados no quadro 7B (apêndice B) deste trabalho, que as séries não rejeitaram a presença de raiz unitária. Desse modo, os

resultados do modelo podem ser considerados espúrios e, assim, não devem ser feitas considerações a respeito dos gastos com a supramencionada função.

Segurança Pública

Em análise aos testes realizados para a variável que mede a proporção dos gastos estaduais com a função segurança pública, observa-se que o teste *Im, Pesaran e Shin* indicou a presença de raiz unitária na série (apêndice B), isto é, não há estacionariedade, o que inviabiliza a análise por se tratar de uma regressão espúria.

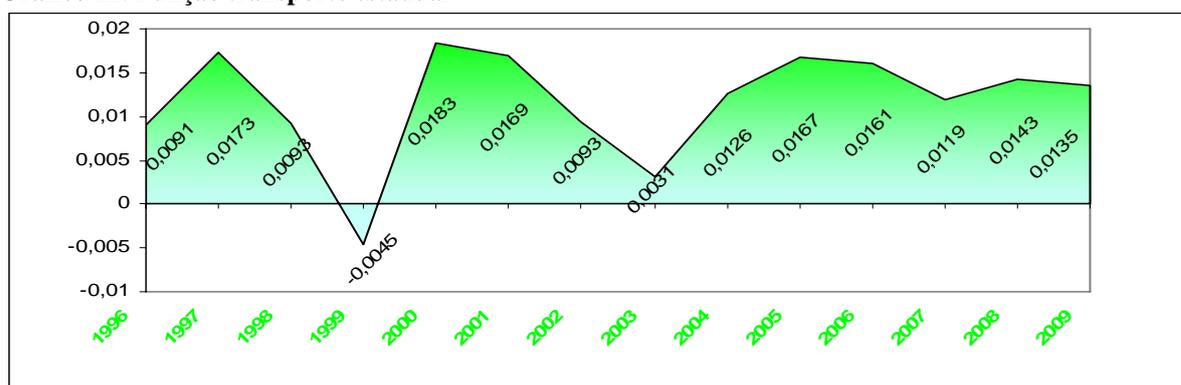
Transporte

Quanto à proporção dos gastos estaduais que são realizados com a função transporte, os resultados sugerem que existe influência do período eleitoral na composição dos níveis de gastos com essa função.

Observa-se que os maiores níveis de despesa aplicada na função transporte ocorre nos anos pré-eleitorais, como o de 1997, que obteve 0,017261. Em 2001, observou-se o nível de 0,016948 e, no ano de 2006, a proporção de 0,016687. Em consequência disso, verifica-se que é realizado um ajuste com uma brusca redução na proporção das despesas com essa função no ano seguinte às eleições, em que atinge seus menores níveis, conforme verificado em 1999, 2003 e 2007, que apresentaram coeficientes de -0,0045; 0,0031; e 0,0118, respectivamente.

A respeito da influência do partido político que administra o Estado na proporção das despesas com transportes, os resultados indicam que aqueles Estados que são governados pelo PP apresentam, em média, gastos em maiores proporções, cerca de 0,0295, com a função de transporte, que os Estados governados pelos demais partidos.

Gráfico 12: Função transporte estadual



Receitas Estaduais

A tabela a seguir traz os resultados das estimações realizadas pelo modelo de regressão aplicado às contas de receitas estaduais. Após a tabela, serão expostas as análises e comentários a respeito dos resultados alcançados.

Tabela 9: Resultado das regressões para receitas estaduais.

Variáveis	Receita Corrente	Receita de Capital	Receita Tributária
Constante	0.942061***	0.057939***	0.465683***
Ano 1996	-0.073015***	0.073015***	-0.040131***
Ano 1997	-0.122784***	0.122784***	-0.091252***
Ano 1998	-0.072452***	0.072452***	-0.079040***
Ano 1999	-0.050423***	0.050423***	-0.061728***
Ano 2000	-0.022328***	0.022328***	-0.031951***
Ano 2001	0.029511***	-0.029511***	-0.014529***
Ano 2002	0.024741***	-0.024741***	0.017651***
Ano 2003	0.035646***	-0.035646***	0.047362***
Ano 2004	0.038710***	-0.038710***	0.059974***
Ano 2005	0.044481***	-0.044481***	0.050649***
Ano 2006	0.051759***	-0.051759***	0.066692***
Ano 2007	0.042804***	-0.042804***	0.040115***
Ano 2008	0.034643***	-0.034643***	0.024869***
Ano 2009	0.002946	-0.002946	0.027335***
Partido DEM	-0.050044***	0.050044***	0.000802
Partido PMDB	-0.011086	0.011086	0.015940
Partido PP/PPB	0.063421**	-0.063421**	0.050887***
Partido PSB	0.002340	-0.002340	0.000925
Partido PSDB	-0.008758	0.008758	0.008812
Partido PT	0.005518	-0.005518	-0.012428
Mesmo Partido do Presidente	-0.037655***	0.037655***	0.017449
Possibilidade Reeleição	-0.020321	0.020321	-0.020219***
R ² Ajustado	0.383695	0.383695	0.855843
A.I.C.	-2.267889	-2.267889	-2.446689
S.I.C.	-1.783468	-1.783468	-1.962268
Estatística F	6.239992***	6.239992***	50.96868***

Nota: A significância estatística dos coeficientes é representada por: * significante a 10%, ** significante a 5%, *** significante a 1%.

Receita Corrente

Para verificar os efeitos que o período de transição governamental exerce sobre a proporção das receitas correntes estaduais, foi utilizada metodologia semelhante àquela dos municípios, qual seja, a variável dependente, receita corrente, está dividida pela receita total do Estado, assim é possível verificar se a proporção da composição da receita municipal se altera em razão do período eleitoral.

Os resultados indicam que no primeiro e no terceiro período eleitoral, verifica-se um acréscimo no nível da variável em anos eleitorais. Passa de -0,1227 em 1997 para -0,0724 em

1998 e cresce de 0,0444 em 2005 para 0,0517 no ano eleitoral de 2006. Já no segundo período, houve o inverso, ou seja, redução no nível da variável no ano eleitoral.

Em geral, verifica-se um comportamento constante que resulta no crescimento da proporção de receitas estaduais proveniente da categoria econômica corrente.

Quanto à influência partidária, há evidências de que os Estados governados pelo DEM contêm menor proporção de receitas correntes que a média dos demais Estados, cerca de -0,050 pontos percentuais. Entretanto, aqueles Estados cujo governador pertence ao PP apresentam impulsos de maiores proporções nos seus níveis de receita corrente, aproximadamente 0,063 pontos percentuais.

Os resultados indicam que, havendo coincidência partidária com o Presidente da República, o comportamento das receitas correntes estaduais tende a ser menor que nos demais Estados, em um nível de -0,037 pontos percentuais.

Receita de Capital

Quanto à proporção das receitas de capital com relação ao total das receitas estaduais, os resultados indicam um comportamento decrescente ao longo dos anos. As evidências indicam que os efeitos no período eleitoral são inversos aos observados para a receita corrente. Isto é, redução nos anos eleitorais e crescimento em anos pós-eleitorais.

Constata-se, no entanto, que os Estados governados pelos partidos políticos DEM e PP tendem a apresentar, durante sua gestão, proporções de receitas de capital distintas dos demais Estados. Quando os Estados são governados pelo DEM, eles arrecadam maiores proporções de receitas de capital, cerca de 0,050 pontos percentuais que os demais Estados. Entretanto, os Estados administrados pelo PP têm suas receitas formadas em menor peso pelas receitas de capital, aproximadamente -0,063 pontos percentuais.

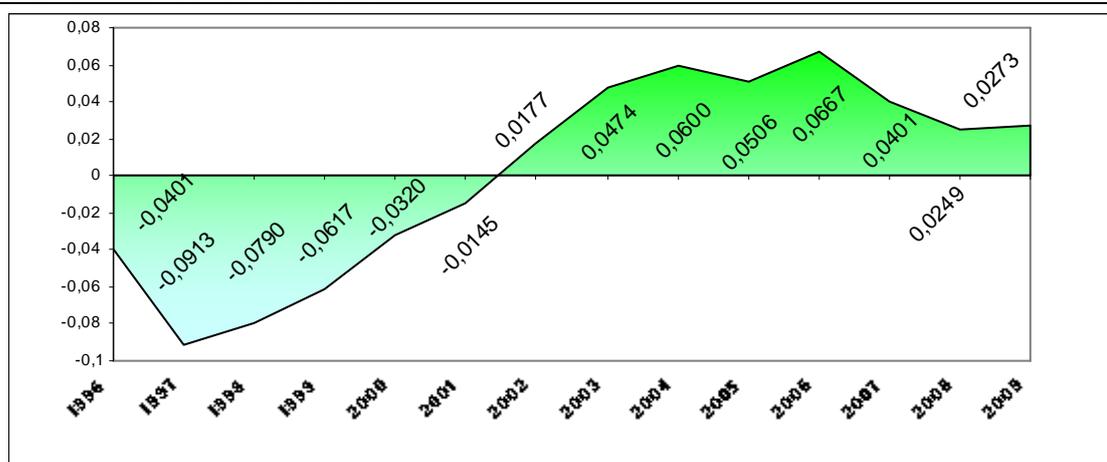
Receita Tributária

A arrecadação das receitas tributárias dos Estados não apresentou evidências de impulsos estimulados pelos anos eleitorais. Os resultados sugerem que a proporção de receita tributária com relação ao total das receitas estaduais apresenta uma evolução razoavelmente constante e crescente ao longo dos anos, não havendo, portanto, indícios de manipulações com fins eleitorais por parte dos governadores.

Para as variáveis de partidos políticos, os resultados indicam que nos Estados governados pelo PP a arrecadação tributária em relação ao total das receitas durante a gestão do partido é superior que nos demais Estados em aproximadamente 0,050.

Convém destacar que a variável que evidencia os efeitos relacionados à possibilidade jurídica de reeleição do governador apresentou significância estatística e indica que no último ano de mandato do governador há uma redução na proporção das receitas de origem tributária. Isso pode decorrer de algum comportamento oportunista por parte de alguns governantes estaduais.

Gráfico 13: Receita tributária estadual



4.3. União

Nesta seção são apresentados os resultados relativos ao comportamento da estrutura das contas da União. Os itens da despesa são apresentados em proporção ao total das despesas da União no período avaliado. Os itens da receita são apresentados em proporção ao total das receitas.

Tabela 10: Composição da despesa e da receita da União.

ANO	Despesa Corrente	Pessoal e Encargos	Pessoal e Encargos*	Despesa de Capital	Investimentos	Receita Corrente	Receita Tributária	Receita de Capital
1994	66,18%	17,23%	25,39%	33,82%	3,61%	65,46%	25,32%	34,54%
1995	86,10%	24,54%	29,81%	13,90%	3,07%	80,56%	30,29%	19,44%
1996	85,58%	22,81%	26,08%	14,42%	3,19%	82,55%	28,19%	17,45%
1997	66,92%	17,39%	25,41%	33,08%	2,94%	61,84%	20,68%	38,16%
1998	65,69%	15,80%	23,92%	34,31%	2,73%	86,77%	29,39%	13,23%
1999	71,51%	16,15%	23,65%	28,49%	2,18%	85,01%	29,12%	14,99%
2000	79,26%	18,46%	23,06%	20,74%	3,20%	81,62%	25,43%	18,38%

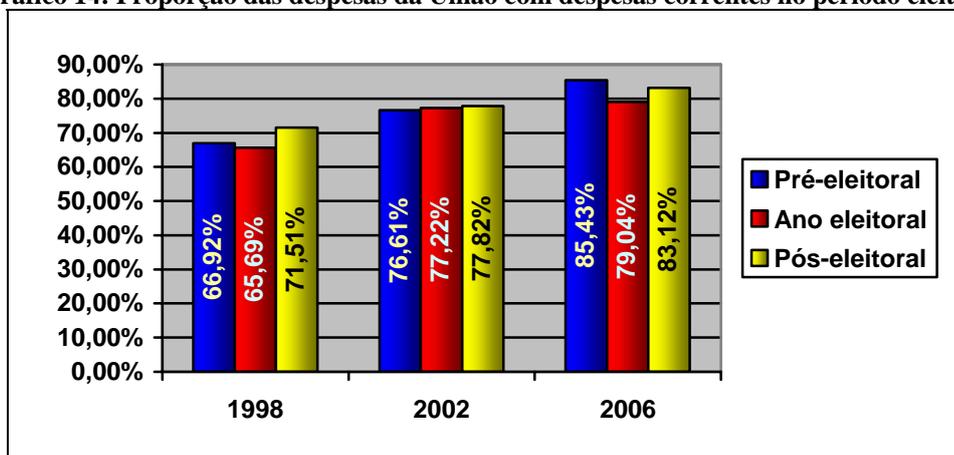
2001	76,61%	17,07%	22,61%	23,39%	3,80%	78,23%	24,77%	21,77%
2002	77,22%	17,09%	21,87%	22,78%	2,31%	71,25%	22,41%	28,75%
2003	77,82%	16,01%	20,54%	22,18%	1,31%	72,78%	21,81%	27,22%
2004	80,86%	16,45%	19,85%	19,14%	2,00%	81,51%	23,28%	18,49%
2005	85,43%	15,50%	17,84%	14,57%	2,85%	80,63%	23,71%	19,37%
2006	79,04%	13,42%	18,33%	20,96%	2,46%	74,66%	21,67%	25,34%
2007	83,12%	14,75%	17,71%	16,88%	1,27%	76,19%	23,08%	23,81%
2008	76,25%	14,51%	17,64%	23,75%	1,07%	77,64%	26,09%	22,36%
2009	72,59%	14,38%	19,84%	27,41%	1,40%	66,98%	20,78%	33,02%

Fonte: Adaptado Secretaria do Tesouro Nacional. * Pessoal e Encargos dividido pela Receita Corrente Total.

Com base nas informações da tabela 10, verifica-se que nos anos eleitorais de 1998 e de 2006, nos quais havia possibilidade jurídica dos presidentes se reelegerem, houve uma redução na proporção dos gastos correntes na composição da despesa total da União. Já no ano de 2002, em que não havia mais a possibilidade de reeleição, observa-se que essa proporção subiu de 76,61% para 77,22%, conforme ilustra o gráfico 4.

É possível notar, ainda, que nos anos imediatamente posteriores à realização de eleições, ou seja, pós-eleitorais, há crescimento nos níveis de gastos da União com as despesas correntes. Essa proporção chegou aos índices de 71,51%; 77,82% e 83,12% nos anos de 1999, 2003 e 2007, respectivamente.

Gráfico 14: Proporção das despesas da União com despesas correntes no período eleitoral



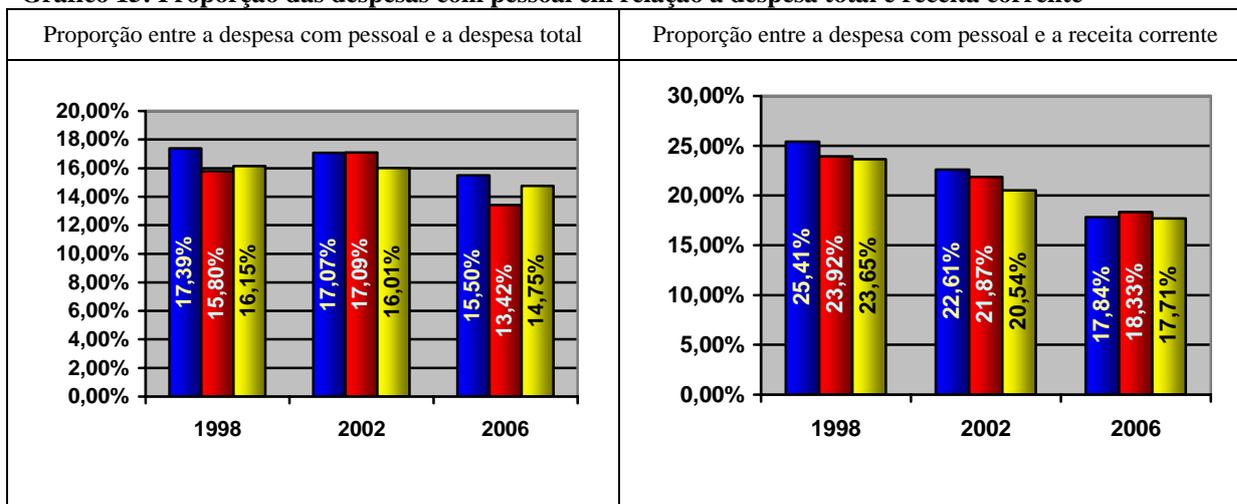
Nota: Cada conjunto formado por três barras (de cores: azul, vermelha e amarela) representa o período de transição governamental referente a uma eleição. Por exemplo, em 1998 a barra azul representa o ano de 1997, a vermelha o próprio ano de 1998 e, por fim, a barra amarela, o ano de 1999.

Quanto à proporção das despesas com pessoal e encargos frente às despesas totais, é possível observar que nos anos pós-eleitorais em que ocorreu a reeleição há um incremento nessa proporção de gastos. No ano de 1998 para 1999, a proporção passou de 15,80% para 16,15%. A mesma situação ocorreu nos anos de 2006 para 2007, em que o nível se elevou de 13,42% para 14,75%. Nota-se que na transição governamental de 2002 para 2003, ocasião em

que não houve reeleição, nem sucessão de candidato do partido anterior, os níveis de proporção da despesa com pessoal não se elevou como nas situações de reeleição. A proporção caiu de 17,09%, em 2002, para 16,01%, no ano de 2003.

A respeito da proporção dos gastos da União com pessoal e encargos com relação à receita corrente total, verifica-se um comportamento decrescente constante, sem evidências que possibilitem afirmar que o período eleitoral tenha influenciado esse coeficiente, com exceção dos anos 2006 e 2009 em que os índices subiram para de 17,84% para 18,33% e de 17,64% para 19,84%, respectivamente.

Gráfico 15: Proporção das despesas com pessoal em relação à despesa total e receita corrente



Nota: Aplica-se ao gráfico acima a legenda apresentada no gráfico 4: Azul – Ano pré-eleitoral; Vermelho – Ano eleitoral; Amarelo – Ano pós-eleitoral.

Com relação à proporção das despesas de capital na despesa total da União, nota-se que em análise aos períodos eleitorais, nos quais os presidentes poderiam ser reeleitos, o maior nível de despesas de capital foi observado no ano eleitoral. No período que compreendeu os anos de 1997, 1998 e 1999, a proporção verificada foi de 33,08%, 34,31% e 28,49%, respectivamente.

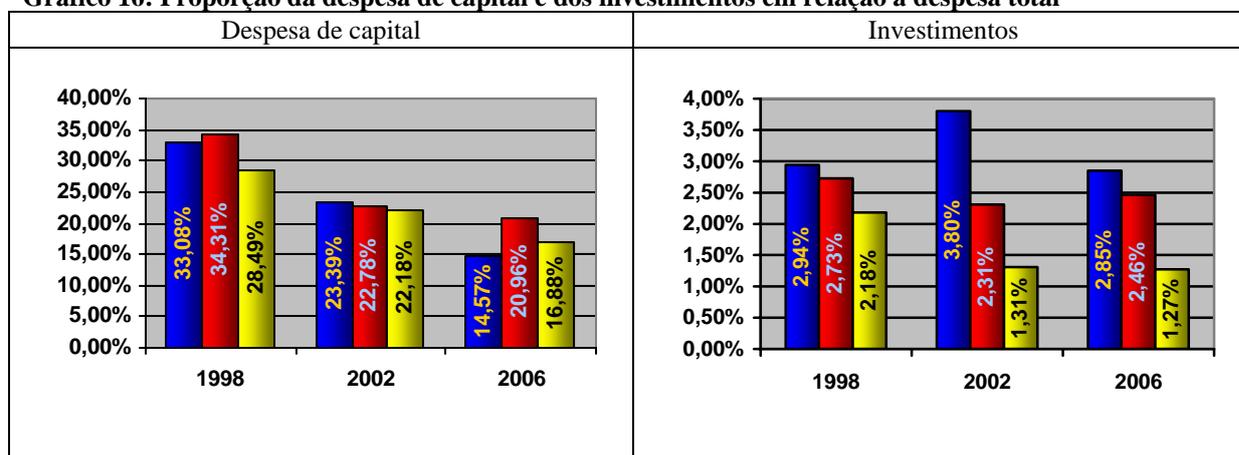
Já no período relativo às eleições de 2006, que engloba os anos de 2005, 2006 e 2007 a proporção das despesas de capital da União foi de 14,57%, 20,96% e 16,88%, respectivamente. Isso demonstra que a composição da despesa de capital tende a apresentar comportamentos semelhantes em situações políticas semelhantes, qual seja, a possibilidade de reeleição.

No período referente aos anos 2001, 2002 e 2003, a proporção da despesa de capital foi de 23,39%, 22,78% e 22,18%. Isto denota que quando não há possibilidade de reeleição do Presidente, a proporção da despesa de capital se mantém praticamente constante no período eleitoral.

Com relação à proporção das despesas da União que são aplicadas em investimentos, verifica-se que nos três períodos eleitorais analisados houve comportamento semelhante, isto é, os investimentos apresentam maior proporção dos gastos nos anos pré-eleitorais.

No primeiro período, verifica-se que a proporção de investimentos nos anos de 1997, 1998 e 1999 foi de 2,94%, 2,73% e 2,18%, respectivamente. Na eleição seguinte, a proporção dos investimentos da União ficou em 3,80% no ano pré-eleitoral de 2001, 2,31% no ano de eleições de 2002 e 1,31% no ano pós-eleitoral. A situação se repetiu no último período analisado, que compreendeu a eleição do ano de 2006, em que se verifica, novamente, que a proporção de investimentos teve maior peso no ano que antecede às eleições. Nota-se que em 2005 o percentual foi de 2,85%, em 2006 reduziu para 2,46% e após as eleições, ano de 2007, caiu para 1,27%.

Gráfico 16: Proporção da despesa de capital e dos investimentos em relação à despesa total



Nota: Aplica-se ao gráfico acima a legenda apresentada no gráfico 4: Azul – Ano pré-eleitoral; Vermelho – Ano eleitoral; Amarelo – Ano pós-eleitoral.

A respeito da composição das receitas da União, verifica-se que a proporção das receitas correntes na formação da receita total não parece guardar relação com o período eleitoral. Observa-se que nos períodos eleitorais analisados, o comportamento da proporção da receita corrente foi de 61,84% no ano de 1997, de 86,77% em 1998 e de 85,01% no ano de 1999. No segundo período eleitoral, os índices foram de 78,23% para 2001, de 71,25% no ano de 2002 e de 72,78% em 2003. Por fim, no terceiro período de transição governamental examinado, os resultados indicam a proporção de 80,63% no ano de 2005, 74,66% no ano eleitoral de 2006 e de 76,19% após a realização das eleições.

Com relação à proporção da receita da União que é proveniente de arrecadação tributária, nota-se que nos períodos em que havia possibilidade de reeleição do Presidente da República, pleitos de 1998 e de 2006, constatam-se oscilações na proporção das receitas tributárias. Contudo, não é possível afirmar que os efeitos observados sejam decorrentes de oportunismo político intrínseco aos períodos de transição governamental.

No ano pré-eleitoral de 1997, a proporção de receita tributária foi de 20,68%, enquanto no ano eleitoral de 1998 se elevou para 29,39% da receita da União e se manteve praticamente no mesmo nível após as eleições atingindo 29,12% no ano de 1999.

Constata-se comportamento semelhante no período eleitoral de 2006, entretanto, nesse caso, a redução da proporção de receita tributária ocorre no próprio ano eleitoral. Observa-se que no ano de 2005 a proporção ficou em 23,71%, no ano de 2006 a proporção reduziu para 21,67% e no pós-eleitoral retomou ao nível de 23,08%, próximo ao que apresentava antes das eleições.

Da mesma forma que verificado para a receita corrente, os resultados não indicam que a proporção da receita de capital da União tenha apresentado alterações em função do período eleitoral.

A respeito da composição da despesa da União, segundo a classificação funcional, nota-se que algumas funções não têm suas proporções alteradas em razão do período eleitoral, como é o caso das funções relativas à comunicações, educação e cultura, e também indústria, comércio e serviços.

Tabela 11: Composição da despesa da União por funções.

ANO	Agricultura	Comunicação	Segurança Pública	Educação e Cultura	Habitação Urbanismo	Ind. Comércio e Serviços	Saúde e Saneamento	Assistência e Previdência Social	Transporte
1994	3,661%	0,055%	4,204%	5,387%	0,040%	0,715%	7,193%	25,194%	1,561%
1995	5,244%	0,060%	5,380%	6,070%	0,071%	0,542%	9,572%	34,046%	1,541%
1996	3,513%	0,062%	4,993%	5,295%	0,192%	0,537%	8,213%	35,668%	1,636%
1997	3,411%	0,075%	3,843%	4,074%	0,165%	0,454%	7,026%	27,339%	1,460%
1998	2,203%	0,077%	3,360%	4,911%	0,100%	0,585%	5,474%	26,749%	1,254%
1999	2,491%	0,101%	3,305%	5,030%	0,100%	0,806%	5,998%	27,825%	0,979%
2000	1,958%	0,128%	4,065%	3,441%	0,570%	0,693%	6,477%	31,022%	1,043%
2001	1,777%	0,119%	3,781%	3,108%	0,221%	0,850%	6,225%	29,433%	1,033%
2002	1,567%	0,129%	3,375%	3,066%	0,140%	0,512%	5,815%	29,545%	1,171%
2003	1,608%	0,130%	2,833%	2,930%	0,094%	0,508%	5,519%	31,193%	0,618%
2004	1,886%	0,091%	3,005%	2,732%	0,309%	0,668%	6,078%	32,987%	0,672%
2005	1,962%	0,079%	3,038%	2,749%	0,442%	0,715%	6,026%	33,663%	1,108%
2006	1,770%	0,057%	2,518%	2,242%	0,412%	0,603%	4,988%	29,335%	0,866%
2007	1,428%	0,059%	2,701%	2,441%	0,107%	0,534%	4,992%	32,611%	0,722%
2008	1,100%	0,041%	2,706%	2,445%	0,134%	0,371%	4,807%	31,136%	0,521%
2009	1,251%	0,034%	2,692%	2,721%	0,163%	0,249%	4,632%	30,180%	0,770%

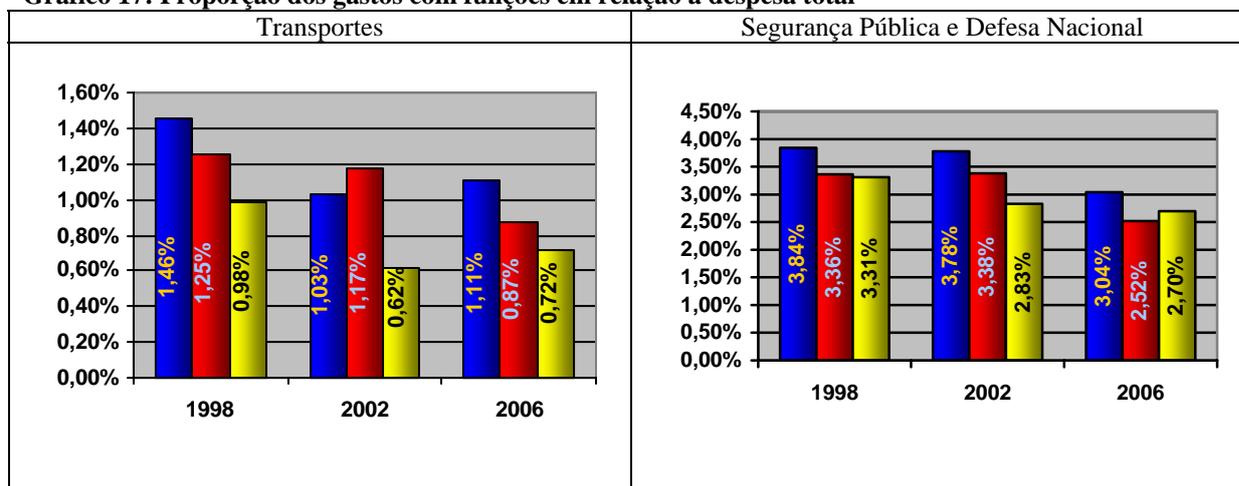
Fonte: Adaptado Secretaria do Tesouro Nacional.

Com relação à proporção dos gastos da União com a função transporte, verifica-se que nos três períodos eleitorais analisados e nos três anos que compõem cada período (ano eleitoral, ano pré-eleitoral e pós-eleitoral), o ano pós-eleitoral foi o que apresentou menor proporção com relação aos demais anos.

Após a eleição de 1998, a proporção dos gastos com transportes na União caiu de 1,25% para 0,97% no ano de 1999. No ano de 2003, essa proporção se reduziu para 0,61%, quando no ano eleitoral de 2002 havia apresentado um nível de 1,17%. Novamente, observa-se que após a realização das eleições de 2006, a proporção de gastos com transportes sai de 0,86% no ano de 2006 e passa para 0,72% no ano de 2007.

Em exame à proporção das despesas da União aplicadas na função segurança pública, constata-se que maior nível é verificado nos anos que antecedem às eleições. Em 1997, 2001 e 2005, os gastos com segurança pública atingiram os percentuais de 3,843%; 3,781% e 3,038%, respectivamente. Isto é, os maiores índices nos períodos de transição governamental, conforme demonstra o gráfico 7.

Gráfico 17: Proporção dos gastos com funções em relação à despesa total



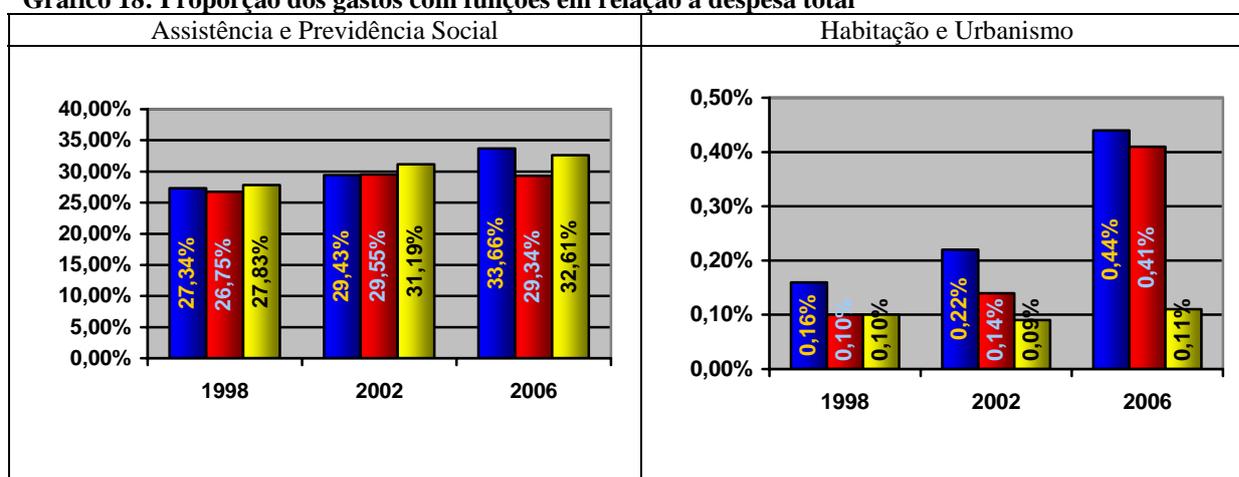
Nota: Aplica-se ao gráfico acima a legenda apresentada no gráfico 4: Azul – Ano pré-eleitoral; Vermelho – Ano eleitoral; Amarelo – Ano pós-eleitoral.

Com relação à proporção dos gastos com a função assistência e previdência social, nota-se que nos anos pós-eleitorais, a proporção dessa despesa tende a ser maior que aquela apresentada no ano eleitoral. Constata-se que enquanto no ano 1998 a relação despesa com assistência e despesa total era de 26,75%, já no ano seguinte aumentou para 27,82%; o nível do ano eleitoral de 2002 era de 29,54% e subiu para 31,19% no ano de 2003. Por último, verifica-se a mesma situação, isto é, a proporção dos gastos que eram de 29,33% em 2006, subiu para 32,62%.

A proporção das despesas da União com a função habitação e urbanismo revelam que nos anos que antecedem as eleições, as proporções de gastos com essa função são maiores que nos anos eleitorais e que nos anos imediatamente posteriores às eleições, esses níveis se reduzem consideravelmente.

Em 1997, a proporção apurada foi de 0,16% no ano eleitoral de 1998 caiu para 0,10% e se manteve no mesmo nível em 1999. No período seguinte, verifica-se que no ano pré-eleitoral, 2001, a proporção de gastos com a função representava 0,22% das despesas da União no ano das eleições de 2002, verifica-se um nível de 0,14%, que se reduziu para 0,09% em 2003. O comportamento das despesas da União com relação à função habitação se repete no último período de análise. Em 2005, a proporção é de 0,44%. Ela apresenta redução no ano eleitoral de 2006, 0,41%, e no ano posterior a realização da eleição, 2007, se reduz ao nível de 0,10% dos gastos da União no referido exercício.

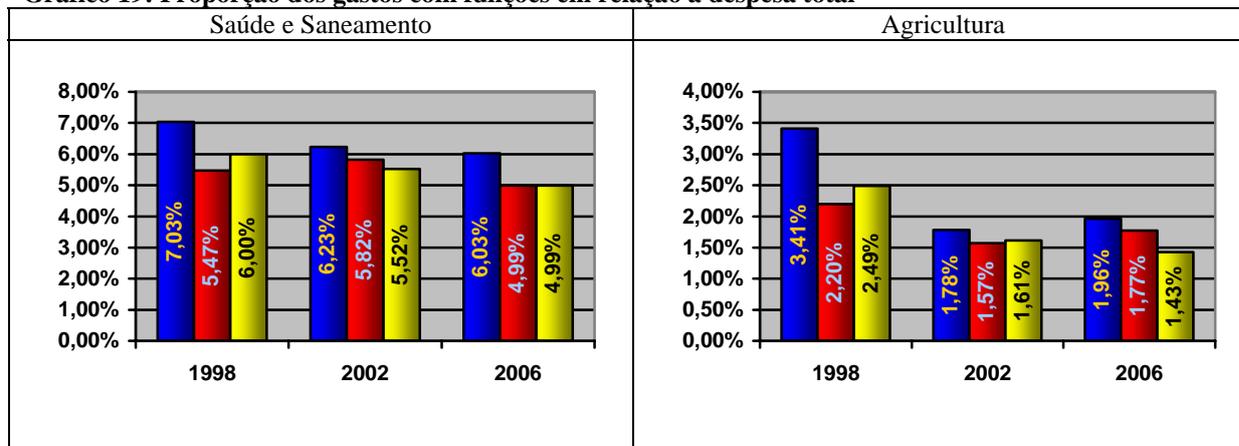
Gráfico 18: Proporção dos gastos com funções em relação à despesa total



Nota: Aplica-se ao gráfico acima a legenda apresentada no gráfico 4: Azul – Ano pré-eleitoral; Vermelho – Ano eleitoral; Amarelo – Ano pós-eleitoral.

Com relação à proporção dos gastos da União com a função saúde e saneamento, verifica-se que nos anos pré-eleitorais, 1997, 2001 e 2005, há uma tendência de apresentarem os maiores níveis da referida função frente às despesas da União, atingindo 7,02%, 6,22% e 6,02%, respectivamente.

Relativamente à função agricultura, é possível constatar que a proporção de despesas da União com essa função tende a ter maior representatividade nos anos que antecedem as eleições. Enquanto no ano eleitoral de 1998 apresentou um nível de 2,20% do total das despesas da União, em 1997 essa proporção era de 3,41%. Nas eleições de 2002, os gastos com agricultura representaram 1,56% das despesas da União, entretanto, no ano anterior, 2001, a proporção foi de 1,77% em relação à despesa total. No ano de 2005, novamente, observa-se que o nível de gastos com agricultura em relação à despesa total é maior que no ano de eleição, vez que apresenta uma proporção de 1,96% que se reduz para 1,77% no ano eleitoral de 2006.

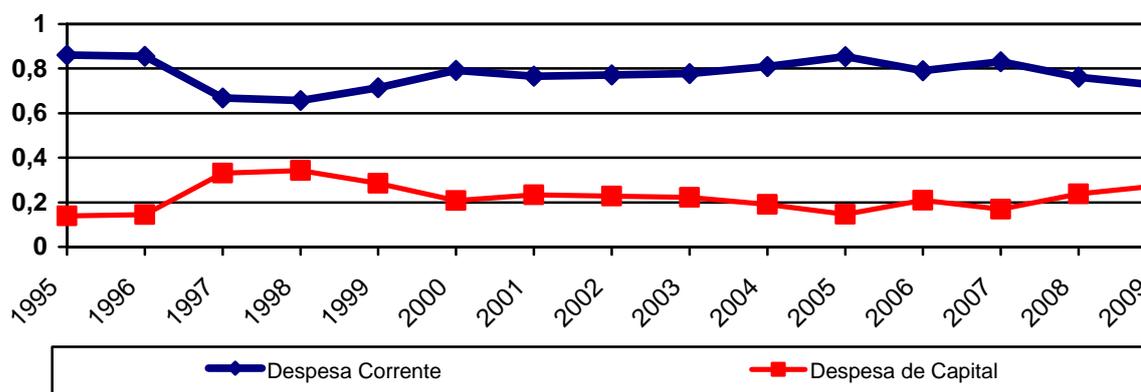
Gráfico 19: Proporção dos gastos com funções em relação à despesa total

Nota: Aplica-se ao gráfico acima a legenda apresentada no gráfico 4: Azul – Ano pré-eleitoral; Vermelho – Ano eleitoral; Amarelo – Ano pós-eleitoral.

Em complemento às análises anteriormente expostas, são apresentados a seguir três gráficos com o objetivo de ilustrar o comportamento da composição da receita e da despesa da União nos períodos de transição governamental.

O gráfico 10 permite verificar que o primeiro período eleitoral, em que houve a possibilidade de reeleição, gerou efeito sobre a composição da despesa da União, reduzindo a proporção de seus gastos correntes e ampliando o nível das despesas de capital.

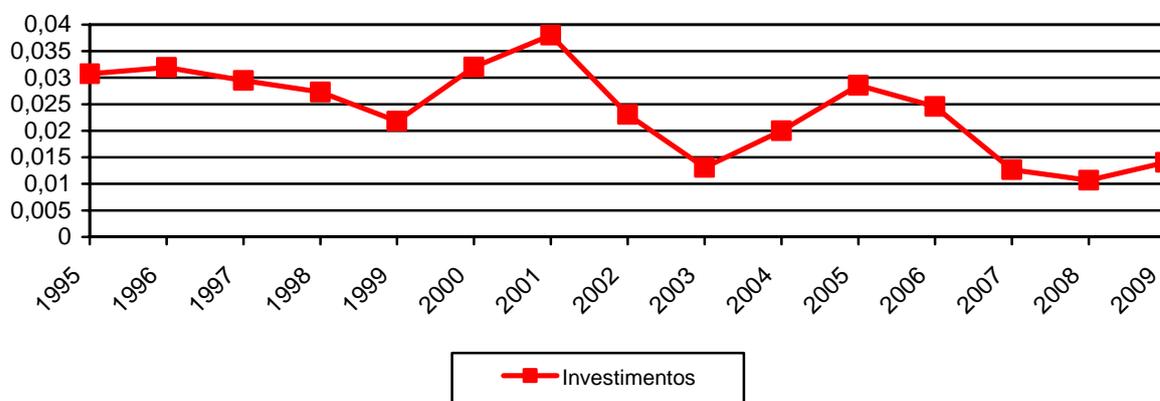
Observa-se que nas eleições de 2006, ano em que novamente o presidente poderia ser reeleito, a estrutura da despesa da União também se alterou, contudo, de maneira mais sutil.

Gráfico 20: Variação da composição da despesa da União.

No gráfico 11, que indica a variação da proporção dos investimentos frente ao total das despesas da União, verifica-se a existência de um comportamento cíclico em que os maiores níveis de investimento são realizados nos anos de eleição e nos anos pré-eleitorais,

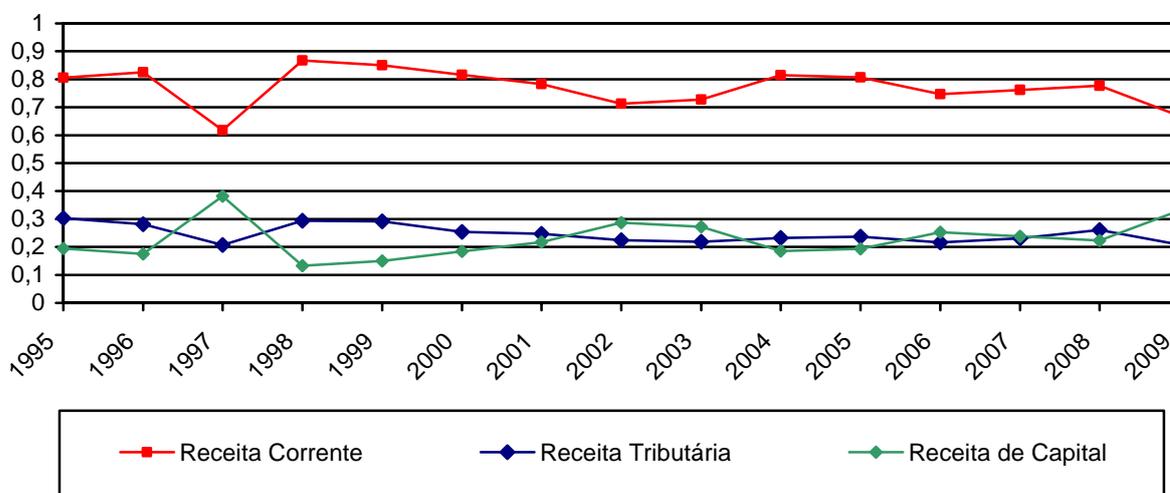
enquanto as menores proporções de despesa com relação à investimentos ocorre após as eleições.

Gráfico 21: Variação da proporção das despesas da União com investimentos.



O gráfico 12 apresenta o comportamento que a composição da receita obteve durante o período analisado. Nota-se que no ano de 1997, as proporções da receita corrente total e da receita tributária apresentaram redução na participação total da receita da União.

Gráfico 22: Variação da composição da receita da União.



A receita de capital, conforme demonstra o gráfico 6, tende a apresentar menores proporções nos anos pós-eleitorais se comparadas com as proporções apresentadas nos anos que antecedem as eleições, com exceção das eleições realizadas em 2002.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou **quais são as alterações ocorridas nas contas dos Municípios, dos Estados-membros e da União no período de transição governamental.** Desse modo, foi realizada uma abordagem quantitativa do problema, com a análise de dados em painel. Para tanto, a pesquisa se apoiou em um referencial teórico sustentado por quatro pilares.

A primeira sustentação teórica se refere às finanças públicas que reconhece a atividade financeira do Estado como instrumental para o alcance e provimento do interesse e do bem comum da sociedade. Destacam-se ainda as novas funções atribuídas ao Estado que implicam, conseqüentemente, em um crescente nível de gastos do setor público.

O segundo pilar teórico utilizado no estudo se caracteriza por descrever as relações jurídicas que configuram o atual Estado brasileiro, apresentando ao leitor as atuais características jurídico-institucionais, como o presidencialismo, a eleição periódica, o voto e o instituto da reeleição para os chefes do poder executivo.

A teoria dos ciclos políticos dá à pesquisa uma fundamental contribuição e orienta os objetivos ora estabelecidos, pois empresta sua hipótese de que o período eleitoral desperta nos políticos impulsos que se revelam em comportamentos cíclicos. Essa hipótese foi inicialmente testada na política econômica e mais recentemente vem sendo adaptada para estudos relativos à política fiscal e orçamentária dos governos.

Por fim, representando o quarto pilar teórico de sustentação da pesquisa, são expostos alguns aspectos mais objetivos relativos à gestão pública e à contabilidade, incluindo a governança e a governabilidade.

Nessa perspectiva, espera-se melhor compreensão do enfoque aqui adotado e que os resultados possam representar uma contribuição às futuras pesquisas que envolvam as mesmas referências teóricas.

O quadro a seguir apresenta, resumidamente, as análises dos resultados obtidos pela pesquisa.

Quadro 5: Resumo dos resultados da pesquisa.

Variáveis	Municípios	Estados e Distrito Federal	União
Despesa Corrente	Apresenta tendência de redução nos anos eleitorais e de elevação nos anos pós-eleitorais.	Apresenta tendência de redução no ano eleitoral da primeira e da última eleição analisada. Em todos os anos pós-eleições, verifica-se crescimento.	Redução nos anos eleitorais em que há possibilidade de reeleição. Crescimento nos anos após as eleições.
Despesa de Capital	Apresenta impulsos de crescimento nos anos eleitorais e de forte redução nos anos pós-eleições.	Apresenta crescimento nos anos pré-eleitorais e nos anos de eleições. Já nos anos pós-eleitorais, verifica-se redução.	Aumenta nos anos eleitorais e reduz nos anos pós-eleitorais, quando há possibilidade de reeleição.
Despesa com Pessoal e Encargos	Tende a apresentar crescimento nos anos pós-eleitorais.	Na primeira e na última eleição, verifica-se redução nos anos eleitorais e aumento nos anos pós-eleição.	Tende a crescer nos anos pós-eleitorais em que houve reeleição.
Despesa com Pessoal e Encargos pela Receita Corrente	Nota-se tendência decrescente no nível da variável.	O sinal negativo indica uma tendência de redução nessa variável.	Indica movimento constante e decrescente.
Investimentos	Aumento expressivo nos anos de eleições municipais e forte ajuste nos anos pós-eleitorais. Nota-se também um sensível acréscimo nos anos em que ocorrem as eleições estaduais.	Apresenta redução nos anos pós-eleições e tendência de crescimento nos anos pré-eleitorais e nos anos de eleições. Verifica-se que nos anos de eleições municipais também apresentam impulsos de crescimento.	Apresenta maior nível nos anos pré-eleitorais. Indica redução após a realização das eleições.
Despesa com Transferências Correntes		Crescimento no ano de eleições municipais apenas no primeiro período de análise.	
Transferências de Capital		Não há efeito relativo ao período eleitoral.	
Agricultura	No primeiro e no último período de análise, verifica-se um acréscimo no nível dessa variável nos anos eleitorais.	Não há efeito relativo ao período eleitoral.	Maior nível nos anos pré-eleitorais.
Comunicações	Não há efeito relativo ao período eleitoral. Verifica-se um comportamento decrescente constante.	Não há efeito relativo ao período eleitoral.	Não há efeito relativo ao período eleitoral.
Saúde e Saneamento	Não há efeito relativo ao período eleitoral. Verifica-se um comportamento crescente.	Não é possível identificar se há efeito relativo ao período eleitoral.	Maior nível nos anos pré-eleitorais.
Ind. Comércio e Serviços	Não há efeito relativo ao período eleitoral.	Não há efeito relativo ao período eleitoral.	Não há efeito relativo ao período eleitoral.
Educação e Cultura	Com exceção do primeiro período eleitoral, verificam-se acréscimos nos anos pré-eleitorais e impulsos decrescentes nos anos de eleições.	Não há efeito relativo ao período eleitoral.	Não há efeito relativo ao período eleitoral.
Transportes	Nos anos pós-eleições,	Apresenta impulsos cres-	Após as eleições, observa-se

	verifica-se uma redução no nível desta variável atingindo valores menores que aqueles apresentados antes das eleições.	centes nos anos pré-eleitorais e redução nos anos pós-eleitorais	redução na proporção dessa variável.
Assistência e Previdência Social	No primeiro período eleitoral verifica-se impulso positivo no ano de eleição.	Não há efeito relativo ao período eleitoral.	Maior nível nos anos pós-eleitorais.
Habitação e Urbanismo	Verifica-se aumento nos níveis da variável nos anos eleitorais, seguido de reduções nos anos pós-eleitorais.	Aumento nos anos eleitorais e redução nos anos pós-eleitorais.	Maior nível nos anos pré-eleitorais e redução nos pós-eleitorais.
Segurança Pública	Indica crescimento nos anos eleitorais e redução após as eleições.	Não é possível identificar se há efeito relativo ao período eleitoral.	Maior nível nos anos pré-eleitorais.
Receita Corrente	Em todos os períodos eleitorais analisados verifica-se que o nível desta variável se reduz nos anos eleitorais e volta a crescer nos anos pós-eleitorais.	No primeiro e no terceiro períodos eleitorais, verifica-se um acréscimo no nível da variável em anos eleitorais. Enquanto no segundo período observa-se redução no ano eleitoral.	Não há evidências de efeitos relativos aos períodos eleitorais.
Receita de Capital	Nos anos de eleições apresenta impulsos maiores que nos anos pré e pós-eleitorais.	A partir de 2001, apresenta sinal negativo. Nos anos eleitorais verificam-se impulsos decrescentes.	Não há evidências de efeitos relativos aos períodos eleitorais.
Receita Tributária	Verifica-se redução nos anos eleitorais em comparação com os níveis apresentados nos anos pré-eleitorais.	Não há efeito relativo ao período eleitoral. Verifica-se um período de crescimento constante.	Não há evidências de efeitos relativos aos períodos eleitorais.
Receita de Transferência da União	Não há evidência de efeito relativo ao período eleitoral.		
Receita de Transferência dos Estados	Não há evidência de efeito relativo ao período eleitoral.		

Fonte: Dados da pesquisa.

Desse modo, considerando as informações do quadro acima, pode-se afirmar que o objetivo geral do trabalho foi alcançado, vez que foram analisados os comportamentos das contas dos Municípios, Estados-membros e da União e foram encontradas evidências de alterações em suas estruturas no período de transição governamental.

Quanto aos objetivos específicos, pode-se afirmar que também foram atingidos, pois foram definidas as variáveis de pesquisa, quais sejam: as despesas, as receitas e suas respectivas composições, relativas ao período de 1995 até 2009. E, por meio dos resultados anteriormente expostos, conclui-se que existem evidências de que a composição das receitas e despesas, tanto dos Municípios, dos Estados-membros e da União, sofreram alteração em sua composição em razão do período eleitoral.

Com relação às hipóteses definidas para a presente pesquisa, é possível concluir que há evidências empíricas que as confirmem.

A hipótese I, que afirma que **a composição das despesas públicas se altera em função do período eleitoral**, é confirmada, por meio dos resultados que demonstram que a estrutura das despesas não é igual nos anos eleitorais, nos anos pré-eleitorais e nos anos pós-eleitorais.

Nos anos que antecedem as eleições e no próprio ano eleitoral, as despesas de capital, os investimentos e os gastos com funções tipicamente de infraestrutura como agricultura, transporte, habitação e urbanismo, ganham maior peso e representatividade em proporção ao total das despesas.

Por outro lado, após a realização das eleições, constata-se que as prioridades governamentais se alteram, pois além de redução na proporção de aplicações em investimentos e infraestrutura, as despesas correntes, especificamente as despesas com pessoal e encargos tendem a apresentar maior incremento na proporção das despesas totais da União, dos Estados-membros e dos Municípios.

A hipótese II afirma que **a composição das receitas públicas se altera em função do período eleitoral**. Conclui-se, com base nos resultados, que apenas as receitas estaduais e municipais têm sua composição alterada em função do período de transição governamental.

Ocorre, entretanto, que os efeitos são inversos: enquanto as receitas estaduais tendem a ampliar a proporção de suas receitas correntes no ano eleitoral e, por consequência, reduzir as fontes de capital, nos Municípios os resultados permitem concluir que nos anos eleitorais há uma diminuição na proporção das receitas correntes, especificamente as receitas tributárias têm menor peso nas fontes de recursos municipais quando se realizam eleições.

A respeito da hipótese III, que indica que **não há influência político-partidária na estrutura das contas públicas**, os resultados rejeitam a presente hipótese, vez que as evidências sustentam que a proporção das despesas correntes são maiores quando o governo pertence ao PT, PSDB e PMDB, enquanto nos governos do PTB apresentam menores proporções que a média dos demais partidos. Com relação à proporção de gastos com pessoal, os governos do PT e do PSB tendem a apresentar maiores níveis em contraste com governos do PP. A respeito dos níveis de investimento com relação à despesa total, os governos do PTB e do DEM têm proporções maiores que os demais governos comandados por outros partidos.

Quanto à hipótese IV, que afirma que **a estrutura das contas públicas foi afetada devido à possibilidade de reeleição do chefe do poder executivo**, os resultados confirmam a hipótese para alguns itens das contas examinadas. Constatou-se que no último ano de mandato

daqueles políticos que têm possibilidade jurídica de reeleição, ou seja, estão no primeiro mandato, suas receitas tributárias tendem a apresentar menor proporção frente às receitas totais e que a proporção das despesas com pessoal e encargos em relação às despesas totais apresenta-se em maior nível que quando comparados com as situações nas quais não há possibilidade de reeleição do político.

Por fim, a hipótese V, que afirma que **o efeito gerado pelo período de transição governamental é o mesmo em Municípios, Estados-membros e na União**, pode ser confirmada parcialmente, vez que os resultados e as hipóteses anteriormente ratificadas permitem concluir que o comportamento das despesas correntes, das despesas de capital e dos investimentos é afetado de forma similar nos três níveis de governo pelo período de transição governamental.

As possíveis limitações deste estudo se referem aos efeitos específicos não mensurados pelo modelo. Como exemplo, a influência que os aspectos relativos ao tamanho das unidades federativas possam ter gerado nos resultados, ou ainda, aspectos relativos à composição populacional dos municípios e estados (quantidade, proporção da população rural e urbana), bem como outros fatores relacionados com características específicas das regiões geográficas em que estão localizadas as unidades federativas analisadas.

Esta pesquisa, ao concluir que as estruturas das contas dos Municípios, dos Estados-membros e da União tendem a se modificar durante o período eleitoral, revela que existem interesses específicos dos políticos na condução das contas públicas a partir da Emenda Constitucional nº. 16 de 1997, a qual possibilitou o instituto da reeleição.

Os resultados alcançados pela pesquisa se distinguem dos demais trabalhos já realizados nessa linha de pesquisa, vez que proporciona uma análise simultânea e dinâmica a respeito do comportamento das variáveis que compõem as contas públicas de todos os entes federativos.

Minimiza-se, assim, a possibilidade de uma análise enviesada, qual seja, levar à conclusão de que determinada despesa governamental aumenta em ano eleitoral, quando, na realidade, proporcionalmente, essa despesa diminuiu frente às demais despesas.

Nesse sentido, podem ocorrer debates e reflexões na busca de se identificar o que leva os políticos a priorizarem determinados gastos em período pré-eleitoral, como investimentos, e outros nos anos pós-eleitorais, como as despesa com pessoal, em detrimento das demais necessidades da sociedade.

Há que se mencionar que o presente trabalho também contribui como um indicativo para que a sociedade possa compreender que suas escolhas políticas não devem ser feitas

simplesmente considerando os benefícios gerados pelos governos nos anos de eleição (ou pré-eleitorais), vez que os resultados da pesquisa podem indicar comportamentos de caráter oportunista em períodos eleitorais.

À guisa de conclusão, depreende-se que o período de transição governamental tem gerado efeitos específicos e cíclicos nas contas públicas em todos os níveis de governo e, nesse sentido, cabe o aperfeiçoamento de mecanismos de controle a fim de se evitar, por exemplo, que aplicações em investimentos públicos sofram ajustes bruscos após a realização de eleições, causando fortes reduções na continuidade de serviços para a sociedade.

Diante do vasto campo de possibilidades que a pesquisa permite e da interdisciplinaridade que entremeia o tema, convém apresentar algumas sugestões para trabalhos futuros, a fim de fomentar o desenvolvimento de mecanismos de controle para a sociedade e de consolidar as conclusões.

Sugere-se, portanto, que investigações futuras:

- a) ampliem a base de análise, incluindo as demais funções que não foram objeto no presente estudo, bem como demais dados contábeis e patrimoniais;
- b) apliquem outros métodos de estimação estatísticos que incluam variáveis dependentes defasadas;
- c) adicionem variáveis sociais e regionais aos modelos, buscando identificar se esses fatores podem exercer influência no comportamento dos políticos.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M. R. (orgs.). **O Estado numa Era de Reformas: os Anos FHC**. Brasília: SEGES-MP, 2002.
- AGUIAR, A. G. **Direito Financeiro: a Lei nº 4.320 - Comentada ao alcance de todos**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
- AKERMAN, J. **Political Economic Cycles in Political Business Cycles**. B. S. Frey ed: The International Library of Critical Writing in Economics, Elgar Reference Collection. 1947.
- ALBUQUERQUE, C. M. de; MEDEIROS, M. B; SILVA, P. H. F. **Gestão de Finanças Públicas**. 2. ed. Brasília: 2008.
- ALESINA, A. Macroeconomic Policy in a Two Party System as a Repeated Game. **Quarterly Journal of Economics**, v.102, p.651-78, 1987.
- ALESINA, R; COHEN, G; ROUBINI, N. **Macroeconomic Policy and Elections in OECD Democracies**. Political Economy, Growth and Business Cycles. Cambridge, MA: The MIT Press. 1992.
- ARAÚJO JR., A.F., CANÇADO, P. & SHIKIDA, C.D. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais - 2000. **Informe Gepec**, v.9, n.2, 2005.
- AZEVEDO, S. de.; ANASTASIA, F. Governança, “Accountability” e Responsividade. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 1 (85), jan/mar, 2002.
- BALEEIRO, A. **Uma introdução à Ciência das Finanças**. 17. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- BASTOS, C. R. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BEUREN, I. M.(org). **Como Elaborar Monografias em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BITTENCOURT, J.L. **Evidências de ciclos políticos na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000**. Dissertação. (Mestrado em Economia). Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política**, 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 15 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>
- BRASIL. **Emenda à Constituição da República Federativa do Brasil, nº16**, de 4 de junho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Decreto n. 93.872, de 23 de dezembro de 1986.** Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Lei Complementar n. 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. **Conselho Federal de Contabilidade.** Disponível em: <http://www.cfc.org.br>

BROOKS, C. **Introductory Econometrics for Finance.** 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BURKHEAD, J. **Government budgeting.** New York: John Wiley & Sons, 1967.

CANÇADO, P. L.; ARAUJO JR, A. F. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. **Ibmec MG Working Paper** – WP26. 2004.

CASTRO, D. P. de. **Auditoria e Controle Interno na Administração Pública.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

CHAN, J. L., Government Accounting: An Assessment of Theory, Purposes and Standards. **Public Money and Management**, Vol. 23, pp. 13-20, 2003. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=381674>

CICCO, C. de; GONZAGA, A. de A. **Teoria geral do Estado e ciência política.** São Paulo: Editora RT, 2009

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia.** FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, D. M. D.; FARONI, W.; COSTA, A. D.; TEIXEIRA, L. D. L.; **Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a situação econômico-financeira dos municípios mineiros.** XVI Congresso Brasileiro de Custos – Fortaleza - Ceará, Brasil, 03 a 05 de novembro de 2009.

COSTA, D. M. D.; FARONI, W.; VIEIRA, R. S. **Avaliação econômico-financeira dos municípios mineiros á luz da lei de responsabilidade fiscal no período de transição de governo.** XIII Congresso Brasileiro de Custos – Belo Horizonte - MG, Brasil, 30 de outubro a 01 de novembro de 2006.

CRESWELL, J. W. **Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**, 3rd. ed. London: SAGE Publications, 2009.

DALTON, H. **Principles of Public Finance**. London: Routledge Library Editions, 1996.

DOWNS, A. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. **Journal of Political Economy**, vol. 65, nº 2, abril, 1957.

FIALHO, T. M. M.; Ciclos Políticos: Uma resenha, 1999. **Revista de Economia Política**, vol. 19, nº.2 (74) abril/junho. Ciclos Políticos: Uma resenha

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 13. ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2005.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A.C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GONÇALVES, A. A legitimidade na governança global. **XV Congresso Nacional do CONPEDI**, Manaus. Amazonas, Brasil, 2006.

GONÇALVES, C. E. S.; FENOLIO, F. R. Ciclos Eleitorais e Política Monetária: Evidências Para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**. Vol. 37, nº3, dezembro, 2007.

GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2002.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HAIR Jr, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate Data Analysis**. 7th. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HIBBS, D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**: Vol. 71, pags 1467-1487. Dezembro 1977.

IMPERATORE, S. L. B. **A execução orçamentária nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre sob a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000-2004-2005)**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul. 2007

KALECKI, M. **Political Aspects of Full Employment in Political Business Cycles**. B. S. Frey ed: The International Library of Critical Writing in Economics, Elgar Reference Collection. 1943.

KENNEDY, P. **A Guide to Econometrics**. 5 ed. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2003.

KOHAMA, H. **Balancos Públicos: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, D. V. de; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (SIAFI e SIAFEM)**. Atlas: São Paulo, 2003.

MACHADO, H. de B. **Curso de Direito Tributário**. 28. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MACRAE, D. A Political Model of Bussines Cycle. **Journal of Political Economy**, 85, pp. 239-64. 1977.

MARCELINO, G. F. **Gestão Estratégica de Universidade: A Construção da FACE/UnB**. Brasília: Editora UnB, 2004.

MARCELINO, G. F. **Governo, Imagem e Sociedade**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1988.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, L.D. Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: revisão de literatura. **CEMPRE**, Faculdade de Economia do Porto. 2000.

MARTINS, R. As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português. **Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF)**, 2002. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/gemf/estudos/pdf/2002/gemf02_05.pdf.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009b.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. O que leva um Governante à Reeleição? **Série Textos para Discussão**. Texto n. 305. UnB. 2003.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. **Economia Aplicada**: vol 5, nº 3, 2001. 15

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Campus/USP, 1980.

NAKAGUMA, M. Y. **Ciclos Políticos Resultados Eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro**. Dissertação. (Mestrado em Economia). Universidade do Estado de São Paulo. FEA-USP. São Paulo. 2006.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002)". **Revista de Economia Aplicada**, 10(3):377-397. Jul-Set 2006.

NASCIMENTO, E. R. **Lei de Responsabilidade Fiscal: comentada**. 3. ed. Brasília: Vestcon, 2006

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

NORDHAUS, W. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, nº 42, pags 169-190, 1975.

NUNES, S. P.; NUNES, R. C. **Dois anos da lei de responsabilidade fiscal do Brasil: uma avaliação dos resultados à luz do modelo do fundo comum**. Brasília: UNB, 2002.

OLIVEIRA, K. V. de; CARVALHO, F. A. A. A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998-2006. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, v. 3, n. 5, p. 121 - 141 jan./abr. 2009.

OLIVEIRA, K. V. de. **Os ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006**. Dissertação de Mestrado.(Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008

PAULO, V.; MAIA, J.(org). **Aulas de Direito Constitucional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

PÉREZ, C. C.; HERNÁNDEZ, A. M. L. La difusión de información financiera gubernamental en los países del Mercosur: Su armonización a través de La aplicación de las IPSASs de La IFAC. **Revista Contabilidade & Finanças – USP. SEÇÃO INTERNACIONAL**, 2003.

PESARAN, M. H. A simple panel unit root test in the presence of cross-section dependence. **Journal of Applied Econometrics**, John Wiley & Sons, Ltd., vol. 22(2), pages 265-312, 2007.

PERSSON, T; TABELLINI, G. **Macroeconomic policy, credibility, and politics**. Harwood Academic Publishers. 1990.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F.; ROSA, M. B. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PREUSSLER, A. P. da S. **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil**. 2001. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PREUSSLER, A. P. S.; PORTUGAL, M. S. Um estudo empírico dos ciclos políticoeconômicos no Brasil. **Análise Econômica**, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003.

PRZEWORSKI, A. **Reforma do Estado. Responsabilidade Política e Intervenção Econômica**. RBCS, Ano 11, nº 32, pp. 18-40, outubro de 1996.

REICHENVATER, A. Business cycles, political incentives and the macroeconomy: comparison of models. **Economics and Business Administration**, University of Joensuu, Joensuu, p. 1-15, 2007.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ROCHA, D. G. da. **Política e processo orçamentário no Brasil: uma avaliação sobre a utilização dos créditos extraordinários (1995 a 2008)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **National Bureau of Economic Research**, Working Paper n. 2428, Cambridge, p. 1-35, nov. 1987.

ROGOFF, K; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, Vol. 55:1, pags 1-16, 1988.

SAKURAI, S. N. Political business cycles: procurando evidências empíricas para os Municípios paulistas. **Revista de Economia Aplicada**, n. 1, v. 11, p. 27-54, 2007.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos Municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 1, Mar. 2009.

SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os Municípios paulistas (1989 - 2001). **Economia. Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, Mar. 2007.

SALVATO, M.A., ANTUNES, P.C., ARAUJO JR, A.F, SHIKIDA, C.D. Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006. **Ibmec MG Working Paper**, Belo Horizonte, WP42. 2007.

SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.40, n. 3, 1997.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Dados contábeis dos Municípios. Disponível em: http://www.stn.gov.br/estados_municipios/index.asp

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SMITH, M. **Research Methods in Accounting**. London: Sage Publications, 2003.

TORRES, R. L. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 17. ed. São Paulo: Renovar, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições**. Disponível em: <http://www.tse.gov.br>

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982

TUFTE, E. **Political Control of the Economy**. Princeton, N J: Princeton University Press, 1978.

WALLIMAN, N. **Your Research Project – A step by step guide for the first-time researcher**. 2. ed. London: Sage Publications, 2005.

WATSHAM, T. J.; PARRAMORE, K. **Quantitative Methods in Finance**. London: Thomson Learning, 1997.

WOOLDRIGDE, J. M. **Introductory Econometrics: a modern approach**. 4th. ed. Ohio: Cengage Learning, 2009.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Testes de estacionariedade das séries municipais.....	142
Apêndice B – Testes de estacionariedade das séries estaduais.....	143
Apêndice C – Tabelas das regressões para os dados municipais.....	144
Apêndice D – Tabelas das regressões para os dados estaduais.....	163
Apêndice E – Municípios analisados na pesquisa.....	182

Apêndice A – Testes de estacionariedade das séries municipais.

Quadro 6 - Resumo dos testes de raízes unitárias nas séries de dados municipais

Séries	Im, Pesaran and Shin W-stat	ADP –Fisher Chi-square	PP – Fisher Chi-square
Despesa Corrente	-80.5377 (0.0000)	18289.4 (0.0000)	21444.4 (0.0000)
Despesa de Capital	-80.5318 (0.0000)	18291.5 (0.0000)	21446.8 (0.0000)
Despesa com Pessoal e Encargos	-39.2991 (0.0000)	11088.9 (0.0000)	11562.8 (0.0000)
Despesa com Pessoal e Encargos pela Receita Corrente	-34.1123 (0.0000)	10097.7 (0.0000)	11500.2 (0.0000)
Investimentos	-83.6535 (0.0000)	18858.3 (0.0000)	22265.2 (0.0000)
Agricultura	-1457.62 (0.0000)	16049.7 (0.0000)	18011.1 (0.0000)
Comunicações	-12609.3 (0.0000)	8742.89 (0.0000)	9491.25 (0.0000)
Saúde e Saneamento	-34.2875 (0.0000)	10937.1 (0.0000)	12264.5 (0.0000)
Ind. Comércio e Serviços	-14213.5 (0.0000)	11625.2 (0.0000)	12567.7 (0.0000)
Educação e Cultura	-50.3565 (0.0000)	13149.6 (0.0000)	14251.4 (0.0000)
Transportes	-78.4723 (0.0000)	14991.7 (0.0000)	16584.5 (0.0000)
Assistência e Previdência Social	-50.2813 (0.0000)	13133.2 (0.0000)	13896.3 (0.0000)
Habitação e Urbanismo	-125.896 (0.0000)	14854.3 (0.0000)	16773.2 (0.0000)
Segurança Pública	-607.043 (0.0000)	7494.03 (0.0000)	7653.85 (0.0000)
Receita Corrente	-96.1897 (0.0000)	20100.6 (0.0000)	24058.7 (0.0000)
Receita de Capital	-96.1897 (0.0000)	20100.6 (0.0000)	24058.7 (0.0000)
Receita Tributária	-31.9299 (0.0000)	10799.6 (0.0000)	11406.2 (0.0000)
Receita de Transferência da União	-51.9898 (0.0000)	13449.1 (0.0000)	14061.5 (0.0000)
Receita de Transferência dos Estados	-40.2612 (0.0000)	11354.0 (0.0000)	12469.8 (0.0000)

Nota: Os valores relativos ao *P-value* estão indicados entre parênteses abaixo das estatísticas.

Fonte: Dados da pesquisa e resultados apurados pelo programa *Eviews 6*.

Apêndice B – Testes de estacionariedade das séries estaduais.

Quadro 7 - Resumo dos testes de raízes unitárias nas séries de dados estaduais

Séries	Im, Pesaran and Shin W-stat	ADP –Fisher Chi-square	PP – Fisher Chi-square
Despesa Corrente	-4.08236 (0.0000)	97.9275 (0.0002)	101.911 (0.0001)
Despesa de Capital	-4.08236 (0.0000)	97.9275 (0.0002)	101.911 (0.0001)
Despesa com Pessoal e Encargos	-4.56746 (0.0000)	103.408 (0.0001)	109.010 (0.0000)
Despesa com Pessoal e Encargos pela Receita Corrente	-5.38030 (0.0000)	117.746 (0.0000)	103.961 (0.0001)
Investimentos	-5.51446 (0.0000)	121.108 (0.0000)	130.041 (0.0000)
Despesa com Transferências Correntes	-4.93498 (0.0000)	107.696 (0.0000)	102.698 (0.0001)
Transferências de Capital	-3.74229 (0.0001)	95.3240 (0.0004)	78.0336 (0.0179)
Agricultura	-5.40860 (0.0000)	122.748 (0.0000)	141.653 (0.0000)
Comunicações	-5.08237 (0.0000)	100.282 (0.0000)	104.115 (0.0000)
Saúde e Saneamento	1.06277 (0.8561)	46.0645 (0.7702)	57.3707 (0.3513)
Ind. Comércio e Serviços	-9.25392 (0.0000)	166.174 (0.0000)	177.425 (0.0000)
Educação e Cultura	-5.20249 (0.0000)	118.536 (0.0000)	116.006 (0.0000)
Transportes	-5.99446 (0.0000)	138.701 (0.0000)	120.841 (0.0000)
Assistência e Previdência Social	-3.06557 (0.0011)	84.0071 (0.0055)	78.6419 (0.0159)
Habitação e Urbanismo	-3.54327 (0.0002)	104.351 (0.0000)	123.231 (0.0000)
Segurança Pública	-1.17767 (0.1195)	73.5685 (0.0395)	108.688 (0.0000)
Receita Corrente	-5.83738 (0.0000)	122.232 (0.0000)	94.1196 (0.0000)
Receita de Capital	-5.83738 (0.0000)	122.232 (0.0000)	94.1196 (0.0000)
Receita Tributária	-4.66711 (0.0000)	110.496 (0.0000)	122.912 (0.0000)

Nota: Os valores relativos ao *P-value* estão indicados entre parênteses abaixo das estatísticas.

Fonte: Dados da pesquisa e resultados apurados pelo programa *Eviews 6*.

Apêndice C – Tabelas das regressões para os dados municipais (*Output Eviews 6*).

Tabela 12: Regressão da despesa corrente municipal

Dependent Variable: DC/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/19/10 Time: 14:47

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.448746	0.010819	41.47854	0.0000
RC/RT	0.413857	0.011519	35.92798	0.0000
RT/DT	0.000863	0.000256	3.374308	0.0007
A99	0.027747	0.000411	67.57077	0.0000
A00	0.025285	0.003264	7.745911	0.0000
A01	0.035514	0.000489	72.57429	0.0000
A02	-0.036326	0.001072	-33.90145	0.0000
A03	-0.004622	0.001713	-2.698529	0.0070
A04	-0.004286	0.003789	-1.131266	0.2580
A05	0.006577	0.001691	3.889132	0.0001
A06	-0.008420	0.001404	-5.996383	0.0000
A07	-0.005546	0.001527	-3.631534	0.0003
A08	-0.036026	0.004406	-8.177353	0.0000
A09	-0.000745	0.001686	-0.441823	0.6586
POL_DEM	-0.002515	0.001579	-1.592615	0.1113
POL_PDT	6.41E-05	0.001686	0.038016	0.9697
POL_PMDB	-0.000463	0.001776	-0.260479	0.7945
POL_PP_PPB	-0.002011	0.001785	-1.126637	0.2599
POL_PSB	0.001710	0.002659	0.643320	0.5200
POL_PSDB	0.000365	0.002006	0.182087	0.8555
POL_PST_PRONA_PL_PR	-0.000912	0.002062	-0.442442	0.6582
POL_PT	0.002862	0.002137	1.339418	0.1804
POL_PTB_PSD	-0.002373	0.001256	-1.889277	0.0589
DUM_M_GOV	-0.003266	0.001346	-2.426842	0.0152
DUM_M_PRES	-0.001946	0.001643	-1.184161	0.2364
DUM_REE_POSS	0.003999	0.005374	0.744167	0.4568

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.508739	Mean dependent var	0.867602
Adjusted R-squared	0.463726	S.D. dependent var	0.069269
S.E. of regression	0.050726	Akaike info criterion	-3.044522
Sum squared resid	94.27251	Schwarz criterion	-2.322755
Log likelihood	64240.83	Hannan-Quinn criter.	-2.816061
F-statistic	11.30192	Durbin-Watson stat	1.552574
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 13: Regressão da despesa de capital municipal

Dependent Variable: DK/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:26

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.551110	0.010792	51.06731	0.0000
RC/RT	-0.413716	0.011491	-36.00470	0.0000
RT/DT	-0.000862	0.000256	-3.372690	0.0007
A99	-0.027754	0.000410	-67.76945	0.0000
A00	-0.025297	0.003265	-7.748450	0.0000
A01	-0.035521	0.000488	-72.85215	0.0000
A02	0.036313	0.001068	33.98954	0.0000
A03	0.004606	0.001709	2.694667	0.0070
A04	0.004266	0.003789	1.125907	0.2602
A05	-0.006595	0.001687	-3.908786	0.0001
A06	0.008406	0.001401	6.000300	0.0000
A07	0.005529	0.001523	3.629512	0.0003
A08	0.036003	0.004405	8.172343	0.0000
A09	0.000402	0.001682	0.238797	0.8113
POL_DEM	0.002537	0.001579	1.606635	0.1081
POL_PDT	-1.33E-07	0.001670	-7.97E-05	0.9999
POL_PMDB	0.000466	0.001776	0.262412	0.7930
POL_PP_PPB	0.002041	0.001778	1.148183	0.2509
POL_PSB	-0.001793	0.002663	-0.673210	0.5008
POL_PSDB	-0.000355	0.002007	-0.176836	0.8596
POL_PST_PRONA_PL_PR	0.000883	0.002051	0.430822	0.6666
POL_PT	-0.002802	0.002131	-1.315083	0.1885
POL_PTB_PSD	0.002363	0.001254	1.883869	0.0596
DUM_M_GOV	0.003252	0.001346	2.416178	0.0157
DUM_M_PRES	0.001978	0.001640	1.206158	0.2278
DUM_REE_POSS	-0.003989	0.005374	-0.742279	0.4579

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.508781	Mean dependent var	0.132371
Adjusted R-squared	0.463771	S.D. dependent var	0.069278
S.E. of regression	0.050731	Akaike info criterion	-3.044344
Sum squared resid	94.28925	Schwarz criterion	-2.322577
Log likelihood	64237.28	Hannan-Quinn criter.	-2.815884
F-statistic	11.30380	Durbin-Watson stat	1.552195
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 14: Regressão da despesa de pessoal municipal

Dependent Variable: DPES/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:26

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.265633	0.016378	16.21892	0.0000
RC/RT	0.322453	0.017027	18.93721	0.0000
RT/DT	0.000789	0.000333	2.368659	0.0179
A99	0.009992	0.000628	15.91806	0.0000
A00	0.013379	0.002049	6.530173	0.0000
A01	0.023806	0.000727	32.73615	0.0000
A02	-0.176392	0.001585	-111.3138	0.0000
A03	-0.162923	0.002595	-62.79467	0.0000
A04	-0.164896	0.003059	-53.90849	0.0000
A05	-0.161922	0.002528	-64.06017	0.0000
A06	-0.164585	0.002100	-78.36448	0.0000
A07	-0.157065	0.002303	-68.21459	0.0000
A08	-0.177058	0.003232	-54.77712	0.0000
A09	-0.134053	0.002520	-53.18897	0.0000
POL_DEM	-0.001632	0.001920	-0.849963	0.3954
POL_PDT	0.001947	0.002626	0.741408	0.4585
POL_PMDB	0.001647	0.002074	0.794204	0.4271
POL_PP_PPB	-0.002058	0.002499	-0.823515	0.4102
POL_PSB	0.014559	0.003773	3.858215	0.0001
POL_PSDB	0.004222	0.002560	1.649227	0.0991
POL_PST_PRONA_PL_PR	2.47E-05	0.002456	0.010047	0.9920
POL_PT	0.010420	0.003579	2.911721	0.0036
POL_PTБ_PSD	0.001156	0.003270	0.353655	0.7236
DUM_M_GOV	-0.003618	0.001969	-1.837421	0.0662
DUM_M_PRES	-0.003276	0.002667	-1.228682	0.2192
DUM_REE_POSS	0.005794	0.003474	1.667641	0.0954

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.639417	Mean dependent var	0.490170
Adjusted R-squared	0.606378	S.D. dependent var	0.110116
S.E. of regression	0.069086	Akaike info criterion	-2.426705
Sum squared resid	174.8637	Schwarz criterion	-1.704938
Log likelihood	51886.03	Hannan-Quinn criter.	-2.198244
F-statistic	19.35300	Durbin-Watson stat	1.303663
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 15: Regressão da despesa de pessoal com a receita corrente municipal

Dependent Variable: DPES/RC

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:29

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.703115	0.013012	54.03636	0.0000
RC/RT	-0.079247	0.013895	-5.703201	0.0000
RT/DT	-0.003184	0.000464	-6.865187	0.0000
A99	-0.008307	0.000552	-15.05803	0.0000
A00	-0.010823	0.002251	-4.808304	0.0000
A01	-0.017434	0.000665	-26.20690	0.0000
A02	-0.213067	0.001361	-156.5149	0.0000
A03	-0.192488	0.002221	-86.67412	0.0000
A04	-0.206725	0.002921	-70.76556	0.0000
A05	-0.213545	0.002176	-98.14702	0.0000
A06	-0.202665	0.001829	-110.8329	0.0000
A07	-0.202498	0.002021	-100.1783	0.0000
A08	-0.220813	0.003231	-68.33513	0.0000
A09	-0.172859	0.002202	-78.48986	0.0000
POL_DEM	-0.001152	0.002327	-0.495051	0.6206
POL_PDT	0.003474	0.003200	1.085627	0.2777
POL_PMDB	0.001949	0.002662	0.732316	0.4640
POL_PP_PPB	-0.000402	0.003156	-0.127238	0.8988
POL_PSB	0.013615	0.005003	2.721163	0.0065
POL_PSDB	0.002601	0.002731	0.952414	0.3409
POL_PST_PRONA_PL_PR	0.000973	0.002712	0.358748	0.7198
POL_PT	0.005847	0.004142	1.411635	0.1581
POL_PTB_PSD	0.002661	0.003597	0.739883	0.4594
DUM_M_GOV	-0.002349	0.002382	-0.985881	0.3242
DUM_M_PRES	-0.001259	0.002759	-0.456534	0.6480
DUM_REE_POSS	0.002490	0.003838	0.648744	0.5165

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.695987	Mean dependent var	0.482759
Adjusted R-squared	0.668130	S.D. dependent var	0.131642
S.E. of regression	0.075836	Akaike info criterion	-2.240249
Sum squared resid	210.7057	Schwarz criterion	-1.518482
Log likelihood	48157.39	Hannan-Quinn criter.	-2.011789
F-statistic	24.98486	Durbin-Watson stat	1.360576
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 16: Regressão da despesa com investimento municipal

Dependent Variable: DINV/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:30

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.523561	0.010890	48.07676	0.0000
RC/RT	-0.410936	0.011710	-35.09400	0.0000
RT/DT	-0.000775	0.000304	-2.548330	0.0108
A99	-0.027685	0.000414	-66.89210	0.0000
A00	-0.022828	0.003327	-6.861531	0.0000
A01	-0.033859	0.000507	-66.75188	0.0000
A02	0.040200	0.001099	36.59345	0.0000
A03	0.008424	0.001750	4.813264	0.0000
A04	0.009261	0.003860	2.399279	0.0164
A05	-0.001623	0.001740	-0.933027	0.3508
A06	0.014571	0.001447	10.06648	0.0000
A07	0.010968	0.001571	6.980210	0.0000
A08	0.040637	0.004498	9.034370	0.0000
A09	0.006164	0.001740	3.543208	0.0004
POL_DEM	0.002610	0.001537	1.697855	0.0895
POL_PDT	0.001025	0.001702	0.601840	0.5473
POL_PMDB	0.001247	0.001845	0.675769	0.4992
POL_PP_PPB	0.002473	0.001796	1.376839	0.1686
POL_PSB	-0.000621	0.002651	-0.234198	0.8148
POL_PSDB	0.000177	0.001776	0.099525	0.9207
POL_PST_PRONA_PL_PR	0.001771	0.001812	0.977596	0.3283
POL_PT	-0.001570	0.001892	-0.829724	0.4067
POL_PTB_PSD	0.003423	0.001191	2.872996	0.0041
DUM_M_GOV	0.002849	0.001282	2.222595	0.0262
DUM_M_PRES	0.002548	0.001487	1.713874	0.0866
DUM_REE_POSS	-0.003588	0.005493	-0.653179	0.5136

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.504547	Mean dependent var	0.112049
Adjusted R-squared	0.459150	S.D. dependent var	0.069188
S.E. of regression	0.050882	Akaike info criterion	-3.038374
Sum squared resid	94.85391	Schwarz criterion	-2.316607
Log likelihood	64117.88	Hannan-Quinn criter.	-2.809913
F-statistic	11.11395	Durbin-Watson stat	1.561553
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 17: Regressão da despesa com a função agricultura municipal

Dependent Variable: DAGR

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:31

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.041459	0.002275	18.22085	0.0000
RC/RT	-0.014685	0.002467	-5.953791	0.0000
RT/DT	-2.31E-05	1.44E-05	-1.606023	0.1083
A99	-0.004428	8.95E-05	-49.48030	0.0000
A00	-0.001472	0.000261	-5.639943	0.0000
A01	-0.003140	0.000111	-28.41095	0.0000
A02	0.001478	0.000234	6.313509	0.0000
A03	-0.002615	0.000370	-7.070189	0.0000
A04	-0.006063	0.000445	-13.62356	0.0000
A05	-0.005364	0.000357	-15.01487	0.0000
A06	-0.003418	0.000296	-11.55483	0.0000
A07	-0.003709	0.000323	-11.46700	0.0000
A08	-0.002636	0.000455	-5.790384	0.0000
A09	-0.003826	0.000353	-10.83008	0.0000
POL_DEM	-7.95E-05	0.000414	-0.192073	0.8477
POL_PDT	0.000515	0.000496	1.037762	0.2994
POL_PMDB	-0.000281	0.000440	-0.637931	0.5235
POL_PP_PPB	0.001182	0.000384	3.077363	0.0021
POL_PSB	0.001818	0.000850	2.139169	0.0324
POL_PSDB	0.001018	0.000617	1.650114	0.0989
POL_PST_PRONA_PL_PR	4.00E-05	0.000582	0.068765	0.9452
POL_PT	0.002168	0.000668	3.245940	0.0012
POL_PTB_PSD	-0.000697	0.000423	-1.648138	0.0993
DUM_M_GOV	-0.000710	0.000327	-2.170267	0.0300
DUM_M_PRES	-0.000755	0.000498	-1.517545	0.1291
DUM_REE_POSS	-0.000124	0.000409	-0.302313	0.7624

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.654822	Mean dependent var	0.023747
Adjusted R-squared	0.623194	S.D. dependent var	0.028890
S.E. of regression	0.017734	Akaike info criterion	-5.146471
Sum squared resid	11.52179	Schwarz criterion	-4.424704
Log likelihood	106274.6	Hannan-Quinn criter.	-4.918011
F-statistic	20.70374	Durbin-Watson stat	1.606290
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 18: Regressão da despesa com a função comunicação municipal

Dependent Variable: DCOM

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:32

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.002842	0.000364	7.810004	0.0000
RC/RT	-0.000452	0.000374	-1.209130	0.2266
RT/DT	2.93E-06	2.57E-06	1.139679	0.2544
A99	-0.000362	1.49E-05	-24.21987	0.0000
A00	-0.000595	5.26E-05	-11.32522	0.0000
A01	-0.000809	1.88E-05	-43.12511	0.0000
A02	-0.001053	3.68E-05	-28.60782	0.0000
A03	-0.001138	5.58E-05	-20.41879	0.0000
A04	-0.001297	7.87E-05	-16.49144	0.0000
A05	-0.001343	5.53E-05	-24.30062	0.0000
A06	-0.001399	4.59E-05	-30.48225	0.0000
A07	-0.001438	5.15E-05	-27.91275	0.0000
A08	-0.001626	8.58E-05	-18.95492	0.0000
A09	-0.001598	5.56E-05	-28.76716	0.0000
POL_DEM	-0.000166	0.000137	-1.206951	0.2275
POL_PDT	-0.000276	0.000185	-1.490271	0.1362
POL_PMDB	-0.000140	0.000121	-1.155405	0.2479
POL_PP_PPB	-8.66E-05	0.000143	-0.606749	0.5440
POL_PSB	-0.000233	0.000166	-1.409126	0.1588
POL_PSDB	-9.73E-05	0.000127	-0.768293	0.4423
POL_PST_PRONA_PL_PR	-3.09E-05	0.000146	-0.211350	0.8326
POL_PT	0.000115	0.000184	0.628091	0.5299
POL_PTБ_PSD	-0.000283	0.000230	-1.229318	0.2190
DUM_M_GOV	2.41E-05	7.34E-05	0.328223	0.7427
DUM_M_PRES	-0.000205	9.58E-05	-2.141068	0.0323
DUM_REE_POSS	9.02E-05	8.22E-05	1.098296	0.2721

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.380775	Mean dependent var	0.001204
Adjusted R-squared	0.324036	S.D. dependent var	0.004571
S.E. of regression	0.003758	Akaike info criterion	-8.249769
Sum squared resid	0.517339	Schwarz criterion	-7.528002
Log likelihood	168332.8	Hannan-Quinn criter.	-8.021308
F-statistic	6.711016	Durbin-Watson stat	1.302142
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 19: Regressão da despesa com a função educação municipal

Dependent Variable: DEDU

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:33

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.293963	0.011488	25.58788	0.0000
RC/RT	0.026076	0.012257	2.127444	0.0334
RT/DT	0.000237	9.60E-05	2.470744	0.0135
A99	0.009559	0.000425	22.51388	0.0000
A00	0.011719	0.000868	13.50666	0.0000
A01	0.016650	0.000498	33.42143	0.0000
A02	-0.040511	0.001116	-36.31459	0.0000
A03	-0.033470	0.001817	-18.42382	0.0000
A04	-0.038731	0.001939	-19.97287	0.0000
A05	-0.032547	0.001802	-18.06622	0.0000
A06	-0.038354	0.001493	-25.68694	0.0000
A07	-0.034580	0.001621	-21.32893	0.0000
A08	-0.038783	0.001900	-20.41630	0.0000
A09	-0.032992	0.001777	-18.57070	0.0000
POL_DEM	-0.005237	0.001592	-3.289727	0.0010
POL_PDT	-0.001803	0.002352	-0.766775	0.4432
POL_PMDB	-0.002328	0.001476	-1.577372	0.1147
POL_PP_PPB	-0.003536	0.001921	-1.840816	0.0657
POL_PSB	-0.003199	0.002709	-1.180872	0.2377
POL_PSDB	-0.003095	0.001503	-2.059826	0.0394
POL_PST_PRONA_PL_PR	-0.001003	0.001770	-0.566471	0.5711
POL_PT	-0.001125	0.002152	-0.522636	0.6012
POL_PTB_PSD	-0.004989	0.002195	-2.272523	0.0231
DUM_M_GOV	0.000643	0.001170	0.549113	0.5829
DUM_M_PRES	0.002637	0.001782	1.480212	0.1388
DUM_REE_POSS	0.000234	0.001210	0.193668	0.8464

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.684149	Mean dependent var	0.297139
Adjusted R-squared	0.655208	S.D. dependent var	0.074233
S.E. of regression	0.043589	Akaike info criterion	-3.347812
Sum squared resid	69.60939	Schwarz criterion	-2.626045
Log likelihood	70305.87	Hannan-Quinn criter.	-3.119351
F-statistic	23.63946	Durbin-Watson stat	1.321556
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 20: Regressão da despesa com a função habitação municipal

Dependent Variable: DHAB

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:34

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.222267	0.018063	12.30518	0.0000
RC/RT	-0.141381	0.020371	-6.940317	0.0000
RT/DT	1.99E-05	0.000142	0.140112	0.8886
A99	-0.001984	0.000703	-2.823574	0.0048
A00	-0.005201	0.002439	-2.131968	0.0330
A01	-0.008555	0.001241	-6.895437	0.0000
A02	0.017479	0.002215	7.893172	0.0000
A03	0.015031	0.003440	4.369898	0.0000
A04	0.041838	0.003953	10.58369	0.0000
A05	0.009710	0.003366	2.884322	0.0039
A06	0.017713	0.002862	6.189642	0.0000
A07	0.017150	0.003054	5.615100	0.0000
A08	0.025510	0.004097	6.226858	0.0000
A09	0.012808	0.003373	3.797421	0.0001
POL_DEM	0.002012	0.002499	0.805065	0.4208
POL_PDT	0.021736	0.014510	1.498055	0.1341
POL_PMDB	0.000443	0.002248	0.197086	0.8438
POL_PP_PPB	0.005428	0.003194	1.699614	0.0892
POL_PSB	-0.002047	0.002291	-0.893460	0.3716
POL_PSDB	0.001458	0.002726	0.534972	0.5927
POL_PST_PRONA_PL_PR	0.000303	0.001937	0.156223	0.8759
POL_PT	-0.001505	0.003037	-0.495525	0.6202
POL_PTB_PSD	-0.010349	0.014104	-0.733755	0.4631
DUM_M_GOV	0.002315	0.002541	0.911105	0.3622
DUM_M_PRES	0.000409	0.003012	0.135721	0.8920
DUM_REE_POSS	0.005525	0.003993	1.383658	0.1665

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.110296	Mean dependent var	0.094150
Adjusted R-squared	0.028774	S.D. dependent var	0.239244
S.E. of regression	0.235777	Akaike info criterion	0.028365
Sum squared resid	2036.681	Schwarz criterion	0.750132
Log likelihood	2790.770	Hannan-Quinn criter.	0.256826
F-statistic	1.352959	Durbin-Watson stat	2.346252
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 21: Regressão da despesa com a função indústria, comércio e serviços municipal

Dependent Variable: DIND

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:37

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.010702	0.001366	7.836372	0.0000
RC/RT	-0.004535	0.001467	-3.091791	0.0020
RT/DT	-1.03E-05	1.51E-05	-0.678279	0.4976
A99	-0.000647	5.31E-05	-12.18688	0.0000
A00	-0.000293	0.000163	-1.797478	0.0723
A01	-0.000451	6.50E-05	-6.935975	0.0000
A02	-7.22E-05	0.000137	-0.527720	0.5977
A03	-0.000539	0.000220	-2.444026	0.0145
A04	-0.000960	0.000274	-3.505555	0.0005
A05	-0.000885	0.000213	-4.151311	0.0000
A06	-6.19E-05	0.000177	-0.349802	0.7265
A07	-0.000246	0.000192	-1.278429	0.2011
A08	0.000925	0.000280	3.299150	0.0010
A09	-0.000224	0.000208	-1.076387	0.2818
POL_DEM	0.000356	0.000330	1.079463	0.2804
POL_PDT	0.000477	0.000498	0.957424	0.3384
POL_PMDB	0.000316	0.000222	1.425326	0.1541
POL_PP_PPB	0.000339	0.000399	0.850794	0.3949
POL_PSB	0.000497	0.000461	1.077197	0.2814
POL_PSDB	0.000453	0.000299	1.516306	0.1295
POL_PST_PRONA_PL_PR	0.000150	0.000402	0.373904	0.7085
POL_PT	-0.000179	0.000423	-0.421926	0.6731
POL_PTB_PSD	0.000128	0.000344	0.371451	0.7103
DUM_M_GOV	-0.000396	0.000227	-1.748254	0.0804
DUM_M_PRES	0.000582	0.000267	2.178016	0.0294
DUM_REE_POSS	-0.000302	0.000258	-1.169342	0.2423

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.388932	Mean dependent var	0.006030
Adjusted R-squared	0.332941	S.D. dependent var	0.015860
S.E. of regression	0.012953	Akaike info criterion	-5.774745
Sum squared resid	6.147013	Schwarz criterion	-5.052978
Log likelihood	118838.5	Hannan-Quinn criter.	-5.546285
F-statistic	6.946301	Durbin-Watson stat	1.656478
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 22: Regressão da despesa com a função saúde municipal

Dependent Variable: DSAU

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:39

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.152219	0.007905	19.25511	0.0000
RC/RT	0.010121	0.008328	1.215185	0.2243
RT/DT	-9.18E-05	7.13E-05	-1.287101	0.1981
A99	0.003529	0.000280	12.60918	0.0000
A00	0.012225	0.000930	13.14041	0.0000
A01	0.024280	0.000357	68.03972	0.0000
A02	0.045116	0.000777	58.06289	0.0000
A03	0.053318	0.001238	43.06123	0.0000
A04	0.056408	0.001506	37.44865	0.0000
A05	0.068617	0.001236	55.51229	0.0000
A06	0.072747	0.001029	70.72738	0.0000
A07	0.070840	0.001105	64.11207	0.0000
A08	0.067961	0.001569	43.30194	0.0000
A09	0.077484	0.001214	63.80204	0.0000
POL_DEM	-0.000655	0.001231	-0.532404	0.5944
POL_PDT	-0.004340	0.001583	-2.741832	0.0061
POL_PMDB	-0.002404	0.001043	-2.305740	0.0211
POL_PP_PPB	-0.000676	0.001255	-0.538823	0.5900
POL_PSB	0.000630	0.001927	0.327217	0.7435
POL_PSDB	-0.000166	0.001219	-0.136354	0.8915
POL_PST_PRONA_PL_PR	-5.43E-05	0.001273	-0.042603	0.9660
POL_PT	0.003264	0.001760	1.855043	0.0636
POL_PTB_PSD	-0.001462	0.001249	-1.170140	0.2420
DUM_M_GOV	-0.000361	0.000654	-0.551782	0.5811
DUM_M_PRES	0.001419	0.001339	1.059540	0.2894
DUM_REE_POSS	0.002570	0.001487	1.727987	0.0840

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.646817	Mean dependent var	0.207965
Adjusted R-squared	0.614455	S.D. dependent var	0.066117
S.E. of regression	0.041054	Akaike info criterion	-3.467647
Sum squared resid	61.74818	Schwarz criterion	-2.745880
Log likelihood	72702.27	Hannan-Quinn criter.	-3.239187
F-statistic	19.98710	Durbin-Watson stat	1.391449
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 23: Regressão da despesa com a função segurança pública municipal

Dependent Variable: DSEG

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:40

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.002984	0.000514	5.810294	0.0000
RC/RT	-0.001304	0.000554	-2.354909	0.0185
RT/DT	3.94E-06	2.58E-05	0.152647	0.8787
A99	-2.11E-05	2.01E-05	-1.053139	0.2923
A00	0.000163	5.80E-05	2.813528	0.0049
A01	-1.42E-05	2.62E-05	-0.540891	0.5886
A02	0.000562	5.37E-05	10.46585	0.0000
A03	0.000814	9.33E-05	8.728199	0.0000
A04	0.000696	0.000106	6.552855	0.0000
A05	0.000657	9.66E-05	6.804677	0.0000
A06	0.000839	8.33E-05	10.07362	0.0000
A07	0.000842	8.91E-05	9.448348	0.0000
A08	0.001003	0.000112	8.956137	0.0000
A09	0.000976	9.94E-05	9.817317	0.0000
POL_DEM	0.000195	0.000151	1.295910	0.1950
POL_PDT	-0.000185	0.000157	-1.179578	0.2382
POL_PMDB	1.99E-05	0.000129	0.155052	0.8768
POL_PP_PPB	5.32E-05	0.000157	0.337672	0.7356
POL_PSB	-0.000812	0.000293	-2.771042	0.0056
POL_PSDB	7.36E-05	0.000170	0.433129	0.6649
POL_PST_PRONA_PL_PR	-8.58E-06	0.000112	-0.076301	0.9392
POL_PT	4.83E-05	0.000327	0.147943	0.8824
POL_PTB_PSD	2.51E-05	0.000162	0.154832	0.8770
DUM_M_GOV	5.95E-05	6.13E-05	0.971704	0.3312
DUM_M_PRES	0.000183	0.000175	1.048012	0.2946
DUM_REE_POSS	-6.80E-05	9.15E-05	-0.743715	0.4571

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.477735	Mean dependent var	0.002256
Adjusted R-squared	0.429881	S.D. dependent var	0.006757
S.E. of regression	0.005102	Akaike info criterion	-7.638302
Sum squared resid	0.953524	Schwarz criterion	-6.916535
Log likelihood	156105.0	Hannan-Quinn criter.	-7.409842
F-statistic	9.983088	Durbin-Watson stat	1.428101
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 24: Regressão da despesa com a função transporte municipal

Dependent Variable: DTRANSP

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:40

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.118741	0.004263	27.85068	0.0000
RC/RT	-0.043588	0.004775	-9.128627	0.0000
RT/DT	-0.000309	0.000164	-1.876938	0.0605
A99	-0.003072	0.000174	-17.62389	0.0000
A00	-0.003882	0.000442	-8.789747	0.0000
A01	-0.011691	0.000237	-49.34530	0.0000
A02	-0.013352	0.000476	-28.04867	0.0000
A03	-0.014460	0.000750	-19.28204	0.0000
A04	-0.017846	0.000805	-22.15939	0.0000
A05	-0.017306	0.000753	-22.99630	0.0000
A06	-0.018814	0.000634	-29.67667	0.0000
A07	-0.019562	0.000689	-28.38408	0.0000
A08	-0.016770	0.000822	-20.39234	0.0000
A09	-0.024369	0.000745	-32.71760	0.0000
POL_DEM	0.001241	0.000938	1.322947	0.1859
POL_PDT	-0.000981	0.001174	-0.836275	0.4030
POL_PMDB	0.000455	0.001042	0.436312	0.6626
POL_PP_PPB	0.001463	0.001055	1.386461	0.1656
POL_PSB	0.001109	0.001100	1.008205	0.3134
POL_PSDB	9.73E-05	0.000865	0.112425	0.9105
POL_PST_PRONA_PL_PR	-6.04E-05	0.001086	-0.055612	0.9557
POL_PT	-0.004171	0.001307	-3.192059	0.0014
POL_PTB_PSD	0.002439	0.000839	2.906312	0.0037
DUM_M_GOV	0.000351	0.000555	0.632806	0.5269
DUM_M_PRES	-0.001309	0.000688	-1.903724	0.0570
DUM_REE_POSS	-0.001031	0.000712	-1.449223	0.1473

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.718576	Mean dependent var	0.061022
Adjusted R-squared	0.692789	S.D. dependent var	0.060281
S.E. of regression	0.033411	Akaike info criterion	-3.879612
Sum squared resid	40.89875	Schwarz criterion	-3.157845
Log likelihood	80940.54	Hannan-Quinn criter.	-3.651151
F-statistic	27.86633	Durbin-Watson stat	1.261341
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 25: Regressão da despesa com a função assistência e previdência social municipal

Dependent Variable: DASSIST

Method: Panel Least Squares

Date: 10/20/10 Time: 16:41

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (unbalanced) observations: 39995

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.052464	0.003204	16.37279	0.0000
RC/RT	0.009042	0.003287	2.750999	0.0059
RT/DT	7.72E-05	5.32E-05	1.451167	0.1467
A99	0.001431	0.000126	11.39070	0.0000
A00	0.002966	0.000260	11.38473	0.0000
A01	0.001418	0.000153	9.252255	0.0000
A02	-0.002961	0.000318	-9.318287	0.0000
A03	-0.003007	0.000524	-5.737917	0.0000
A04	-0.005145	0.000546	-9.421099	0.0000
A05	-0.005587	0.000506	-11.04566	0.0000
A06	-0.005373	0.000424	-12.68558	0.0000
A07	-0.003465	0.000466	-7.436602	0.0000
A08	-0.004892	0.000533	-9.180437	0.0000
A09	-0.002662	0.000514	-5.183411	0.0000
POL_DEM	0.002147	0.000707	3.038109	0.0024
POL_PDT	0.002139	0.000702	3.049141	0.0023
POL_PMDB	0.000851	0.000789	1.077754	0.2812
POL_PP_PPB	0.002129	0.000680	3.131719	0.0017
POL_PSB	0.000204	0.001549	0.131616	0.8953
POL_PSDB	-0.000818	0.000800	-1.022169	0.3067
POL_PST_PRONA_PL_PR	-0.000106	0.000931	-0.113334	0.9098
POL_PT	-0.001887	0.001425	-1.324348	0.1854
POL_PTB_PSD	0.001144	0.000852	1.343582	0.1791
DUM_M_GOV	0.000550	0.000484	1.135687	0.2561
DUM_M_PRES	0.002401	0.000687	3.495606	0.0005
DUM_REE_POSS	0.000464	0.000399	1.164796	0.2441

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.547232	Mean dependent var	0.060665
Adjusted R-squared	0.505745	S.D. dependent var	0.036905
S.E. of regression	0.025945	Akaike info criterion	-4.385444
Sum squared resid	24.66210	Schwarz criterion	-3.663677
Log likelihood	91055.92	Hannan-Quinn criter.	-4.156984
F-statistic	13.19059	Durbin-Watson stat	1.150725
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 26: Regressão da receita corrente municipal

Dependent Variable: RC/RTT_

Method: Panel Least Squares

Date: 11/15/10 Time: 15:07

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (balanced) observations: 39996

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.922945	0.001675	551.0770	0.0000
A99	0.033980	8.67E-05	391.8995	0.0000
A00	0.028005	0.001966	14.24670	0.0000
A01	0.042153	0.000103	410.6311	0.0000
A02	0.020319	0.000103	197.9323	0.0000
A03	0.054604	0.000287	190.1229	0.0000
A04	0.046252	0.002088	22.14835	0.0000
A05	0.055698	0.000307	181.5837	0.0000
A06	0.035329	0.000307	115.1757	0.0000
A07	0.039207	0.000326	120.2625	0.0000
A08	0.027817	0.002550	10.90795	0.0000
A09	0.040211	0.000352	114.3856	0.0000
POL_DEM	-0.004693	0.002094	-2.240895	0.0250
POL_PDT	-0.000870	0.002139	-0.406557	0.6843
POL_PMDB	-0.002160	0.001870	-1.155351	0.2480
POL_PP_PPB	-0.004346	0.001654	-2.628111	0.0086
POL_PSB	-9.15E-05	0.002823	-0.032421	0.9741
POL_PSDB	-0.000494	0.002092	-0.236243	0.8132
POL_PST_PRONA_PL_PR	-0.003959	0.001852	-2.137877	0.0325
POL_PT	0.001382	0.002846	0.485675	0.6272
POL_PTB_PSD	-0.002225	0.001695	-1.312584	0.1893
DUM_M_GOV	-0.004623	0.001204	-3.838954	0.0001
DUM_M_PRES	-0.007922	0.001758	-4.505395	0.0000
DUM_REE_POSS	-0.000947	0.003336	-0.283823	0.7765

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.344867	Mean dependent var	0.953966
Adjusted R-squared	0.284879	S.D. dependent var	0.053733
S.E. of regression	0.045439	Akaike info criterion	-3.264693
Sum squared resid	75.65230	Schwarz criterion	-2.543372
Log likelihood	68643.33	Hannan-Quinn criter.	-3.036374
F-statistic	5.748909	Durbin-Watson stat	1.414367
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 27: Regressão da receita de capital municipal

Dependent Variable: RK/RTT_

Method: Panel Least Squares

Date: 11/15/10 Time: 15:09

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (balanced) observations: 39996

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.077055	0.001675	46.00821	0.0000
A99	-0.033980	8.67E-05	-391.8995	0.0000
A00	-0.028005	0.001966	-14.24670	0.0000
A01	-0.042153	0.000103	-410.6311	0.0000
A02	-0.020319	0.000103	-197.9323	0.0000
A03	-0.054604	0.000287	-190.1229	0.0000
A04	-0.046252	0.002088	-22.14835	0.0000
A05	-0.055698	0.000307	-181.5837	0.0000
A06	-0.035329	0.000307	-115.1757	0.0000
A07	-0.039207	0.000326	-120.2625	0.0000
A08	-0.027817	0.002550	-10.90795	0.0000
A09	-0.040211	0.000352	-114.3856	0.0000
POL_DEM	0.004693	0.002094	2.240895	0.0250
POL_PDT	0.000870	0.002139	0.406557	0.6843
POL_PMDB	0.002160	0.001870	1.155351	0.2480
POL_PP_PPB	0.004346	0.001654	2.628111	0.0086
POL_PSB	9.15E-05	0.002823	0.032421	0.9741
POL_PSDB	0.000494	0.002092	0.236243	0.8132
POL_PST_PRONA_PL_PR	0.003959	0.001852	2.137877	0.0325
POL_PT	-0.001382	0.002846	-0.485675	0.6272
POL_PTB_PSD	0.002225	0.001695	1.312584	0.1893
DUM_M_GOV	0.004623	0.001204	3.838954	0.0001
DUM_M_PRES	0.007922	0.001758	4.505395	0.0000
DUM_REE_POSS	0.000947	0.003336	0.283823	0.7765

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.344867	Mean dependent var	0.046034
Adjusted R-squared	0.284879	S.D. dependent var	0.053733
S.E. of regression	0.045439	Akaike info criterion	-3.264693
Sum squared resid	75.65230	Schwarz criterion	-2.543372
Log likelihood	68643.33	Hannan-Quinn criter.	-3.036374
F-statistic	5.748909	Durbin-Watson stat	1.414367
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 28: Regressão da receita tributária municipal

Dependent Variable: RTRIB/RTT_

Method: Panel Least Squares

Date: 11/15/10 Time: 15:10

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (balanced) observations: 39996

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.057647	0.000732	78.75900	0.0000
A99	-0.002595	3.43E-05	-75.74321	0.0000
A00	-0.004139	0.000362	-11.42645	0.0000
A01	-0.002289	4.86E-05	-47.08339	0.0000
A02	0.002227	4.86E-05	45.81243	0.0000
A03	0.006540	0.000125	52.29662	0.0000
A04	0.004672	0.000415	11.24760	0.0000
A05	0.004214	0.000139	30.26095	0.0000
A06	0.005551	0.000139	39.85730	0.0000
A07	0.005653	0.000146	38.70238	0.0000
A08	0.003791	0.000506	7.493804	0.0000
A09	0.006778	0.000143	47.30333	0.0000
POL_DEM	0.000910	0.000690	1.318410	0.1874
POL_PDT	0.001736	0.000903	1.922233	0.0546
POL_PMDB	0.001085	0.000820	1.323689	0.1856
POL_PP_PPB	0.001671	0.000848	1.969322	0.0489
POL_PSB	-0.000259	0.000684	-0.379029	0.7047
POL_PSDB	0.002679	0.000676	3.962875	0.0001
POL_PST_PRONA_PL_PR	-0.000796	0.000922	-0.863129	0.3881
POL_PT	0.000996	0.000903	1.102363	0.2703
POL_PTB_PSD	-0.000491	0.000744	-0.660227	0.5091
DUM_M_GOV	-0.001143	0.000476	-2.402395	0.0163
DUM_M_PRES	-0.000316	0.000666	-0.474816	0.6349
DUM_REE_POSS	-0.000908	0.000599	-1.516098	0.1295

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.897501	Mean dependent var	0.060833
Adjusted R-squared	0.888115	S.D. dependent var	0.062422
S.E. of regression	0.020880	Akaike info criterion	-4.819911
Sum squared resid	15.97349	Schwarz criterion	-4.098589
Log likelihood	99744.57	Hannan-Quinn criter.	-4.591591
F-statistic	95.62598	Durbin-Watson stat	0.827946
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 29: Regressão da receita de transferências (estado) municipal

Dependent Variable: RTESTADO/RTT_

Method: Panel Least Squares

Date: 11/15/10 Time: 15:13

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (balanced) observations: 39996

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.303742	0.001301	233.4379	0.0000
A99	-0.001735	7.44E-05	-23.30827	0.0000
A00	0.011228	0.000689	16.28926	0.0000
A01	0.011743	9.18E-05	127.8707	0.0000
A02	-0.071198	9.18E-05	-775.2543	0.0000
A03	-0.057025	0.000302	-188.9181	0.0000
A04	-0.058912	0.000788	-74.78940	0.0000
A05	-0.063350	0.000303	-209.3789	0.0000
A06	-0.069422	0.000303	-229.4485	0.0000
A07	-0.082538	0.000334	-247.1549	0.0000
A08	-0.088991	0.000963	-92.37342	0.0000
A09	-0.089569	0.000337	-265.4611	0.0000
POL_DEM	-0.004316	0.002168	-1.990634	0.0465
POL_PDT	0.000383	0.001501	0.255169	0.7986
POL_PMDB	-0.003922	0.001335	-2.937845	0.0033
POL_PP_PPB	-0.000104	0.001495	-0.069601	0.9445
POL_PSB	0.002319	0.001857	1.248659	0.2118
POL_PSDB	-0.005115	0.001691	-3.025030	0.0025
POL_PST_PRONA_PL_PR	0.001505	0.002041	0.737668	0.4607
POL_PT	-0.012052	0.002359	-5.108152	0.0000
POL_PTB_PSD	0.000479	0.001769	0.270641	0.7867
DUM_M_GOV	0.005569	0.001034	5.388033	0.0000
DUM_M_PRES	0.007586	0.001989	3.813684	0.0001
DUM_REE_POSS	-0.001406	0.001135	-1.238507	0.2155

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.853068	Mean dependent var	0.256150
Adjusted R-squared	0.839614	S.D. dependent var	0.124039
S.E. of regression	0.049675	Akaike info criterion	-3.086435
Sum squared resid	90.41461	Schwarz criterion	-2.365114
Log likelihood	65078.53	Hannan-Quinn criter.	-2.858116
F-statistic	63.40601	Durbin-Watson stat	1.096089
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 30: Regressão da receita de transferências (união) municipal

Dependent Variable: RTUNIAO/RTT_

Method: Panel Least Squares

Date: 11/15/10 Time: 15:24

Sample: 1998 2009

Periods included: 12

Cross-sections included: 3333

Total panel (balanced) observations: 39996

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.539683	0.002249	239.9415	0.0000
A99	0.010638	0.000138	76.90153	0.0000
A00	-0.000768	0.001636	-0.469518	0.6387
A01	0.002805	0.000138	20.39454	0.0000
A02	-0.070027	0.000138	-509.0745	0.0000
A03	-0.076113	0.000454	-167.7053	0.0000
A04	-0.078451	0.001686	-46.52495	0.0000
A05	-0.059412	0.000473	-125.7088	0.0000
A06	-0.068322	0.000473	-144.5604	0.0000
A07	-0.063219	0.000531	-119.1161	0.0000
A08	-0.064273	0.002113	-30.41668	0.0000
A09	-0.067004	0.000571	-117.3544	0.0000
POL_DEM	0.003908	0.003346	1.167877	0.2429
POL_PDT	-0.005644	0.002348	-2.403854	0.0162
POL_PMDB	0.003694	0.002175	1.698072	0.0895
POL_PP_PPB	0.000564	0.002627	0.214719	0.8300
POL_PSB	-0.002188	0.003730	-0.586618	0.5575
POL_PSDB	0.002463	0.002713	0.907743	0.3640
POL_PST_PRONA_PL_PR	-0.002908	0.002155	-1.349554	0.1772
POL_PT	0.009636	0.003496	2.756154	0.0059
POL_PTB_PSD	4.71E-05	0.001784	0.026414	0.9789
DUM_M_GOV	-0.001797	0.001921	-0.935524	0.3495
DUM_M_PRES	-0.005728	0.002832	-2.022836	0.0431
DUM_REE_POSS	0.001402	0.002774	0.505363	0.6133

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.858101	Mean dependent var	0.496201
Adjusted R-squared	0.845108	S.D. dependent var	0.164287
S.E. of regression	0.064657	Akaike info criterion	-2.559250
Sum squared resid	153.1765	Schwarz criterion	-1.837929
Log likelihood	54535.89	Hannan-Quinn criter.	-2.330931
F-statistic	66.04230	Durbin-Watson stat	1.142756
Prob(F-statistic)	0.000000		

Apêndice D – Tabelas das regressões para os dados estaduais. (*Output Eviews 6*)

Tabela 31: Regressão da despesa corrente estadual

Dependent Variable: DC/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:28

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.129752	0.060258	-2.153258	0.0320
RT/DT	0.352778	0.037296	9.458816	0.0000
RC/RT	0.651351	0.038055	17.11619	0.0000
ANO_1996	0.012827	0.002676	4.792581	0.0000
ANO_1997	-0.023119	0.005232	-4.418883	0.0000
ANO_1998	-0.051503	0.014877	-3.462017	0.0006
ANO_1999	-0.015140	0.003108	-4.870695	0.0000
ANO_2000	-0.039395	0.003997	-9.855886	0.0000
ANO_2001	-0.042330	0.003455	-12.25081	0.0000
ANO_2002	-0.040485	0.008750	-4.626738	0.0000
ANO_2003	-0.011981	0.003582	-3.344823	0.0009
ANO_2004	-0.024931	0.004348	-5.733679	0.0000
ANO_2005	-0.044335	0.005196	-8.532052	0.0000
ANO_2006	-0.046855	0.011794	-3.972759	0.0001
ANO_2007	-0.030855	0.005254	-5.872137	0.0000
ANO_2008	-0.054601	0.005372	-10.16461	0.0000
ANO_2009	-0.030817	0.003350	-9.198860	0.0000
POL_DEM	0.014272	0.012086	1.180846	0.2385
POL_PMDB	0.046038	0.011908	3.866231	0.0001
POL_PP_PP	0.006328	0.013999	0.452049	0.6515
POL_PSB	0.031421	0.013423	2.340778	0.0198
POL_PSDB	0.043299	0.014208	3.047523	0.0025
POL_PT	0.054214	0.013907	3.898419	0.0001
M_PART_PRES	-0.006389	0.007816	-0.817468	0.4142
P_REEL	0.013879	0.014652	0.947263	0.3442

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.779340	Mean dependent var	0.828240
Adjusted R-squared	0.748173	S.D. dependent var	0.083998
S.E. of regression	0.042152	Akaike info criterion	-3.377805
Sum squared resid	0.628986	Schwarz criterion	-2.873612
Log likelihood	735.0055	Hannan-Quinn criter.	-3.178236
F-statistic	25.00553	Durbin-Watson stat	1.302794
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 32: Regressão da despesa de capital estadual

Dependent Variable: DK/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:28

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	1.129752	0.060258	18.74843	0.0000
RT/DT	-0.352778	0.037296	-9.458816	0.0000
RC/RT	-0.651351	0.038055	-17.11619	0.0000
ANO_1996	-0.012827	0.002676	-4.792581	0.0000
ANO_1997	0.023119	0.005232	4.418883	0.0000
ANO_1998	0.051503	0.014877	3.462017	0.0006
ANO_1999	0.015140	0.003108	4.870695	0.0000
ANO_2000	0.039395	0.003997	9.855886	0.0000
ANO_2001	0.042330	0.003455	12.25081	0.0000
ANO_2002	0.040485	0.008750	4.626738	0.0000
ANO_2003	0.011981	0.003582	3.344823	0.0009
ANO_2004	0.024931	0.004348	5.733679	0.0000
ANO_2005	0.044335	0.005196	8.532052	0.0000
ANO_2006	0.046855	0.011794	3.972759	0.0001
ANO_2007	0.030855	0.005254	5.872137	0.0000
ANO_2008	0.054601	0.005372	10.16461	0.0000
ANO_2009	0.030817	0.003350	9.198860	0.0000
POL_DEM	-0.014272	0.012086	-1.180845	0.2385
POL_PMDB	-0.046038	0.011908	-3.866231	0.0001
POL_PP_PPB	-0.006328	0.013999	-0.452049	0.6515
POL_PSB	-0.031421	0.013423	-2.340778	0.0198
POL_PSDB	-0.043299	0.014208	-3.047523	0.0025
POL_PT	-0.054214	0.013907	-3.898419	0.0001
M_PART_PRES	0.006389	0.007816	0.817468	0.4142
P_REEL	-0.013879	0.014652	-0.947263	0.3442

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.779340	Mean dependent var	0.171760
Adjusted R-squared	0.748173	S.D. dependent var	0.083998
S.E. of regression	0.042152	Akaike info criterion	-3.377805
Sum squared resid	0.628986	Schwarz criterion	-2.873612
Log likelihood	735.0055	Hannan-Quinn criter.	-3.178236
F-statistic	25.00553	Durbin-Watson stat	1.302794
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 33: Regressão da despesa de pessoal estadual

Dependent Variable: DPES/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:28

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.014629	0.075526	-0.193695	0.8465
RT/DT	0.170636	0.052696	3.238131	0.0013
RC/RT	0.395249	0.041468	9.531470	0.0000
ANO_1996	-0.009997	0.003051	-3.276568	0.0012
ANO_1997	-0.023321	0.006490	-3.593237	0.0004
ANO_1998	-0.071642	0.020365	-3.517835	0.0005
ANO_1999	-0.049191	0.004469	-11.00699	0.0000
ANO_2000	-0.169251	0.005932	-28.53416	0.0000
ANO_2001	-0.189567	0.005113	-37.07602	0.0000
ANO_2002	-0.056501	0.012778	-4.421770	0.0000
ANO_2003	-0.059234	0.006866	-8.627583	0.0000
ANO_2004	-0.067677	0.007715	-8.772452	0.0000
ANO_2005	-0.102783	0.008692	-11.82536	0.0000
ANO_2006	-0.117226	0.018248	-6.424064	0.0000
ANO_2007	-0.084435	0.008292	-10.18305	0.0000
ANO_2008	-0.106326	0.008498	-12.51134	0.0000
ANO_2009	-0.091686	0.006067	-15.11307	0.0000
POL_DEM	-0.024244	0.016622	-1.458568	0.1456
POL_PMDB	-0.015336	0.020671	-0.741904	0.4586
POL_PP_PP	-0.075138	0.026638	-2.820681	0.0051
POL_PSB	-0.020185	0.027498	-0.734045	0.4634
POL_PSDB	0.016979	0.021144	0.803020	0.4225
POL_PT	0.017417	0.023582	0.738567	0.4607
M_PART_PRES	-0.038730	0.015332	-2.526049	0.0120
P_REEL	0.013677	0.020648	0.662401	0.5081

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.644805	Mean dependent var	0.426416
Adjusted R-squared	0.594636	S.D. dependent var	0.100196
S.E. of regression	0.063793	Akaike info criterion	-2.549075
Sum squared resid	1.440634	Schwarz criterion	-2.044882
Log likelihood	567.1877	Hannan-Quinn criter.	-2.349506
F-statistic	12.85269	Durbin-Watson stat	0.880774
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 34: Regressão da despesa de pessoal com a receita corrente estadual

Dependent Variable: DPES/RC

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:29

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.988611	0.088367	11.18757	0.0000
RT/DT	-0.287576	0.061533	-4.673539	0.0000
RC/RT	-0.140809	0.046520	-3.026841	0.0027
ANO_1996	-0.011571	0.003321	-3.484306	0.0006
ANO_1997	-0.027318	0.007200	-3.794265	0.0002
ANO_1998	-0.083363	0.022773	-3.660680	0.0003
ANO_1999	-0.061421	0.005225	-11.75490	0.0000
ANO_2000	-0.191971	0.007003	-27.41244	0.0000
ANO_2001	-0.210708	0.006052	-34.81806	0.0000
ANO_2002	-0.067999	0.014499	-4.689918	0.0000
ANO_2003	-0.069467	0.007958	-8.728941	0.0000
ANO_2004	-0.078866	0.008961	-8.800600	0.0000
ANO_2005	-0.114990	0.010112	-11.37130	0.0000
ANO_2006	-0.130829	0.020671	-6.329046	0.0000
ANO_2007	-0.096701	0.009615	-10.05703	0.0000
ANO_2008	-0.117484	0.009859	-11.91635	0.0000
ANO_2009	-0.106672	0.006980	-15.28325	0.0000
POL_DEM	-0.024224	0.018429	-1.314459	0.1895
POL_PMDB	-0.008707	0.024078	-0.361638	0.7178
POL_PP_PP	-0.079797	0.030574	-2.609996	0.0094
POL_PSB	-0.021363	0.031959	-0.668455	0.5043
POL_PSDB	0.021782	0.024364	0.894026	0.3719
POL_PT	0.018918	0.025723	0.735444	0.4626
M_PART_PRES	-0.043251	0.017592	-2.458577	0.0144
P_REEL	0.013881	0.023120	0.600392	0.5486

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.647552	Mean dependent var	0.467788
Adjusted R-squared	0.597771	S.D. dependent var	0.114064
S.E. of regression	0.072341	Akaike info criterion	-2.297588
Sum squared resid	1.852564	Schwarz criterion	-1.793394
Log likelihood	516.2615	Hannan-Quinn criter.	-2.098018
F-statistic	13.00804	Durbin-Watson stat	0.867895
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 35: Regressão da despesa com investimento estadual

Dependent Variable: DINV/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:29

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.745907	0.052925	14.09376	0.0000
RT/DT	-0.285722	0.038742	-7.374958	0.0000
RC/RT	-0.401783	0.031237	-12.86233	0.0000
ANO_1996	-0.002945	0.002687	-1.096218	0.2737
ANO_1997	0.016362	0.005605	2.919277	0.0037
ANO_1998	0.067552	0.016016	4.217820	0.0000
ANO_1999	0.033155	0.003784	8.762319	0.0000
ANO_2000	0.060891	0.004590	13.26733	0.0000
ANO_2001	0.069412	0.003539	19.61450	0.0000
ANO_2002	0.057573	0.009559	6.022852	0.0000
ANO_2003	0.023218	0.003340	6.951617	0.0000
ANO_2004	0.032888	0.004090	8.040351	0.0000
ANO_2005	0.048837	0.004906	9.954158	0.0000
ANO_2006	0.054352	0.012891	4.216383	0.0000
ANO_2007	0.037181	0.005104	7.285076	0.0000
ANO_2008	0.072393	0.005307	13.64091	0.0000
ANO_2009	0.059367	0.003408	17.42172	0.0000
POL_DEM	-0.007769	0.012023	-0.646157	0.5186
POL_PMDB	-0.027182	0.009150	-2.970628	0.0032
POL_PP_PPB	-0.011289	0.011603	-0.972941	0.3312
POL_PSB	-0.008326	0.008994	-0.925743	0.3552
POL_PSDB	-0.016557	0.007967	-2.078057	0.0384
POL_PT	-0.016559	0.009550	-1.733915	0.0838
M_PART_PRES	-0.011566	0.005514	-2.097825	0.0366
P_REEL	-0.015439	0.015905	-0.970685	0.3324

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.719355	Mean dependent var	0.111918
Adjusted R-squared	0.679715	S.D. dependent var	0.073088
S.E. of regression	0.041363	Akaike info criterion	-3.415594
Sum squared resid	0.605661	Schwarz criterion	-2.911401
Log likelihood	742.6577	Hannan-Quinn criter.	-3.216025
F-statistic	18.14756	Durbin-Watson stat	1.399332
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 36: Regressão da despesa de transferência corrente estadual

Dependent Variable: DTRC/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:30

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.111351	0.082462	-1.350333	0.1778
RT/DT	0.194391	0.051093	3.804628	0.0002
RC/RT	0.186241	0.048557	3.835487	0.0001
ANO_1996	-5.52E-05	0.003359	-0.016427	0.9869
ANO_1997	-0.031938	0.006705	-4.763683	0.0000
ANO_1998	-0.000221	0.024668	-0.008948	0.9929
ANO_1999	0.010890	0.004420	2.463818	0.0142
ANO_2000	0.092208	0.005765	15.99409	0.0000
ANO_2001	0.022007	0.004885	4.504560	0.0000
ANO_2002	-0.092457	0.013451	-6.873564	0.0000
ANO_2003	-0.091147	0.005190	-17.56217	0.0000
ANO_2004	-0.101068	0.006302	-16.03852	0.0000
ANO_2005	-0.099819	0.007494	-13.32003	0.0000
ANO_2006	-0.097272	0.018002	-5.403289	0.0000
ANO_2007	-0.079771	0.007787	-10.24421	0.0000
ANO_2008	-0.074029	0.007955	-9.305531	0.0000
ANO_2009	-0.117978	0.005169	-22.82443	0.0000
POL_DEM	-0.030272	0.022440	-1.349004	0.1782
POL_PMDB	-0.005582	0.019101	-0.292245	0.7703
POL_PP_PP	0.007316	0.025705	0.284613	0.7761
POL_PSB	-0.022162	0.021674	-1.022530	0.3072
POL_PSDB	-0.030396	0.022411	-1.356294	0.1759
POL_PT	-0.017556	0.021787	-0.805796	0.4209
M_PART_PRES	0.015517	0.010780	1.439395	0.1509
P_REEL	-0.006822	0.024098	-0.283076	0.7773

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.703568	Mean dependent var	0.195411
Adjusted R-squared	0.661699	S.D. dependent var	0.102815
S.E. of regression	0.059801	Akaike info criterion	-2.678335
Sum squared resid	1.265951	Schwarz criterion	-2.174142
Log likelihood	593.3628	Hannan-Quinn criter.	-2.478765
F-statistic	16.80407	Durbin-Watson stat	1.582397
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 37: Regressão da despesa de transferência de capital estadual

Dependent Variable: DTRK/DT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:31

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.380983	0.051735	7.364152	0.0000
RT/DT	-0.057431	0.032391	-1.773088	0.0771
RC/RT	-0.250621	0.030061	-8.337119	0.0000
ANO_1996	-0.010494	0.002039	-5.145513	0.0000
ANO_1997	0.005328	0.004102	1.298796	0.1949
ANO_1998	-0.007355	0.011043	-0.665976	0.5059
ANO_1999	-0.019232	0.002568	-7.490092	0.0000
ANO_2000	-0.023056	0.003414	-6.753543	0.0000
ANO_2001	-0.028130	0.002931	-9.597040	0.0000
ANO_2002	-0.055754	0.006765	-8.241187	0.0000
ANO_2003	-0.054937	0.003553	-15.46106	0.0000
ANO_2004	-0.051513	0.004089	-12.59684	0.0000
ANO_2005	-0.047209	0.004729	-9.983241	0.0000
ANO_2006	-0.042047	0.009440	-4.454210	0.0000
ANO_2007	-0.047165	0.004620	-10.20794	0.0000
ANO_2008	-0.044964	0.004700	-9.567644	0.0000
ANO_2009	-0.056950	0.003060	-18.61178	0.0000
POL_DEM	-0.009110	0.012636	-0.720974	0.4714
POL_PMDB	-0.019257	0.009094	-2.117420	0.0349
POL_PP_PPB	-0.003383	0.012799	-0.264328	0.7917
POL_PSB	-0.021393	0.009962	-2.147492	0.0324
POL_PSDB	-0.036764	0.012490	-2.943554	0.0035
POL_PT	-0.044645	0.011203	-3.985116	0.0001
M_PART_PRES	0.017925	0.010145	1.766749	0.0781
P_REEL	-0.007491	0.010851	-0.690331	0.4904

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.618701	Mean dependent var	0.040145
Adjusted R-squared	0.564846	S.D. dependent var	0.054674
S.E. of regression	0.036066	Akaike info criterion	-3.689664
Sum squared resid	0.460471	Schwarz criterion	-3.185471
Log likelihood	798.1570	Hannan-Quinn criter.	-3.490095
F-statistic	11.48813	Durbin-Watson stat	1.520247
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 38: Regressão da despesa com a função agricultura estadual

Dependent Variable: FAGR

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:08

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.023059	0.007615	3.028014	0.0026
RT/DT	-0.011929	0.006169	-1.933802	0.0539
RC/RT	0.013666	0.004635	2.948840	0.0034
ANO_1996	-0.001725	0.000439	-3.930846	0.0001
ANO_1997	-0.000658	0.000926	-0.710928	0.4776
ANO_1998	0.000205	0.001765	0.116129	0.9076
ANO_1999	-0.001557	0.000513	-3.036679	0.0026
ANO_2000	-0.005738	0.000685	-8.373673	0.0000
ANO_2001	-0.007495	0.000544	-13.77592	0.0000
ANO_2002	-0.006763	0.001103	-6.129811	0.0000
ANO_2003	-0.008654	0.000694	-12.46782	0.0000
ANO_2004	-0.008539	0.000798	-10.69999	0.0000
ANO_2005	-0.006883	0.000915	-7.520981	0.0000
ANO_2006	-0.007580	0.001540	-4.923135	0.0000
ANO_2007	-0.008525	0.000905	-9.417415	0.0000
ANO_2008	-0.008163	0.000937	-8.715548	0.0000
ANO_2009	-0.009425	0.000651	-14.46745	0.0000
POL_DEM	0.000842	0.002229	0.377637	0.7059
POL_PMDB	0.002771	0.001754	1.579687	0.1151
POL_PP_PPB	-0.002725	0.003026	-0.900609	0.3684
POL_PSB	-0.000142	0.001766	-0.080293	0.9360
POL_PSDB	-0.002647	0.001572	-1.684450	0.0930
POL_PT	0.000212	0.002215	0.095509	0.9240
M_PART_PRES	0.001584	0.001294	1.223789	0.2218
P_REEL	-0.000828	0.001743	-0.475185	0.6349

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.704292	Mean dependent var	0.018396
Adjusted R-squared	0.662525	S.D. dependent var	0.012397
S.E. of regression	0.007202	Akaike info criterion	-6.911777
Sum squared resid	0.018359	Schwarz criterion	-6.407584
Log likelihood	1450.635	Hannan-Quinn criter.	-6.712208
F-statistic	16.86254	Durbin-Watson stat	1.226547
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 39: Regressão da despesa com a função assistência e previdência social estadual

Dependent Variable: FASS

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:08

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.023434	0.045300	-0.517292	0.6053
RT/DT	0.043041	0.026051	1.652214	0.0994
RC/RT	0.106059	0.030794	3.444146	0.0006
ANO_1996	0.010060	0.002184	4.605622	0.0000
ANO_1997	0.012096	0.004117	2.938205	0.0035
ANO_1998	0.006981	0.015340	0.455125	0.6493
ANO_1999	0.010316	0.002219	4.649374	0.0000
ANO_2000	-0.016817	0.002872	-5.854849	0.0000
ANO_2001	-0.023931	0.002598	-9.212001	0.0000
ANO_2002	-0.016132	0.008801	-1.832995	0.0676
ANO_2003	-0.012572	0.003192	-3.938682	0.0001
ANO_2004	-0.012879	0.003717	-3.465260	0.0006
ANO_2005	-0.015555	0.004295	-3.621375	0.0003
ANO_2006	-0.006300	0.012001	-0.524939	0.6000
ANO_2007	-0.011075	0.004414	-2.509442	0.0125
ANO_2008	-0.014438	0.004477	-3.225155	0.0014
ANO_2009	0.004081	0.003216	1.268703	0.2054
POL_DEM	-0.009677	0.013558	-0.713718	0.4759
POL_PMDB	-0.015897	0.011522	-1.379677	0.1686
POL_PP_PPB	-0.015382	0.009845	-1.562479	0.1191
POL_PSB	0.007132	0.006431	1.109018	0.2682
POL_PSDB	-0.000525	0.012440	-0.042179	0.9664
POL_PT	-0.007423	0.012137	-0.611604	0.5412
M_PART_PRES	0.015312	0.006681	2.291793	0.0225
P_REEL	0.003032	0.014933	0.203057	0.8392

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.643548	Mean dependent var	0.108980
Adjusted R-squared	0.593202	S.D. dependent var	0.058005
S.E. of regression	0.036996	Akaike info criterion	-3.638738
Sum squared resid	0.484528	Schwarz criterion	-3.134545
Log likelihood	787.8445	Hannan-Quinn criter.	-3.439169
F-statistic	12.78242	Durbin-Watson stat	0.864842
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 40: Regressão da despesa com a função comunicações estadual

Dependent Variable: FCOM

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:08

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (unbalanced) observations: 404

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.000373	0.002153	0.173377	0.8625
RT/DT	-0.000200	0.001555	-0.128896	0.8975
RC/RT	0.002305	0.001166	1.976889	0.0488
ANO_1996	8.26E-06	0.000100	0.082193	0.9345
ANO_1997	0.001084	0.000213	5.080202	0.0000
ANO_1998	7.26E-05	0.001463	0.049596	0.9605
ANO_1999	0.000237	0.000176	1.347019	0.1788
ANO_2000	-0.000211	0.000203	-1.037215	0.3003
ANO_2001	0.000265	0.000174	1.522081	0.1289
ANO_2002	-7.50E-05	0.000843	-0.089064	0.9291
ANO_2003	4.11E-05	0.000182	0.225955	0.8214
ANO_2004	0.000538	0.000207	2.604025	0.0096
ANO_2005	0.000740	0.000235	3.148593	0.0018
ANO_2006	0.000152	0.001162	0.130406	0.8963
ANO_2007	0.000140	0.000239	0.583226	0.5601
ANO_2008	0.000797	0.000246	3.244958	0.0013
ANO_2009	0.000815	0.000185	4.408419	0.0000
POL_DEM	0.001321	0.000645	2.047129	0.0414
POL_PMDB	0.000567	0.000518	1.094461	0.2745
POL_PP_PPB	-0.001378	0.000717	-1.921643	0.0555
POL_PSB	-0.000597	0.000438	-1.360808	0.1744
POL_PSDB	-0.001204	0.000606	-1.987693	0.0476
POL_PT	-0.001347	0.000773	-1.741730	0.0824
M_PART_PRES	1.11E-05	0.000306	0.036173	0.9712
P_REEL	0.000553	0.001473	0.375287	0.7077

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.563605	Mean dependent var	0.002389
Adjusted R-squared	0.501792	S.D. dependent var	0.003449
S.E. of regression	0.002435	Akaike info criterion	-9.080522
Sum squared resid	0.002092	Schwarz criterion	-8.575393
Log likelihood	1885.266	Hannan-Quinn criter.	-8.880563
F-statistic	9.117993	Durbin-Watson stat	0.964314
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 41: Regressão da despesa com a função educação e cultura estadual

Dependent Variable: FEDU

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:09

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.009742	0.041533	-0.234564	0.8147
RT/DT	0.043870	0.028538	1.537230	0.1251
RC/RT	0.169048	0.023498	7.194120	0.0000
ANO_1996	0.001732	0.001710	1.012696	0.3119
ANO_1997	-0.003633	0.003582	-1.014128	0.3112
ANO_1998	0.009618	0.006860	1.402065	0.1618
ANO_1999	0.009056	0.001948	4.649986	0.0000
ANO_2000	0.002714	0.002873	0.944525	0.3455
ANO_2001	-0.000758	0.002451	-0.309265	0.7573
ANO_2002	-0.007609	0.004475	-1.700397	0.0899
ANO_2003	-0.016010	0.002660	-6.019540	0.0000
ANO_2004	-0.031549	0.003272	-9.640951	0.0000
ANO_2005	-0.037728	0.003933	-9.593953	0.0000
ANO_2006	-0.034725	0.006161	-5.636249	0.0000
ANO_2007	-0.032185	0.004154	-7.748101	0.0000
ANO_2008	-0.030490	0.004257	-7.162556	0.0000
ANO_2009	-0.026393	0.002687	-9.823634	0.0000
POL_DEM	0.009460	0.007712	1.226549	0.2208
POL_PMDB	-0.001771	0.005850	-0.302751	0.7623
POL_PP_PPB	-0.021742	0.007471	-2.910247	0.0038
POL_PSB	0.005666	0.006465	0.876409	0.3814
POL_PSDB	-0.007957	0.005909	-1.346596	0.1790
POL_PT	-0.001462	0.007012	-0.208571	0.8349
M_PART_PRES	-0.001724	0.004299	-0.401022	0.6886
P_REEL	-0.002190	0.006763	-0.323819	0.7463

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.646600	Mean dependent var	0.173819
Adjusted R-squared	0.596685	S.D. dependent var	0.042809
S.E. of regression	0.027187	Akaike info criterion	-4.254910
Sum squared resid	0.261649	Schwarz criterion	-3.750716
Log likelihood	912.6192	Hannan-Quinn criter.	-4.055340
F-statistic	12.95397	Durbin-Watson stat	0.988878
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 42: Regressão da despesa com a função habitação e urbanismo estadual

Dependent Variable: FHAB

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:09

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.057076	0.015899	3.589999	0.0004
RT/DT	-0.023690	0.009282	-2.552393	0.0111
RC/RT	-0.027386	0.008739	-3.133832	0.0019
ANO_1996	-0.002767	0.000511	-5.418073	0.0000
ANO_1997	-0.000570	0.001018	-0.559954	0.5759
ANO_1998	0.008263	0.003242	2.548478	0.0112
ANO_1999	-0.002750	0.000811	-3.390112	0.0008
ANO_2000	0.004325	0.001024	4.225283	0.0000
ANO_2001	0.006626	0.000938	7.065206	0.0000
ANO_2002	0.008855	0.002111	4.194390	0.0000
ANO_2003	0.005550	0.000898	6.178726	0.0000
ANO_2004	0.006487	0.001073	6.047280	0.0000
ANO_2005	0.007231	0.001276	5.668315	0.0000
ANO_2006	0.016561	0.002846	5.818095	0.0000
ANO_2007	0.006635	0.001387	4.785052	0.0000
ANO_2008	0.013440	0.001405	9.565233	0.0000
ANO_2009	0.012001	0.000911	13.17352	0.0000
POL_DEM	3.44E-05	0.004405	0.007810	0.9938
POL_PMDB	0.002119	0.003128	0.677414	0.4986
POL_PP_PPB	-0.000279	0.004108	-0.067945	0.9459
POL_PSB	-0.002059	0.002441	-0.843604	0.3995
POL_PSDB	-0.001137	0.002594	-0.438462	0.6613
POL_PT	-0.005702	0.003559	-1.601971	0.1101
M_PART_PRES	0.002853	0.001505	1.896241	0.0587
P_REEL	-0.007892	0.003295	-2.395271	0.0171

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.770970	Mean dependent var	0.012838
Adjusted R-squared	0.738621	S.D. dependent var	0.020083
S.E. of regression	0.010268	Akaike info criterion	-6.202373
Sum squared resid	0.037320	Schwarz criterion	-5.698180
Log likelihood	1306.980	Hannan-Quinn criter.	-6.002804
F-statistic	23.83294	Durbin-Watson stat	0.987515
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 43: Regressão da despesa com a função indústria, comércio e serviço estadual

Dependent Variable: FIND

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:09

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.234483	0.055161	4.250851	0.0000
RT/DT	-0.054522	0.030648	-1.778974	0.0761
RC/RT	-0.177753	0.036836	-4.825575	0.0000
ANO_1996	-0.010707	0.002517	-4.254630	0.0000
ANO_1997	-0.019752	0.004695	-4.206734	0.0000
ANO_1998	0.012975	0.010401	1.247448	0.2131
ANO_1999	0.009060	0.002734	3.313717	0.0010
ANO_2000	0.000349	0.003159	0.110429	0.9121
ANO_2001	0.003588	0.002813	1.275385	0.2030
ANO_2002	0.006191	0.005723	1.081672	0.2801
ANO_2003	0.003205	0.002970	1.079285	0.2812
ANO_2004	0.001888	0.003516	0.536922	0.5917
ANO_2005	0.004659	0.004177	1.115284	0.2655
ANO_2006	0.008627	0.007723	1.116990	0.2648
ANO_2007	0.004116	0.004383	0.939074	0.3483
ANO_2008	0.003992	0.004421	0.902986	0.3671
ANO_2009	-0.003197	0.002621	-1.219742	0.2234
POL_DEM	-0.008508	0.012075	-0.704644	0.4815
POL_PMDB	-0.004248	0.013086	-0.324623	0.7457
POL_PP_PPB	0.017508	0.012919	1.355217	0.1762
POL_PSB	0.003236	0.009031	0.358333	0.7203
POL_PSDB	-0.004366	0.010525	-0.414801	0.6785
POL_PT	-0.002719	0.011451	-0.237460	0.8124
M_PART_PRES	-0.006337	0.003019	-2.098998	0.0365
P_REEL	-0.008926	0.009928	-0.898980	0.3693

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.278263	Mean dependent var	0.012923
Adjusted R-squared	0.176322	S.D. dependent var	0.035595
S.E. of regression	0.032305	Akaike info criterion	-3.909935
Sum squared resid	0.369436	Schwarz criterion	-3.405741
Log likelihood	842.7618	Hannan-Quinn criter.	-3.710365
F-statistic	2.729661	Durbin-Watson stat	1.954132
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 44: Regressão da despesa com a função saúde estadual

Dependent Variable: FSAU

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:09

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.102843	0.030777	3.341535	0.0009
RT/DT	-0.048136	0.021133	-2.277711	0.0233
RC/RT	0.041863	0.018533	2.258884	0.0245
ANO_1996	-0.002130	0.001393	-1.528829	0.1272
ANO_1997	0.006211	0.002853	2.176935	0.0301
ANO_1998	0.001642	0.005452	0.301205	0.7634
ANO_1999	0.001489	0.001729	0.860905	0.3899
ANO_2000	0.005851	0.002300	2.544149	0.0114
ANO_2001	0.020329	0.001873	10.85341	0.0000
ANO_2002	0.032705	0.003458	9.458289	0.0000
ANO_2003	0.024530	0.001971	12.44558	0.0000
ANO_2004	0.033578	0.002438	13.77113	0.0000
ANO_2005	0.041185	0.002935	14.03226	0.0000
ANO_2006	0.050770	0.004696	10.81071	0.0000
ANO_2007	0.049711	0.003065	16.22012	0.0000
ANO_2008	0.052813	0.003140	16.81792	0.0000
ANO_2009	0.051699	0.001953	26.47510	0.0000
POL_DEM	-0.021471	0.005682	-3.778571	0.0002
POL_PMDB	-0.009792	0.004510	-2.171043	0.0306
POL_PP_PPB	-0.005114	0.005617	-0.910430	0.3632
POL_PSB	-0.005976	0.006748	-0.885488	0.3765
POL_PSDB	-0.000378	0.005234	-0.072176	0.9425
POL_PT	0.000586	0.005814	0.100852	0.9197
M_PART_PRES	-0.016770	0.004041	-4.150542	0.0000
P_REEL	-0.007313	0.005258	-1.390773	0.1652

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.785401	Mean dependent var	0.106884
Adjusted R-squared	0.755090	S.D. dependent var	0.043063
S.E. of regression	0.021311	Akaike info criterion	-4.741915
Sum squared resid	0.160774	Schwarz criterion	-4.237722
Log likelihood	1011.238	Hannan-Quinn criter.	-4.542346
F-statistic	25.91169	Durbin-Watson stat	1.329061
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 45: Regressão da despesa com a função segurança pública estadual

Dependent Variable: FSEG

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:10

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.002497	0.022634	-0.110310	0.9122
RT/DT	0.036441	0.013936	2.614948	0.0093
RC/RT	0.060486	0.014903	4.058724	0.0001
ANO_1996	-0.001578	0.001111	-1.421250	0.1561
ANO_1997	-0.000399	0.002155	-0.185232	0.8532
ANO_1998	-0.011956	0.005460	-2.189660	0.0292
ANO_1999	0.002577	0.001461	1.763536	0.0787
ANO_2000	0.000851	0.001764	0.482371	0.6298
ANO_2001	-0.002911	0.001605	-1.813836	0.0705
ANO_2002	0.010719	0.003392	3.159809	0.0017
ANO_2003	0.007025	0.002159	3.253396	0.0013
ANO_2004	-0.002870	0.002370	-1.210944	0.2267
ANO_2005	-5.16E-05	0.002618	-0.019708	0.9843
ANO_2006	-0.005368	0.004559	-1.177539	0.2398
ANO_2007	0.004174	0.002647	1.576747	0.1157
ANO_2008	-0.001475	0.002681	-0.550277	0.5825
ANO_2009	0.008672	0.002112	4.105254	0.0001
POL_DEM	-0.024325	0.007894	-3.081608	0.0022
POL_PMDB	-0.018456	0.006969	-2.648341	0.0085
POL_PP_PPB	-0.032673	0.007151	-4.568957	0.0000
POL_PSB	-0.019100	0.005783	-3.302565	0.0011
POL_PSDB	-0.003335	0.006152	-0.542009	0.5882
POL_PT	0.005401	0.008661	0.623570	0.5333
M_PART_PRES	-0.018579	0.005107	-3.637853	0.0003
P_REEL	0.010841	0.005434	1.995106	0.0468

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.537128	Mean dependent var	0.075722
Adjusted R-squared	0.471750	S.D. dependent var	0.029553
S.E. of regression	0.021479	Akaike info criterion	-4.726219
Sum squared resid	0.163317	Schwarz criterion	-4.222026
Log likelihood	1008.059	Hannan-Quinn criter.	-4.526650
F-statistic	8.215801	Durbin-Watson stat	1.239518
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 46: Regressão da despesa com a função transporte estadual

Dependent Variable: FTRANS

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 16:10

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

Cross-section SUR (PCSE) standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.275788	0.039711	6.944871	0.0000
RT/DT	-0.146361	0.027060	-5.408741	0.0000
RC/RT	-0.096928	0.022009	-4.404017	0.0000
ANO_1996	0.009086	0.001653	5.495539	0.0000
ANO_1997	0.017261	0.003470	4.974519	0.0000
ANO_1998	0.009263	0.007873	1.176474	0.2402
ANO_1999	-0.004543	0.002379	-1.909682	0.0570
ANO_2000	0.018313	0.003060	5.984739	0.0000
ANO_2001	0.016948	0.002524	6.714933	0.0000
ANO_2002	0.009339	0.004971	1.878752	0.0611
ANO_2003	0.003106	0.002608	1.191218	0.2344
ANO_2004	0.012555	0.003149	3.986731	0.0001
ANO_2005	0.016687	0.003739	4.463330	0.0000
ANO_2006	0.016087	0.006787	2.370151	0.0183
ANO_2007	0.011865	0.003745	3.168050	0.0017
ANO_2008	0.014304	0.003864	3.701710	0.0002
ANO_2009	0.013456	0.002441	5.512104	0.0000
POL_DEM	0.005861	0.006618	0.885616	0.3764
POL_PMDB	0.000970	0.008345	0.116227	0.9075
POL_PP_PPB	0.029535	0.011167	2.644870	0.0085
POL_PSB	-0.003783	0.006396	-0.591501	0.5546
POL_PSDB	-0.006057	0.007972	-0.759759	0.4479
POL_PT	-0.003455	0.006748	-0.511982	0.6090
M_PART_PRES	-5.85E-05	0.003514	-0.016642	0.9867
P_REEL	-0.003510	0.007973	-0.440208	0.6601

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.725484	Mean dependent var	0.051166
Adjusted R-squared	0.686710	S.D. dependent var	0.050345
S.E. of regression	0.028179	Akaike info criterion	-4.183198
Sum squared resid	0.281101	Schwarz criterion	-3.679005
Log likelihood	898.0976	Hannan-Quinn criter.	-3.983629
F-statistic	18.71081	Durbin-Watson stat	1.053292
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 47: Regressão da receita tributária estadual

Dependent Variable: RTRIB/RT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:55

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

White cross-section standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.465683	0.008216	56.68275	0.0000
ANO_1996	-0.040131	1.69E-15	-2.37E+13	0.0000
ANO_1997	-0.091252	1.69E-15	-5.39E+13	0.0000
ANO_1998	-0.079040	0.005646	-13.99915	0.0000
ANO_1999	-0.061728	0.002501	-24.68217	0.0000
ANO_2000	-0.031951	0.002501	-12.77572	0.0000
ANO_2001	-0.014529	0.002501	-5.809586	0.0000
ANO_2002	0.017651	0.003969	4.447436	0.0000
ANO_2003	0.047362	0.003482	13.60008	0.0000
ANO_2004	0.059974	0.003482	17.22172	0.0000
ANO_2005	0.050649	0.003482	14.54401	0.0000
ANO_2006	0.066692	0.004417	15.09906	0.0000
ANO_2007	0.040115	0.003233	12.40908	0.0000
ANO_2008	0.024869	0.003233	7.692904	0.0000
ANO_2009	0.027335	0.003233	8.455796	0.0000
POL_DEM	0.000802	0.005566	0.144069	0.8855
POL_PMDB	0.015940	0.012906	1.235079	0.2176
POL_PP_PPB	0.050887	0.017532	2.902531	0.0039
POL_PSB	0.000925	0.011518	0.080326	0.9360
POL_PSDB	0.008812	0.009245	0.953080	0.3412
POL_PT	-0.012428	0.019737	-0.629678	0.5293
M_PART_PRES	0.017449	0.012986	1.343633	0.1799
P_REEL	-0.020219	0.005646	-3.581068	0.0004

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.872970	Mean dependent var	0.475481
Adjusted R-squared	0.855843	S.D. dependent var	0.177219
S.E. of regression	0.067287	Akaike info criterion	-2.446689
Sum squared resid	1.611790	Schwarz criterion	-1.962268
Log likelihood	544.4546	Hannan-Quinn criter.	-2.254946
F-statistic	50.96868	Durbin-Watson stat	1.278056
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 48: Regressão da receita corrente estadual

Dependent Variable: RC/RT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:56

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

White cross-section standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.942061	0.007119	132.3307	0.0000
ANO_1996	-0.073015	3.40E-15	-2.14E+13	0.0000
ANO_1997	-0.122784	3.40E-15	-3.61E+13	0.0000
ANO_1998	-0.072452	0.013479	-5.375228	0.0000
ANO_1999	-0.050423	0.001547	-32.58795	0.0000
ANO_2000	-0.022328	0.001547	-14.43051	0.0000
ANO_2001	0.029511	0.001547	19.07287	0.0000
ANO_2002	0.024741	0.007561	3.272108	0.0012
ANO_2003	0.035646	0.002641	13.49837	0.0000
ANO_2004	0.038710	0.002641	14.65871	0.0000
ANO_2005	0.044481	0.002641	16.84419	0.0000
ANO_2006	0.051759	0.009746	5.310921	0.0000
ANO_2007	0.042804	0.002377	18.00803	0.0000
ANO_2008	0.034643	0.002377	14.57496	0.0000
ANO_2009	0.002946	0.002377	1.239508	0.2160
POL_DEM	-0.050044	0.010983	-4.556428	0.0000
POL_PMDB	-0.011086	0.010042	-1.104009	0.2703
POL_PP_PPB	0.063421	0.026984	2.350290	0.0193
POL_PSB	0.002340	0.017143	0.136500	0.8915
POL_PSDB	-0.008758	0.009544	-0.917693	0.3594
POL_PT	0.005518	0.015846	0.348242	0.7279
M_PART_PRES	-0.037655	0.014323	-2.628942	0.0089
P_REEL	-0.020321	0.013479	-1.507607	0.1325

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.456919	Mean dependent var	0.921404
Adjusted R-squared	0.383695	S.D. dependent var	0.093725
S.E. of regression	0.073579	Akaike info criterion	-2.267889
Sum squared resid	1.927349	Schwarz criterion	-1.783468
Log likelihood	508.2476	Hannan-Quinn criter.	-2.076146
F-statistic	6.239992	Durbin-Watson stat	1.885113
Prob(F-statistic)	0.000000		

Tabela 49: Regressão da receita de capital estadual

Dependent Variable: RK/RT

Method: Panel Least Squares

Date: 10/18/10 Time: 15:56

Sample: 1995 2009

Periods included: 15

Cross-sections included: 27

Total panel (balanced) observations: 405

White cross-section standard errors & covariance (d.f. corrected)

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.057939	0.007119	8.138723	0.0000
ANO_1996	0.073015	2.79E-16	2.62E+14	0.0000
ANO_1997	0.122784	2.78E-16	4.41E+14	0.0000
ANO_1998	0.072452	0.013479	5.375228	0.0000
ANO_1999	0.050423	0.001547	32.58795	0.0000
ANO_2000	0.022328	0.001547	14.43051	0.0000
ANO_2001	-0.029511	0.001547	-19.07287	0.0000
ANO_2002	-0.024741	0.007561	-3.272108	0.0012
ANO_2003	-0.035646	0.002641	-13.49837	0.0000
ANO_2004	-0.038710	0.002641	-14.65871	0.0000
ANO_2005	-0.044481	0.002641	-16.84419	0.0000
ANO_2006	-0.051759	0.009746	-5.310921	0.0000
ANO_2007	-0.042804	0.002377	-18.00803	0.0000
ANO_2008	-0.034643	0.002377	-14.57496	0.0000
ANO_2009	-0.002946	0.002377	-1.239508	0.2160
POL_DEM	0.050044	0.010983	4.556428	0.0000
POL_PMDB	0.011086	0.010042	1.104009	0.2703
POL_PP_PPB	-0.063421	0.026984	-2.350290	0.0193
POL_PSB	-0.002340	0.017143	-0.136500	0.8915
POL_PSDB	0.008758	0.009544	0.917693	0.3594
POL_PT	-0.005518	0.015846	-0.348242	0.7279
M_PART_PRES	0.037655	0.014323	2.628942	0.0089
P_REEL	0.020321	0.013479	1.507607	0.1325

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

R-squared	0.456919	Mean dependent var	0.078596
Adjusted R-squared	0.383695	S.D. dependent var	0.093725
S.E. of regression	0.073579	Akaike info criterion	-2.267889
Sum squared resid	1.927349	Schwarz criterion	-1.783468
Log likelihood	508.2476	Hannan-Quinn criter.	-2.076146
F-statistic	6.239992	Durbin-Watson stat	1.885113
Prob(F-statistic)	0.000000		

Apêndice E - Municípios analisados na pesquisa.

Quadro 8 - Municípios utilizados na pesquisa.

UF	Município	Código UF	Código Município	UF	Município	Código UF	Código Município
AC	Assis Brasil	12	5	PR	Fernandes Pinheiro	41	773
AC	Brasileia	12	10	PR	Florai	41	780
AC	Bujari	12	13	PR	Flor da Serra Sul	41	785
AC	Jordao	12	32	PR	Floresta	41	790
AC	Mancio Lima	12	33	PR	Florestopolis	41	800
AC	Manoel Urbano	12	34	PR	Florida	41	810
AC	Marechal Taumaturgo	12	35	PR	Foz Iguacu	41	830
AC	Porto Walter	12	39	PR	Francisco Alves	41	832
AC	Rio Branco	12	40	PR	Francisco Beltrao	41	840
AC	Rodrigues Alves	12	42	PR	Foz Jordao	41	845
AC	Sena Madureira	12	50	PR	General Carneiro	41	850
AC	Xapuri	12	70	PR	Godoi Moreira	41	855
AC	Porto Acre	12	80	PR	Goioere	41	860
AL	Anadia	27	20	PR	Goioxim	41	865
AL	Arapiraca	27	30	PR	Grandes Rios	41	870
AL	Barra Sao Miguel	27	60	PR	Guaira	41	880
AL	Belo Monte	27	90	PR	Guamiranga	41	895
AL	Campo Alegre	27	140	PR	Guapirama	41	900
AL	Capela	27	170	PR	Guaporema	41	910
AL	Carneiros	27	180	PR	Guaraci	41	920
AL	Delmiro Gouveia	27	240	PR	Guarapuava	41	940
AL	Estrela Alagoas	27	255	PR	Guaratuba	41	960
AL	Feira Grande	27	260	PR	Honorio Serpa	41	965
AL	Feliz Deserto	27	270	PR	Ibaiti	41	970
AL	Flexeiras	27	280	PR	Ibema	41	975
AL	Igaci	27	310	PR	Ibipora	41	980
AL	Igreja Nova	27	320	PR	Icaraima	41	990
AL	Jacare Homens	27	340	PR	Iguaracu	41	1000
AL	Joaquim Gomes	27	380	PR	Iguatu	41	1005
AL	Jundia	27	390	PR	Imbau	41	1007
AL	Junqueiro	27	400	PR	Imbituva	41	1010
AL	Lagoa da Canoa	27	410	PR	Inacio Martins	41	1020
AL	Limoeiro Anadia	27	420	PR	Indianopolis	41	1040
AL	Maceio	27	430	PR	Ipiranga	41	1050
AL	Major Isidoro	27	440	PR	Ipora	41	1060
AL	Maragogi	27	450	PR	Iracema Oeste	41	1065
AL	Maravilha	27	460	PR	Irati	41	1070
AL	Marechal Deodoro	27	470	PR	Iretama	41	1080
AL	Mata Grande	27	500	PR	Itaguaje	41	1090
AL	Messias	27	520	PR	Itaipulandia	41	1095
AL	Minador Negro	27	530	PR	Itambaraca	41	1100
AL	Monteirópolis	27	540	PR	Itambe	41	1110
AL	Olho d agua Grande	27	590	PR	Itapejara d Oeste	41	1120
AL	Ouro Branco	27	610	PR	Itaperucu	41	1125
AL	Pao Acucar	27	640	PR	Ivai	41	1140
AL	Passo Camaragibe	27	650	PR	Ivaipora	41	1150
AL	Paulo Jacinto	27	660	PR	Ivate	41	1155
AL	Penedo	27	670	PR	Ivatuba	41	1160

AL	Piacabucu	27	680	PR	Jaboti	41	1170
AL	Pilar	27	690	PR	Jacarezinho	41	1180
AL	Poco das Trincheiras	27	720	PR	Jaguapita	41	1190
AL	Porto Calvo	27	730	PR	Jandaia Sul	41	1210
AL	Porto Pedras	27	740	PR	Janiopolis	41	1220
AL	Quebrangulo	27	760	PR	Japira	41	1230
AL	Rio Largo	27	770	PR	Japura	41	1240
AL	Roteiro	27	780	PR	Jardim Alegre	41	1250
AL	Santa Luzia Norte	27	790	PR	Jardim Olinda	41	1260
AL	Sao Miguel Campos	27	860	PR	Jataizinho	41	1270
AL	Sao Miguel Milagres	27	870	PR	Jesuitas	41	1275
AL	Satuba	27	890	PR	Joaquim Tavora	41	1280
AL	Senador Rui Palmeira	27	895	PR	Jundiai Sul	41	1290
AL	Traipu	27	920	PR	Juranda	41	1295
AM	Alvaraes	13	2	PR	Jussara	41	1300
AM	Anama	13	8	PR	Kalore	41	1310
AM	Anori	13	10	PR	Lapa	41	1320
AM	Apui	13	14	PR	Laranjeiras Sul	41	1330
AM	Benjamin Constant	13	60	PR	Lidianopolis	41	1342
AM	Coari	13	120	PR	Lindoeste	41	1345
AM	Codajas	13	130	PR	Loanda	41	1350
AM	Envira	13	150	PR	Lobato	41	1360
AM	Itacoatiara	13	190	PR	Londrina	41	1370
AM	Itapiranga	13	200	PR	luisiana	41	1373
AM	Jurua	13	220	PR	Lupionopolis	41	1380
AM	Manaus	13	260	PR	MaLet	41	1390
AM	Nova Olinda Norte	13	310	PR	Mambore	41	1400
AM	Novo Aripuana	13	330	PR	Mandaguacu	41	1410
AM	Parintins	13	340	PR	Mandaguari	41	1420
AM	Presidente Figueiredo	13	353	PR	Mandirituba	41	1430
AM	Rio Preto da Eva	13	356	PR	Manfrinopolis	41	1435
AP	Macapa	16	30	PR	Mangueirinha	41	1440
BA	Alagoinhas	29	70	PR	Manoel Ribas	41	1450
BA	Alcobaca	29	80	PR	Marechal Candido Rondon	41	1460
BA	Amargosa	29	100	PR	Maria Helena	41	1470
BA	Amelia Rodrigues	29	110	PR	Marialva	41	1480
BA	Andorinha	29	135	PR	Marilandia Sul	41	1490
BA	Angical	29	140	PR	Mariluz	41	1510
BA	Antas	29	160	PR	Maringa	41	1520
BA	Antonio Cardoso	29	170	PR	Mariopolis	41	1530
BA	Apuarema	29	195	PR	Maripa	41	1535
BA	Aracatu	29	200	PR	Marmeleiro	41	1540
BA	Arataca	29	225	PR	Marquinho	41	1545
BA	Baianopolis	29	250	PR	Marumbi	41	1550
BA	Banzae	29	265	PR	Matelandia	41	1560
BA	Barra	29	270	PR	Matinhos	41	1570
BA	Barra Mendes	29	300	PR	Mato Rico	41	1573
BA	Barreiras	29	320	PR	Maua da Serra	41	1575
BA	Barro Alto	29	323	PR	Medianeira	41	1580
BA	Biritinga	29	360	PR	Mercedes	41	1585
BA	Boa Vista Tupim	29	380	PR	Missal	41	1605
BA	Bom Jesus da Lapa	29	390	PR	Moreira Sales	41	1610
BA	Botupora	29	420	PR	Morretes	41	1620

BA	Brumado	29	460	PR	Munhoz Melo	41	1630
BA	Cachoeira	29	490	PR	Nossa Senhora das Gracias	41	1640
BA	Cacule	29	500	PR	Nova Alianca Ivai	41	1650
BA	Caetite	29	520	PR	Nova Aurora	41	1670
BA	Cairu	29	540	PR	Nova Cantu	41	1680
BA	Camacan	29	560	PR	Nova Esperanca	41	1690
BA	Camacari	29	570	PR	Nova Esperanca Sudoeste	41	1695
BA	Campo Formoso	29	600	PR	Nova Fatima	41	1700
BA	Canapolis	29	610	PR	Nova Laranjeiras	41	1705
BA	Candido Sales	29	670	PR	Nova Londrina	41	1710
BA	Cansancao	29	680	PR	Nova Olimpia	41	1720
BA	Capela Alto Alegre	29	685	PR	Nova Santa Rosa	41	1722
BA	Caravelas	29	690	PR	Nova Prata Iguacu	41	1725
BA	Carinhanha	29	710	PR	Nova Tebas	41	1727
BA	Catolandia	29	740	PR	Novo Itacolomi	41	1729
BA	Catu	29	750	PR	Ortigueira	41	1730
BA	Central	29	760	PR	Ouro Verde Oeste	41	1745
BA	Chorrocho	29	770	PR	Paicandu	41	1750
BA	Cipo	29	790	PR	Palmas	41	1760
BA	Coaraci	29	800	PR	Palmeira	41	1770
BA	Cocos	29	810	PR	Palmital	41	1780
BA	Conceicao Coite	29	840	PR	Palotina	41	1790
BA	Conceicao Jacuipe	29	850	PR	Paraiso Norte	41	1800
BA	Conde	29	860	PR	Paranagua	41	1820
BA	Condeuba	29	870	PR	Paranapoema	41	1830
BA	Coribe	29	910	PR	Paranavai	41	1840
BA	Correntina	29	930	PR	Pato Bragado	41	1845
BA	Cotegipe	29	940	PR	Pato Branco	41	1850
BA	Cravolandia	29	950	PR	Paula Freitas	41	1860
BA	Cristopolis	29	970	PR	Paulo Frontin	41	1870
BA	Cruz das Almas	29	980	PR	Peabiru	41	1880
BA	Curaca	29	990	PR	Perobal	41	1885
BA	Dias d avila	29	1005	PR	Perola	41	1890
BA	Dom Basilio	29	1010	PR	Perola d Oeste	41	1900
BA	Euclides da Cunha	29	1070	PR	Pien	41	1910
BA	Eunapolis	29	1072	PR	Pinhalao	41	1920
BA	Feira da Mata	29	1077	PR	Pinhal Sao Bento	41	1925
BA	Feira Santana	29	1080	PR	Pirai Sul	41	1940
BA	Filadelfia	29	1085	PR	Piraquara	41	1950
BA	Firmino Alves	29	1090	PR	Pitanga	41	1960
BA	Formosa Rio Preto	29	1110	PR	Pitangueiras	41	1965
BA	Gloria	29	1140	PR	Planaltina Parana	41	1970
BA	Guajeru	29	1165	PR	Planalto	41	1980
BA	Ibiassuce	29	1200	PR	Ponta Grossa	41	1990
BA	Ibicarai	29	1210	PR	Pontal Parana	41	1995
BA	Ibicui	29	1230	PR	Porecatu	41	2000
BA	Ibipeba	29	1240	PR	Porto Amazonas	41	2010
BA	Ibititanga	29	1250	PR	Porto Barreiro	41	2015
BA	Ibirapua	29	1280	PR	Porto Rico	41	2020
BA	Ibitiara	29	1300	PR	Porto Vitoria	41	2030
BA	Ibitita	29	1310	PR	Prado Ferreira	41	2033
BA	Ibotirama	29	1320	PR	Pranchita	41	2035
BA	Iguai	29	1350	PR	Primeiro Maio	41	2050

BA	Ipira	29	1400	PR	Prudentopolis	41	2060
BA	Iraquara	29	1440	PR	Quarto Centenario	41	2065
BA	Irece	29	1460	PR	Quatigua	41	2070
BA	Itagiba	29	1520	PR	Quatro Barras	41	2080
BA	Itamari	29	1570	PR	Quatro Pontes	41	2085
BA	Itambe	29	1580	PR	Quedas Iguacu	41	2090
BA	Itanhem	29	1600	PR	Quitandinha	41	2120
BA	Itapebi	29	1630	PR	Ramilandia	41	2125
BA	Itapetinga	29	1640	PR	Rancho Alegre D Oeste	41	2135
BA	Itapicuru	29	1650	PR	Realeza	41	2140
BA	Itarantim	29	1680	PR	Reboucas	41	2150
BA	Itatim	29	1685	PR	Renascenca	41	2160
BA	Itirucu	29	1690	PR	Reserva	41	2170
BA	Ituacu	29	1720	PR	Reserva Iguacu	41	2175
BA	Jaborandi	29	1735	PR	Ribeirao Claro	41	2180
BA	Jacobina	29	1750	PR	Ribeirao Pinhal	41	2190
BA	Jequie	29	1800	PR	Rio Azul	41	2200
BA	Jiquirica	29	1820	PR	Rio Bom	41	2210
BA	Jitauna	29	1830	PR	Rio Bonito Iguacu	41	2215
BA	Joao Dourado	29	1835	PR	Rio Branco Ivai	41	2217
BA	Jussiape	29	1860	PR	Rio Negro	41	2230
BA	Lafaiete Coutinho	29	1870	PR	Rolandia	41	2240
BA	Lagoa Real	29	1875	PR	Rondon	41	2260
BA	Laje	29	1880	PR	Rosario Ivai	41	2265
BA	Lajedinho	29	1900	PR	Sabaudia	41	2270
BA	Lapao	29	1915	PR	Salgado Filho	41	2280
BA	Lauro Freitas	29	1920	PR	Salto Lontra	41	2300
BA	Livramento Nossa Senhora	29	1950	PR	Santa Cruz Monte Castelo	41	2330
BA	Macarani	29	1970	PR	Santa Fe	41	2340
BA	Macaubas	29	1980	PR	Santa Helena	41	2350
BA	Madre Deus	29	1992	PR	Santa Ines	41	2360
BA	Maiquinique	29	2000	PR	Santa Isabel Ivai	41	2370
BA	Mairi	29	2010	PR	Santa Izabel Oeste	41	2380
BA	Malhada	29	2020	PR	Santa Lucia	41	2382
BA	Manoel Vitorino	29	2040	PR	Santa Maria Oeste	41	2385
BA	Mansidao	29	2045	PR	Santa Tereza Oeste	41	2402
BA	Maragogipe	29	2060	PR	Santa Terezinha Itaipu	41	2405
BA	Mascote	29	2090	PR	Santo Antonio da Platina	41	2410
BA	Mata Sao Joao	29	2100	PR	Santo Antonio Caiua	41	2420
BA	Mirangaba	29	2140	PR	Santo Antonio Paraiso	41	2430
BA	Mortugaba	29	2180	PR	Santo Inacio	41	2450
BA	Mucuge	29	2190	PR	Sao Carlos Ivai	41	2460
BA	Mulungu Morro	29	2205	PR	Sao Jeronimo da Serra	41	2470
BA	Muquem Sao Francisco	29	2225	PR	Sao Joao	41	2480
BA	Mutuipe	29	2240	PR	Sao Joao Caiua	41	2490
BA	Nazare	29	2250	PR	Sao Joao Ivai	41	2500
BA	Nilo Pecanha	29	2260	PR	Sao Jorge d Oeste	41	2520
BA	Nordestina	29	2265	PR	Sao Jorge Patrocinio	41	2535
BA	Nova Canaa	29	2270	PR	Sao Jose da Boa Vista	41	2540
BA	Nova Fatima	29	2273	PR	Sao Jose das Palmeiras	41	2545
BA	Nova Vicosa	29	2300	PR	Sao Jose Pinhais	41	2550
BA	Novo Horizonte	29	2303	PR	Sao Manoel Parana	41	2555
BA	Oliveira Brejinhos	29	2320	PR	Sao Mateus Sul	41	2560

BA	Ouricangas	29	2330	PR	Sao Miguel Iguacu	41	2570
BA	Palmas Monte Alto	29	2340	PR	Sao Pedro Ivai	41	2580
BA	Paratinga	29	2370	PR	Sao Pedro Parana	41	2590
BA	Paulo Afonso	29	2400	PR	Sao Sebastiao da Amoreira	41	2600
BA	Piata	29	2430	PR	Sao Tome	41	2610
BA	Pindobacu	29	2460	PR	Sapopema	41	2620
BA	Pintadas	29	2465	PR	Sarandi	41	2625
BA	Piritiba	29	2480	PR	Saudade Iguacu	41	2627
BA	Pocoos	29	2510	PR	Senges	41	2630
BA	Pojuca	29	2520	PR	Serranopolis Iguacu	41	2635
BA	Ponto Novo	29	2525	PR	Sertaneja	41	2640
BA	Potiragua	29	2540	PR	Sertanopolis	41	2650
BA	Prado	29	2550	PR	Siqueira Campos	41	2660
BA	Presidente Janio Quadros	29	2570	PR	Sulina	41	2665
BA	Presidente Tancredo Neves	29	2575	PR	Tamarana	41	2667
BA	Quijingue	29	2590	PR	Tamboara	41	2670
BA	Rafael Jambeiro	29	2595	PR	Tapejara	41	2680
BA	Riachao das Neves	29	2620	PR	Tapira	41	2690
BA	Riachao Jacuipe	29	2630	PR	Teixeira Soares	41	2700
BA	Riacho Santana	29	2640	PR	Telemaco Borba	41	2710
BA	Ribeira Pombal	29	2660	PR	Terra Rica	41	2730
BA	Rio Contas	29	2670	PR	Terra Roxa	41	2740
BA	Rio Pires	29	2690	PR	Tibagi	41	2750
BA	Rodelas	29	2710	PR	Tijucas Sul	41	2760
BA	Salvador	29	2740	PR	Toledo	41	2770
BA	Santa Barbara	29	2750	PR	Tomazina	41	2780
BA	Santa Maria da Vitoria	29	2810	PR	Tres Barras Parana	41	2785
BA	Santana	29	2820	PR	Tuneiras Oeste	41	2790
BA	Santa Rita Cassia	29	2840	PR	Turvo	41	2796
BA	Santo Antonio Jesus	29	2870	PR	Ubirata	41	2800
BA	Santo Estevao	29	2880	PR	Umuarama	41	2810
BA	Sao Desiderio	29	2890	PR	Uniao da Vitoria	41	2820
BA	Sao Domingos	29	2895	PR	Uniflor	41	2830
BA	Sao Felix Coribe	29	2905	PR	Wenceslau Braz	41	2850
BA	Sao Sebastiao Passe	29	2950	PR	Ventania	41	2853
BA	Saude	29	2980	PR	Vera Cruz Oeste	41	2855
BA	Serra Ramalho	29	3015	PR	Vere	41	2860
BA	Serra Dourada	29	3030	PR	Vitorino	41	2870
BA	Tabocas Brejo Velho	29	3090	PR	Xambre	41	2880
BA	Tanque Novo	29	3105	RJ	Angra Reis	33	10
BA	Tanquinho	29	3110	RJ	Barra Pirai	33	30
BA	Taperoa	29	3120	RJ	Barra Mansa	33	40
BA	Tapiramuta	29	3130	RJ	Belford Roxo	33	45
BA	Teixeira Freitas	29	3135	RJ	Bom Jardim	33	50
BA	Teolandia	29	3160	RJ	Cachoeiras Macacu	33	80
BA	Tremedal	29	3180	RJ	Comendador Levi Gasparian	33	95
BA	Tucano	29	3190	RJ	Cantagalo	33	110
BA	Uaua	29	3200	RJ	Cardoso Moreira	33	115
BA	Utinga	29	3280	RJ	Carmo	33	120
BA	Valenca	29	3290	RJ	Conceicao Macabu	33	140
BA	Varzea Poco	29	3310	RJ	Duas Barras	33	160
BA	Varzedo	29	3317	RJ	Duque Caxias	33	170
BA	Vereda	29	3325	RJ	Engenheiro Paulo Frontin	33	180

BA	Vitoria da Conquista	29	3330	RJ	Itaborai	33	190
BA	Wagner	29	3340	RJ	Itaguaí	33	200
BA	Wanderlei	29	3345	RJ	Italva	33	205
BA	Wenceslau Guimaraes	29	3350	RJ	Itaocara	33	210
BA	Xique Xique	29	3360	RJ	Itaperuna	33	220
CE	Abaiara	23	10	RJ	Macaé	33	240
CE	Acarau	23	20	RJ	Macuco	33	245
CE	Alcantaras	23	50	RJ	Mangaratiba	33	260
CE	Apuiaries	23	90	RJ	Mendes	33	280
CE	Aquiraz	23	100	RJ	Miguel Pereira	33	290
CE	Aracati	23	110	RJ	Nilópolis	33	320
CE	Aurora	23	170	RJ	Niterói	33	330
CE	Baixio	23	180	RJ	Nova Friburgo	33	340
CE	Barbalha	23	190	RJ	Nova Iguaçu	33	350
CE	Barro	23	200	RJ	Parati	33	380
CE	Beberibe	23	220	RJ	Pati Alferes	33	385
CE	Bela Cruz	23	230	RJ	Pinheiral	33	395
CE	Boa Viagem	23	240	RJ	Pirai	33	400
CE	Brejo Santo	23	250	RJ	Quatis	33	412
CE	Caninde	23	280	RJ	Queimados	33	414
CE	Caririacu	23	320	RJ	Quissama	33	415
CE	Carius	23	330	RJ	Resende	33	420
CE	Catarina	23	360	RJ	Rio Claro	33	440
CE	Caucaia	23	370	RJ	Rio das Flores	33	450
CE	Choro	23	393	RJ	Rio das Ostras	33	452
CE	Coreau	23	400	RJ	Rio Janeiro	33	455
CE	Cruz	23	425	RJ	Santa Maria Madalena	33	460
CE	Deputado Irapuan Pinheiro	23	426	RJ	Santo Antonio Padua	33	470
CE	Eusebio	23	428	RJ	Sao Fidelis	33	480
CE	Farias Brito	23	430	RJ	Sao Goncalo	33	490
CE	Forquilha	23	435	RJ	Sao Jose Uba	33	513
CE	Fortaleza	23	440	RJ	Sao Pedro da Aldeia	33	520
CE	Graca	23	465	RJ	Sao Sebastiao Alto	33	530
CE	Guaramiranga	23	510	RJ	Sapucaia	33	540
CE	Ibiapina	23	530	RJ	Squarema	33	550
CE	Ibicuitinga	23	533	RJ	Sumidouro	33	570
CE	Icapui	23	535	RJ	Tangua	33	575
CE	Ico	23	540	RJ	Teresopolis	33	580
CE	Ipaumirim	23	570	RJ	Tres Rios	33	600
CE	Ipu	23	580	RJ	Volta Redonda	33	630
CE	Itaicaba	23	620	RN	Acari	24	10
CE	Itapipoca	23	640	RN	Acu	24	20
CE	Itarema	23	655	RN	agua Nova	24	40
CE	Jaguaretama	23	670	RN	Alexandria	24	50
CE	Jaguaribara	23	680	RN	Angicos	24	80
CE	Jardim	23	710	RN	Antonio Martins	24	90
CE	Jati	23	720	RN	Apodi	24	100
CE	Jijoca Jericoacoara	23	725	RN	Areia Branca	24	110
CE	Jucas	23	740	RN	Ares	24	120
CE	Maracanau	23	765	RN	Barauna	24	145
CE	Marco	23	780	RN	Bodo	24	165
CE	Meruoca	23	820	RN	Caico	24	200
CE	Milha	23	835	RN	Caraubas	24	230

CE	Miraima	23	837	RN	Carnauba Dantas	24	240
CE	Mombaca	23	850	RN	Coronel Joao Pessoa	24	290
CE	Morrinhos	23	890	RN	Cruzeta	24	300
CE	Novo Oriente	23	940	RN	Encanto	24	330
CE	Pacatuba	23	970	RN	Extremoz	24	360
CE	Pacuja	23	990	RN	Fernando Pedroza	24	375
CE	Paracuru	23	1020	RN	Frutuoso Gomes	24	400
CE	Paraipaba	23	1025	RN	Goianinha	24	420
CE	Parambu	23	1030	RN	Ipueira	24	480
CE	Pedra Branca	23	1050	RN	Itaja	24	485
CE	Penaforte	23	1060	RN	Itau	24	490
CE	Pentecoste	23	1070	RN	Jardim Piranhas	24	560
CE	Pindoretama	23	1085	RN	Jardim Serido	24	570
CE	Piquet Carneiro	23	1090	RN	Lagoa Nova	24	650
CE	Quixeramobim	23	1140	RN	Lucrecia	24	690
CE	Russas	23	1180	RN	Luis Gomes	24	700
CE	Saboeiro	23	1190	RN	Major Sales	24	725
CE	Santana Acarau	23	1200	RN	Marcelino Vieira	24	730
CE	Santana Cariri	23	1210	RN	Maxaranguape	24	750
CE	Santa Quitéria	23	1220	RN	Messias Targino	24	760
CE	Sobral	23	1290	RN	Mossoro	24	800
CE	Taua	23	1330	RN	Natal	24	810
CE	Tejucuoca	23	1335	RN	Olho d agua Borges	24	840
CE	Tiangua	23	1340	RN	Ouro Branco	24	850
CE	Ubajara	23	1360	RN	Parazinho	24	880
CE	Umari	23	1370	RN	Parelhas	24	890
CE	Vicosa Ceara	23	1410	RN	Passa e Fica	24	910
ES	Alegre	32	20	RN	Pau Ferros	24	940
ES	Alfredo Chaves	32	30	RN	Pedro Velho	24	980
ES	Anchieta	32	40	RN	Presidente Juscelino	24	1030
ES	Aracruz	32	60	RN	Riacho Santana	24	1080
ES	Atilio Vivacqua	32	70	RN	Rodolfo Fernandes	24	1100
ES	Baixo Guandu	32	80	RN	Santa Cruz	24	1120
ES	Brejetuba	32	115	RN	Santana Serido	24	1142
ES	Cachoeiro Itapemirim	32	120	RN	Santo Antonio	24	1150
ES	Cariacica	32	130	RN	Sao Fernando	24	1180
ES	Castelo	32	140	RN	Sao Goncalo Amarante	24	1200
ES	Colatina	32	150	RN	Sao Joao Sabugi	24	1210
ES	Conceicao Castelo	32	170	RN	Sao Jose Serido	24	1240
ES	Divino Sao Lourenco	32	180	RN	Sao Miguel	24	1250
ES	Fundao	32	220	RN	Sao Miguel Gostoso	24	1255
ES	Guacui	32	230	RN	Sao Rafael	24	1280
ES	Guarapari	32	240	RN	Sao Tome	24	1290
ES	Ibatiba	32	245	RN	Sao Vicente	24	1300
ES	Ibiracu	32	250	RN	Senador Georgino Avelino	24	1320
ES	Ibitirama	32	255	RN	Serra Sao Bento	24	1330
ES	Iconha	32	260	RN	Serra Negra Norte	24	1340
ES	Itaguacu	32	270	RN	Serrinha Pintos	24	1355
ES	Itapemirim	32	280	RN	Severiano Melo	24	1360
ES	Itarana	32	290	RN	Taipu	24	1390
ES	Iuna	32	300	RN	Tangara	24	1400
ES	Jaguare	32	305	RN	Timbauba Batistas	24	1430
ES	Jerônimo Monteiro	32	310	RN	Touros	24	1440

ES	Joao Neiva	32	313	RN	Umarizal	24	1450
ES	Laranja da Terra	32	316	RN	Varzea	24	1470
ES	Marataizes	32	332	RN	Venha Ver	24	1475
ES	Marechal Floriano	32	334	RO	Alta Floresta D Oeste	11	1
ES	Marilandia	32	335	RO	Ariquemes	11	2
ES	Mimoso Sul	32	340	RO	Cabixi	11	3
ES	Montanha	32	350	RO	Cacoal	11	4
ES	Muniz Freire	32	370	RO	Cerejeiras	11	5
ES	Muqui	32	380	RO	Colorado Oeste	11	6
ES	Pedro Canario	32	405	RO	Corumbiara	11	7
ES	Pinheiros	32	410	RO	Guajara Mirim	11	10
ES	Piuma	32	420	RO	Jaru	11	11
ES	Presidente KeNedi	32	430	RO	Ji Parana	11	12
ES	Rio Bananal	32	435	RO	Pimenta Bueno	11	18
ES	Rio Novo Sul	32	440	RO	Rolim Moura	11	28
ES	Santa Leopoldina	32	450	RO	Santa Luzia D Oeste	11	29
ES	Santa Maria Jetiba	32	455	RO	Vilhena	11	30
ES	Santa Teresa	32	460	RO	Sao Miguel Guapore	11	32
ES	Sao Domingos Norte	32	465	RO	Nova Mamore	11	33
ES	Sao Jose Calcado	32	480	RO	Novo Horizonte Oeste	11	50
ES	Sao Mateus	32	490	RO	Castanheiras	11	90
ES	Sao Roque Canaa	32	495	RO	Governador Jorge Teixeira	11	100
ES	Venda Nova Imigrante	32	506	RO	Pimenteiras Oeste	11	146
ES	Viana	32	510	RO	Primavera Rondonia	11	147
ES	Vila Velha	32	520	RO	Sao Felipe D Oeste	11	148
ES	Vitoria	32	530	RO	Teixeiropolis	11	155
GO	Abadiania	52	10	RR	Boa Vista	14	10
GO	Acreuna	52	13	RR	Uiramuta	14	70
GO	Adelandia	52	15	RS	agua Santa	43	5
GO	agua Limpa	52	20	RS	Agudo	43	10
GO	Alexania	52	30	RS	Ajuricaba	43	20
GO	Alto Horizonte	52	55	RS	Alecrim	43	30
GO	Alto Paraiso Goias	52	60	RS	Alegrete	43	40
GO	Alvorada Norte	52	80	RS	Alegria	43	45
GO	Amaralina	52	82	RS	Alpestre	43	50
GO	Amorinopolis	52	90	RS	Alto Feliz	43	57
GO	Anapolis	52	110	RS	Alvorada	43	60
GO	Anhanguera	52	120	RS	Ametista Sul	43	64
GO	Aparecida Goiania	52	140	RS	Andre da Rocha	43	66
GO	Aparecida Rio Doce	52	145	RS	Anta Gorda	43	70
GO	Aragoiania	52	180	RS	Antonio Prado	43	80
GO	Araguapaz	52	215	RS	Aratiba	43	90
GO	Aruana	52	250	RS	Arroio Meio	43	100
GO	Barro Alto	52	320	RS	Arroio Sal	43	105
GO	Bela Vista Goias	52	330	RS	Arroio Ratos	43	110
GO	Bonopolis	52	357	RS	Arroio Tigre	43	120
GO	Buriti Goias	52	393	RS	Arroio Grande	43	130
GO	Buritinopolis	52	396	RS	Augusto Pestana	43	150
GO	Cachoeira Dourada	52	425	RS	aurea	43	155
GO	Cacu	52	430	RS	Bage	43	160
GO	Caiaponia	52	440	RS	Balneario Pinhal	43	163
GO	Caldazinha	52	455	RS	Barao	43	165
GO	Campo Alegre Goias	52	480	RS	Barao Cotegipe	43	170

GO	Castelândia	52	505	RS	Barao Triunfo	43	175
GO	Catalao	52	510	RS	Barracao	43	180
GO	Caturai	52	520	RS	Barra Guarita	43	185
GO	Chapadao Ceu	52	547	RS	Barra Quarai	43	187
GO	Corrego Ouro	52	570	RS	Barra Ribeiro	43	190
GO	Corumba Goias	52	580	RS	Barra Rio Azul	43	192
GO	Corumbaiba	52	590	RS	Barra Funda	43	195
GO	Cristalina	52	620	RS	Barros Cassal	43	200
GO	Crixas	52	640	RS	Benjamin Constant Sul	43	205
GO	Crominia	52	650	RS	Bento Goncalves	43	210
GO	Cumari	52	660	RS	Boa Vista das Missoes	43	215
GO	Damolândia	52	680	RS	Bom Jesus	43	230
GO	Diorama	52	710	RS	Bom Principio	43	235
GO	Edeia	52	740	RS	Bom Progresso	43	237
GO	Estrela Norte	52	750	RS	Bom Retiro Sul	43	240
GO	Faina	52	753	RS	Boqueirao Leao	43	245
GO	Formoso	52	810	RS	Bossoroca	43	250
GO	Goianapolis	52	840	RS	Braga	43	260
GO	Goiandira	52	850	RS	Brochier	43	265
GO	Goianesia	52	860	RS	Butia	43	270
GO	Goiania	52	870	RS	Cacapava Sul	43	280
GO	Goianira	52	880	RS	Cacequi	43	290
GO	Goias	52	890	RS	Cachoeira Sul	43	300
GO	Goiatuba	52	910	RS	Cacique Doble	43	320
GO	Gouvelândia	52	915	RS	Caibate	43	330
GO	Guaraita	52	929	RS	Caicara	43	340
GO	Heitorai	52	960	RS	Camaqua	43	350
GO	Hidrolândia	52	970	RS	Camargo	43	355
GO	Iaciara	52	990	RS	Cambara Sul	43	360
GO	Inaciolândia	52	993	RS	Campina das Missoes	43	370
GO	Inhumas	52	1000	RS	Campinas Sul	43	380
GO	Ipameri	52	1010	RS	Campo Bom	43	390
GO	Ipora	52	1020	RS	Campos Borges	43	410
GO	Itaberaí	52	1040	RS	Candelaria	43	420
GO	Itaguari	52	1056	RS	Candido Godoi	43	430
GO	Itaguaru	52	1060	RS	Candiota	43	435
GO	Itapuranga	52	1120	RS	Canela	43	440
GO	Itaucu	52	1140	RS	Cangucu	43	450
GO	Itumbiara	52	1150	RS	Canoas	43	460
GO	Jandaia	52	1170	RS	Capao da Canoa	43	463
GO	Jaragua	52	1180	RS	Capao Leao	43	466
GO	Jatai	52	1190	RS	Capivari Sul	43	467
GO	Jaupaci	52	1200	RS	Capitao	43	469
GO	Jesupolis	52	1205	RS	Carazinho	43	470
GO	Jussara	52	1220	RS	Caraa	43	471
GO	Leopoldo Bulhoes	52	1230	RS	Carlos Barbosa	43	480
GO	Mairipotaba	52	1260	RS	Carlos Gomes	43	485
GO	Marzagao	52	1290	RS	Casca	43	490
GO	Matrincha	52	1295	RS	Catuípe	43	500
GO	Maurilândia	52	1300	RS	Caxias Sul	43	510
GO	Minacu	52	1308	RS	Centenario	43	511
GO	Moipora	52	1340	RS	Cerrito	43	512
GO	Montes Claros Goias	52	1370	RS	Cerro Branco	43	513

GO	Montividiu	52	1375	RS	Cerro Grande	43	515
GO	Montividiu Norte	52	1377	RS	Cerro Grande Sul	43	517
GO	Morrinhos	52	1380	RS	Cerro Largo	43	520
GO	Mossamedes	52	1390	RS	Chapada	43	530
GO	Mundo Novo	52	1405	RS	Charqueadas	43	535
GO	Mutunopolis	52	1410	RS	Charrua	43	537
GO	Nazario	52	1440	RS	ChiapeTa	43	540
GO	Neropolis	52	1450	RS	Chuvisca	43	544
GO	Nova America	52	1470	RS	Cidreira	43	545
GO	Nova Aurora	52	1480	RS	Ciriaco	43	550
GO	Nova Gloria	52	1486	RS	Colinas	43	558
GO	Nova Iguacu Goias	52	1487	RS	Colorado	43	560
GO	Novo Gama	52	1523	RS	Condor	43	570
GO	Orizona	52	1530	RS	Constantina	43	580
GO	Ouvidor	52	1550	RS	Coqueiros Sul	43	585
GO	Padre Bernardo	52	1560	RS	Coronel Barros	43	587
GO	Palestina Goias	52	1565	RS	Coronel Bicaco	43	590
GO	Palmeiras Goias	52	1570	RS	Cotipora	43	595
GO	Palminopolis	52	1590	RS	Crissiumal	43	600
GO	Perolandia	52	1645	RS	Cristal Sul	43	607
GO	Petrolina Goias	52	1680	RS	Cruz Alta	43	610
GO	Piracanjuba	52	1710	RS	Cruzeiro Sul	43	620
GO	Piranhas	52	1720	RS	David Canabarro	43	630
GO	Pirenopolis	52	1730	RS	Derrubadas	43	632
GO	Pires Rio	52	1740	RS	Dezesseis Novembro	43	635
GO	Pontalina	52	1770	RS	Dilermando Aguiar	43	637
GO	Porangatu	52	1800	RS	Dois Irmaos	43	640
GO	Portelandia	52	1810	RS	Dois Irmaos das Missoes	43	642
GO	Rialma	52	1860	RS	Dois Lajeados	43	645
GO	Rianapolis	52	1870	RS	Dom Feliciano	43	650
GO	Rio Quente	52	1878	RS	Dom Pedro Alcantara	43	655
GO	Rio Verde	52	1880	RS	Dom Pedrito	43	660
GO	Sanclerlandia	52	1900	RS	Dona Francisca	43	670
GO	Santa Barbara Goias	52	1910	RS	Doutor Mauricio Cardoso	43	673
GO	Santa Helena Goias	52	1930	RS	Doutor Ricardo	43	675
GO	Santa Isabel	52	1935	RS	Eldorado Sul	43	676
GO	Santa Rita Araguaia	52	1940	RS	Encantado	43	680
GO	Santa Rosa Goias	52	1950	RS	Engenho Velho	43	692
GO	Santa Tereza Goias	52	1960	RS	Entre Ijuis	43	693
GO	Santo Antonio da Barra	52	1971	RS	Entre Rios Sul	43	695
GO	Santo Antonio Goias	52	1973	RS	Erebango	43	697
GO	Sao Francisco Goias	52	1990	RS	Erechim	43	700
GO	Sao Joao da Parauna	52	2005	RS	Erval Grande	43	720
GO	Sao Luis Montes Belos	52	2010	RS	Erval Seco	43	730
GO	Sao luis Norte	52	2015	RS	Esmeralda	43	740
GO	Sao Miguel Araguaia	52	2020	RS	Esperanca Sul	43	745
GO	Sao Patricio	52	2028	RS	Espumoso	43	750
GO	Senador Canedo	52	2045	RS	Estacao	43	755
GO	Serranopolis	52	2050	RS	Estancia Velha	43	760
GO	Taquaral Goias	52	2100	RS	Esteio	43	770
GO	Uruacu	52	2160	RS	Estrela	43	780
GO	Uruana	52	2170	RS	Estrela Velha	43	781
GO	Urutai	52	2180	RS	Eugenio Castro	43	783

GO	Valparaiso Goias	52	2185	RS	Fagundes Varela	43	786
MA	Aldeias Altas	21	30	RS	Farroupilha	43	790
MA	Alto Alegre Maranhao	21	43	RS	Faxinal Soturno	43	800
MA	Anajatuba	21	70	RS	Faxinalzinho	43	805
MA	Arame	21	95	RS	Fazenda Vilanova	43	807
MA	Bela Vista Maranhao	21	177	RS	Flores da Cunha	43	820
MA	Bom Lugar	21	207	RS	Formigueiro	43	840
MA	Carolina	21	280	RS	Fortaleza Valos	43	845
MA	Central Maranhao	21	312	RS	Frederico Westphalen	43	850
MA	Codo	21	330	RS	Garibaldi	43	860
MA	Fortaleza Nogueiras	21	410	RS	Garruchos	43	865
MA	Imperatriz	21	530	RS	Gaurama	43	870
MA	Lago da Pedra	21	570	RS	General Camara	43	880
MA	Lagoa Mato	21	592	RS	Gentil	43	885
MA	Palmeirandia	21	760	RS	Getulio Vargas	43	890
MA	Passagem Franca	21	790	RS	Girua	43	900
MA	Pedreiras	21	820	RS	Glorinha	43	905
MA	Pio XII	21	870	RS	Gramado	43	910
MA	Santa Ines	21	990	RS	Gramado Loureiros	43	912
MA	Santa Luzia Parua	21	1003	RS	Gramado Xavier	43	915
MA	Sao Jose Ribamar	21	1120	RS	Gravatani	43	920
MA	Sao Luis	21	1130	RS	Guabiju	43	925
MG	Abadia Dourados	31	10	RS	Guaiba	43	930
MG	Abaete	31	20	RS	Guapore	43	940
MG	Acaiaca	31	40	RS	Guarani das Missoes	43	950
MG	Acucena	31	50	RS	Harmonia	43	955
MG	agua Boa	31	60	RS	Herveiras	43	957
MG	agua Comprida	31	70	RS	Horizontina	43	960
MG	Aguanil	31	80	RS	Hulha Negra	43	965
MG	aguas Formosas	31	90	RS	Humaita	43	970
MG	Aimores	31	110	RS	Ibarama	43	975
MG	Alagoa	31	130	RS	Ibiaca	43	980
MG	Alem Paraiba	31	150	RS	Ibiraiaras	43	990
MG	Alfenas	31	160	RS	Ibirapuita	43	995
MG	Alfredo Vasconcelos	31	163	RS	Ibiruba	43	1000
MG	Alpercata	31	180	RS	Igrejinha	43	1010
MG	Alpinopolis	31	190	RS	Ijuí	43	1020
MG	Alterosa	31	200	RS	Ilopolis	43	1030
MG	Alto Caparao	31	205	RS	Imbe	43	1033
MG	Alvinopolis	31	230	RS	Imigrante	43	1036
MG	Alvorada Minas	31	240	RS	Independencia	43	1040
MG	Amparo Serra	31	250	RS	Inhacora	43	1041
MG	Andradas	31	260	RS	Ipe	43	1043
MG	Cachoeira Pajeu	31	270	RS	Ipiranga Sul	43	1046
MG	Andrelandia	31	280	RS	Irai	43	1050
MG	Antonio Carlos	31	290	RS	Itapuca	43	1057
MG	Antonio Dias	31	300	RS	Itaquí	43	1060
MG	Antonio Prado Minas	31	310	RS	Itatiba Sul	43	1070
MG	Aracai	31	320	RS	Ivora	43	1075
MG	Aracitaba	31	330	RS	Ivoti	43	1080
MG	Aracuai	31	340	RS	Jaboticaba	43	1085
MG	Araguari	31	350	RS	Jacutinga	43	1090
MG	Araponga	31	370	RS	Jaguarao	43	1100

MG	Arapora	31	375	RS	Jaguari	43	1110
MG	Araxa	31	400	RS	Jari	43	1113
MG	Arceburgo	31	410	RS	Joia	43	1115
MG	Arcos	31	420	RS	Lagoao	43	1125
MG	Areado	31	430	RS	Lagoa Tres Cantos	43	1127
MG	Argirita	31	440	RS	Lagoa Vermelha	43	1130
MG	Aricanduva	31	445	RS	Lajeado	43	1140
MG	Arimos	31	450	RS	Lajeado Bugre	43	1142
MG	Astolfo Dutra	31	460	RS	Lavras Sul	43	1150
MG	Ataleia	31	470	RS	Liberato Salzano	43	1160
MG	Augusto Lima	31	480	RS	Lindolfo CoLor	43	1162
MG	Baldim	31	500	RS	Linha Nova	43	1164
MG	Bambui	31	510	RS	Machadinho	43	1170
MG	Bandeira Sul	31	530	RS	Mampituba	43	1173
MG	Barao Cocais	31	540	RS	Manoel Viana	43	1175
MG	Barbacena	31	560	RS	Maquine	43	1177
MG	Barra Longa	31	570	RS	Marata	43	1179
MG	Barroso	31	590	RS	Marau	43	1180
MG	Bela Vista Minas	31	600	RS	Marcelino Ramos	43	1190
MG	Belo Horizonte	31	620	RS	Mariana Pimentel	43	1198
MG	Belo Oriente	31	630	RS	Mariano Moro	43	1200
MG	Berilo	31	650	RS	Marques SOUSA	43	1205
MG	Bertopolis	31	660	RS	Mata	43	1210
MG	Betim	31	670	RS	Mato Castelhanao	43	1213
MG	Bias Fortes	31	680	RS	Mato Leitao	43	1215
MG	Bicas	31	690	RS	Maximiliano Almeida	43	1220
MG	Biquinhas	31	700	RS	Minas Leao	43	1225
MG	Bocaiuva	31	730	RS	Montauri	43	1235
MG	Bom Despacho	31	740	RS	Monte Alegre Campos	43	1237
MG	Bom Jardim Minas	31	750	RS	Monte Belo Sul	43	1238
MG	Bom Jesus Galho	31	780	RS	Montenegro	43	1240
MG	Bom Repouso	31	790	RS	Mormaco	43	1242
MG	Bom Sucesso	31	800	RS	Morrinhos Sul	43	1244
MG	Bonfim	31	810	RS	Morro Redondo	43	1245
MG	Bonfinopolis Minas	31	820	RS	Morro Reuter	43	1247
MG	Bonito Minas	31	825	RS	Mostardas	43	1250
MG	Botelhos	31	840	RS	Mucum	43	1260
MG	Brasilandia Minas	31	855	RS	Muitos Capoes	43	1261
MG	Bras Pires	31	870	RS	Muliterno	43	1262
MG	Braunas	31	880	RS	Nao Me Toque	43	1265
MG	Brasopolis	31	890	RS	Nicolau Vergueiro	43	1267
MG	Brumadinho	31	900	RS	Nonoai	43	1270
MG	Bueno Brandao	31	910	RS	Nova Alvorada	43	1275
MG	Buenopolis	31	920	RS	Nova Araca	43	1280
MG	Bugre	31	925	RS	Nova Bassano	43	1290
MG	Buritit	31	930	RS	Nova Boa Vista	43	1295
MG	Buritizeiro	31	940	RS	Nova Esperanca Sul	43	1303
MG	Cabeceira Grande	31	945	RS	Nova Hartz	43	1306
MG	Cabo Verde	31	950	RS	Nova Padua	43	1308
MG	Cachoeira Minas	31	970	RS	Nova Palma	43	1310
MG	Cachoeira Dourada	31	980	RS	Nova Petropolis	43	1320
MG	Caetanopolis	31	990	RS	Nova Prata	43	1330
MG	Caiana	31	1010	RS	Nova Ramada	43	1333

MG	Cajuri	31	1020	RS	Nova Roma Sul	43	1335
MG	Caldas	31	1030	RS	Novo Hamburgo	43	1340
MG	Camanducaia	31	1050	RS	Novo Machado	43	1342
MG	Cambui	31	1060	RS	Novo Tiradentes	43	1344
MG	Campanario	31	1080	RS	Novo Barreiro	43	1349
MG	Campanha	31	1090	RS	Osorio	43	1350
MG	Campina Verde	31	1110	RS	Paim Filho	43	1360
MG	Campo Azul	31	1115	RS	Palmares Sul	43	1365
MG	Campo Belo	31	1120	RS	Palmeira das Missoes	43	1370
MG	Campo Meio	31	1130	RS	Palmitinho	43	1380
MG	Campo Florido	31	1140	RS	Panambi	43	1390
MG	Campos Gerais	31	1160	RS	Parai	43	1400
MG	Canaa	31	1170	RS	Pareci Novo	43	1403
MG	Canapolis	31	1180	RS	Parobe	43	1405
MG	Candeias	31	1200	RS	Passa Sete	43	1406
MG	Cantagalo	31	1205	RS	Passo Sobrado	43	1407
MG	Capela Nova	31	1220	RS	Passo Fundo	43	1410
MG	Capelinha	31	1230	RS	Paverama	43	1415
MG	Capetinga	31	1240	RS	Pejucara	43	1430
MG	Capim Branco	31	1250	RS	Pelotas	43	1440
MG	Capitao Andrade	31	1265	RS	Picada Cafe	43	1442
MG	Carai	31	1300	RS	Pinhal	43	1445
MG	Caranaiba	31	1310	RS	Pinhal Grande	43	1447
MG	Carandai	31	1320	RS	Pinheirinho Vale	43	1449
MG	Carangola	31	1330	RS	Pinheiro Machado	43	1450
MG	Caratinga	31	1340	RS	Pirapo	43	1455
MG	Carbonita	31	1350	RS	Piratini	43	1460
MG	Carlos Chagas	31	1370	RS	Planalto	43	1470
MG	Carmesia	31	1380	RS	Poco das Antas	43	1475
MG	Carmo da Mata	31	1400	RS	Pontao	43	1477
MG	Carmo Cajuru	31	1420	RS	Ponte Preta	43	1478
MG	Carmo Paranaiba	31	1430	RS	Portao	43	1480
MG	Carmo Rio Claro	31	1440	RS	Porto Alegre	43	1490
MG	Carmopolis Minas	31	1450	RS	Porto Lucena	43	1500
MG	Carneirinho	31	1455	RS	Porto Maua	43	1505
MG	Carrancas	31	1460	RS	Porto Vera Cruz	43	1507
MG	Carvalhopolis	31	1470	RS	Porto Xavier	43	1510
MG	Carvalhos	31	1480	RS	Presidente Lucena	43	1514
MG	Cassia	31	1510	RS	Protasio Alves	43	1517
MG	Conceicao da Barra Minas	31	1520	RS	Putinga	43	1520
MG	Catas Altas da Noruega	31	1540	RS	Quevedos	43	1532
MG	Catuji	31	1545	RS	Quinze Novembro	43	1535
MG	Caxambu	31	1550	RS	Redentora	43	1540
MG	Cedro Abaete	31	1560	RS	Relvado	43	1545
MG	Central Minas	31	1570	RS	Restinga Seca	43	1550
MG	Chapada Gaucha	31	1615	RS	Rio indios	43	1555
MG	Chiador	31	1620	RS	Rio Grande	43	1560
MG	Claraval	31	1640	RS	Riozinho	43	1575
MG	Claro Pooes	31	1650	RS	Roca Sales	43	1580
MG	Claudio	31	1660	RS	Rodeio Bonito	43	1590
MG	Coimbra	31	1670	RS	Rolante	43	1600
MG	Comendador Gomes	31	1690	RS	Ronda Alta	43	1610
MG	Comercinho	31	1700	RS	Roque Gonzales	43	1630

MG	Conceicao da Aparecida	31	1710	RS	Rosario Sul	43	1640
MG	Conceicao das Pedras	31	1720	RS	Sagrada Familia	43	1642
MG	Conceicao das Alagoas	31	1730	RS	Salto Jacui	43	1645
MG	Conceicao Ipanema	31	1740	RS	Salvador das Missoes	43	1647
MG	Conceicao Mato Dentro	31	1750	RS	Salvador Sul	43	1650
MG	Conceicao Para	31	1760	RS	Sananduva	43	1660
MG	Conceicao Rio Verde	31	1770	RS	Santa Barbara Sul	43	1670
MG	Conceicao Ouros	31	1780	RS	Santa Clara Sul	43	1675
MG	Confins	31	1787	RS	Santa Cruz Sul	43	1680
MG	Congonhal	31	1790	RS	Santa Maria	43	1690
MG	Congonhas	31	1800	RS	Santa Maria Herval	43	1695
MG	Conquista	31	1820	RS	Santana da Boa Vista	43	1700
MG	Conselheiro Lafaiete	31	1830	RS	Santa Rosa	43	1720
MG	Conselheiro Pena	31	1840	RS	Santa Tereza	43	1725
MG	Consolacao	31	1850	RS	Santa Vitoria Palmar	43	1730
MG	Contagem	31	1860	RS	Santiago	43	1740
MG	Coqueiral	31	1870	RS	Santo anelo	43	1750
MG	Cordisburgo	31	1890	RS	Santo Antonio Palma	43	1755
MG	Cordislandia	31	1900	RS	Santo Antonio da Patrulha	43	1760
MG	Coromandel	31	1930	RS	Santo Augusto	43	1780
MG	Coronel Xavier Chaves	31	1970	RS	Santo Cristo	43	1790
MG	Corrego Danta	31	1980	RS	Santo Expedito Sul	43	1795
MG	Corrego Fundo	31	1995	RS	Sao Borja	43	1800
MG	Couto Magalhaes Minas	31	2010	RS	Sao Domingos Sul	43	1805
MG	Cristais	31	2020	RS	Sao Francisco Assis	43	1810
MG	Cristalia	31	2030	RS	Sao Francisco Paula	43	1820
MG	Cristina	31	2050	RS	Sao Jeronimo	43	1840
MG	Crucilandia	31	2060	RS	Sao Joao da Urtiga	43	1842
MG	Cruzeiro da Fortaleza	31	2070	RS	Sao Jorge	43	1844
MG	Cruzilia	31	2080	RS	Sao Jose Hortencio	43	1848
MG	Curral Dentro	31	2087	RS	Sao Jose Inhacora	43	1849
MG	Curvelo	31	2090	RS	Sao Jose Norte	43	1850
MG	Datas	31	2100	RS	Sao Jose Ouro	43	1860
MG	Delfim Moreira	31	2110	RS	Sao Jose Ausentes	43	1862
MG	Delfinopolis	31	2120	RS	Sao Lourenco Sul	43	1880
MG	Delta	31	2125	RS	Sao luis Gonzaga	43	1890
MG	Descoberto	31	2130	RS	Sao Marcos	43	1900
MG	Desterro Entre Rios	31	2140	RS	Sao Martinho da Serra	43	1912
MG	Diogo Vasconcelos	31	2170	RS	Sao Miguel das Missoes	43	1915
MG	Dionisio	31	2180	RS	Sao Nicolau	43	1920
MG	Divinesia	31	2190	RS	Sao Paulo das Missoes	43	1930
MG	Divino	31	2200	RS	Sao Pedro da Serra	43	1935
MG	Divino das Laranjeiras	31	2210	RS	Sao Pedro Butia	43	1937
MG	Divinolandia Minas	31	2220	RS	Sao Sebastiao Cai	43	1950
MG	Divinopolis	31	2230	RS	Sao Sepe	43	1960
MG	Divisa Alegre	31	2235	RS	Sao Valentim	43	1970
MG	Divisa Nova	31	2240	RS	Sao Valentim Sul	43	1971
MG	Divisopolis	31	2245	RS	Sao Valerio Sul	43	1973
MG	Dom Bosco	31	2247	RS	Sao Vendelino	43	1975
MG	Dom Cavati	31	2250	RS	Sao Vicente Sul	43	1980
MG	Dom Joaquim	31	2260	RS	Sapiranga	43	1990
MG	Dores Guanhaes	31	2310	RS	Sarandi	43	2010
MG	Dores Indaia	31	2320	RS	Seberi	43	2020

MG	Dores Turvo	31	2330	RS	Sede Nova	43	2023
MG	Doresopolis	31	2340	RS	Segredo	43	2026
MG	Douradoquara	31	2350	RS	Selbach	43	2030
MG	Durande	31	2352	RS	Senador Salgado Filho	43	2032
MG	Engenheiro Caldas	31	2370	RS	Serafina Correa	43	2040
MG	Engenheiro Navarro	31	2380	RS	Serio	43	2045
MG	Entre Folhas	31	2385	RS	Sertao	43	2050
MG	Entre Rios Minas	31	2390	RS	Sertao Santana	43	2055
MG	Espera Feliz	31	2420	RS	Sete Setembro	43	2057
MG	Espirito Santo Dourado	31	2440	RS	Silveira Martins	43	2065
MG	Estiva	31	2450	RS	Sinimbu	43	2067
MG	Estrela Sul	31	2480	RS	Sobradinho	43	2070
MG	Eugenopolis	31	2490	RS	Soledade	43	2080
MG	Extrema	31	2510	RS	Tabai	43	2085
MG	Fama	31	2520	RS	Tapejara	43	2090
MG	Faria Lemos	31	2530	RS	Tapera	43	2100
MG	Felicio Santos	31	2540	RS	Tapes	43	2110
MG	Sao Goncalo Rio Preto	31	2550	RS	Taquara	43	2120
MG	Felixlandia	31	2570	RS	Taquari	43	2130
MG	Fernandes Tourinho	31	2580	RS	Taquarucu Sul	43	2132
MG	Ferros	31	2590	RS	Tavares	43	2135
MG	Fervedouro	31	2595	RS	Tenente Portela	43	2140
MG	Florestal	31	2600	RS	Terra Areia	43	2143
MG	Formiga	31	2610	RS	Teutonia	43	2145
MG	Fормoso	31	2620	RS	Tiradentes Sul	43	2147
MG	Fortuna Minas	31	2640	RS	Toropi	43	2149
MG	Francisco Dumont	31	2660	RS	Torres	43	2150
MG	Franciscopolis	31	2675	RS	Tramandai	43	2160
MG	Frei Gaspar	31	2680	RS	Travesseiro	43	2162
MG	Frei Inocencio	31	2690	RS	Tres Arroios	43	2163
MG	Frei Lagonegro	31	2695	RS	Tres Cachoeiras	43	2166
MG	Fronteira	31	2700	RS	Tres Coroas	43	2170
MG	Frutal	31	2710	RS	Tres Maio	43	2180
MG	Funilandia	31	2720	RS	Tres Forquilhas	43	2183
MG	Galileia	31	2730	RS	Tres Palmeiras	43	2185
MG	Goiabeira	31	2737	RS	Tres Passos	43	2190
MG	Goncalves	31	2740	RS	Trindade Sul	43	2195
MG	Gouveia	31	2760	RS	Tucunduva	43	2210
MG	Governador Valadares	31	2770	RS	Tunas	43	2215
MG	Grao Mogol	31	2780	RS	Tupanci Sul	43	2218
MG	Guanhaes	31	2800	RS	Tupancireta	43	2220
MG	Guape	31	2810	RS	Tupandi	43	2225
MG	Guaraciama	31	2825	RS	Tuparendi	43	2230
MG	Guaranesia	31	2830	RS	Turucu	43	2232
MG	Guarda Mor	31	2860	RS	Ubiretama	43	2234
MG	Guaxupe	31	2870	RS	Uniao da Serra	43	2235
MG	Guidoval	31	2880	RS	Uruguaiana	43	2240
MG	Guimaranias	31	2890	RS	Vacaria	43	2250
MG	Guiricema	31	2900	RS	Vale Verde	43	2252
MG	Gurinhata	31	2910	RS	Vale Sol	43	2253
MG	Heliadora	31	2920	RS	Vale Real	43	2254
MG	Iapu	31	2930	RS	Vanini	43	2255
MG	Ibertioga	31	2940	RS	Venancio Aires	43	2260

MG	Ibia	31	2950	RS	Veranopolis	43	2280
MG	Ibiai	31	2960	RS	Vespasiano Correa	43	2285
MG	Ibiracatu	31	2965	RS	Viadutos	43	2290
MG	Ibiraci	31	2970	RS	Viamao	43	2300
MG	Ibirite	31	2980	RS	Vicente Dutra	43	2310
MG	Ibituruna	31	3000	RS	Victor Graeff	43	2320
MG	Icarai Minas	31	3005	RS	Vila Langaro	43	2335
MG	Igarape	31	3010	RS	Vila Maria	43	2340
MG	Igaratinga	31	3020	RS	Vila Nova Sul	43	2345
MG	Ijaci	31	3040	RS	Vista Alegre	43	2350
MG	Ilicinea	31	3050	RS	Vista Alegre Prata	43	2360
MG	Imbe Minas	31	3055	RS	Vista Gaucha	43	2370
MG	Inconfidentes	31	3060	RS	Vitoria das Missoes	43	2375
MG	Indaiabira	31	3065	SC	Abelardo Luz	42	10
MG	Ingai	31	3080	SC	Agrolandia	42	20
MG	Inhapim	31	3090	SC	Agronomica	42	30
MG	Inimutaba	31	3110	SC	agua Doce	42	40
MG	Ipaba	31	3115	SC	aguas Chapeco	42	50
MG	Ipanema	31	3120	SC	aguas Frias	42	55
MG	Ipatinga	31	3130	SC	aguas Mornas	42	60
MG	Ipuiuna	31	3150	SC	Alfredo Wagner	42	70
MG	Irai Minas	31	3160	SC	Alto Bela Vista	42	75
MG	Itabira	31	3170	SC	Anchieta	42	80
MG	Itabirito	31	3190	SC	Angelina	42	90
MG	Itacarambi	31	3210	SC	Anita Garibaldi	42	100
MG	Itaguara	31	3220	SC	Anitapolis	42	110
MG	Itaipe	31	3230	SC	Antonio Carlos	42	120
MG	Itamarandiba	31	3250	SC	Apiuna	42	125
MG	Itambacuri	31	3270	SC	Arabuta	42	127
MG	Itamogi	31	3290	SC	Araquari	42	130
MG	Itanhandu	31	3310	SC	Ararangua	42	140
MG	Itanhomi	31	3320	SC	Armazem	42	150
MG	Itaobim	31	3330	SC	Arroio Trinta	42	160
MG	Itapagipe	31	3340	SC	Arvoredo	42	165
MG	Itapecerica	31	3350	SC	Ascurra	42	170
MG	Itapeva	31	3360	SC	Atalanta	42	180
MG	Itau Minas	31	3375	SC	Aurora	42	190
MG	Itinga	31	3400	SC	Balneario Arroio Silva	42	195
MG	Itueta	31	3410	SC	Balneario Barra Sul	42	205
MG	Ituiutaba	31	3420	SC	Balneario Gaivota	42	207
MG	Itumirim	31	3430	SC	Bandeirante	42	208
MG	Iturama	31	3440	SC	Barra Bonita	42	209
MG	Itutinga	31	3450	SC	Barra Velha	42	210
MG	Jacinto	31	3470	SC	Bela Vista Toldo	42	213
MG	Jacutinga	31	3490	SC	Belmonte	42	215
MG	Jaiiba	31	3505	SC	Benedito Novo	42	220
MG	Jampruca	31	3507	SC	Blumenau	42	240
MG	Japaraiba	31	3530	SC	Bocaina Sul	42	243
MG	Japonvar	31	3535	SC	Bombinhas	42	245
MG	Jequeri	31	3550	SC	Bom Jardim da Serra	42	250
MG	Jequitai	31	3560	SC	Bom Jesus	42	253
MG	Jequitiba	31	3570	SC	Bom Jesus Oeste	42	257
MG	Jesuania	31	3590	SC	Bom Retiro	42	260

MG	Joaima	31	3600	SC	Botuvera	42	270
MG	Joanesia	31	3610	SC	Braco Norte	42	280
MG	Joao Monlevade	31	3620	SC	Braco Trombudo	42	285
MG	Joao Pinheiro	31	3630	SC	Brusque	42	290
MG	Jose Goncalves Minas	31	3652	SC	Caibi	42	310
MG	Jose Raidan	31	3655	SC	Camboriu	42	320
MG	Nova Uniao	31	3660	SC	Capao Alto	42	325
MG	Juiz Fora	31	3670	SC	Campo Alegre	42	330
MG	Juramento	31	3680	SC	Campo Belo Sul	42	340
MG	Juvenilia	31	3695	SC	Campo Ere	42	350
MG	Ladainha	31	3700	SC	Campos Novos	42	360
MG	Lagamar	31	3710	SC	Canoinhas	42	380
MG	Lagoa da Prata	31	3720	SC	Capinzal	42	390
MG	Lagoa Patos	31	3730	SC	Capivari Baixo	42	395
MG	Lagoa Dourada	31	3740	SC	Catanduvas	42	400
MG	Lagoa Formosa	31	3750	SC	Caxambu Sul	42	410
MG	Lagoa Santa	31	3760	SC	Cerro Negro	42	417
MG	Lajinha	31	3770	SC	Chapadao Lageado	42	419
MG	Lambari	31	3780	SC	Chapeco	42	420
MG	Lamim	31	3790	SC	Concordia	42	430
MG	Lassance	31	3810	SC	Cordilheira Alta	42	435
MG	Lavras	31	3820	SC	Coronel Freitas	42	440
MG	Leandro Ferreira	31	3830	SC	Coronel Martins	42	445
MG	Leme Prado	31	3835	SC	Correia Pinto	42	455
MG	Leopoldina	31	3840	SC	Criciuma	42	460
MG	Liberdade	31	3850	SC	Cunha Pora	42	470
MG	Lima Duarte	31	3860	SC	Cunhatai	42	475
MG	Limeira Oeste	31	3862	SC	Curitibanos	42	480
MG	Lontra	31	3865	SC	Descanso	42	490
MG	Luisburgo	31	3867	SC	Dionisio Cerqueira	42	500
MG	Luminarias	31	3870	SC	Dona Emma	42	510
MG	Luz	31	3880	SC	Doutor Pedrinho	42	515
MG	Machacalis	31	3890	SC	Entre Rios	42	517
MG	Machado	31	3900	SC	Ermo	42	519
MG	Madre Deus Minas	31	3910	SC	Eral Velho	42	520
MG	Malacacheta	31	3920	SC	Faxinal Guedes	42	530
MG	Manga	31	3930	SC	Flor Sertao	42	535
MG	Manhumirim	31	3950	SC	Florianopolis	42	540
MG	Maravilhas	31	3970	SC	Formosa Sul	42	543
MG	Maria da Fe	31	3990	SC	Forquilha	42	545
MG	Mariana	31	4000	SC	Galvao	42	560
MG	Mario Campos	31	4015	SC	Garopaba	42	570
MG	Maripa Minas	31	4020	SC	Garuva	42	580
MG	Marlheria	31	4030	SC	Gaspar	42	590
MG	Marmelopolis	31	4040	SC	Governador Celso Ramos	42	600
MG	Martinho Campos	31	4050	SC	Grao Para	42	610
MG	Martins Soares	31	4053	SC	Gravatal	42	620
MG	Materlandia	31	4060	SC	Guabiruba	42	630
MG	Matias Barbosa	31	4080	SC	Guaraciaba	42	640
MG	Matutina	31	4120	SC	Guaramirim	42	650
MG	Medeiros	31	4130	SC	Guaruja Sul	42	660
MG	Medina	31	4140	SC	Guatambu	42	665
MG	Mendes Pimentel	31	4150	SC	Ibiam	42	675

MG	Minas Novas	31	4180	SC	Ibicare	42	680
MG	Mirabela	31	4200	SC	Ibirama	42	690
MG	Miradouro	31	4210	SC	Icara	42	700
MG	Miravania	31	4225	SC	Ilhota	42	710
MG	Moema	31	4240	SC	Imarui	42	720
MG	Monjolos	31	4250	SC	Imbituba	42	730
MG	Montalvania	31	4270	SC	Imbuia	42	740
MG	Monte Alegre Minas	31	4280	SC	Indaial	42	750
MG	Monte Belo	31	4300	SC	Ipira	42	760
MG	Monte Carmelo	31	4310	SC	Ipora Oeste	42	765
MG	Monte Santo Minas	31	4320	SC	Ipuacu	42	768
MG	Montes Claros	31	4330	SC	Ipumirim	42	770
MG	Monte Siao	31	4340	SC	Iraceminha	42	775
MG	Montezuma	31	4345	SC	Irani	42	780
MG	Morada Nova Minas	31	4350	SC	Irati	42	785
MG	Morro da Garca	31	4360	SC	Irineopolis	42	790
MG	Morro Pilar	31	4370	SC	Ita	42	800
MG	Muriae	31	4390	SC	Itaiopolis	42	810
MG	Mutum	31	4400	SC	Itajai	42	820
MG	Nacip Raidan	31	4420	SC	Itapema	42	830
MG	Nanuque	31	4430	SC	Itapiranga	42	840
MG	Natalandia	31	4437	SC	Itapoa	42	845
MG	Natercia	31	4440	SC	Ituporanga	42	850
MG	Nepomuceno	31	4460	SC	Jabora	42	860
MG	Nova Belem	31	4467	SC	Jacinto Machado	42	870
MG	Nova Era	31	4470	SC	Jaguaruna	42	880
MG	Nova Lima	31	4480	SC	Jaragua Sul	42	890
MG	Nova Modica	31	4490	SC	Jardinopolis	42	895
MG	Nova Porteirinha	31	4505	SC	Joacaba	42	900
MG	Nova Resende	31	4510	SC	JoinviLe	42	910
MG	Novo Cruzeiro	31	4530	SC	Jose Boiteux	42	915
MG	Novo Oriente Minas	31	4535	SC	Jupia	42	917
MG	Olaria	31	4540	SC	Lacerdopolis	42	920
MG	Olhos d agua	31	4545	SC	Lages	42	930
MG	Oliveira	31	4560	SC	Laguna	42	940
MG	Onca Pitangui	31	4580	SC	Lajeado Grande	42	945
MG	Orizania	31	4587	SC	Laurentino	42	950
MG	Ouro Branco	31	4590	SC	Lauro MuLer	42	960
MG	Ouro Preto	31	4610	SC	Lindoia Sul	42	985
MG	Ouro Verde Minas	31	4620	SC	Lontras	42	990
MG	Padre Carvalho	31	4625	SC	luis Alves	42	1000
MG	Pains	31	4650	SC	Luzerna	42	1003
MG	Paiva	31	4660	SC	Macieira	42	1005
MG	Papagaios	31	4690	SC	Major Gercino	42	1020
MG	Paracatu	31	4700	SC	Major Vieira	42	1030
MG	Para Minas	31	4710	SC	Maracaja	42	1040
MG	Paraguacu	31	4720	SC	Maravilha	42	1050
MG	Paraisopolis	31	4730	SC	Marema	42	1055
MG	Paraopeba	31	4740	SC	Matos Costa	42	1070
MG	Passabem	31	4750	SC	Meleiro	42	1080
MG	Passa Quatro	31	4760	SC	Mirim Doce	42	1085
MG	Passa Tempo	31	4770	SC	Modelo	42	1090
MG	Passa Vinte	31	4780	SC	Mondai	42	1100

MG	Passos	31	4790	SC	Monte Castelo	42	1110
MG	Patis	31	4795	SC	Morro da Fumaca	42	1120
MG	Patos Minas	31	4800	SC	Morro Grande	42	1125
MG	Patrocínio	31	4810	SC	Navegantes	42	1130
MG	Paula Candido	31	4830	SC	Nova Erechim	42	1140
MG	Pavão	31	4850	SC	Nova Itaberaba	42	1145
MG	Pedra Azul	31	4870	SC	Nova Veneza	42	1160
MG	Pedra Bonita	31	4875	SC	Novo Horizonte	42	1165
MG	Pedra Anta	31	4880	SC	Orleans	42	1170
MG	Pedra Indaia	31	4890	SC	Otacílio Costa	42	1175
MG	Pedra Dourada	31	4900	SC	Ouro	42	1180
MG	Pedralva	31	4910	SC	Ouro Verde	42	1185
MG	Pedrinópolis	31	4920	SC	Paial	42	1187
MG	Pedro Leopoldo	31	4930	SC	Painel	42	1189
MG	Pedro Teixeira	31	4940	SC	Palhoca	42	1190
MG	Perdigão	31	4970	SC	Palma Sola	42	1200
MG	Perdizes	31	4980	SC	Palmeira	42	1205
MG	Pescador	31	5000	SC	Palmitos	42	1210
MG	Piau	31	5010	SC	Papanduva	42	1220
MG	Piedade Caratinga	31	5015	SC	Paraíso	42	1223
MG	Piedade Rio Grande	31	5030	SC	Passos Maia	42	1227
MG	Piedade Gerais	31	5040	SC	Paulo Lopes	42	1230
MG	Pimenta	31	5050	SC	Penha	42	1250
MG	Piracema	31	5060	SC	Peritiba	42	1260
MG	Pirajuba	31	5070	SC	Petrolândia	42	1270
MG	Piranga	31	5080	SC	Pinhalzinho	42	1290
MG	Piranguinho	31	5100	SC	Piratuba	42	1310
MG	Pirapora	31	5120	SC	Planalto Alegre	42	1315
MG	Pirauba	31	5130	SC	Pomerode	42	1320
MG	Pitangui	31	5140	SC	Ponte Alta	42	1330
MG	Piumhi	31	5150	SC	Ponte Alta Norte	42	1335
MG	Poco Fundo	31	5170	SC	Ponte Serrada	42	1340
MG	Pocos Caldas	31	5180	SC	Porto Belo	42	1350
MG	Pompeu	31	5200	SC	Porto União	42	1360
MG	Ponte Nova	31	5210	SC	Pouso Redondo	42	1370
MG	Ponto Chique	31	5213	SC	Praia Grande	42	1380
MG	Porteirinha	31	5220	SC	Presidente Castelo Branco	42	1390
MG	Porto Firme	31	5230	SC	Presidente Getúlio	42	1400
MG	Pote	31	5240	SC	Presidente Nereu	42	1410
MG	Pouso Alegre	31	5250	SC	Princesa	42	1415
MG	Pouso Alto	31	5260	SC	Quilombo	42	1420
MG	Prados	31	5270	SC	Rancho Queimado	42	1430
MG	Prata	31	5280	SC	Rio das Antas	42	1440
MG	Pratópolis	31	5290	SC	Rio Campo	42	1450
MG	Presidente Bernardes	31	5310	SC	Rio Oeste	42	1460
MG	Presidente Juscelino	31	5320	SC	Rio Cedros	42	1470
MG	Presidente Kubitschek	31	5330	SC	Rio Sul	42	1480
MG	Presidente Olegário	31	5340	SC	Rio Fortuna	42	1490
MG	Queluzito	31	5380	SC	Rio Negrinho	42	1500
MG	Raposos	31	5390	SC	Rio Rufino	42	1505
MG	Raul Soares	31	5400	SC	Riqueza	42	1507
MG	Recreio	31	5410	SC	Rodeio	42	1510
MG	Reduto	31	5415	SC	Romelandia	42	1520

MG	Resplendor	31	5430	SC	Salete	42	1530
MG	Ressaquinha	31	5440	SC	Saltinho	42	1535
MG	Riachinho	31	5445	SC	Sangao	42	1545
MG	Riacho Machados	31	5450	SC	Santa Cecilia	42	1550
MG	Ribeirao das Neves	31	5460	SC	Santa Helena	42	1555
MG	Rio Casca	31	5490	SC	Santa Rosa Lima	42	1560
MG	Rio Doce	31	5500	SC	Santa Rosa Sul	42	1565
MG	Rio Prado	31	5510	SC	Santa Terezinha	42	1567
MG	Rio Espera	31	5520	SC	Santa Terezinha Progresso	42	1568
MG	Rio Manso	31	5530	SC	Santiago Sul	42	1569
MG	Rio Paranaiba	31	5550	SC	Santo Amaro da Imperatriz	42	1570
MG	Rio Pardo Minas	31	5560	SC	Sao Bernardino	42	1575
MG	Rio Piracicaba	31	5570	SC	Sao Bento Sul	42	1580
MG	Rio Pomba	31	5580	SC	Sao Bonifacio	42	1590
MG	Rio Preto	31	5590	SC	Sao Carlos	42	1600
MG	Ritapolis	31	5610	SC	Sao Cristovao Sul	42	1605
MG	Rochedo Minas	31	5620	SC	Sao Domingos	42	1610
MG	Rodeiro	31	5630	SC	Sao Francisco Sul	42	1620
MG	Romaria	31	5640	SC	Sao Joao Oeste	42	1625
MG	Rosario da Limeira	31	5645	SC	Sao Joao Batista	42	1630
MG	Rubim	31	5660	SC	Sao Joao Itaperiu	42	1635
MG	Sabara	31	5670	SC	Sao Joao Sul	42	1640
MG	Sabinopolis	31	5680	SC	Sao Joaquim	42	1650
MG	Salinas	31	5700	SC	Sao Jose Cedro	42	1670
MG	Santa Barbara	31	5720	SC	Sao Jose Cerrito	42	1680
MG	Santa Barbara Leste	31	5725	SC	Sao Ludgero	42	1700
MG	Santa Barbara Monte Verde	31	5727	SC	Sao Miguel da Boa Vista	42	1715
MG	Santa Barbara Tugurio	31	5730	SC	Sao Miguel Oeste	42	1720
MG	Santa Cruz Minas	31	5733	SC	Sao Pedro Alcantara	42	1725
MG	Santa Cruz Escalvado	31	5740	SC	Saudades	42	1730
MG	Santa Helena Minas	31	5765	SC	Schroeder	42	1740
MG	Santa Luzia	31	5780	SC	Seara	42	1750
MG	Santa Margarida	31	5790	SC	Serra Alta	42	1755
MG	Santa Maria Itabira	31	5800	SC	Sideropolis	42	1760
MG	Santa Maria Suacui	31	5820	SC	Sombrio	42	1770
MG	Santana da Vargem	31	5830	SC	Sul Brasil	42	1775
MG	Santana Cataguases	31	5840	SC	Taio	42	1780
MG	Santana Pirapama	31	5850	SC	Tangara	42	1790
MG	Santana Deserto	31	5860	SC	Tigrinhos	42	1795
MG	Santana Garambeu	31	5870	SC	Tijucas	42	1800
MG	Santana Manhuacu	31	5890	SC	Timbo	42	1820
MG	Santana Paraiso	31	5895	SC	Timbo Grande	42	1825
MG	Santana Riacho	31	5900	SC	Tres Barras	42	1830
MG	Santana Montes	31	5910	SC	Treviso	42	1835
MG	Santa Rita Caldas	31	5920	SC	Treze Maio	42	1840
MG	Santa Rita Minas	31	5935	SC	Treze Tílias	42	1850
MG	Santa Rita Ibitipoca	31	5940	SC	Trombudo Central	42	1860
MG	Santa Rita Itueto	31	5950	SC	Tubarao	42	1870
MG	Santa Rita Sapucaí	31	5960	SC	Tunapolis	42	1875
MG	Santa Vitoria	31	5980	SC	Turvo	42	1880
MG	Santo Antonio Amparo	31	5990	SC	Uniao Oeste	42	1885
MG	Santo Antonio Aventureiro	31	6000	SC	Urubici	42	1890
MG	Santo Antonio Grama	31	6010	SC	Urupema	42	1895

MG	Santo Antonio Itambe	31	6020	SC	Vargeao	42	1910
MG	Santo Antonio Jacinto	31	6030	SC	Vargem	42	1915
MG	Santo Antonio Monte	31	6040	SC	Vargem Bonita	42	1917
MG	Santo Antonio Retiro	31	6045	SC	Vidal Ramos	42	1920
MG	Santo Antonio Rio Abaixo	31	6050	SC	Videira	42	1930
MG	Santo Hipolito	31	6060	SC	Vitor Meireles	42	1935
MG	Santos Dumont	31	6070	SC	Witmarsum	42	1940
MG	Sao Bento Abade	31	6080	SC	Xavantina	42	1960
MG	Sao Bras Suacui	31	6090	SC	Xaxim	42	1970
MG	Sao Domingos das Dores	31	6095	SE	Aquidaba	28	20
MG	Sao Domingos Prata	31	6100	SE	Aracaju	28	30
MG	Sao Felix Minas	31	6105	SE	Araua	28	40
MG	Sao Francisco	31	6110	SE	Barra Coqueiros	28	60
MG	Sao Francisco Paula	31	6120	SE	Brejo Grande	28	70
MG	Sao Francisco Sales	31	6130	SE	Campo Brito	28	100
MG	Sao Francisco Gloria	31	6140	SE	Canhoba	28	110
MG	Sao Geraldo	31	6150	SE	Caninde Sao Francisco	28	120
MG	Sao Geraldo da Piedade	31	6160	SE	Capela	28	130
MG	Sao Geraldo Baixio	31	6165	SE	Carira	28	140
MG	Sao Goncalo Abaete	31	6170	SE	Carmopolis	28	150
MG	Sao Goncalo Para	31	6180	SE	Cristinapolis	28	170
MG	Sao Goncalo Rio Abaixo	31	6190	SE	Cumbe	28	190
MG	Sao Goncalo Sapucaí	31	6200	SE	Estancia	28	210
MG	Sao Gotardo	31	6210	SE	Feira Nova	28	220
MG	Sao Joao Batista Gloria	31	6220	SE	Frei Paulo	28	230
MG	Sao Joao da Ponte	31	6240	SE	Ilha das Flores	28	270
MG	Sao Joao das Missoes	31	6245	SE	Indiaroba	28	280
MG	Sao Joao del Rei	31	6250	SE	Itabaiana	28	290
MG	Sao Joao Mantelinha	31	6257	SE	Itabaianinha	28	300
MG	Sao Joao Oriente	31	6260	SE	Itabi	28	310
MG	Sao Joao Evangelista	31	6280	SE	Japarutuba	28	330
MG	Sao Joao Nepomuceno	31	6290	SE	Lagarto	28	350
MG	Sao Jose da Barra	31	6294	SE	Laranjeiras	28	360
MG	Sao Jose da Safira	31	6300	SE	Malhador	28	390
MG	Sao Jose da Varginha	31	6310	SE	Maruim	28	400
MG	Sao Jose Alegre	31	6320	SE	Monte Alegre Sergipe	28	420
MG	Sao Jose Divino	31	6330	SE	Nossa Senhora Aparecida	28	445
MG	Sao Jose Jacuri	31	6350	SE	Nossa Senhora da Gloria	28	450
MG	Sao Pedro Suacui	31	6410	SE	Nossa Senhora das Dores	28	460
MG	Sao Roque Minas	31	6430	SE	Nossa Senhora Lourdes	28	470
MG	Sao Sebastiao Anta	31	6447	SE	Nossa Senhora Socorro	28	480
MG	Sao Sebastiao Maranhao	31	6450	SE	Pedrinhas	28	510
MG	Sao Sebastiao Paraíso	31	6470	SE	Poco Verde	28	550
MG	Sao Sebastiao Rio Preto	31	6480	SE	Riachao Dantas	28	580
MG	Sao Tiago	31	6500	SE	Ribeiropolis	28	600
MG	Sao Tomas Aquino	31	6510	SE	Rosario Catete	28	610
MG	Sao Tome das Letras	31	6520	SE	Salgado	28	620
MG	Sao Vicente Minas	31	6530	SE	Santa Luzia Itanhi	28	630
MG	Sapucaí Mirim	31	6540	SE	Santana Sao Francisco	28	640
MG	Sarzedo	31	6553	SE	Santa Rosa Lima	28	650
MG	Setubinha	31	6555	SE	Santo Amaro das Brotas	28	660
MG	Sem Peixe	31	6556	SE	Sao Francisco	28	690
MG	Senador Amaral	31	6557	SE	Sao Miguel Aleixo	28	700

MG	Senador Firmino	31	6570	SE	Telha	28	730
MG	Senador Jose Bento	31	6580	SE	Tobias Barreto	28	740
MG	Senador Modestino Goncalves	31	6590	SP	Adolfo	35	20
MG	Senhora Oliveira	31	6600	SP	Aguai	35	30
MG	Senhora Porto	31	6610	SP	aguas da Prata	35	40
MG	Senhora Remedios	31	6620	SP	aguas Lindoia	35	50
MG	Sericita	31	6630	SP	aguas Santa Barbara	35	55
MG	Seritinga	31	6640	SP	aguas Sao Pedro	35	60
MG	Serra Azul Minas	31	6650	SP	Agudos	35	70
MG	Serra da Saudade	31	6660	SP	Alambari	35	75
MG	Serra Aimores	31	6670	SP	Alfredo Marcondes	35	80
MG	Serrania	31	6690	SP	Altair	35	90
MG	Serranopolis Minas	31	6695	SP	Altinopolis	35	100
MG	Serranos	31	6700	SP	Alto Alegre	35	110
MG	Serro	31	6710	SP	Aluminio	35	115
MG	Sete Lagoas	31	6720	SP	alvares Florence	35	120
MG	Silveirania	31	6730	SP	alvaro Carvalho	35	140
MG	Simao Pereira	31	6750	SP	Alvinlandia	35	150
MG	Simonesia	31	6760	SP	Americana	35	160
MG	Sobralia	31	6770	SP	Americo Brasiliense	35	170
MG	Tabuleiro	31	6790	SP	Amparo	35	190
MG	Taparuba	31	6805	SP	Andradina	35	210
MG	Tarumirim	31	6840	SP	Angatuba	35	220
MG	Teixeiras	31	6850	SP	Anhemi	35	230
MG	Teofilo Otoni	31	6860	SP	Anhumas	35	240
MG	Timoteo	31	6870	SP	Aparecida	35	250
MG	Tiradentes	31	6880	SP	Aparecida d Oeste	35	260
MG	Tiros	31	6890	SP	Aracariguama	35	275
MG	Tocantins	31	6900	SP	Aracatuba	35	280
MG	Tocos Moji	31	6905	SP	Aracoia da Serra	35	290
MG	Tombo	31	6920	SP	Aramina	35	300
MG	Tres Marias	31	6935	SP	Arandu	35	310
MG	Tres Pontas	31	6940	SP	Araraquara	35	320
MG	Tumiritinga	31	6950	SP	Araras	35	330
MG	Turmalina	31	6970	SP	Arco iris	35	335
MG	Turvolandia	31	6980	SP	Arealva	35	340
MG	Ubaporanga	31	7005	SP	Areias	35	350
MG	Uberaba	31	7010	SP	Areiopolis	35	360
MG	Uberlandia	31	7020	SP	Ariranha	35	370
MG	Umburatiba	31	7030	SP	Artur Nogueira	35	380
MG	Unai	31	7040	SP	Aruja	35	390
MG	Urucania	31	7050	SP	Aspasia	35	395
MG	Vargem Bonita	31	7060	SP	Assis	35	400
MG	Varginha	31	7070	SP	Atibaia	35	410
MG	Varjao Minas	31	7075	SP	Auriflama	35	420
MG	Varzea da Palma	31	7080	SP	Avai	35	430
MG	Varzelandia	31	7090	SP	Avanhandava	35	440
MG	Vazante	31	7100	SP	Avare	35	450
MG	Verdelandia	31	7103	SP	Badi BassiT	35	460
MG	Veredinha	31	7107	SP	Balbinos	35	470
MG	Verissimo	31	7110	SP	Balsamo	35	480
MG	Vermelho Novo	31	7115	SP	Barao Antonina	35	500
MG	Vespasiano	31	7120	SP	Barbosa	35	510

MG	Vicosa	31	7130	SP	Barra Bonita	35	530
MG	MaTias Lobato	31	7150	SP	Barra Chapeu	35	535
MG	Virgem da Lapa	31	7160	SP	Barretos	35	550
MG	Virginia	31	7170	SP	Barrinha	35	560
MG	Virginopolis	31	7180	SP	Bastos	35	580
MG	Virgolandia	31	7190	SP	Batatais	35	590
MG	Volta Grande	31	7210	SP	Bauru	35	600
MG	Wenceslau Braz	31	7220	SP	Bebedouro	35	610
MS	agua Clara	50	20	SP	Bernardino Campos	35	630
MS	Anaurilandia	50	80	SP	Bertioga	35	635
MS	Angelica	50	85	SP	Bilac	35	640
MS	Aparecida Taboado	50	100	SP	Birigui	35	650
MS	Aral Moreira	50	124	SP	Biritiba Mirim	35	660
MS	Bandeirantes	50	150	SP	Bocaina	35	680
MS	Bataguassu	50	190	SP	Bofete	35	690
MS	Bataipora	50	200	SP	Boituva	35	700
MS	Bela Vista	50	210	SP	Bom Jesus Perdoes	35	710
MS	Bodoquena	50	215	SP	Bom Sucesso Itarare	35	715
MS	Brasilandia	50	230	SP	Boraceia	35	730
MS	Caarapo	50	240	SP	Borborema	35	740
MS	Camapua	50	260	SP	Borebi	35	745
MS	Campo Grande	50	270	SP	Braganca Paulista	35	760
MS	Caracol	50	280	SP	Brauna	35	770
MS	Cassilandia	50	290	SP	Brodowski	35	780
MS	Corguinho	50	310	SP	Brotas	35	790
MS	Corumba	50	320	SP	Buri	35	800
MS	Costa Rica	50	325	SP	Buritama	35	810
MS	Deodapolis	50	345	SP	Buritizal	35	820
MS	Douradina	50	350	SP	Cabralia Paulista	35	830
MS	Dourados	50	370	SP	Cabreuva	35	840
MS	Eldorado	50	375	SP	Cacapava	35	850
MS	Fatima Sul	50	380	SP	Cachoeira Paulista	35	860
MS	Gloria Dourados	50	400	SP	Caconde	35	870
MS	Guia Lopes da Laguna	50	410	SP	Cafelandia	35	880
MS	Iguatemi	50	430	SP	Caiabu	35	890
MS	Inocencia	50	440	SP	Caieiras	35	900
MS	Itaquirai	50	460	SP	Caiua	35	910
MS	Japora	50	480	SP	Cajamar	35	920
MS	Jardim	50	500	SP	Cajobi	35	930
MS	Jatei	50	510	SP	Cajuru	35	940
MS	Ladario	50	520	SP	Campinas	35	950
MS	Maracaju	50	540	SP	Campo Limpo Paulista	35	960
MS	Mundo Novo	50	568	SP	Campos Jordao	35	970
MS	Navirai	50	570	SP	Campos Novos Paulista	35	980
MS	Nioaque	50	580	SP	Candido Mota	35	1000
MS	Nova Alvorada Sul	50	600	SP	Canitar	35	1015
MS	Nova Andradina	50	620	SP	Capao Bonito	35	1020
MS	Paranaiba	50	630	SP	Capivari	35	1040
MS	Porto Murтинho	50	690	SP	Carapicuíba	35	1060
MS	Ribas Rio Pardo	50	710	SP	Cardoso	35	1070
MS	Rio Brilhante	50	720	SP	Casa Branca	35	1080
MS	Rio Negro	50	730	SP	Castilho	35	1100
MS	Rio Verde Mato Grosso	50	740	SP	Catanduva	35	1110

MS	Santa Rita Pardo	50	755	SP	Catigua	35	1120
MS	Sao Gabriel Oeste	50	769	SP	Cedral	35	1130
MS	Taquarussu	50	797	SP	Cerquillo	35	1150
MS	Terenos	50	800	SP	Charqueada	35	1170
MS	Tres Lagoas	50	830	SP	Clementina	35	1190
MT	Alta Floresta	51	25	SP	Colina	35	1200
MT	Alto Araguaia	51	30	SP	Colombia	35	1210
MT	Alto Garcas	51	40	SP	Conchal	35	1220
MT	Alto Taquari	51	60	SP	Conchas	35	1230
MT	Araputanga	51	125	SP	Cordeiropolis	35	1240
MT	Arenapolis	51	130	SP	Coroados	35	1250
MT	Aripuana	51	140	SP	Coronel Macedo	35	1260
MT	Barra Bugres	51	170	SP	Cosmopolis	35	1280
MT	Brasnorte	51	190	SP	Cotia	35	1300
MT	Caceres	51	250	SP	Cravinhos	35	1310
MT	Campo Novo Parecis	51	263	SP	Cristais Paulista	35	1320
MT	Campo Verde	51	267	SP	Cruzalia	35	1330
MT	Campos Julio	51	268	SP	Cubatao	35	1350
MT	Canarana	51	270	SP	Cunha	35	1360
MT	Castanheira	51	285	SP	Descalvado	35	1370
MT	Claudia	51	305	SP	Diadema	35	1380
MT	Cocalinho	51	310	SP	Dirce Reis	35	1385
MT	Colider	51	320	SP	Divinolandia	35	1390
MT	Comodoro	51	330	SP	Dobrada	35	1400
MT	Cuiaba	51	340	SP	Dois Corregos	35	1410
MT	Denise	51	345	SP	Dolcinopolis	35	1420
MT	Dom Aquino	51	360	SP	Dracena	35	1440
MT	Figueiropolis D Oeste	51	380	SP	Duartina	35	1450
MT	Gaucha Norte	51	385	SP	Dumont	35	1460
MT	Gloria D Oeste	51	395	SP	Echapora	35	1470
MT	Guiratinga	51	420	SP	Elias Fausto	35	1490
MT	Itauba	51	455	SP	Elisiario	35	1492
MT	Itiquira	51	460	SP	Emilianopolis	35	1512
MT	Jangada	51	490	SP	Engenheiro Coelho	35	1515
MT	Jauru	51	500	SP	Espirito Santo Pinhal	35	1518
MT	Juara	51	510	SP	Espirito Santo Turvo	35	1519
MT	Juruena	51	517	SP	Estrela d Oeste	35	1520
MT	Lucas Rio Verde	51	525	SP	Estrela Norte	35	1530
MT	Marcelandia	51	558	SP	Fartura	35	1540
MT	Mirassol d Oeste	51	562	SP	Fernandopolis	35	1550
MT	Nobres	51	590	SP	Fernando Prestes	35	1560
MT	Nossa Senhora Livramento	51	610	SP	Fernao	35	1565
MT	Nova Bandeirantes	51	615	SP	Ferraz Vasconcelos	35	1570
MT	Nova Lacerda	51	618	SP	Floreal	35	1590
MT	Nova Brasilandia	51	620	SP	Florida Paulista	35	1600
MT	Nova Canaa Norte	51	621	SP	Florinia	35	1610
MT	Nova Mutum	51	622	SP	Franca	35	1620
MT	Nova Olimpia	51	623	SP	Francisco Morato	35	1630
MT	Nova Ubirata	51	624	SP	Franco da Rocha	35	1640
MT	Nova Xavantina	51	625	SP	Gabriel Monteiro	35	1650
MT	Novo Mundo	51	626	SP	Galia	35	1660
MT	Novo Horizonte Norte	51	627	SP	Gastao Vidigal	35	1680
MT	Novo Sao Joaquim	51	628	SP	Gaviao Peixoto	35	1685

MT	Pedra Preta	51	637	SP	General Salgado	35	1690
MT	Planalto da Serra	51	645	SP	Getulina	35	1700
MT	Ponte Branca	51	670	SP	Glicerio	35	1710
MT	Pontes e Lacerda	51	675	SP	Guaicara	35	1720
MT	Porto Alegre Norte	51	677	SP	Guaimbe	35	1730
MT	Porto Gauchos	51	680	SP	Guaira	35	1740
MT	Porto Estrela	51	685	SP	Guaracai	35	1780
MT	Primavera Leste	51	704	SP	Guaraci	35	1790
MT	Reserva Cabacal	51	715	SP	Guarani d Oeste	35	1800
MT	Santa Carmem	51	724	SP	Guaranta	35	1810
MT	Santo Afonso	51	726	SP	Guararapes	35	1820
MT	Sao Jose Povo	51	729	SP	Guararema	35	1830
MT	Sao Jose Rio Claro	51	730	SP	Guaratingueta	35	1840
MT	Sao Pedro da Cipa	51	740	SP	Guarei	35	1850
MT	Rondonopolis	51	760	SP	Guaruja	35	1870
MT	Rosario Oeste	51	770	SP	Guarulhos	35	1880
MT	Salto Ceu	51	775	SP	Guzolandia	35	1890
MT	Sinop	51	790	SP	Herculandia	35	1900
MT	Tabapora	51	794	SP	Holambra	35	1905
MT	Tangara da Serra	51	795	SP	Iacri	35	1920
MT	Terra Nova Norte	51	805	SP	Iaras	35	1925
MT	Vera	51	850	SP	Ibira	35	1940
PA	agua Azul Norte	15	34	SP	Ibirarema	35	1950
PA	BaNach	15	125	SP	Ibiuna	35	1970
PA	Belem	15	140	SP	Icem	35	1980
PA	Cumarú Norte	15	276	SP	Iepe	35	1990
PA	Dom Eliseu	15	293	SP	Igaracu Tiete	35	2000
PA	Maraba	15	420	SP	Iguape	35	2030
PA	Moju	15	470	SP	Ilha Solteira	35	2044
PA	Parauapebas	15	553	SP	Indaiatuba	35	2050
PA	Redencao	15	613	SP	Indiapora	35	2070
PA	Rondon Para	15	618	SP	Inubia Paulista	35	2080
PA	Santa Maria das Barreiras	15	658	SP	Ipaussu	35	2090
PA	Santarem	15	680	SP	Ipero	35	2100
PA	Sao Geraldo Araguaia	15	745	SP	Ipeuna	35	2110
PB	Aguiar	25	20	SP	Ipua	35	2130
PB	Alagoa Grande	25	30	SP	Iracemapolis	35	2140
PB	Alagoa Nova	25	40	SP	Irapua	35	2150
PB	Algodao Jandaira	25	57	SP	Itabera	35	2170
PB	Sao Joao Rio Peixe	25	70	SP	Itai	35	2180
PB	Amparo	25	73	SP	Itajobi	35	2190
PB	Aparecida	25	77	SP	Itaju	35	2200
PB	Arara	25	90	SP	Itanhaem	35	2210
PB	Areial	25	120	SP	Itaoca	35	2215
PB	Bananeiras	25	150	SP	Itapecerica da Serra	35	2220
PB	Barauna	25	153	SP	Itapetininga	35	2230
PB	Barra Santana	25	157	SP	Itapeva	35	2240
PB	Belem Brejo Cruz	25	200	SP	Itapira	35	2260
PB	Bernardino Batista	25	205	SP	Itapirapua Paulista	35	2265
PB	Bom Sucesso	25	230	SP	Itaporanga	35	2280
PB	Boqueirao	25	250	SP	Itapura	35	2300
PB	Borborema	25	270	SP	Itaquaquecetuba	35	2310
PB	Brejo Cruz	25	280	SP	Itarare	35	2320

PB	Cabaceiras	25	310	SP	Itatiba	35	2340
PB	Cabedelo	25	320	SP	Itatinga	35	2350
PB	Cachoeira indios	25	330	SP	Itirapina	35	2360
PB	Cacimba Areia	25	340	SP	Itirapua	35	2370
PB	Cajazeiras	25	370	SP	Itu	35	2390
PB	Camalau	25	390	SP	Ituverava	35	2410
PB	Carrapateira	25	410	SP	Jaborandi	35	2420
PB	Casserengue	25	415	SP	Jaboticabal	35	2430
PB	Catingueira	25	420	SP	Jacupiranga	35	2460
PB	Caturite	25	435	SP	Jaguariuna	35	2470
PB	Condado	25	450	SP	Jales	35	2480
PB	Coremas	25	480	SP	Jambeiro	35	2490
PB	Emas	25	590	SP	Jandira	35	2500
PB	Esperanca	25	600	SP	Jardinopolis	35	2510
PB	Fagundes	25	610	SP	Jau	35	2530
PB	Gado Bravo	25	625	SP	Jeriquara	35	2540
PB	Guarabira	25	630	SP	Joanopolis	35	2550
PB	Gurjao	25	650	SP	Joao Ramalho	35	2560
PB	Itaporanga	25	700	SP	Jose Bonifacio	35	2570
PB	Jerico	25	740	SP	Julio Mesquita	35	2580
PB	Lastro	25	840	SP	Jumirim	35	2585
PB	Livramento	25	850	SP	Jundiai	35	2590
PB	Malta	25	880	SP	Junqueiropolis	35	2600
PB	Marcacao	25	905	SP	Lagoinha	35	2630
PB	Mari	25	910	SP	Laranjal Paulista	35	2640
PB	Marizopolis	25	915	SP	Lencois Paulista	35	2680
PB	Massaranduba	25	920	SP	Limeira	35	2690
PB	Matinhas	25	933	SP	Lins	35	2710
PB	Matureia	25	939	SP	Lourdes	35	2725
PB	Montadas	25	950	SP	Louveira	35	2730
PB	Nazarezinho	25	1000	SP	Lucelia	35	2740
PB	Nova Floresta	25	1010	SP	Lucianopolis	35	2750
PB	Nova Olinda	25	1020	SP	Luis Antonio	35	2760
PB	Nova Palmeira	25	1030	SP	luisiania	35	2770
PB	Parari	25	1065	SP	Lupercio	35	2780
PB	Passagem	25	1070	SP	Lutecia	35	2790
PB	Patos	25	1080	SP	Macatuba	35	2800
PB	Pedra Branca	25	1100	SP	Macedonia	35	2820
PB	Pedra Lavrada	25	1110	SP	Mairinque	35	2840
PB	Pedras Fogo	25	1120	SP	Mairipora	35	2850
PB	Pianco	25	1130	SP	Manduri	35	2860
PB	Piloes	25	1160	SP	Maraba Paulista	35	2870
PB	Piloezinhos	25	1170	SP	Maracai	35	2880
PB	Pocinhos	25	1200	SP	Marapoama	35	2885
PB	Poco Dantas	25	1203	SP	Marilia	35	2900
PB	Poco Jose Moura	25	1207	SP	Martinopolis	35	2920
PB	Riachao Bacamarte	25	1275	SP	Matao	35	2930
PB	Riacho Cavalos	25	1280	SP	Maua	35	2940
PB	Salgadinho	25	1300	SP	Mendonca	35	2950
PB	Santa Cruz	25	1320	SP	Mesopolis	35	2965
PB	Santa Helena	25	1330	SP	Miguelopolis	35	2970
PB	Santa Luzia	25	1340	SP	Mineiros Tiete	35	2980
PB	Santana Mangueira	25	1350	SP	Miracatu	35	2990

PB	Sao Bento	25	1390	SP	Mira Estrela	35	3000
PB	Sao Joao Cariri	25	1400	SP	Mirandopolis	35	3010
PB	Sao Jose Espinharas	25	1440	SP	Mirassol	35	3030
PB	Sao Jose Piranhas	25	1450	SP	Mirassolandia	35	3040
PB	Sao Jose Bonfim	25	1460	SP	Mococa	35	3050
PB	Sao Jose Brejo Cruz	25	1465	SP	Mogi das Cruzes	35	3060
PB	Sao Jose Cordeiros	25	1480	SP	Mogi Guacu	35	3070
PB	Sao Mamede	25	1490	SP	Mogi Mirim	35	3080
PB	Sao Sebastiao Lagoa Roca	25	1510	SP	Mombuca	35	3090
PB	Serra Grande	25	1570	SP	Moncoes	35	3100
PB	Serraria	25	1590	SP	Mongagua	35	3110
PB	Sertaozinho	25	1593	SP	Monte Alegre Sul	35	3120
PB	Sume	25	1630	SP	Monte Alto	35	3130
PB	Tavares	25	1660	SP	Monte Aprazivel	35	3140
PB	Teixeira	25	1670	SP	Monte Azul Paulista	35	3150
PB	Triunfo	25	1680	SP	Monte Castelo	35	3160
PB	Uirauna	25	1690	SP	Monteiro Lobato	35	3170
PB	Umbuzeiro	25	1700	SP	Morro Agudo	35	3190
PB	Vieiropolis	25	1720	SP	Morungaba	35	3200
PB	Zabele	25	1740	SP	Motuca	35	3205
PE	Afogados da Ingazeira	26	10	SP	Murutinga Sul	35	3210
PE	Afranio	26	20	SP	Nantes	35	3215
PE	Agrestina	26	30	SP	Narandiba	35	3220
PE	aguas Belas	26	50	SP	Natividade da Serra	35	3230
PE	Altinho	26	80	SP	Neves Paulista	35	3250
PE	Barra Guabiraba	26	130	SP	Nhandeara	35	3260
PE	Belem Maria	26	150	SP	Nova Alianca	35	3280
PE	Belo Jardim	26	170	SP	Nova Canaa Paulista	35	3284
PE	Bezerros	26	190	SP	Nova Castilho	35	3286
PE	Bodoco	26	200	SP	Nova Europa	35	3290
PE	Bom Conselho	26	210	SP	Nova Granada	35	3300
PE	Bom Jardim	26	220	SP	Nova Guataporanga	35	3310
PE	Bonito	26	230	SP	Nova Independencia	35	3320
PE	Brejao	26	240	SP	Novais	35	3325
PE	Brejinho	26	250	SP	Nova Luzitania	35	3330
PE	Buenos Aires	26	270	SP	Novo Horizonte	35	3350
PE	Cabo Santo Agostinho	26	290	SP	Nuporanga	35	3360
PE	Cabrobo	26	300	SP	Ocaucu	35	3370
PE	Cachoeirinha	26	310	SP	Olimpia	35	3390
PE	Calcado	26	330	SP	Onda Verde	35	3400
PE	Calumbi	26	340	SP	Oriente	35	3410
PE	Camocim Sao Felix	26	350	SP	Orlandia	35	3430
PE	Canhotinho	26	370	SP	Osasco	35	3440
PE	Carnaiba	26	390	SP	Oscar Bressane	35	3450
PE	Carnaubeira da Penha	26	392	SP	Osvaldo Cruz	35	3460
PE	Caruaru	26	410	SP	Ourinhos	35	3470
PE	Casinhas	26	415	SP	Ouroeste	35	3475
PE	Catende	26	420	SP	Pacaembu	35	3490
PE	Cedro	26	430	SP	Palestina	35	3500
PE	Cha Alegria	26	440	SP	Palmares Paulista	35	3510
PE	Correntes	26	470	SP	Palmeira d Oeste	35	3520
PE	Cortes	26	480	SP	Palmital	35	3530
PE	Cumaru	26	490	SP	Paraguacu Paulista	35	3550

PE	Custodia	26	510	SP	Paraibuna	35	3560
PE	Dormentes	26	515	SP	Paraíso	35	3570
PE	Escada	26	520	SP	Paranapanema	35	3580
PE	Flores	26	560	SP	Paranapua	35	3590
PE	Gloria Goita	26	610	SP	Parapua	35	3600
PE	Granito	26	630	SP	Pardinho	35	3610
PE	Iati	26	650	SP	Parisi	35	3625
PE	Ibirajuba	26	670	SP	Paulinia	35	3650
PE	Igarassu	26	680	SP	Paulistania	35	3657
PE	Iguaraci	26	690	SP	Paulo Faria	35	3660
PE	Inaja	26	700	SP	Pederneiras	35	3670
PE	Ipojuca	26	720	SP	Pedra Bela	35	3680
PE	Itacuruba	26	740	SP	Pedranopolis	35	3690
PE	Itaiba	26	750	SP	Pedregulho	35	3700
PE	Jaboatao Guararapes	26	790	SP	Pedreira	35	3710
PE	Jatoba	26	805	SP	Pedrinhas Paulista	35	3715
PE	Joao Alfredo	26	810	SP	Pedro Toledo	35	3720
PE	Jucati	26	825	SP	Penapolis	35	3730
PE	Jupi	26	830	SP	Pereira Barreto	35	3740
PE	Jurema	26	840	SP	Pereiras	35	3750
PE	Lagoa Itaenga	26	850	SP	Peruibe	35	3760
PE	Lagoa Ouro	26	860	SP	Piacatu	35	3770
PE	Lagoa Grande	26	875	SP	Piedade	35	3780
PE	Lajedo	26	880	SP	Pilar Sul	35	3790
PE	Macaparana	26	900	SP	Pindamonhangaba	35	3800
PE	Machados	26	910	SP	Piquerobi	35	3830
PE	Manari	26	915	SP	Piquete	35	3850
PE	Moreno	26	940	SP	Piracaia	35	3860
PE	Olinda	26	960	SP	Piracicaba	35	3870
PE	Orobo	26	970	SP	Piraju	35	3880
PE	Oroco	26	980	SP	Pirangi	35	3900
PE	Panelas	26	1020	SP	Pirapozinho	35	3920
PE	Paranatama	26	1030	SP	Pirassununga	35	3930
PE	Passira	26	1050	SP	Piratininga	35	3940
PE	Pedra	26	1080	SP	Pitangueiras	35	3950
PE	Petrolandia	26	1100	SP	Planalto	35	3960
PE	Petrolina	26	1110	SP	Poa	35	3980
PE	Pombos	26	1130	SP	Poloni	35	3990
PE	Primavera	26	1140	SP	Pompeia	35	4000
PE	Recife	26	1160	SP	Pongai	35	4010
PE	Riacho das Almas	26	1170	SP	Pontal	35	4020
PE	Rio Formoso	26	1190	SP	Pontalinda	35	4025
PE	Saire	26	1200	SP	Populina	35	4040
PE	Salgadinho	26	1210	SP	Porangaba	35	4050
PE	Salgueiro	26	1220	SP	Porto Feliz	35	4060
PE	Saloa	26	1230	SP	Porto Ferreira	35	4070
PE	Sanharo	26	1240	SP	Potim	35	4075
PE	Santa Cruz	26	1245	SP	Potirendaba	35	4080
PE	Santa Cruz da Baixa Verde	26	1247	SP	Pracinha	35	4085
PE	Santa Filomena	26	1255	SP	Praia Grande	35	4100
PE	Santa Maria da Boa Vista	26	1260	SP	Pratania	35	4105
PE	Santa Maria Cambuca	26	1270	SP	Presidente Bernardes	35	4120
PE	Sao Bento Una	26	1300	SP	Presidente Epitacio	35	4130

PE	Sao Caitano	26	1310	SP	Presidente Prudente	35	4140
PE	Sao Joaquim Monte	26	1330	SP	Presidente Venceslau	35	4150
PE	Sao Jose Belmonte	26	1350	SP	Promissao	35	4160
PE	Sao Lourenco da Mata	26	1370	SP	Quadra	35	4165
PE	Sao Vicente Ferrer	26	1380	SP	Quata	35	4170
PE	Serra Talhada	26	1390	SP	Queiroz	35	4180
PE	Serrita	26	1400	SP	Quintana	35	4200
PE	Sertania	26	1410	SP	Rafard	35	4210
PE	Sirinhaem	26	1420	SP	Rancharia	35	4220
PE	Moreilandia	26	1430	SP	Redencao da Serra	35	4230
PE	Solidao	26	1440	SP	Regente Feijo	35	4240
PE	Surubim	26	1450	SP	Reginopolis	35	4250
PE	Tabira	26	1460	SP	Registro	35	4260
PE	Tacaratu	26	1480	SP	Ribeirao Bonito	35	4290
PE	Tamandare	26	1485	SP	Ribeirao Branco	35	4300
PE	Terezinha	26	1510	SP	Ribeirao Corrente	35	4310
PE	Terra Nova	26	1520	SP	Ribeirao Sul	35	4320
PE	Timbauba	26	1530	SP	Ribeirao indios	35	4323
PE	Triunfo	26	1570	SP	Ribeirao Grande	35	4325
PE	Tupanatinga	26	1580	SP	Ribeirao Pires	35	4330
PE	Tuparetama	26	1590	SP	Ribeirao Preto	35	4340
PE	Vertentes	26	1620	SP	Riversul	35	4350
PE	Vicencia	26	1630	SP	Rifaina	35	4360
PE	Vitoria Santo Antao	26	1640	SP	Rincao	35	4370
PI	Alegrete Piaui	22	27	SP	Rinopolis	35	4380
PI	Barra D Alcantara	22	117	SP	Rio Claro	35	4390
PI	Barro Duro	22	140	SP	Rio Grande da Serra	35	4410
PI	Bocaina	22	180	SP	Roseira	35	4430
PI	Bom Principio Piaui	22	191	SP	Rubiacea	35	4440
PI	Bonfim Piaui	22	192	SP	Rubineia	35	4450
PI	Buriti Montes	22	202	SP	Sabino	35	4460
PI	Cabeceiras Piaui	22	205	SP	Sagres	35	4470
PI	Caldeirao Grande Piaui	22	209	SP	Sales	35	4480
PI	Campo Alegre Fidalgo	22	211	SP	Salesopolis	35	4500
PI	Campo Grande Piaui	22	213	SP	Salmourao	35	4510
PI	Capitao Campos	22	240	SP	Saltinho	35	4515
PI	Caridade Piaui	22	255	SP	Salto Pirapora	35	4530
PI	Dom Expedito Lopes	22	340	SP	Salto Grande	35	4540
PI	Dom Inocencio	22	345	SP	Sandovalina	35	4550
PI	Elesbao Veloso	22	350	SP	Santa Albertina	35	4570
PI	Francinopolis	22	400	SP	Santa Clara d Oeste	35	4610
PI	Francisco Macedo	22	415	SP	Santa Cruz da Conceicao	35	4620
PI	Geminiano	22	435	SP	Santa Cruz da Esperanca	35	4625
PI	Ipiranga Piaui	22	480	SP	Santa Cruz das Palmeiras	35	4630
PI	Itainopolis	22	500	SP	Santa Cruz Rio Pardo	35	4640
PI	Jaicos	22	520	SP	Santa Ernestina	35	4650
PI	Jatoba Piaui	22	527	SP	Santa Gertrudes	35	4670
PI	Joaquim Pires	22	540	SP	Santa Lucia	35	4690
PI	Joca Marques	22	545	SP	Santa Maria da Serra	35	4700
PI	Lagoinha Piaui	22	554	SP	Santa Mercedes	35	4710
PI	Lagoa Alegre	22	555	SP	Santana Parnaiba	35	4730
PI	Lagoa Barro Piaui	22	556	SP	Santa Rita d Oeste	35	4740
PI	Lagoa Sao Francisco	22	557	SP	Santa Rita Passa Quatro	35	4750

PI	Lagoa Piaui	22	558	SP	Santa Rosa Viterbo	35	4760
PI	Lagoa Sitio	22	559	SP	Santa Salete	35	4765
PI	Madeiro	22	585	SP	Santo Andre	35	4780
PI	Marcolandia	22	595	SP	Santo Antonio da Alegria	35	4790
PI	Monsenhor Hipolito	22	650	SP	Santo Antonio Posse	35	4800
PI	Morro Chapeu Piaui	22	667	SP	Santo Antonio Aracangua	35	4805
PI	Novo Oriente Piaui	22	690	SP	Santo Antonio Jardim	35	4810
PI	Oeiras	22	700	SP	Santo Antonio Pinhal	35	4820
PI	Padre Marcos	22	720	SP	Santos	35	4850
PI	Pajeu Piaui	22	735	SP	Sao Bernardo Campo	35	4870
PI	Paqueta	22	755	SP	Sao Caetano Sul	35	4880
PI	Parnaiba	22	770	SP	Sao Carlos	35	4890
PI	Patos Piaui	22	777	SP	Sao Francisco	35	4900
PI	Paulistana	22	780	SP	Sao Joao da Boa Vista	35	4910
PI	Picos	22	800	SP	Sao Joao das Duas Pontes	35	4920
PI	Piripiri	22	840	SP	Sao Joao Iracema	35	4925
PI	Porto	22	850	SP	Sao Jose da Bela Vista	35	4950
PI	Regeneracao	22	880	SP	Sao Jose Rio Pardo	35	4970
PI	Ribeira Piaui	22	887	SP	Sao Jose Rio Preto	35	4980
PI	Santana Piaui	22	935	SP	Sao Lourenco da Serra	35	4995
PI	Santo Antonio Milagres	22	945	SP	Sao Luis Paraitinga	35	5000
PI	Santo Inacio Piaui	22	950	SP	Sao Manoel	35	5010
PI	Sao Francisco Assis Piaui	22	965	SP	Sao Miguel Arcanjo	35	5020
PI	Sao Goncalo Piaui	22	980	SP	Sao Paulo	35	5030
PI	Sao Joao Arraial	22	997	SP	Sao Pedro	35	5040
PI	Sao Joao Piaui	22	1000	SP	Sao Pedro Turvo	35	5050
PI	Sao Jose Piaui	22	1020	SP	Sao Roque	35	5060
PI	Sao Lourenco Piaui	22	1035	SP	Sao Sebastiao da Grama	35	5080
PI	Sao Luis Piaui	22	1037	SP	Sao Simao	35	5090
PI	Sao Miguel Fidalgo	22	1039	SP	Sao Vicente	35	5100
PI	Sao Raimundo Nonato	22	1060	SP	Sebastianopolis Sul	35	5130
PI	Sebastiao Leal	22	1063	SP	Serrana	35	5150
PI	Simoes	22	1070	SP	Sertaozinho	35	5170
PI	Sussuapara	22	1093	SP	Severinia	35	5190
PI	Teresina	22	1100	SP	Silveiras	35	5200
PI	Vila Nova Piaui	22	1160	SP	Sorocaba	35	5220
PR	Abatia	41	10	SP	Sud MeNuCi	35	5230
PR	Agudos Sul	41	30	SP	Sumare	35	5240
PR	Almirante Tamandare	41	40	SP	Suzano	35	5250
PR	Altamira Parana	41	45	SP	Tabapua	35	5260
PR	Altonia	41	50	SP	Tabatinga	35	5270
PR	Alto Parana	41	60	SP	Taciba	35	5290
PR	Alto Piquiri	41	70	SP	Taguai	35	5300
PR	Amapora	41	90	SP	Taiacu	35	5310
PR	Ampere	41	100	SP	Taiuva	35	5320
PR	Anahi	41	105	SP	Tambau	35	5330
PR	Andira	41	110	SP	Tanabi	35	5340
PR	angulo	41	115	SP	Tapirai	35	5350
PR	Antonio Olinto	41	130	SP	Tapiratiba	35	5360
PR	Apucarana	41	140	SP	Taquaral	35	5365
PR	Arapongas	41	150	SP	Taquaritinga	35	5370
PR	Arapoti	41	160	SP	Taquarituba	35	5380
PR	Araruna	41	170	SP	Tarabai	35	5390

PR	Ariranha Ivai	41	185	SP	Taruma	35	5395
PR	Assai	41	190	SP	Tatui	35	5400
PR	Assis Chateaubriand	41	200	SP	Tejupa	35	5420
PR	Astorga	41	210	SP	Teodoro Sampaio	35	5430
PR	Atalaia	41	220	SP	Tiete	35	5450
PR	Balsa Nova	41	230	SP	Timburi	35	5460
PR	Bandeirantes	41	240	SP	Torrinha	35	5470
PR	Barbosa Ferraz	41	250	SP	Tremembe	35	5480
PR	Barracao	41	260	SP	Tres Fronteiras	35	5490
PR	Barra Jacare	41	270	SP	Tupi Paulista	35	5510
PR	Bela Vista da Caroba	41	275	SP	Ubarana	35	5535
PR	Bela Vista Paraiso	41	280	SP	Ubirajara	35	5550
PR	Bituruna	41	290	SP	Urania	35	5580
PR	Boa Esperanca	41	300	SP	Urupes	35	5600
PR	Boa Esperanca Iguacu	41	302	SP	Valentim Gentil	35	5610
PR	Boa Ventura Sao Roque	41	304	SP	Valinhos	35	5620
PR	Boa Vista da Aparecida	41	305	SP	Valparaiso	35	5630
PR	Bocaiuva Sul	41	310	SP	Vargem Grande Sul	35	5640
PR	Bom Jesus Sul	41	315	SP	Varzea Paulista	35	5650
PR	Bom Sucesso	41	320	SP	Vera Cruz	35	5660
PR	Braganei	41	335	SP	Viradouro	35	5680
PR	Brasilandia Sul	41	337	SP	Vista Alegre Alto	35	5690
PR	Cafeara	41	340	SP	Vitoria Brasil	35	5695
PR	Cafelandia	41	345	SP	Votorantim	35	5700
PR	Cafezal Sul	41	347	SP	Votuporanga	35	5710
PR	California	41	350	SP	Zacarias	35	5715
PR	Cambara	41	360	SP	Chavantes	35	5720
PR	Cambe	41	370	SP	Estiva Gerbi	35	5730
PR	Cambira	41	380	TO	Abreulandia	17	25
PR	Campina da Lagoa	41	390	TO	Aguiarnopolis	17	30
PR	Campina Simao	41	395	TO	Alianca Tocantins	17	35
PR	Campina Grande Sul	41	400	TO	Alvorada	17	70
PR	Campo Bonito	41	405	TO	Aparecida Rio Negro	17	110
PR	Campo Tenente	41	410	TO	Araguacema	17	190
PR	Campo Largo	41	420	TO	Axixa Tocantins	17	290
PR	Campo Magro	41	425	TO	Bernardo Saiao	17	320
PR	Campo Mourao	41	430	TO	Brasilandia Tocantins	17	360
PR	Candido Abreu	41	440	TO	Brejinho Nazare	17	370
PR	Candoi	41	442	TO	Cariri Tocantins	17	386
PR	Cantagalo	41	445	TO	Caseara	17	390
PR	Capanema	41	450	TO	Chapada da Natividade	17	510
PR	Capitao Leonidas Marques	41	460	TO	Colinas Tocantins	17	550
PR	Carambei	41	465	TO	Cristalandia	17	610
PR	Carlopolis	41	470	TO	Crixas Tocantins	17	625
PR	Cascavel	41	480	TO	Dianopolis	17	700
PR	Castro	41	490	TO	Duere	17	730
PR	Centenario Sul	41	510	TO	Fatima	17	755
PR	Ceu Azul	41	530	TO	Formoso Araguaia	17	820
PR	Chopinzinho	41	540	TO	Gurupi	17	950
PR	Cianorte	41	550	TO	Ipueiras	17	980
PR	Cidade Gaucha	41	560	TO	Itacaja	17	1050
PR	Clevelandia	41	570	TO	Jau Tocantins	17	1150
PR	Colombo	41	580	TO	Luzinopolis	17	1245

PR	Colorado	41	590	TO	Marianopolis Tocantins	17	1250
PR	Congonhinhas	41	600	TO	Mateiros	17	1270
PR	Conselheiro Mairinck	41	610	TO	Miracema Tocantins	17	1320
PR	Contenda	41	620	TO	Monte Santo Tocantins	17	1370
PR	Corbelia	41	630	TO	Natividade	17	1420
PR	Cornelio Procopio	41	640	TO	Nazare	17	1430
PR	Coronel Domingos Soares	41	645	TO	Nova Olinda	17	1488
PR	Coronel Vivida	41	650	TO	Nova Rosalandia	17	1500
PR	Corumbatai Sul	41	655	TO	Novo Acordo	17	1510
PR	Cruzeiro Iguacu	41	657	TO	Palmeiropolis	17	1575
PR	Cruzeiro Oeste	41	660	TO	Paraiso Tocantins	17	1610
PR	Cruzeiro Sul	41	670	TO	Parana	17	1620
PR	Cruz Machado	41	680	TO	Pau D Arco	17	1630
PR	Cruzmalina	41	685	TO	Pequizeiro	17	1665
PR	Curitiba	41	690	TO	Pium	17	1750
PR	Diamante Norte	41	710	TO	Porto Alegre Tocantins	17	1800
PR	Diamante Sul	41	712	TO	Porto Nacional	17	1820
PR	Diamante D Oeste	41	715	TO	Pugmil	17	1845
PR	Douradina	41	725	TO	Riachinho	17	1855
PR	Doutor Camargo	41	730	TO	Rio da Conceicao	17	1865
PR	Eneas Marques	41	740	TO	Sandolandia	17	1884
PR	Esperanca Nova	41	752	TO	Santa Rita Tocantins	17	1889
PR	Entre Rios Oeste	41	753	TO	Santa Tereza Tocantins	17	1900
PR	Espigao Alto Iguacu	41	754	TO	Sao Felix Tocantins	17	2015
PR	Farol	41	755	TO	Sao Salvador Tocantins	17	2025
PR	Faxinal	41	760	TO	Sucupira	17	2085
PR	Fazenda Rio Grande	41	765	TO	Taipas Tocantins	17	2093
PR	Fenix	41	770	TO	Palmas	17	2100
				TO	Tupiratins	17	2130